

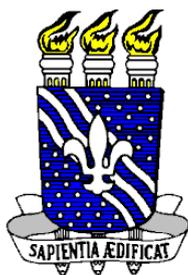


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
DOUTORADO**

**OS ESTEREÓTIPOS E O EFEITO DO CONTATO VIRTUAL NO  
PRECONCEITO CONTRA NEGROS E NORDESTINOS**

**José Roniere Morais Batista**

**João Pessoa - PB  
Dezembro/2014**

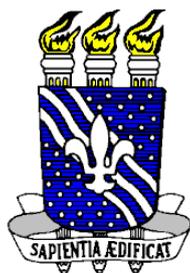


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
DOUTORADO**

**OS ESTEREÓTIPOS E O EFEITO DO CONTATO VIRTUAL NO  
PRECONCEITO CONTRA NEGROS E NORDESTINOS**

José Roniere Morais Batista, *Doutorando*  
Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres, *Orientadora*  
Prof. Dr. José Luis Álvaro, *Co-Orientador*

**João Pessoa - PB  
Dezembro /2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
DOUTORADO**

**OS ESTEREÓTIPOS E O EFEITO DO CONTATO VIRTUAL NO  
PRECONCEITO CONTRA NEGROS E NORDESTINOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, por José Roniere Morais Batista, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres e co-orientação do Prof. Dr. José Luis Álvaro, como requisito para qualificação.

**João Pessoa - PB  
Dezembro /2014**

B326e Batista, José Roniere Moraes.  
Os estereótipos e o efeito do contato virtual no preconceito  
contra negros e nordestinos / José Roniere Moraes Batista.-  
João Pessoa, 2014.  
244p. : il.  
Orientadora: Ana Raquel Rosas Torres  
Coorientador: José Luis Álvaro  
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA  
1. Psicologia social. 2. Preconceito e discriminação -  
negros e nordestinos. 3. Estereótipos. 4. Internet - contato  
intergrupar.

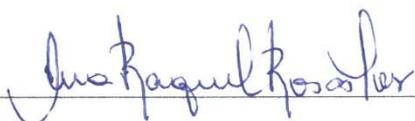
UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

**JOSÉ RONIÈRE MORAIS BATISTA**

**Os Estereótipos e o Efeito do Contato Virtual no Preconceito Contra Negros e  
Nordestinos**

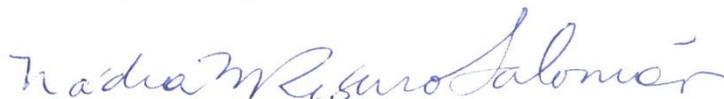
**BANCA AVALIADORA**



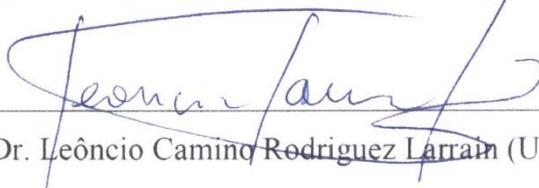
Profª. Dra. Ana Raquel Rosas Torres (UFPB, Orientadora)



Prof. Dr. José Luis Álvaro (UCM, Co-Orientador)



Profª. Dra. Nádia Maria Ribeiro Salomão (UFPB, Membro Interno)



Prof. Dr. Leôncio Camino Rodríguez Larrain (UFPB, Membro Interno)



Profª. Dra. Aline Vieira de Lima Nunes (UFCG, Membro Externo)



Profª. Dra. Luciane Albuquerque Sá De Souza (IESP/IFPB, Membro Externo)

**JOÃO PESSOA - PB  
Dezembro /2014**

**Aos meus tios, primos e primas,  
nordestinos e eternos retirantes  
que continuam a lutar por uma  
vida melhor.**

*“Triste época! É mais fácil  
desintegrar um átomo do que um  
preconceito”.*

*Albert Einstein*

## AGRADECIMENTOS

Palavras não são suficientes para expressar a gratidão que tenho por todos que acompanharam minha jornada ao longo dos últimos anos. Qualquer tentativa de listar todos os nomes das pessoas as quais tenho a agradecer certamente seria incompleta e recairia em uma injustiça. Portanto irei me ater apenas aqueles que estiveram próximos na reta final da minha formação, aos amigos e familiares que sempre me apoiaram nos momentos cruciais do meu doutorado. Sou eternamente grato aos velhos e novos amigos que fiz durante essa jornada e a todos que me incentivaram a nunca desistir.

Agradeço primeiramente a minha esposa *Luciene* por entender a dimensão da tarefa que me foi confiada e por ter me acompanhado todos esses anos. Sem seu amor e compreensão eu não seria completo.

À *Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres* por ter aceitado me orientar e por todo o apoio que me permitiu concluir essa tese.

Ao *Prof. Dr. José Luis Álvaro Estramiana*, por ter aceitado participar dessa jornada em um momento tão decisivo e por ter trazido contribuições fundamentais ao meu trabalho.

Agradeço também aos professores que ajudaram a compor minha banca e que se dedicaram generosamente a melhorar a tese com suas valiosas avaliações e sugestões: *Profa. Dra. Nádia Maria Ribeiro Salomão, Prof. Dr. Leôncio Camino, Profa. Dra. Aline Vieira de Lima Nunes e Profa. Dra. Luciane Albuquerque Sá De Souza.*

Aos eternos mentores *Profa. Dra. Ana Alayde e Prof. Dr. Joseli Bastos da Costa.* Profissionais de grande sabedoria e coração cujos ensinamentos refletem na minha vida e no meu trabalho até hoje.

Aos amigos sem os quais estaria completamente perdido: *Marcelo Xavier, Rosane Miranda, Josevânia da Silva, Andreza Silfer, Renato Bastos, Jandilson Silva, Melyssa Galdino, Sibelle Barros, Ligia Golveia* e tantos outros que me apoiaram.

Agradeço também aos meus alunos (carinhosamente chamados “*os meliantes*”), futuros psicólogos sem os quais eu não teria encontrado novamente minha identidade profissional.

E por fim agradeço ao mestrando *Eldo Lima Leite*, um jovem estudante com futuro promissor que tive o prazer de conhecer quando ingressei na pós-graduação e o qual tenho a honra de poder chamar de amigo.

## RESUMO

Esta tese teve por objetivo principal investigar o papel do contato mantido na internet com os negros e nordestinos na relação entre o preconceito e à discriminação contra esses grupos. Para alcançar o objetivo proposto, foram realizados cinco estudos. Nos três primeiros foram desenvolvidos os instrumentos que seriam utilizados posteriormente, bem como foram estabelecidas as similaridades e diferenças entre o preconceito racial e regional. Nos dois últimos estudos, buscou-se investigar o papel dos tipos de contato (mantido na internet, presencial e estendido) na percepção do preconceito contra os grupos dos negros e dos nordestinos, além de suas funções mediadoras na relação entre o preconceito e a discriminação. Para a realização do estudo 1 foi utilizada uma lista de adjetivos por meio da qual os participantes escolhiam as características mais representativas dos grupos dos negros e nordestinos. Os resultados do estudo 1 apontaram para uma forte similaridade na atribuição de adjetivos para o grupo dos nordestinos e negros. Esse processo de estereotipia foi similar ao encontrado em pesquisas realizadas dez anos antes com grupos de negros, o que demonstra uma constância do conteúdo destes estereótipos. O estudo 2 conteve a lista de adjetivos utilizada no estudo 1, além de medidas de preconceito e de identificação com o grupo dos negros e nordestinos. Como principal resultado foi evidenciada a existência de um processo de essencialização na categorização dos nordestinos, similar ao que ocorre com o grupo dos negros. Nesse sentido, os nordestinos não foram avaliados em termos das características de sua região, mas por estereótipos que remetiam a características naturais e biológicas, se aproximando assim das explicações existentes para justificar o preconceito racial. Para realização do estudo 3 foi desenvolvido um cenário onde ocorria uma suposta seleção injusta durante o processo de contratação para um cargo de vendedor em uma loja. O contexto de injustiça variou em duas condições, no primeiro um personagem de cor negra concorria à vaga com um personagem de cor branca, sendo que este último era contratado, mesmo ambos tendo as mesmas qualificações. Na segunda condição, a história era a mesma, sendo um personagem nordestino concorrendo com um candidato sulista pela vaga de vendedor, e este último foi o contratado. Cabia ao participante julgar a seleção como justa ou injusta e posteriormente explicar sua resposta. O resultado demonstrou uma similaridade nos repertórios discursivos tanto para a condição do personagem negro, quanto para a condição do personagem nordestino, o que corroborou os resultados dos estudos 1 e 2. Para realização dos estudos 4 e 5, foram utilizadas medidas de contato categorizadas de três formas: contato mantido na internet (número de amigos que os participantes possuíam exclusivamente no meio virtual); contato presencial (número de amigos que os participantes possuíam nas suas relações cotidianas); e contato estendido (número de amigos e parentes que os respondentes possuíam e que se relacionavam com o grupo dos negros e nordestinos). Os resultados do estudo 4 apresentaram o contato mantido na internet com os negros e nordestinos como melhor preditor da percepção da discriminação cometida contra esses grupos. O resultado do estudo 5 indicou que o contato mantido na internet com negros e nordestinos mediava a relação entre preconceito e discriminação, de forma que quanto maior o contato mantido com negros e nordestinos na internet, menores eram os índices de discriminação contra esses grupos. Tomados em conjunto, os resultados apontam que o contato via internet com negros e nordestinos pode ter um efeito positivo na construção de uma imagem mais positiva desses grupos.

Palavras chave: Preconceito, Discriminação, Estereótipos, Internet, Contato intergrupar

## ABSTRACT

The main objective of this thesis was to investigate the role of the contact maintained via internet with Blacks and Northeasterners in the relationship between prejudice and discrimination against these groups. To achieve the proposed objective, five studies were carried out. In the first three, the instruments that would later be used were developed, and the similarities and differences between regional and racial bias were established. In the last two studies, the aim was to investigate the role of types of contact (maintained on the Internet, in-person, and extended) in the perception of bias against groups of Blacks and Northeasterners, as well as their roles in mediating the relationship between prejudice and discrimination. To carry out study 1, a list of adjectives was used where participants chose the most representative features of the groups of Blacks and Northeasterners. The results of study 1 indicated a strong similarity in assigning adjectives to the group of Northeasterners and Blacks. This process of stereotyping was similar to that found in surveys conducted ten years earlier with groups of Blacks, which demonstrates a constancy of the content of these stereotypes. Study 2 contained the list of adjectives used in Study 1, as well as measures of prejudice and identification with the group of Blacks and Northeasterners. The main result was the evidence of the existence of a process of essentialization in the categorization of Northeasterners, similar to what happens with the group of Blacks. In this sense, the Northeasterners were not evaluated in terms of the characteristics of their region, but by stereotypes referencing natural and biological characteristics, thus approaching the existing explanations for racial prejudice. To conduct study 3, a scenario was developed where an alleged unfair selection occurred during the hiring process for a position as salesman in a store. The context of injustice varied over two conditions. In the first, a black person competing with a white person for the position, the latter was hired, even though both had the same qualifications. In the second condition, the story was the same, with a northeasterner competing with a southern candidate for the position as salesman, and the latter was hired. It was up to the participants to judge the selection as fair or unfair, and then explain their answers. The results showed a similarity in the discursive repertoires for both conditions: the Black individual and the Northeasterner, which corroborates the results of studies 1 and 2. To carry out studies 4 and 5, measures of contact were used, which were categorized in three ways: contact maintained via Internet (number of friends that participants had exclusively in the virtual environment); personal contact (number of friends that participants had in their everyday relationships); and extended contact (number of friends and relatives that respondents possessed and which were related to the group of Blacks and Northeasterners). The results of study 4 presented contact maintained on the internet with Blacks and Northeasterners as a better predictor of perceived discrimination committed against these groups. The result of study 5 indicated that the internet contact maintained with Blacks and Northeasterners mediated the relationship between prejudice and discrimination, such that the more contact maintained with Blacks and Northeasterners on the internet, the lower were the rates of discrimination against these groups. Taken together, the results indicate that contact via internet with Blacks and Northeasterners may have a positive effect in building a more positive image of these groups.

Keywords: Prejudice, Discrimination, Stereotypes, Internet, Intergroup Contact

## RESUMEN

El objetivo principal de esta tesis fue investigar el papel del contacto mantenido en internet con negros y nordestinos en relación al prejuicio y la discriminación contra estos grupos. Para alcanzar este objetivo se realizaron cinco estudios. En los tres primeros se desarrollaron los instrumentos que serían utilizados posteriormente, al tiempo que se establecieron las diferencias entre el prejuicio racial y el regional. En los dos últimos estudios se investigó el papel que juegan los tipos de contacto (mantenido a través de internet, presencial y extendido) en la percepción del prejuicio contra negros y nordestinos, así como sus funciones mediadoras en la relación entre prejuicio y discriminación. Para la realización del estudio 1 se utilizó una lista de adjetivos por medio de la cual los participantes escogían las características más representativas de negros y nordestinos. Los resultados del estudio 1 muestran una gran semejanza en la atribución de adjetivos para negros y nordestinos. Este proceso de estereotipia fue similar al encontrado en investigaciones realizadas diez años atrás con negros, lo que muestra la consistencia en el contenido de dichos estereotipos. El estudio 2 contenía la lista de adjetivos utilizada en el estudio 1, además de medidas de prejuicio e identificación con negros y nordestinos. El resultado principal fue la existencia de un proceso de esencialización en la categorización de los nordestinos semejante al observado con los negros. En este sentido, los nordestinos no fueron evaluados en función de las características de su región, sino mediante estereotipos que remitían a características naturales y biológicas, aproximándose de esta forma a los estereotipos utilizados para justificar el prejuicio racial. En el estudio 3 se utilizó un escenario en el que se daba una supuesta selección injusta para un puesto de vendedor en una tienda. Se utilizaron dos condiciones. En la primera dos sujetos, uno blanco y otro negro con idéntica preparación concurrían para el puesto, siendo el primero quien lo conseguía. En la segunda condición la historia era la misma, pero en este caso se trataba de dos candidatos diferentes: un nordestino y un sureño, siendo este último el contratado. Finalmente, los participantes en el estudio debían indicar si consideraban la selección realizada como justa o injusta y explicar su respuesta. Los resultados mostraron una semejanza entre los repertorios discursivos obtenidos tanto para la condición de personaje negro como para la de nordestino, lo que corrobora los resultados obtenidos en los estudios 1 y 2. Para la realización de los estudios 4 y 5 se utilizaron medidas de contacto que fueron categorizadas de tres maneras: contacto a través de internet (número de amigos que los participantes tenían exclusivamente por este medio); contacto presencial (número de amigos que los participantes tenían en sus relaciones cotidianas) y contacto extendido (número de amigos y parientes que tenían y que se relacionaban con nordestinos o negros). Los resultados del estudio 4 muestran que el contacto mantenido a través de internet es el mejor predictor de la percepción de discriminación contra ambos grupos. Los resultados del estudio 5 indicaron que el contacto mantenido a través de internet con negros y nordestinos mediaba la relación entre prejuicio y discriminación, de forma que cuanto mayor era el contacto mantenido con negros y nordestinos a través de internet menores eran los índices de discriminación contra esos grupos. En conjunto, los resultados apuntan a que el contacto a través de internet con negros y nordestinos puede tener un efecto positivo en la construcción de una imagen más positiva de ambos grupos.

Palabras clave: Prejuicio, Discriminación, Estereotipos, Internet, Contacto intergrupal

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	10
ESTEREÓTIPO E PRECONCEITO.....	10
1. O conceito de estereótipo .....	11
1.2. Estereótipos: processos e funções.....	13
1.1. O conteúdo dos estereótipos .....	16
1.1.1 A constância dos estereótipos.....	17
1.1.2 O modelo do conteúdo do estereótipo .....	19
1.4. Os estereótipos dos nordestinos e o processo de essencialização .....	22
2. O preconceito.....	27
2.1. Conceito.....	28
2.2. Racismo .....	31
2.2.1. Novas formas de racismo.....	34
2.3. Discriminação.....	39
Estudo I: Atualização e desenvolvimento dos instrumentos .....	41
5.1. Objetivo .....	41
Verificar quais os adjetivos são utilizados para caracterizar os negros e nordestinos. ..	41
5.2. Método.....	41
5.2.1. Participantes.....	41
5.2.2. Instrumento .....	42
5.2.3. Procedimento .....	43
5.3. Resultados.....	43
5.4. Considerações.....	47
Estudo II: Negros e nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais.....	50
5.5. Objetivos.....	50

5.6. Método.....	51
5.6.1. Participantes.....	51
5.6.2. Instrumento .....	51
5.6.3. Procedimento .....	54
5.7. Resultados.....	54
5.7.1. O conteúdo dos estereótipos .....	55
5.8. Considerações.....	68
CAPÍTULO II.....	71
AS NORMAS SOCIAIS E O PRECONCEITO .....	71
3. As normas sociais e o preconceito.....	72
3.1. Normas descritivas e normas prescritivas .....	74
3.2. A influência das normas sociais no comportamento preconceituoso .....	77
3.3. O Modelo da Discriminação Justificada.....	79
Estudo III – Análise do discurso da percepção de uma possível situação de injustiça ..	83
7.1. Objetivo .....	83
7.2. Método.....	83
7.2.1. Amostra.....	83
7.2.2. Instrumento .....	84
7.2.3. Procedimentos.....	87
7.2.4. Análise dos dados .....	87
7.3. Resultados.....	90
7.3.1. Percepção social do preconceito em função da cor do personagem .....	90
7.3.2. Percepção social do preconceito em função da origem geográfica do personagem .....	101
7.4. Considerações.....	113
CAPÍTULO III .....	115
A HIPÓTESE DO CONTATO.....	115

3. O preconceito na internet.....	117
4. A hipótese do contato .....	119
4.1. A hipótese do contato na internet .....	124
4.2. Os modelos do contato .....	130
4.2.1. O modelo da descategorização.....	131
4.2.2. O modelo da identidade intragrupal comum (ou recategorização).....	132
4.2.3. O modelo da diferenciação mútua .....	134
Estudo IV – Efeito dos diferentes tipos de contato na percepção social do preconceito contra nordestinos e negros. ....	137
6.1. Objetivos.....	138
6.2. Método.....	138
6.2.1. Amostra.....	138
6.2.2. Procedimento .....	140
6.2.3. Medidas e Instrumento.....	140
6.3. Resultados.....	143
6.4. Considerações.....	151
Estudo V – Função mediadora do contato mantido na internet no julgamento social da discriminação.....	154
8.1. Objetivos.....	154
8.2. Hipóteses .....	155
8.3. Método.....	155
8.3.1. Participantes.....	155
8.3.2. Procedimento .....	157
8.3.3. Medidas e Instrumento.....	157
8.3.4. Plano de análise dos dados.....	163
8.4. Resultados.....	164
8.5. Considerações.....	184

Conclusão Geral .....	189
REFERÊNCIAS .....	196
ANEXOS .....	212

## Lista de Tabelas

<b>TABELA 1</b> Comunidades do Orkut com conteúdo preconceituoso.....	6
<b>TABELA 2</b> Lista de adjetivos com aspectos positivos e negativos.....	42
<b>TABELA 3</b> Frequências de resposta para os adjetivos apontados como os mais importantes na representação de pessoas negras e nordestinos .....	44
<b>TABELA 4</b> Frequências de resposta para os adjetivos apontados como representantes de pessoas negras (n=50) e pessoas brancas (n=50).....	55
<b>TABELA 5</b> Frequências de resposta para os adjetivos apontados como representantes de nordestinos (n=50) e de pessoas do sul do país (n=50) .....	56
<b>TABELA 6</b> Relação entre tipos de opiniões (própria e da sociedade) e categorias de valência de adjetivos para as condições negros e brancos.....	59
<b>TABELA 7</b> Relação entre tipos de opiniões (própria e da sociedade) e categorias de valência de adjetivos para as condições nordestinos e pessoas do sul .....	59
<b>TABELA 8</b> Frequência de respostas afirmativas referentes à influência que a cor ou o fato de ser nordestino teriam nas situações sociais.....	61
<b>TABELA 9</b> Diferença entre as médias do grau de maior e menor constrangimento para as respostas que refletem a opinião própria, e a opinião da sociedade.....	65
<b>TABELA 10</b> Relação entre o grau de identificação (alto e baixo) e categorias de valência de adjetivos para as respostas que refletem a opinião da sociedade. ....	66
<b>TABELA 11</b> Descrição das técnicas de análise do Iramuteq adaptado de Camargo e Justo (2013b). ....	90
<b>TABELA 12</b> Palavras mais representativas da classe 2 .....	93
<b>TABELA 13</b> Palavras mais representativas da classe 1 .....	94
<b>TABELA 14</b> Palavras mais representativas da classe 3. ....	95
<b>TABELA 15</b> Palavras mais representativas da classe 4. ....	96
<b>TABELA 16</b> Palavras mais representativas da classe 1. ....	104
<b>TABELA 17</b> Palavras mais representativas da classe 2. ....	105
<b>TABELA 18</b> Palavras mais representativas da classe 3. ....	106
<b>TABELA 19</b> Palavras mais representativas da classe 4. ....	107

<b>TABELA 20</b> Distribuição dos participantes em relação às regiões do país .....	139
<b>TABELA 21</b> Comparação entre grupos de baixo e alto contato mantido com os nordestinos através da internet em função dos indicadores da percepção social do preconceito.....	145
<b>TABELA 22</b> Regressão Múltipla dos tipos de contato em função da percepção social da atribuição de adjetivos aos nordestinos (n = 137). .....	146
<b>TABELA 23</b> Regressão Múltipla dos tipos de contato com os negros em função da percepção da distância social. Amostra do sudeste (n = 80). .....	148
<b>TABELA 24</b> Comparação entre grupos de baixo e alto contato mantido com os negros através da internet em função dos indicadores da percepção social do preconceito. Amostra do nordeste (n = 128). .....	149
<b>TABELA 25</b> Regressão Múltipla dos tipos de contato com os negros em função da percepção da distancia social. Amostra do nordeste (n = 127) .....	150
<b>TABELA 26</b> Regressão Múltipla dos tipos de contato com os negros em função da percepção social das atribuições de adjetivos. Amostra do nordeste (n = 127) .....	150
<b>TABELA 27</b> Dados sócio-demográficos da amostra, distribuída em função do sexo, cor e classe social (N=129).....	156
<b>TABELA 28</b> Análise fatorial da lista de adjetivos atribuídos aos negros (n=71) e nordestinos (n=58).....	160
<b>Tabela 29</b> Coeficientes de correlação r de Pearson (bicaudal) entre as variáveis de contato, preconceito e discriminação.....	164
<b>TABELA 30</b> Coeficientes de correlação r de Pearson (bicaudal) entre as variáveis de contato, preconceito e discriminação para a condição de preconceito regional.....	175
<b>TABELA 31</b> Análises de mediação para as condições de preconceito regional e racial. ....	182

## Lista de Figuras

<i>Figura 1.</i> Predição dos estereótipos a partir das combinações entre status e interdependência.....	21
<i>Figura 2.</i> Mapa perceptual para preferências de adjetivos para o grupo dos nordestinos .....	46
<i>Figura 3.</i> Mapa perceptual para preferências de adjetivos para o grupo dos negros .....	47
<i>Figura 1.</i> Modelo da Discriminação Justificada. (Retirado de Pereira & Vala, 2010, p.5) .....	81
<i>Figura 4.</i> Protagonista negro e presença de justificativa para a discriminação. ....	85
<i>Figura 6.</i> Protagonista nordestino e presença de justificativa para a discriminação.....	86
<i>Figura 7.</i> Protagonista nordestino e ausência de justificativa para a discriminação. ....	86
<i>Figura 8.</i> Noções de corpus, texto e segmento de texto – adaptado de Camargo & Justo (2013b).....	89
<i>Figura 9</i> Análise em nuvem dos discursos para o contexto dos negros.....	91
<i>Figura 10.</i> CHD das categorias provenientes dos discursos à seleção do negro.....	92
<i>Figura 11.</i> Análise Fatorial de Correspondência – grupo dos negros. ....	97
<i>Figura 12.</i> Análise em nuvem dos discursos para o contexto dos negros. ....	102
<i>Figura 13.</i> CHD das categorias provenientes dos discursos à seleção do nordestino..	103
<i>Figura 14.</i> Análise Fatorial de Correspondência – grupo dos nordestinos .....	109
<i>Figura 15.</i> Estímulo inicial para julgamento social da discriminação. ....	158
<i>Figura 16.</i> Análise de mediação da adjetivação negativa como preditor, o contato presencial como mediador e a aceitação da justificativa para discriminação como variável dependente (n = 70). ....	166
<i>Figura 17.</i> Análise de mediação da adjetivação negativa como preditor, o contato pela internet como mediador e a aceitação da justificativa para discriminação como variável dependente (n = 70). ....	168
<i>Figura 18.</i> Análise de mediação da adjetivação negativa como preditor, o contato estendido como mediador e a aceitação da justificativa para discriminação como variável dependente (n = 70). ....	169

<i>Figura 19.</i> Análise de mediação da concordância com a discriminação como preditor, o contato presencial como mediador e a aceitação da justificativa para discriminação como variável dependente (n = 70). .....	170
<i>Figura 20.</i> Análise de mediação da adjetivação negativa como preditor, o contato pela internet como mediador e a atribuição de punição como variável dependente (n = 70). .....	171
<i>Figura 21.</i> Análise de mediação da concordância com a discriminação como preditor, o contato pela internet como mediador e a atribuição de punição como variável dependente (n = 70). .....	173
<i>Figura 22.</i> Análise de mediação da distância social como preditor, o contato pela internet como mediador e a atribuição de punição como variável dependente (n = 70). .....	174
<i>Figura 23.</i> Análise de mediação da adjetivação negativa como preditor, o contato presencial como mediador e a aceitação da justificativa como variável dependente (n = 58). .....	177
<i>Figura 24.</i> Análise de mediação da distância social como preditor, o contato presencial como mediador e a aceitação da justificativa como variável dependente (n = 58). .....	178
<i>Figura 25.</i> Análise de mediação da concordância com a discriminação como preditor, o contato pela internet como mediador e a punição atribuída como variável dependente (n = 58). .....	179
<i>Figura 26.</i> Análise de mediação da distância social como preditor, o contato pela internet como mediador e a punição atribuída como variável dependente (n = 58). .....	181

## **Lista de Siglas**

AFC- Análise Fatorial de Correspondência

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas

GPCP - Grupo de Pesquisa em Comportamento Político

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRAMUTEQ - *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*

MDJ - Modelo de Discriminação Justificada

MDS - Escalonamento Multidimensional

PSDB - Partido Social Democrático Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

UC – Unidade de contexto

UCE - Unidades de Contextos Elementares

UCI - Unidades de Contextos Iniciais

---

# APRESENTAÇÃO

---

Esta é uma tese que aborda três conceitos molares da psicologia social: o preconceito, a discriminação e os estereótipos. Os parágrafos seguintes apresentam brevemente cada um desses elementos bem como a forma que a relação entre eles tem sido concebida pela psicologia social.

Existem muitas definições para o preconceito. Uma das primeiras o considera como um sentimento de antipatia que estrutura-se em uma generalização errada e inflexível atribuída a um grupo (Allport, 1954). Por ser uma atitude, se constitui em julgamentos antecipados e possui componentes cognitivos (crenças e estereótipos), afetivos (antipatia e aversão) e disposicionais ou volitivos (tendência para a discriminação) (Lima, 2011).

Ao longo da história da psicologia social muitos estudos foram desenvolvidos sobre o preconceito. Esses estudos focavam desde causas psicológicas para explicar o fenômeno, limitando-se a determinantes individuais, passando pela perspectiva das relações intergrupais, até uma abordagem societal, na qual o comportamento entre os grupos passou a ser visto a partir das relações de poder existentes entre eles, que produzem representações ideológicas para justificar a expressão de atitudes depreciativas (Lacerda, Pereira, & Camino, 2002)

Por fazer parte da dimensão cognitiva do preconceito, os estereótipos assumem destaque nas pesquisas sobre o tema, principalmente quando estas encontravam-se sob a influência dos estudos da cognição social e explicavam o preconceito por meio dos vieses psicológicos. Os estereótipos podem ser definidos como crenças sobre as características dos grupos sociais e seus membros (Fiske, 1998). São estruturas cognitivas resultantes do processo de generalização, crenças compartilhadas pela sociedade sobre uma categoria social que ajudam a explicar a realidade social (Morales & Moys, 1996; Techio, 2011).

Já a discriminação, frequentemente, é o resultado da materialização do preconceito, onde os sentimentos de hostilidade juntamente com as crenças estereotipadas levariam ao comportamento de tratamento desigual, hostilidade nas expressões verbais e comportamentos agressivos (Torres & Faria, 2008). São comportamentos hostis dirigidos a grupos específicos ou a membros pertencentes a esse grupo, afirmando assim as ideias de Allport (1954).

Dessa forma, os estereótipos, juntamente com a discriminação, constituem dimensões específicas da atitude preconceituosa. Enquanto que o primeiro envolve os processos que irão categorizar e generalizar as marcas que distinguem os grupos, o segundo é o resultante comportamental dos afetos negativos e das crenças estereotipadas.

Um dos principais fatores considerados na relação entre o preconceito e a discriminação é o contato mantido com os membros do grupo alvo do preconceito. Em uma tentativa de se determinar formas de reduzir o preconceito e a discriminação, Gordon Allport (1979) elaborou uma proposta denominada hipótese do contato. Essa hipótese parte da premissa que o contato mantido entre os membros dos grupos pode reduzir o preconceito desde que sejam salvaguardadas algumas condições como: igualdade de status na interação dos grupos, desenvolvimento de atividades de cooperação, objetivos comuns e que haja apoio institucional em forma de normas, leis e costumes.

A hipótese do contato levou ao desenvolvimento de outros modelos que tentam aperfeiçoar as condições necessárias que levam a redução ou eliminação do preconceito e da discriminação. Dentre esses modelos três se destacam o modelo de descategorização de Brewer e Miller (1984), que propõe que as relações sejam realizadas mais ao nível interpessoal de forma a se reduzir a importância da categoria e, conseqüentemente, a percepção das diferenças entre os grupos. O modelo da recategorização de Gaertner e Dovidio (2000), que propõe a criação de um grupo supraordenado, de forma que membros

de diferentes grupos compartilhem de uma mesma identidade redesenhada. E o modelo da diferenciação mútua de Brown (1995), que ressalta a necessidade de se manter as identidades originais dos membros de cada grupo, mas enfatizando a interdependência positiva ou cooperação entre eles.

Todas essas possibilidades se apresentam hoje em um novo cenário tecnológico que reformulou o modo como nos comunicamos e nos relacionamos no mundo. A internet é hoje um espaço com características próprias que atua na mediação dos diversos fenômenos sociais. Muitos aspectos positivos e negativos são atribuídos à sua utilização, sem que ainda se tenham determinado de fato as reais consequências de seu uso. A única certeza em relação ao tema é que a internet já se encontra inserida na sociedade moderna e tornou-se um mecanismo indispensável no cotidiano da maior parte da população. Torna-se necessário então compreender de que forma o preconceito atua no espaço virtual, e de que maneira este poderia ser utilizado na tentativa de se reduzir seus efeitos.

Tendo esse quadro teórico em tela, esta tese teve por objetivo principal investigar o papel do contato mantido pela internet com os negros e nordestinos na relação entre o preconceito e a discriminação contra esses grupos.

O interesse para realização dessa tese surgiu de acontecimentos ocorridos durante o período de pós-eleição no país, mais precisamente em 31 de outubro de 2010. A disputa eleitoral que antecedeu a vitória de Dilma Rousseff foi marcada por uma corrida presidencial bastante acirrada com o candidato José Serra no segundo turno.

Considerada como sucessora do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) Dilma Rousseff sofreu várias críticas que tiveram sua gênese em programas do governo anterior que eram direcionados à população de baixa renda como: O Bolsa-Família (beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza), o Bolsa Escola e o Fome Zero. Mas mesmo com as críticas, após a apuração

das urnas no segundo turno, a candidata Dilma Rousseff venceu as eleições do país com 55.752.483 dos votos (56,05%), que representou uma diferença de 12.041.321 votos em relação ao seu concorrente José Serra (“Eleição presidencial”, 2010).

Partindo de afirmações de que o nordeste do país, em sua quase totalidade, apoiava a candidata Dilma, grupos que apoiavam o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) manifestaram-se contra esta comunidade. Atribuíram aos nordestinos a vitória da candidata, uma vez que constituía-se de uma região consideravelmente populosa no Brasil. Tais protestos persistiram mesmo quando jornais do país demonstraram que não foi no nordeste onde foi decidida a eleição da atual presidente, uma vez que ela venceria o candidato do PSDB, José Serra, mesmo sem os votos das regiões Norte e Nordeste. Foram justamente os dois estados do Sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro), considerados os maiores colégios eleitorais do Brasil, que deram a vitória a Dilma (Sobrinho & Polato, 2010).

Dentre os diversos protestos que aconteceram na internet, um se destacou pelo teor agressivo utilizado contra os nordestinos. A jovem Mayara Petruso de 21 anos, estudante de direito da Faculdade Metropolitana Unida (FMU), chocou o Brasil ao “culpar” os nordestinos pela vitória da candidata Dilma e ao afirmar que estes deveriam morrer afogados a fim de se melhorar a condição do país. A jovem, fazendo uso do *Twitter*, mandou a seguinte mensagem: “*Nordestino não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado!*”. Também postou em sua página do *Facebook*: “*AFUNDA BRASIL! Deem direito de voto pros nordestinos e afundem o país de quem trabalha pra sustentar os vagabundos que fazem filho pra ganhar o bolsa 171*” (“Correio Braziliense”, 2010; Kioshi, 2010).

Para além desses acontecimentos, foram verificadas outras manifestações com conteúdo discriminatório contra os nordestinos na internet. Um exemplo dessa

manifestação foi a criação, ou adesão, a comunidades virtuais que continham textos com preconceito regional. Um breve levantamento realizado no Orkut pelo Grupo de Pesquisa em Comportamento Político (GPCP) na época dos ataques aos nordestinos verificou a existência das comunidades virtuais apresentadas na Tabela 1.

**TABELA 1**  
Comunidades do Orkut com conteúdo preconceituoso<sup>1</sup>

Nome da comunidade	Número de membros		
	08/11/10	14/11/10	23/11/10
Não queremos nordestinos em SP	485	501	512
Eu odeio nordestino	444	486	502
Odeio sotaque/povo nordestino!	226	238	240
Nós amamos Mayara Petruso	82	111	120
Nós Apoiamos Mayara Petruso	328	373	386
Devolvam o Nordeste pra Africa	599	600	607
Lugar de nordestino é no nordeste	-	158	170
Odeio vizinho Paraíba/baiano	-	576	580
<b>Total</b>	2164	2843	3117

É importante ressaltar que o número de membros de uma comunidade virtual não reflete necessariamente o número de sujeitos que concordam com seu conteúdo, uma vez que alguns usuários da internet tornam-se membros da comunidade para poder protestar a mesma em seus fóruns de discussão.

A forma de debate desses grupos pode ser exemplificada pela reprodução de alguns trechos dos depoimentos de usuários da comunidade “Eu odeio nordestino” após a ocorrência da enchente no nordeste:

<sup>1</sup> Na época das manifestações contra os nordestinos, como resultado do processo eleitoral, o Orkut era uma das maiores redes sociais utilizadas no mundo, principalmente pelos brasileiros, que constituíam a maior população de usuários. Devido à popularidade e desenvolvimento de outras redes sociais o Orkut deixou de funcionar oficialmente no dia 30 de setembro de 2014.

*Membro 1:* “Pessoal com essas enchentes no nordeste acho que os cabeçudos vão vir em massa pra SP, to muito preocupada com isso”.

*Membro 2:* “nem fala isso vai acabar sendo mais um motivo pra eles querer vir tudo pra SP”.

*Membro 3:* “Tudo pra eles é desculpa pra vim em SP, a seca ou o molhado!!! bando de FDP”.

*Membro 3:* “Seria bom se todos morressem na enchente, afinal nordestino é um animal que não sabe nadar!!!”.

*Membro 1:* “São um bando de lixo de ratos que só vem pra entupir buero, cambada de terra seca”.

*Membro 4:* “Na minha opinião são muito pior que ratos. Fiquem no nordeste seus capixaba nojento.”

Além destes fatos, se considerarmos a condição socioeconômica dos nordestinos em relação às demais regiões do país, iremos encontrar uma desvantagem similar às encontradas para as diferenças raciais. Apesar da contínua melhora da condição econômica na região nordeste (a renda no nordeste foi a que mais cresceu até o ano de 2009), de forma absoluta ainda é a região que apresenta a renda média mensal mais baixa (Nordeste: R\$ 734; Norte: R\$ 921; Sul: R\$ 1.251; Sudeste: R\$ 1.255; Centro-Oeste: R\$ 1.309; dados referentes a 2009) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Essa escassez de condições se reflete no processo de migração dos nordestinos para regiões localizadas ao sul do país em busca de melhores condições. Esse movimento de migração é apontado como um dos motivos pelos quais é expresso o preconceito contra os nordestinos pelas pessoas do sudeste do país.

Apesar do interesse nesta tese ter surgido do preconceito na internet contra o grupo dos nordestinos, no decorrer da mesma, o preconceito regional será avaliado em conjunto com o preconceito racial. Essa decisão foi tomada mediante à necessidade de um critério de comparação dos nordestinos como outro grupo que já possui as normas anti-preconceito salientes na sociedade. Como o racismo é um tema extensamente debatido na literatura científica e na mídia, a comparação do preconceito contra os nordestinos com o preconceito contra os negros permitirá a criação de um parâmetro válido para discutir os resultados encontrados.

Para alcançar o objetivo proposto, esta tese foi organizada em três capítulos. No primeiro foi feita uma revisão sobre os estudos dos estereótipos, destacando suas funções e importância nas pesquisas sobre o preconceito, bem como as distinções entre os conceitos de preconceito e discriminação. O estudo dos estereótipos, no processo de diferenciação grupal, se apresentou como alternativa para o desenvolvimento de parte dos instrumentos que foram utilizados ao longo da presente tese, bem como para estabelecer parâmetros de comparação entre o grupo dos negros e nordestinos. Ao final do capítulo são apresentados os primeiros estudos onde foram desenvolvidos os instrumentos que seriam utilizados na tese, bem como foram debatidas as similaridades e diferenças entre o preconceito racial e regional.

No capítulo seguinte são apresentados os estudos que buscam demonstrar o papel das normas sociais na dinâmica do comportamento preconceituoso. É destacada a função moderadora das normas em situações específicas de discriminação bem como o Modelo da Discriminação Justificada. Ao final do capítulo é apresentado o terceiro estudo em que foi analisado o conteúdo discursivo dos respondentes frente a uma suposta situação de discriminação, e para tanto considera o papel das normas sociais na manifestação do preconceito.

O terceiro capítulo consta de uma revisão de como a teoria do contato apresenta-se como uma das principais alternativas na busca de redução do preconceito e da discriminação levantam a questão de como tal teoria se aplica aos contatos mediados pela internet. Foram realizados os dois últimos estudos, onde se buscou investigar o papel dos diferentes tipos de contato na percepção do preconceito contra os grupos dos negros e dos nordestinos, além de suas funções mediadoras na relação entre o preconceito e à discriminação. Tomados em conjunto, os resultados apontam que o contato via internet com negros e nordestinos pode ter um efeito positivo na construção de uma imagem mais favorável desses grupos.

---

**CAPÍTULO I**

**ESTEREÓTIPO E PRECONCEITO**

---

Desde quando nascemos somos ensinados a ver o mundo que nos cerca em termos de categorias: homens, mulheres, brancos, negros, carros, bonecas, cachorros, gatos, brasileiros, estrangeiros. Todos estes rótulos passam a constituir o plano de fundo através do qual percebemos o mundo que nos rodeia e nos ajudam a construir a noção de quem somos.

À medida que crescemos esses rótulos vão tomando uma forma mais cristalizada. O conhecimento que temos do mundo se dá através do posicionamento de novos objetos e informações em estruturas de conhecimento já organizadas, ou pela formação de novas estruturas que possam agrupar a nova informação. Muitas dessas crenças são compartilhadas socialmente e podem ser definidas como estereótipos, que constituem o aspecto cognitivo do preconceito.

Os tópicos seguintes apresentarão as definições dos estereótipos, seus estudos e funções. Em seguida serão debatidas as atuais formas de manifestação do preconceito e sua dimensão comportamental, a saber a discriminação.

## **1. O conceito de estereótipo**

A origem da palavra estereótipo, segundo Brown (1995) e Gonzáles-Castro e Ubillos (2011), é datada de 1794 e provém do trabalho do impressor francês Firmin Didot, que a utilizou para batizar a criação da técnica de impressão que consiste em duplicar um molde padrão de uma imagem ou figura em uma única página. Dito de outra forma, esse molde é uma referência que, uma vez criada, se repete para as demais impressões. Partindo dessa ideia, Lippman (1922) popularizou o termo nas ciências sociais ao afirmar que os estereótipos criam e modelam nosso mundo (Gonzáles-Castro & Ubillos, 2011).

Segundo Allport (1954), os estereótipos são uma maneira de organizar o mundo em categorias mais fáceis de manejar. Os estereótipos geralmente estão associados a características como raça, gênero, aparência física, origem geográfica ou social, bem como aspectos relativos à identidade como religião e política (Miller, 1982, como citado em Marques & Paéz, 2006). Eles se referem geralmente às características dos grupos sociais (Fernandes, Da Costa, Camino, & Mendonza, 2011). Para Gonzales-Castro e Ubillos (2011) pode-se definir os estereótipos como um fenômeno coletivo que, apesar de não representar o mundo real, guiam nossos comportamentos e pensamentos. Fiske (1998) conceitua estereótipos como crenças acerca das características dos grupos sociais e de seus membros que se transmitem para a sociedade e que podem ser aceitas tanto por uma pessoa quanto pelos grupos.

Pelas definições apresentadas para os estereótipos, podemos observar que os mesmos são crenças construídas e socialmente compartilhadas que nos ajudam a organizar o mundo ao nosso redor. As crenças, de modo geral, podem ser entendidas como “conteúdos mentais de natureza simbólica, cuja influência na cognição é manifestada na percepção e na interpretação que o percebedor faz de sua experiência social” (Kruger, 2004, p.32). Para Kruger (2004), as crenças podem ser conceituadas através de dois vieses: o primeiro, onde as crenças são pessoais e explicam um julgamento a respeito de alguém; e o segundo, onde são consideradas crenças compartilhadas, onde se encontram os estereótipos.

Neste sentido, na psicologia social há duas vertentes que estudam os estereótipos. A primeira é a perspectiva individual que considera os estereótipos como sendo representações na mente dos indivíduos. Essa perspectiva é estudada na psicologia social pela orientação teórica da Cognição Social caracterizada pela “ênfase atribuída ao conceito de mediadores cognitivos e a tentativa de identificar a maneira pela qual estes

dispositivos mentais se inserem em uma posição intermediária entre o mundo dos estímulos sociais e as manifestações comportamentais investigadas pelos psicólogos sociais” (Pereira, 2011, p.104). A segunda é a perspectiva sociológica, onde os estereótipos são representados socialmente, sendo elementos culturais compartilhados (Willis, Rodríguez-Bailón, & Moya, 2011).

Dentro da perspectiva individual, os estereótipos são definidos como estruturas cognitivas de conhecimento que incluem crenças e expectativas acerca de distintos grupos sociais (Hamilton & Sherman, 1994). Segundo Willis, Bailón e Moya (2011) os estereótipos são considerados uma mistura de representações abstratas e exemplos concretos. Como exemplo os autores citam os estereótipos atribuídos aos alemães, onde o conhecimento abstrato remete a características como trabalhadores, inteligentes, etc, e as representações concretas nos remetem a membros prototípicos como Hitler, Ángela Merkel, Michael Schumacher, dentre outros.

Já a perspectiva sociológica assume a sociedade como a unidade de análise, considerando esta a base do conhecimento armazenado (Willis et al., 2011). Sendo assim, os estereótipos são um tipo de informação pública construída e compartilhada pela sociedade. As duas perspectivas se complementam, a visão individualista foca o processo pelo qual os estereótipos são adquiridos na interação social e como deles se fazem uso; e a sociológica se centra no conteúdo dos estereótipos (Cuddy, Fiske, & Glick, 2008). Marques e Paéz (2006) afirmam não ser possível tentar explicar este fenômeno a partir de uma única ótica sem incorrer em reducionismo.

## **1.2. Estereótipos: processos e funções**

Os estereótipos estão fundamentados em três processos centrais: categorização, identidade social e comparação social (Tajfel, 1983).

A categorização pode ser entendida como um processo cognitivo proveniente da percepção social, sendo um ponto fundamental no processo de organização das informações. Para Tajfel (1983), categorizar qualquer objeto, seja ele físico, social ou abstrato, baseia-se na adoção de critérios que orientam a divisão em grupos distintos através de uma série de aspectos que se assemelham dentro de uma dada categoria. Neste sentido, os estereótipos sociais formados a partir do “encaixe” de indivíduos em determinadas categorias sociais, não só teria a função de organizar o mundo para torná-lo inteligível, mas também como um facilitador para a justificativa as diferenças entre os grupos (Amâncio, 2006).

No processo de identidade social os indivíduos pertencentes a uma categoria têm a necessidade de manter um senso positivo pessoal e social. Neste processo de categorização, os indivíduos tendem a salientar os aspectos positivos do grupo de pertença e depreciar os aspectos negativos do grupo de comparação (Tajfel, 1983). Esta identidade seria construída a partir do sentimento de pertença a um determinado grupo mais o valor desta pertença (Tajfel, 1970; Tajfel & Turner, 1979). A partir desta ótica, é a identidade social que dá realidade psicológica ao termo “grupo” para seus membros e também é o que permite aos membros do grupo ficarem unidos em suas percepções e comportamentos coletivos (Huici & Ros, 1993; Onorato & Turner, 2004; Reynolds et al., 2007; Turner, 1980, 1988; Turner, Brown, & Tajfel, 1979; Turner & Oakes, 1986).

Não obstante, a classificação de indivíduos e o posicionamento destes frente a distintos grupos não ocorrem num vácuo social, separado das implicações sociais e dos sentimentos associados a outros grupos. Para que essa dinâmica seja compreendida é necessário analisá-la no processo de comparação social.

O princípio de diferenciação poderia ser considerado como parte do fenômeno do etnocentrismo, só podendo ser compreendido dentro do contexto das relações grupais e através das funções provenientes das comparações sociais. A diferenciação grupal tem a função de aumentar a coesão intragrupal, possibilitando melhores condições de sobrevivência (Tajfel, 1983). Como consequência, haveria a intensificação das características peculiares ao endogrupo e a diferenciação com o exogrupo (Torres & Camino, 2011).

Esses processos em conjunto permitem explicar como grupos distintos estabelecem a base para justificar a distância social que percebem entre si. Essa distinção entre “nós” e “eles” assume forma em um padrão de atribuições positivas ao endogrupo e negativas ao exogrupo. Entretanto, para se compreender a atribuição de estereótipos devemos ir além dos processos, levando a discussão para a funcionalidade desse fenômeno. Dito de outra forma, no que concerne às funções, podemos nos perguntar: para que servem os estereótipos?

Esta questão foi abordada por Tajfel (1981) ao apontar uma dupla funcionalidade do fenômeno: a função individual e a social. Dentre as funções individuais dos estereótipos encontra-se o papel da economia cognitiva que serve para ordenar, categorizar e estruturar a percepção da realidade, acentuando as diferenças intergrupais e as semelhanças intragrupais (De Cremer, 2001, como citado em Techio, 2011). Tajfel (1981) acrescenta ainda outra função aos estereótipos ao considerar a importância de preservar os valores individuais. Isto porque dentro da conjuntura social, os estereótipos apresentam conteúdo valorativo, uma vez que também são usados para manter a autoimagem positiva.

Tendo como base as teorias das relações intergrupais (Tajfel, 1981) destacam-se três funções sociais dos estereótipos, que são:

- Explicação e busca de causalidade social – os estereótipos são usados para explicar acontecimentos complexos e de caráter negativo. Por exemplo, justificar ações cometidas pelos exogrupos, exagerando os aspectos negativos dos mesmos;
- Diferenciação social – os estereótipos orientam as pessoas a situarem seu grupo de pertença em detrimento do grupo de comparação. Ajudam a diferenciação positiva do endogrupo, avaliando positivamente características relevantes para a manutenção da autoestima;
- Justificação social – a divisão social, a conjuntura dos valores, que justifica as ações dirigidas a determinados grupos é reforçada pelos estereótipos.

É importante ressaltar que, por se tratar de um processo natural de categorização, os estereótipos não são, em essência, nem positivos nem negativos. Na verdade são mecanismos necessários para a organização e compreensão do mundo. Nas palavras proferidas em uma palestra em Julho de 2009 pela escritora africana Chimamanda Adichie: “o problema dos estereótipos não é que eles são errados, mas são incompletos”. Nesse sentido, o problema do preconceito não estaria no processo de estereotipia em si, senão no modo como se configuram as relações sociais.

Para se analisar como se dão as relações sociais deve-se não apenas frisar os processos e funções dos estereótipos, mas também como seus conteúdos são atribuídos dentro da dinâmica social.

### **1.3. O conteúdo dos estereótipos**

Uma vez apresentadas as definições dos estereótipos, seus processos e funções, serão apresentados a seguir os estudos clássicos sobre o tema que demonstram sua relativa constância ao longo do tempo, bem como a teoria do conteúdo dos estereótipos.

### **1.3.1 A constância dos estereótipos**

Em a uma revisão da literatura sobre os estudos dos estereótipos Pereira, Ferreira, Martins e Cupertino (2002) destacam a importância de uma série de estudos realizados na Universidade de Princeton, entre as décadas de 1930 e 1960, que ficaram conhecidos como a “Trilogia de Princeton”. Esses trabalhos buscaram verificar a atribuição e constância dos estereótipos ao longo do tempo para determinados grupos sociais, e serviram de base para uma série de pesquisas posteriores sobre o tema.

O primeiro dos estudos foi realizado por Katz e Braly (1933, 1935), onde observaram que participantes de diversos estudos relativos à raça e nacionalidade classificavam os membros dos grupos de forma muito similar. Diante de tal observação, os autores solicitaram a 100 estudantes da universidade de Princeton que apontassem os cinco traços, dentre uma lista previamente elaborada com 84 adjetivos, que consideravam como os mais característicos para dez grupos específicos: Alemães, Judeus, Negros, Americanos, Irlandeses, Ingleses, Italianos, Chineses, Japoneses e Turcos (Katz & Braly, 1933). Como resultado, os autores observaram que existia um elevado grau de concordância entre os estudantes no que se referia aos dez grupos-alvo, principalmente para o grupo dos negros e dos judeus, onde o grau de concordância dos adjetivos selecionados era cerca de 75% entre os participantes.

Posteriormente, a preocupação dos pesquisadores se voltou para a persistência dos estereótipos ao longo do tempo. Gilbert (1951), um dos primeiros a levantar essa questão, reproduziu o experimento de Katz e Braly (1933) na Universidade de Princeton dezoito anos depois. Como resultado, Gilbert constatou que, em termos de conteúdo, as características escolhidas mais frequentemente nos estudos anteriores para descrever os grupos-alvo permaneceram as mesmas. Entretanto, foi verificada uma menor tendência

em generalizar os estereótipos relativos a cada grupo. Dessa forma, os negros eram definidos no estudo original de 1933 por meio de cinco estereótipos, enquanto que na replicação de Gilbert eram utilizados doze estereótipos para o mesmo grupo. Apesar dessa mudança, a escolha dos adjetivos demonstrou ser estável ao longo dessas duas gerações.

Dando continuidade à série de estudos dos estereótipos, Karlins et al. (1969) replicaram o estudo de Gilbert (1951), mas agora com a terceira geração de estudantes de Princeton. Assim como foi verificado no estudo de Gilbert (1951), houve uma redução na generalização dos estereótipos feita pelos alunos, o que indiretamente apontava para uma maior resistência na utilização de determinadas características na definição do grupo-alvo. Em relação ao conteúdo, houve uma similaridade entre as avaliações realizadas pelos estudantes pertencentes as três gerações.

Tomados em conjunto, a Trilogia de Princeton demonstrou que ao longo das gerações os estereótipos veiculados pelos estudantes desta universidade permaneceram relativamente inalteráveis. Apesar destas pesquisas clássicas serem estruturadas sob a perspectiva de que os estereótipos tendem a permanecer imutáveis ao longo do tempo, constata-se a existência de leves mudanças em decorrência do desenvolvimento sociocultural e das crenças gerais (Oakes, Haslam, & Turner, 1994).

Algumas das pesquisas recentes corroboram a constância dos estereótipos ao longo do tempo (Cuddy, Fiske, Kwan, Glick, Demoulin, Leyens, Bond, Croizet, Ellemers, & Sleebos, 2009; Cuddy, Fiske, Kwan, Glick, Demoulin, Leyens, Bond, Croizet, Ellemers, Sleebos, Htun, et al, 2009), isto provavelmente não se deve unicamente ao aspecto cognitivo dos estereótipos, senão ao modo como as relações sociais estão estruturadas. São observadas mudanças sutis, periféricas, nas atribuições de adjetivos para os grupos minoritários com o passar dos anos, sem, no entanto, haver alteração do *status quo* que os separa dos grupos majoritários. O tópico seguinte apresenta como o

conteúdo dos estereótipos pode ser previsto através de indicadores sociais e as possíveis consequências deste conteúdo nas relações intergrupais.

### **1.3.2 O modelo do conteúdo do estereótipo**

Segundo Techio (2011), a orientação dominante nos estudos dos estereótipos baseados nos trabalhos de Allport (1954), *The Nature of Prejudice*, e de Asch (1946), referente à formação de impressões, tem centrado a classificação do conteúdo dos estereótipos em duas dimensões: Competência e Sociabilidade. A primeira reúne aspectos como poder, *status* e instrumentalidade, enquanto a última, aspectos como expressividade e afetividade. No entanto, esta dicotomização pode, dependendo do contexto, modificar a semântica dos estereótipos, o que aponta para o seu caráter ambivalente. Esta categorização dicotômica reflete o posicionamento de Fiske, Xu, Cuddy e Glick (1999) ao apresentarem a teoria do Modelo do Conteúdo do Estereótipo.

De acordo com esta teoria, os grupos com baixo *status* são caracterizados com atributos de baixa competência e alta sociabilidade, enquanto os grupos de alto *status* com atributos ligados à competência e baixa sociabilidade (Techio, 2011). Fiske, Xu, Cuddy e Glick (1999) apontam que os conteúdos dos estereótipos são produzidos através das relações socioestruturais, baseando-se nas relações grupais de competitividade ou cooperação. Esta teoria aponta que o *status* global prediz a competência, enquanto que a interdependência prediz a sociabilidade. Neste sentido, os grupos de alto *status* são cobiçados, mas não queridos, e os grupos de alta sociabilidade, por terem baixo *status*, são queridos, mas não cobiçados.

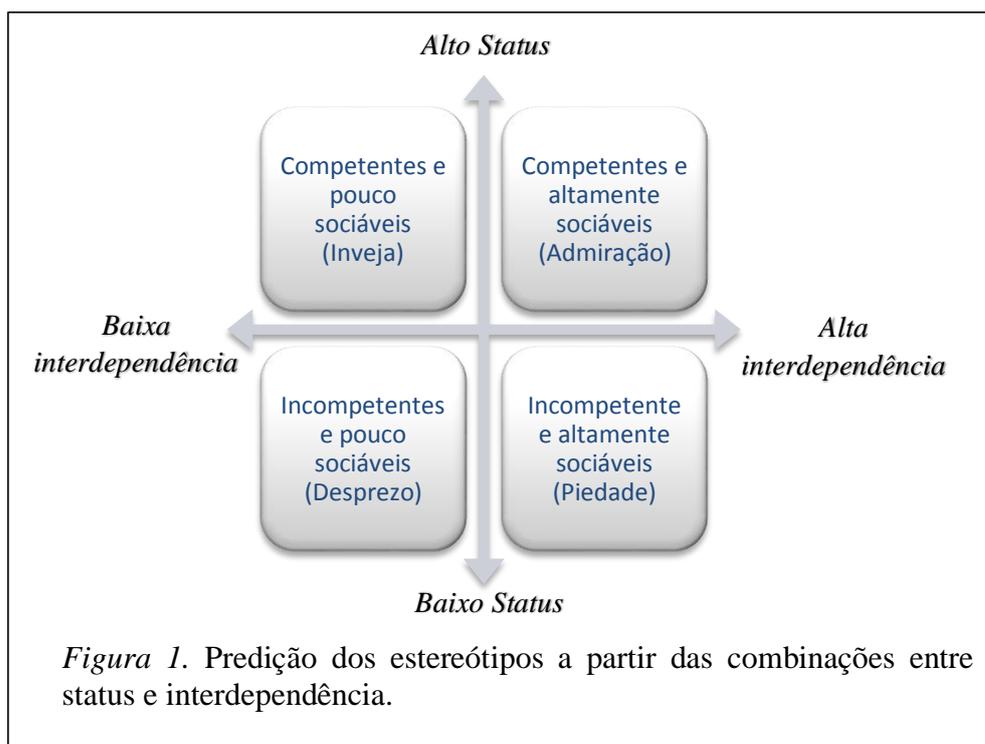
Sendo assim, segundo Cuddy, Fiske e Glick (2008), o modelo do conteúdo do estereótipo apresenta as seguintes premissas:

1. Os estereótipos incluem características ou traços;
2. Os estereótipos podem ser ambivalentes;
3. As condições estruturais são a origem dos estereótipos;
4. Os estereótipos causam diferentes emoções e comportamentos nos grupos estereotipados.

Dessa forma, tendo como base as relações socioestruturais, esse modelo é uma estrutura que descreve e tenta prever como os grupos são ordenados em uma dada sociedade, e como a posição de um grupo nesta ordenação encontra-se relacionada com os tipos de discriminação que seus membros possam vir a sofrer (Bergsieker, Leslie, Constantine & Fiske, 2012). Uma vez que os estereótipos possam ser enquadrados em uma das duas dimensões (sociabilidade e competência), estes podem ser positivos em uma dimensão e negativos em outra. A atribuição positiva em uma das dimensões não reflete, necessariamente, uma contrariedade à discriminação, mas na verdade podem estar funcionalmente coerente com os estereótipos negativos da outra dimensão (Fiske, Cuddy, Xu & Glick, 1999, 2002).

Dessa forma, os estereótipos são ambivalentes, e tal ambivalência se manifesta nas atitudes intergrupais (Tehio, 2011). Segundo este modelo, cada uma das combinações entre sociabilidade e competência atribuída aos grupos levaria a um padrão único de relação intergrupar. Assim, a piedade seria o resultado de uma alta sociabilidade, mas baixa competência; já a inveja seria o produto da alta competência e baixa sociabilidade, e o desprezo seria a reação à baixa sociabilidade e competência (Fiske et al., 2002). A inveja e o desprezo se configuram em situações de conflito, enquanto que a piedade seria uma forma de cooperação, mas que acaba por manter a distância social.

Podemos tomar como exemplo o grupo dos asiáticos que são considerados como um grupo minoritário com alto *status*, o que vai levar a uma atribuição de grupo extremamente competente, porém com baixa interdependência, o que levaria a percepção de baixa sociabilidade. Assim, entre o grupo de americanos brancos e o grupo de asiáticos se percebe uma relação de competitividade, uma vez que este último é visto com menor grau de sociabilidade (Willis, Rodriguez-Bailon & Moya, 2011). No caso dos brasileiros, por terem baixo status e alta interdependência, são percebidos como pouco competentes e com alta sociabilidade, o que não levaria a relações de competição, mas de piedade. A figura seguinte apresenta a predição dos estereótipos a partir das combinações entre a percepção do status e interdependência. É importante ressaltar que a combinação resultante da alta competência e alta sociabilidade levaria a uma relação social de admiração e que tal combinação dificilmente seria encontrada nos grupos sociais.



A partir do modelo de Fiske et al. (2002), pode-se estudar como se dá a formação dos conteúdos dos estereótipos regionais. É comum, dentro de um mesmo país, os integrantes da nação terem diferentes visões a respeito de seus compatriotas, pelo fato de morarem em outra região que tem um estilo de vida diferente. Os estereótipos regionais fazem alusão a uma visão positiva ou negativa generalizada sobre determinada região geográfica (Techio, 2011).

Segundo Techio (2011), é possível prever e esperar determinadas ações a partir da saliência de determinados estereótipos. A autora observou em seus estudos que no Brasil, país que apresenta características culturais coletivistas, as regiões de maior desenvolvimento socioeconômico (região sul do país) são percebidas como mais competentes, mais competitivas, de maior *status* social e menos sociáveis. E as regiões menos desenvolvidas (região nordeste do país) são avaliadas como mais sociáveis, menos competentes, menos competitivas e de menor *status* social.

Esse padrão de atribuição, muitas vezes resulta em uma visão negativa dos nordestinos em relação às demais regiões do país. Essa atribuição pode levar a atitudes preconceituosas similares às sofridas por outros grupos minoritários, tal como o grupo dos negros. O tópico seguinte traz alguns exemplos dos estereótipos atribuídos aos nordestinos e como o processo de essencialização poderia ser utilizado para explicar a categorização desse grupo.

#### **1.4. Os estereótipos dos nordestinos e o processo de essencialização**

Apesar de haver leis que proíbem qualquer prática discriminatória, os eventos ligados ao preconceito contra pessoas de diferentes regiões continuam ocorrendo. Estereótipos negativos atribuídos ao grupo dos nordestinos têm sido cada vez mais

frequentes na mídia, fazendo com que este grupo regional seja percebido cada vez mais como inferior às demais regiões.

Num estudo com adolescentes de idade média de doze anos Alencar (1985), investigou os estereótipos referentes a grupos regionais. Através da mensuração de doze atributos (inteligente, alegre, bonito, preguiçoso, desconfiado, corajoso, irresponsável, "pão-duro", esperto, convencido, conversador e honesto) foram comparados cariocas, gaúchos, paulistas, mineiros e nordestinos. Constatou-se que os nordestinos foram caracterizados como corajosos, honestos, pouco inteligentes, alegres, bonitos, espertos, convencidos e "pão-duros", indicando uma visão estereotípica dos nordestinos entre as crianças e adolescentes pesquisados.

Analisando a noção de sociabilidade como uma prática para a construção da identidade, afirmação de valores e reforço de relações, Rezende (2001) observou as consequências da inserção de cariocas em grupo nordestinos através da participação de jovens do Rio de Janeiro na Feira de São Cristóvão, realizada no Rio de Janeiro, local associado a migrantes nordestinos de baixa renda. Ela verificou que apesar dos frequentadores cariocas da feira compartilharem interesses pela música do nordeste, o forró, isso não era suficiente para que os dois grupos se aproximassem ao ponto dos cariocas avaliarem positivamente os nordestinos. Outros critérios eram utilizados para se justificar a diferença social entre os grupos, como a aparência e sotaque dos nordestinos. Esse "limite da sociabilidade", segundo Rezende (2001), mantém apartados os cariocas dos nordestinos, remetendo aos rótulos regionais típicos de cada grupo. A imagem do carioca estava ligada a pessoas de camadas sociais média, de educação universitária, enquanto os nordestinos eram vistos como migrantes pobres, sem escolaridade, atrasados e ignorantes.

Uma possível explicação para a manutenção da imagem negativa dos nordestinos pode ser encontrada no trabalho de Lasser (2001), Prado Júnior (2008) e Vasconcelos (2006) fundamentadas na história do Brasil. Para Lasser, a migração de milhões de brasileiros vindos do Nordeste para as cidades do Sul amedrontou tanto a elite como os indivíduos da classe média, uma vez que o nordestino era visto como a mistura racial brasileira e também como o migrante branco não desejável.

Para Prado Júnior (2008, p. 112), “a característica climática do litoral foi um fator que dificultava o desenvolvimento da agricultura e afirma que foi no sertão que os negros e mestiços vindos do litoral encontravam lugar seguro para fugir da justiça”. Deste modo, a imagem do sertanejo foi tomando uma forma diferente com o tempo. Somando esses fatores com a tentativa de se disfarçar a migração dos “pobres e maltrapilhos nortistas”, criou-se uma suposta divisão regional com a finalidade de dividir o Brasil ideal, moderno, rico, industrial, formado por imigrantes europeus, e o Brasil real pobre, rural, atrasado, formado por índios e negros (Vasconcelos, 2006).

Rezende (2001), Vasconcelos (2006) e Blake (2011) afirmam que as diferenças observadas nos nordestinos aos poucos foi deixando de ser pela origem regional, passando a ser vista como uma diferença de raça. Essa transformação serviu e ainda serve para remeter a características essencializadoras dos nordestinos, do mesmo modo como ocorre com os negros. Deste modo, a inclusão dos “nordestinos” como uma categoria de análise para os processos de estereotipia, preconceito e discriminação, circunscritos na situação de exclusão social, não se refere apenas a uma extrapolação analítica destes processos junto à problemática racial, mas também a uma busca por padrões de atitudes e comportamentos discriminatórios existentes no Brasil em relação àqueles considerados “os outros”.

Segundo Pereira, Álvaro, Oliveira, e Dantas (2011), a essencialização “pode ser definida como um processo da categorização social caracterizado pela crença na existência de atributos imutáveis concernentes aos entes aos quais a categorização essencialista se aplica” (p.146). Dessa forma, neste processo existe a crença em estruturas subjacentes que são consideradas como essências dos grupos sociais e que servem como referência no processo de categorização dos mesmos. O essencialismo pode ser compreendido através de duas vertentes: uma naturalista e outra entitativa.

A perspectiva naturalista parte do pressuposto de que as características compartilhadas pelo grupo estão ancoradas em leis físicas e biológicas, através das quais um ente, uma vez que seja incluído na categoria, passará a ser percebido através desses critérios naturais (Pereira et al., 2011). Para alguns autores, o processo de naturalização é um dos principais fatores que diferenciam o racismo do processo de preconceito, uma vez que é apenas no primeiro que ocorre uma categorização baseada em uma crença na distinção natural entre os grupos, enquanto que o preconceito não implica na essencialização ou naturalização das diferenças (Lima & Vala, 2004).

No que diz respeito à entitatividade, o processo de categorização dos grupos é feito através de semelhança e proximidade entre seus membros, que são percebidos como entidades subordinadas a um destino comum (Pereira et al., 2011). Lickel, Hamilton, Wierczorkowska, Lewis, Sherman e Uhles (2000, citado em Pereira, 2011) distinguiram quatro modalidades de grupo que se diferenciavam de acordo com o grau de entitatividade. O primeiro, com maior grau de entitatividade, é o grupo de *intimidade* no qual a família seria a categoria mais representativa, com alto grau de intimidade, baixo número de membros, longa duração e baixa permeabilidade. O segundo, *orientados para tarefas*, com um grau de entitatividade um pouco menor, alto nível de interação, pequenos, com duração moderada e já com algum grau de permeabilidade. Em terceiro

temos as *categorias sociais*, que possuem uma entitatividade baixa, de grande porte, duração moderada e baixa permeabilidade. Por fim, os *grupos transitórios* possuem o menor grau de entitatividade, baixos níveis de interação, vida curta e alta permeabilidade. Nesse sentido, o grupo dos negros e nordestinos estariam alocados no terceiro nível de entitatividade por representar grupos sociais.

Essas imagens negativas direcionadas aos grupos minoritários, e construídas através dos processos de estereotipia são as bases cognitivas do preconceito. Reconhecendo-se a relativa estabilidade dessas imagens ao longo do tempo, e diante das evidências relativas aos atributos negativos associados a esses grupos, podemos nos perguntar como estas imagens têm se mantido relativamente estáveis mesmo em uma sociedade onde a norma antipreconceito está presente.

Neste capítulo pôde-se observar, a partir dos estudos apresentados, uma tendência para o processo de naturalização do grupo dos nordestinos, pela via da essencialização, da mesma forma que ocorre com o grupo dos negros. Neste ponto, a discussão sai do âmbito da cognição e passa para a dimensão atitudinal, relativa ao fenômeno do preconceito, tido como uma conduta intergrupar, que produz atitudes negativas frente aos membros de determinada categoria social. Analisar este fenômeno a partir das atitudes, nos permite compreendê-lo não apenas na esfera individualista, mas também na esfera social. Neste sentido, será apresentado o tema do preconceito abordando como ele se diferencia da discriminação e do racismo, e como este tem adquirido novas formas de expressão na sociedade atual.

## 2. O preconceito

Em uma análise histórica sobre o tema, Duckitt (1992) apresenta períodos na psicologia onde o preconceito foi compreendido de forma distinta, mediante o quadro contextual onde se realizavam as pesquisas. O primeiro destes períodos data dos anos que antecederam a década de 1920 e é marcado pelo pensamento aceito, pela comunidade científica da época, de “raça inferior”. Aqui a noção de superioridade da raça branca justificava a subjugação de pessoas de outra cor e as pesquisas se baseavam principalmente em estudos comparativos das habilidades das diferentes raças.

Foi apenas entre as décadas de 1920 e 1930 que a imagem do preconceito passou a ser conceituada como um problema social. Tal mudança ocorreu principalmente devido ao início do movimento negro nos Estados Unidos. A partir de então, os estudos que trataram do comportamento aversivo contra alguns grupos passaram por diferentes influências. No período de 1930 e 1940, o conceito de raça passou a ser considerado uma categoria sem fundamento científico devido ao avanço da biologia e, dessa forma, o preconceito deixou de ser uma questão das disputas de raça e foi considerado como um processo inconsciente e irracional de mecanismo de defesa. Já na década de 1950, permeada pela ideologia nazista e pelo holocausto, as manifestações de preconceito foram tratadas como diferenças individuais, como expressões de transtornos de personalidade.

A partir da década de 1960 até o final da década de 1970, as pesquisas foram marcadas pela influência sociocultural, onde foi considerada a transmissão social do preconceito bem como sua dinâmica intergrupal. E após os anos de 1980 a perspectiva cognitiva passou a influenciar os estudos sobre o preconceito (Duckitt, 1992).

São apresentados a seguir alguns dos conceitos desenvolvidos na tentativa de se sistematizar as características desse problema.

## 2.1. Conceito

Como apresentado no início desta tese, foi Allport (1954) um dos pioneiros no estudo do preconceito a partir da perspectiva da psicologia social, o qual o define como “uma atitude aversiva ou hostil dirigida a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque ela pertence àquele grupo, e se presume que possua as qualidades desagradáveis desse grupo” (p.7). Essa conceituação serviu de base para o desenvolvimento das principais perspectivas atuais na análise do preconceito e continua a ser uma das mais utilizadas no estudo do tema (Fleury & Torres, 2007; Lima & Vala, 2004).

Seguindo a linha das atitudes negativas, a definição apresentada por Ashmore (1970) coloca o preconceito como “a negative attitude toward a socially defined group and any person perceived to be a member of that group” (p.253). Ressaltando os aspectos emocionais da atitude, Smith (1993) a define como “a social emotion experienced with respect to one’s social identity as a group member, with another group as a target” (p. 304). Já Crandall, Eshleman e O'Brien (2002, p. 359) o definem como “a negative evaluation of a group or of an individual on the basis of group membership”. Mas ao contrário de Allport, estes últimos autores não exigem que o preconceito seja impreciso, injustificado, ou supergeneralizado. Preocupam-se em focar especificamente os processos comuns nas avaliações negativas com base nos grupos.

Jones (1972) apresentou uma definição de preconceito que reflete a influência dos processos de comparação de Leon Festinger (Lima, 2011):

O preconceito é uma atitude negativa dirigida a uma pessoa ou a um grupo, que resulta de uma comparação social na qual o indivíduo (preconceituoso) ou o seu grupo de pertencimento é tomado como referência positiva. A manifestação comportamental do preconceito é a discriminação – as ações realizadas para

preservar e criar vantagens de um grupo em detrimento dos membros do grupo de comparação. (Jones, 1972, como citado em Lima, 2011).

Segundo Lima (2011), entre o período de 1980 e 1990, sob uma forte influência da cognição social, as definições do preconceito passaram a apresentar dois fortes aspectos históricos: uma quase completa negligência das dimensões afetivas ou emocionais do preconceito, e uma retomada dos seus aspectos automáticos ou incontrolláveis. O primeiro desses aspectos históricos foi superado logo após a década de 1990, onde se pode verificar um interesse pelo papel das emoções no estudo do preconceito. Assim é a definição dada ao preconceito por Smith (1993), que afirma que este é uma emoção social relacionada à identificação com um grupo por oposição a outro grupo. Já a influência da cognição social do preconceito como algo aversivo, irracional, errado e inflexível, ainda pode ser vista nas suas definições atuais (Augoustinos & Reynolds 2001, como citado em Lima, 2011). Um exemplo dessa influência está no trabalho de Pettigrew (1998), que define o preconceito como: “atitudes negativas irracionalmente baseadas contra outros grupos e seus membros” (p.265). Fishbein (2002, como citado em Pereira, Pereira, França, Torres, & Lima, prelo) também ressalta a característica injustificável do preconceito, o conceituando como uma atitude irracional.

É também no quadro de retomada do papel do afeto que, partindo de uma visão mais integradora, Brown (1995) chama a atenção para o fato de que o preconceito deve ser compreendido nas relações que se estabelecem entre os grupos sociais e que deve incluir as lutas de poder e o sistema de crenças sobre o que não é socialmente permitido. Nas palavras do autor, o preconceito é considerado “the holding of derogatory social attitudes or cognitive beliefs, the expression of negative affect, or the display of hostile or discriminatory behavior towards members of a group on account of their membership of that group” (Brown, 1995, p. 8). Ou como posteriormente definiram Jackson, Brown,

e Kirby (1998): “prejudice is generally considered as an attitude or set of attitudes held toward a group, encompassing a set of negative feelings (affect), beliefs (stereotypes), and intentions (behavioral dispositions) to act unfavorably toward groups or members of groups” (p. 110). Esta definição reúne as três dimensões da atitude.

Em uma direção um pouco diferente Dovidio, Hewstone, Glick e Esses (2010, como citado em Pereira et al., prelo) situam o preconceito como uma atitude negativa em direção a um grupo ou a seus membros, que cria e mantém o *status* hierárquico entre o grupo majoritário e o grupo minoritário. O preconceito é visto nessa abordagem como produto das relações desiguais de poder. Essa visão já era defendida por Blumer (1958) que não concordava que o preconceito fosse definido apenas como uma atitude ou sentimentos direcionados a um grupo, mas como um senso de posição grupal. Para esse autor, este senso é construído através de quatro sentimentos: o sentimento de superioridade em relação às pessoas subordinadas; o sentimento de diferenciação; o sentimento de propriedade, onde o grupo subordinado é excluído dos benefícios e direitos; e o sentimento de medo, que está relacionado à ameaça da posição do grupo.

Ainda no contexto da análise das relações sociais Vala et al. (1999, como citado em Lima, 2011) situam o preconceito como um fenômeno das relações de poder entre os grupos:

Na nossa perspectiva, não é o processo de construção da identidade ou o processo de categorização que geram discriminação e preconceito. O que parece ser bastante plausível é que estes processos reflitam as relações sociais onde ocorrem e que, conseqüentemente, as legitimem, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem sobre exogrupos relevantes. (pp. 13-14)

Lima (2011) destaca que apesar das especificidades apresentadas pelas diferentes formas de preconceito (gênero, cor, orientação sexual, idade, religião, dentre outras), alguns elementos seriam comuns a todas elas: ênfase e hierarquização da diferença entre os grupos; sentimento de antipatia contra alguém, simplesmente porque pertence a um grupo; uniformização ou homogeneização dos membros do grupo, alvos do preconceito; uma resistência social e cognitiva à desconfirmação das crenças e expectativas negativas em relação a esse grupo, mesmo quando as evidências favoráveis ao grupo são fortes.

Além destas características compartilhadas o autor ressalta ainda dois pontos em comum em relação às diversas formas de preconceito. O primeiro seria a construção de protótipos ou “modelos de ser”, que seriam as normas que definiriam quem seria considerado adequado ou não. O segundo remete às relações de poder nas quais o preconceito se articulava, pelos grupos que dominam e pelos grupos que são dominados (vítimas do preconceito).

## **2.2. Racismo**

Lima (2011) destaca que o Brasil foi durante muito tempo considerado um país sem preconceito racial. Tal mito teria surgido com a publicação na década de 1930 do livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire (1933), onde valorizou o processo de mestiçagem a partir da ideia de que a mesma age como uma forma de enriquecimento cultural. Fala de “democracia racial”, sustentando-a nos mitos do “Luso-tropicalismo” e do “Senhor Amável”. A atitude pouco preconceituosa do português, somada ao fato de virem poucas mulheres europeias à colônia, criariam as condições propícias para um processo de mestiçagem entre os senhores da Casa Grande e as escravas da Senzala. Foi esta miscigenação que sustentou a crença na democracia racial no Brasil.

Esta crença se desenvolveu com muita força durante a ditadura militar. Um elemento do ufanismo brasileiro era a pretensão de ter superado os conflitos raciais. Este tipo de raciocínio pode ser definido como um discurso que nega a existência das diferenças raciais, considera todos os brasileiros, independentemente da cor, como um único povo. A repercussão desse mito da democracia racial influenciou o país até a década de 1990, quando finalmente ocorreu o reconhecimento do racismo por parte do Governo Federal e quando são realizados os primeiros trabalhos sobre o tema pela psicologia brasileira.

A literatura sobre o racismo reside então, em sua maior parte, nas produções norte americanas, nas quais são encontradas diferentes definições para o mesmo. Essas definições costumam aproximar o racismo do conceito de preconceito, como é o caso do conceito de Richards (1997) onde “o termo racismo será usado para referir atitudes e práticas explicitamente hostis e inferiorizadoras contra pessoas definidas como pertencendo à outra raça. Isto implica algum envolvimento emocional da parte do racista” (p.11).

Distanciando-se da ideia de atitude, Blumer (1958) acredita que “o preconceito racial traduz-se basicamente numa consciência da posição social do grupo racial mais do que num conjunto de sentimentos que os membros de um grupo racial têm face aos membros de outro grupo racial” (p.3).

Posteriormente Jones (1972) classifica o racismo em três subtipos: individual, institucional e cultural. O primeiro dos subtipos, o racismo individual, levaria a execução de comportamentos discriminatórios, sendo estruturados na crença da existência de raças biologicamente superiores. O subtipo institucional seria a manipulação de recursos econômicos e sociais feita pelas instituições, a fim de beneficiar apenas as raças consideradas merecedoras de tais benefícios. Por fim, o racismo cultural é relativo a um

sistema de crenças relativas às características culturais superiores do endogrupo em relação aos demais exogrupos. Apesar desse mesmo autor diferenciar o racismo do preconceito, continua a caracterizar o primeiro através das mesmas características que utiliza para descrever o segundo (Pereira et al., no prelo).

Apesar dessa aproximação feita do conceito de racismo com o preconceito étnico, Pereira et al. (no prelo) argumentam que:

Em síntese, embora seja amplamente aceita na psicologia social a definição do racismo como a aplicação do preconceito contra pessoas negras ou pessoas percebidas como grupos “étnicos”, pensamos que esta definição não especifica de maneira satisfatória o conceito de racismo, nem cobre de maneira ampla as suas diversas dimensões. Pensamos que o racismo e o preconceito, ainda que possam manter algum grau de sobreposição, são fenômenos diferentes.

Os autores colocam como uma das principais limitações para essa aproximação o fato de que o preconceito pressupõe a existência de um grupo alvo contra o qual se direcionaria a atitude negativa. Entretanto, para que o racismo fosse um preconceito deveria se assumir a “raça” como uma categoria objetiva aplicável aos seres humanos, o que leva a tornar inexistente o grupo alvo da atitude negativa. Além disso, o racismo seria o processo pelo qual são criadas as categorias que são o objeto do preconceito, antecedendo-o conceitualmente.

Essa confusão entre os conceitos pode ainda ser verificada no conjunto de teorias que buscam explicar de que maneira o comportamento preconceituoso continua a se manifestar mesmo quando, aparentemente, ocorre uma diminuição da discriminação. Esse conjunto de teorias ficou conhecido como novas formas de preconceito e racismo e serão descritas na sessão seguinte, uma vez que compõem o quadro de destaque na compreensão dos processos do racismo contemporâneo.

### **2.2.1. Novas formas de racismo**

A sociedade contemporânea impõe limitações para a manifestação de comportamentos racistas na sociedade. Diferentemente do quadro encontrado até a metade do século XX, a contínua propagação de normas igualitaristas fez com que, progressivamente, as formas de expressão do racismo se tornassem mais sutis (França & Monteiro, 2004).

Nas últimas décadas, os países ocidentais desenvolveram normas que coíbem a discriminação explícita contra grupos minoritários (McConahay, Hardee, & Batts, 1981; Wittenbrink, Judd, & Park, 1997). Assim, na maioria destes países o racismo é formalmente proibido e qualquer manifestação racista é desencorajada. Não obstante, verifica-se um aumento na discriminação nos indicadores socioeconômicos das minorias raciais (Browser, 1995). Esta situação contraditória mostra o preconceito assumindo novas formas de expressão que não contrariam abertamente as normas anti-racistas atuais (Katz & Hass, 1988; Sears, & Kinder, 1971; McConahay, 1983; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito, & Lopes, 1998, 1999).

O que parece estar ocorrendo é uma mudança nas formas de expressão e no conteúdo do preconceito. Assim, por causa das novas demandas sociais relativas a este objeto de pesquisa, as primeiras explicações psicológicas que estudavam o racismo aberto, agressivo e frequentemente institucionalizado, estão sendo gradualmente substituídas. Em lugar destas tem se buscado por explicações que possibilitem revelar as novas formas menos evidentes e mais difundidas de racismo, formas estas que reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar as normas sociais vigentes.

Esta preocupação tem dado lugar a diversas abordagens que têm em comum a ideia da persistência de sentimentos e atitudes preconceituosas que não desafiam de forma aberta as atuais normas sociais antirracistas (Katz, Wackenhut, & Hass, 1986; McConahay, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995; Pereira & Vala, 2010). Estas conceitualizações pressupõem que nos últimos 30 ou 40 anos as sociedades modernas vêm desenvolvendo um conjunto de restrições institucionais às práticas discriminatórias baseadas nas diferenças de raça. Pressupõem também que em consequência destas práticas institucionais as pessoas vêm se adaptando a essas pressões ou mesmo formulando uma nova forma de preconceito embasado nas normas sociais. Para algumas dessas teorias, não se trataria de uma adaptação meramente quantitativa (redução na intensidade da expressão), mas de uma transformação qualitativa das formas de expressão do preconceito.

Essa nova forma de preconceito tem surgido a partir das pressões sociais como uma reação às normas anti-racistas. Pettigrew e Meertens (1995) denominaram esta nova forma como preconceito sutil. O preconceito flagrante é direto e explícito, já o segundo caracteriza-se por uma forma indireta de preconceito. O preconceito sutil fundamenta-se nos valores do individualismo ocidental, na crença de que os grupos minoritários estariam recebendo benefícios os quais não fizeram por merecer (França & Monteiro, 2004; Pettigrew & Meertens, 1995; Pérez, Mugny, Llavatas, & Fierres, 1993; Torres & Faria, 2008).

No mundo globalizado, as novas transações comerciais, por exemplo, abrem espaço para o contato com várias etnias diferentes. O fluxo migratório entre os países é visto como ameaçador, referindo-se ao preconceito contra imigrantes, causando uma rejeição por diferentes culturas em nome do tradicionalismo, gerando conflito entre os

diferentes povos. Na Europa os grupos alvos mais comuns são as minorias culturais de ex-colônias de países Europeus (Lima & Vala, 2004a).

O preconceito sutil, assim como o flagrante, é embasado na depreciação do exogrupo. Pettigrew e Meertens (1995) aprofundaram esta noção focando seus estudos na desvalorização do exogrupo e no papel das normatizações sociais que buscam combater a discriminação. Neste sentido, realizaram uma pesquisa em quatro países de diferentes línguas: francês, alemão, holandês e inglês. Para cada país, os autores colocaram dois grupos alvo, por exemplo, para a França usaram como grupos de comparação os países asiáticos e norte africanos. As questões foram organizadas em itens que ora se referiam ao preconceito flagrante (“os asiáticos têm empregos que os franceses deveriam ter”) ora ao preconceito sutil (“os asiáticos que moram aqui ensinam seus filhos valores e habilidades diferentes daqueles exigidos para ter sucesso na França”).

Os resultados desta pesquisa demonstraram que o preconceito flagrante evoca a crença na inferioridade genética, racial, ao passo que o preconceito sutil se valia da discriminação do grupo de comparação a partir de justificativas embasadas em argumentos culturais tais como valores. O que ficava evidente era que, de fato, as diferenças culturais existiam, no entanto, elas eram supervalorizadas, estereotipadas e usadas como justificativa para discriminar (Pettigrew & Meertens, 1995).

Este estudo demonstrou também que o preconceito é composto por três dimensões: a primeira é referente à defesa dos valores tradicionais e está ligada a percepção das ações que membros do exogrupo executam em busca da realização social como inadequadas e, algumas vezes, condenáveis; a segunda dimensão é caracterizada por um exagero nas diferenças culturais entre os membros do endogrupo e os membros do exogrupo; e a última dimensão é caracterizada pela recusa na expressão de reações

positivas em relação aos membros do exogrupo (Lima, 2011; Pettigrew & Meertens, 1995).

Segundo Pettigrew e Meertens (1995), os indivíduos que apresentaram o preconceito flagrante não aderiram à norma do igualitarismo. Em contrapartida, os indivíduos que apresentaram o preconceito sutil aceitaram esta norma, mas não a internalizaram. Como consequência, em um contexto de conflito, quando indivíduos que fazem uso do preconceito sutil entram em contato com o exogrupo, há uma boa chance de haver discriminação. Já os indivíduos que se negam a apresentar reações positivas, não discriminaram, mas se negaram a apresentar pontos positivos. Em contexto de conflito estes indivíduos têm uma menor probabilidade de agir de forma a discriminar o exogrupo.

A partir destas teorias foram desenvolvidos outros pontos de vista concernentes às nuances do preconceito, tendo em vista conhecer mais a fundo a natureza deste fenômeno. O conjunto de teorias apresentadas a seguir mostram alguns dos processos pelos quais o comportamento discriminatório encontra novas formas de manifestação.

Os autores Katz et al. (1986) desenvolveram uma teoria alternativa que ficou conhecida como racismo ambivalente. Nessa teoria, explicada no contexto americano, o racismo é tido como o resultado de sentimentos e atitudes conflitantes dos americanos brancos em relação aos negros. O grupo dos negros seria visto simultaneamente como aversão e simpatia, sendo considerados como desviantes e, ao mesmo tempo, como pessoas em desvantagem social (França & Monteiro, 2004). Partindo do pressuposto de que os valores determinam as atitudes e comportamentos, quando os brancos aderem a valores como o igualitarismo e humanitarismo, podem passar a sentir simpatia com o grupo dos negros e podem passar a realizar condutas favoráveis em direção a este grupo. Mas, por outro lado, a adesão a valores como o individualismo poderiam fazer com que

o grupo dos negros fosse visto como desviante destes valores, o que acabaria levando a uma conduta aversiva em relação aos mesmos (Lima, 2011).

Outra teoria, conhecida como racismo simbólico (Sears & Kinder, 1971; Kinder & Sears, 1981), afirma que o comportamento aversivo frente aos negros norte-americanos é resultado da percepção deste grupo como uma ameaça aos valores do individualismo. Representa uma resistência à mudança do *status quo* racial baseado nos sentimentos morais de que o grupo dos negros viola os valores tradicionais americanos como o individualismo, independência, obediência, ética do trabalho e disciplina (Kinder & Sears, 1981).

A teoria seguinte, conhecida como racismo aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986), é mais focada no efeito da saliência do contexto de resposta do racismo. Essa teoria parte de ideia de que são os contextos de resposta que irão determinar a forma pela qual o racismo irá se expressar, seja esta expressão mais aberta ou mais velada. Segundo a teoria, os racistas aversivos, possuidores de fortes valores igualitários, tendem a repudiar qualquer sentimento negativo em relação aos Negros, de forma a preservar sua autoimagem de pessoas igualitárias e sem preconceito. Entretanto, essas mesmas pessoas, quando estão diante de contextos onde a resposta desejável não está claramente definida, podem apresentar o comportamento discriminatório. Segundo Lima (2011, p.486):

O racismo aversivo é concebido como uma síntese resultante, por um lado, da assimilação de um sistema de valores igualitários e, por outro, da vivência de sentimentos e crenças negativos em relação aos Negros. Estes sentimentos e crenças negativos, de acordo com a teoria, seriam uma decorrência de dois mecanismos: do contexto racista da socialização a que os atores sociais estão sujeitos, e da categorização social com seu viés de favorecimento do próprio grupo.

Uma vez que tenham sido apresentadas as novas formas de racismo, passaremos agora para o debate da dimensão comportamental do preconceito, a discriminação.

### **2.3. Discriminação**

A discriminação, por sua vez, pode ser considerada como a dimensão comportamental do preconceito, onde os sentimentos de hostilidade juntamente com as crenças estereotipadas levariam ao comportamento de tratamento desigual, hostilidade nas expressões verbais e comportamentos agressivos (Torres & Faria, 2008). É comumente referida na literatura como comportamentos contra um grupo-alvo ou membros pertencentes a esse grupo (Allport, 1954; França & Monteiro, 2004).

Pereira (2007) afirma que, apesar de ser conceituada de forma mais objetiva que o preconceito, as definições da discriminação ainda apresentam alguns problemas. Inicialmente toma como exemplo a definição proposta por Dovidio, Brigham, Johnson, e Gaertner (1996, p.279) onde a discriminação “implies inappropriate treatment to individual due to their group membership – a selectively ‘unjustified’ negative behavior toward members of the target group” Pereira (2007) ressalta os dois critérios indicados para a existência da discriminação: o tratamento inapropriado e a falta de justificação. Sendo que este último seria inadequado, uma vez que um comportamento negativo justificado contra um grupo poderia ser discriminatório, se este for compreendido em uma perspectiva intergrupar e relativa. De forma que um comportamento será discriminatório “na medida em que for mais negativo em relação ao ‘exogrupo’ relativamente ao ‘endogrupo’” (p.31).

Já para Mummendey e Otten (2001), duas condições são necessárias para a ocorrência do comportamento discriminatório. Primeiramente a discriminação

necessária do processo de categorização social, e em segundo lugar, ela não envolveria apenas um ator, mas seria necessário além do agente da discriminação, um destinatário que discorde com a forma de tratamento negativo que recebe. Segundo essa ideia, a existência de tratamento desigual que não apresentasse desacordo entre o agente e o receptor do tratamento não refletiria uma discriminação. Essa visão também é criticada por Pereira (2007) que enfatiza a possibilidade de ocorrência de ações discriminatórias contra grupos-alvo mesmo que estes não tenham plena consciência de sua condição. Isso ocorreria devido ao fato de que tais ações seriam o resultado de processos de legitimação que facilitam a expressão da discriminação. Dessa forma, o tratamento diferencial entre os grupos seria condição suficiente para a ocorrência da discriminação.

Este conjunto de teorias referentes ao preconceito e às novas formas de manifestação do racismo procuram explicar as causas da discriminação. Para tanto, procuram abordar este fenômeno nas suas expressões abertas bem como em sua manifestação sutil. Conforme o conteúdo exposto no presente capítulo, esta forma velada de preconceito é frequente em sociedades onde há normas antirracistas. Tendo isso em mente, os estudos 1 e 2 considerarão a atribuição de estereótipos para o grupo dos negros e nordestinos em um contexto normativo no qual a expressão do preconceito provavelmente ocorreria de forma sutil. Somando-se isso à natureza ambígua dos estereótipos, segundo o Modelo do Conteúdo do Estereótipo, esperamos encontrar uma similaridade de atribuições feitas aos grupos dos negros e nordestinos uma vez que ambos são percebidos na sociedade como subdesenvolvidos, detentores de baixo status e alta interdependência. Mediante essa percepção, esses grupos podem ser categorizados tanto em termos de estereótipos positivos quanto negativos, sem no entanto mudar sua posição como grupos dominados.

## **Estudo I: Atualização e desenvolvimento dos instrumentos**

Conforme apresentado no início do capítulo, os estereótipos mantêm uma certa estabilidade ao longo dos anos, sofrendo variações periféricas nas atribuições feitas aos grupos minoritários sem, no entanto, deixar de considerá-los como grupos dominados. Diante dessa característica, este primeiro estudo usou como base a pesquisa realizada por Camino, Silva, Machado e Pereira (2001), com estudantes universitários, na qual foram levantados os estereótipos atribuídos ao grupo dos negros, de forma a se verificar se estes atributos permaneceram constantes ao longo de dez anos. Em seguida, serão analisadas as formas de atribuição de estereótipos feitas ao grupo dos nordestinos e posteriormente comparadas ao grupo dos negros, mediante a aplicação do Modelo do Conteúdo do Estereótipo.

### **3.1. Objetivo**

Verificar quais são os adjetivos utilizados para caracterizar os negros e nordestinos.

### **3.2. Método**

O estudo 1 se constituiu de uma pesquisa exploratória realizada por meio de um levantamento em campo.

#### **3.2.1. Participantes**

Participaram 100 estudantes dos cursos de Administração, Psicologia, Pedagogia e Psicopedagogia de uma universidade pública do Nordeste.

### 3.2.2. Instrumento

Foi utilizada a escala aplicada no Brasil por Camino et al. (2001) que possuía um *checklist* com oito adjetivos que caracterizavam pessoas mais gostáveis (alegre, simpático, inteligente e honesto) e as pessoas menos gostáveis (agressivo, antipático, egoísta, desonesto). A essa lista foram acrescentados mais 22 novos adjetivos (11 negativos e 11 positivos). Com este acréscimo, objetivou-se atualizar a lista e verificar se a mesma poderia ser utilizada também para caracterizar nordestinos. A escolha dos adjetivos complementares foi realizada por meio da técnica de *brainstorming* realizada com os integrantes do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político da UFPB (GPCP). A listagem final pode ser observada na Tabela 2.

**TABELA 2**  
Lista de adjetivos com aspectos positivos e negativos

	Positivos	Negativos
Adjetivos originais	Alegre	Agressivo
	Simpático	Antipático
	Inteligente	Egoísta
	Honesto	Desonesto
Adjetivos adicionados	Sensato	Preguiçoso
	Amigável	Apático
	Trabalhador	Cínico
	Generoso	Arrogante
	Espirituoso	Desajeitado
	Pacífico	Burro
	Otimista	Pessimista
	Compreensível	Interesseiro
	Tolerante	Intolerante
	Esperto	Dependente
Batalhador	Acomodado	

Foram utilizadas duas condições de pesquisa. Na primeira, os participantes eram solicitados a indicar cinco adjetivos que representam o que normalmente os brasileiros

usariam para descrever uma pessoa de cor negra. Já na segunda, eram solicitados a indicar cinco adjetivos que representam o que normalmente os brasileiros usariam para descrever um nordestino. Os participantes também ordenaram suas escolhas de acordo com o grau de importância que atribuíam a cada adjetivo. Cada participante respondeu apenas em uma das condições.

### **3.2.3. Procedimento**

Os estudantes foram abordados na universidade e solicitados a participarem da pesquisa. Foram orientados acerca da natureza da pesquisa e do procedimento de resposta ao *checklist*. Era esclarecido que se tratava de uma pesquisa a respeito de como a sociedade brasileira vê o papel do negro/nordestino na sociedade. Foi assegurado o anonimato, a confidencialidade das informações e o direito a desistir da pesquisa a qualquer momento.

### **3.3. Resultados**

As respostas obtidas com a *checklist* foram contabilizadas e a frequência dos adjetivos foi registrada usando-se como referência a ordem de importância fornecida pelos participantes. Foram considerados os três adjetivos tidos como mais importantes como mostra a Tabela 3.

**TABELA 3**

Frequências de resposta para os adjetivos apontados como os mais importantes na representação de pessoas negras e nordestinos

Adjetivos para as pessoas negras (n=50)			
Positivos		Negativos	
Trabalhador	20	Desonesto	19
Alegre	12	Agressivo	18
Simpático	4	Preguiçoso	8
Batalhador	19	Burro	16

Adjetivos para os nordestinos (n=50)			
Positivos		Negativos	
Generoso	10	Burro	30
Alegre	12	Desajeitado	19
Batalhador	9	Acomodado	9
trabalhador	20	Preguiçoso	11

Em comparação com a pesquisa de Camino et al. (2001), estes resultados apresentam algumas diferenças em relação à escolha dos participantes. Os adjetivos alegre, simpático, desonesto e agressivo permanecem apontados como os mais salientes na descrição de pessoas negras. Entretanto os adjetivos honesto, inteligente, egoísta e antipático são substituídos por batalhador, trabalhador, preguiçoso e burro. E para os nordestinos os adjetivos selecionados foram: generoso, alegre, batalhador, trabalhador, burro, desajeitado, acomodado e preguiçoso. Esses resultados indicam que existe uma grande aproximação na escolha das características que representam os dois grupos.

Tendo em mente que se passaram mais de dez anos desde a pesquisa de Camino et al. (2001), é interessante notar a permanência de metade das características atribuídas ao grupo dos negros. Aparentemente o processo de categorização utilizado para a atribuição do grupo dos negros permanece sujeito a critérios essencialistas que consideram como imutáveis determinadas características desse grupo, mesmo na presença de mudanças sociais tais como as políticas de ações afirmativas. Ainda que se

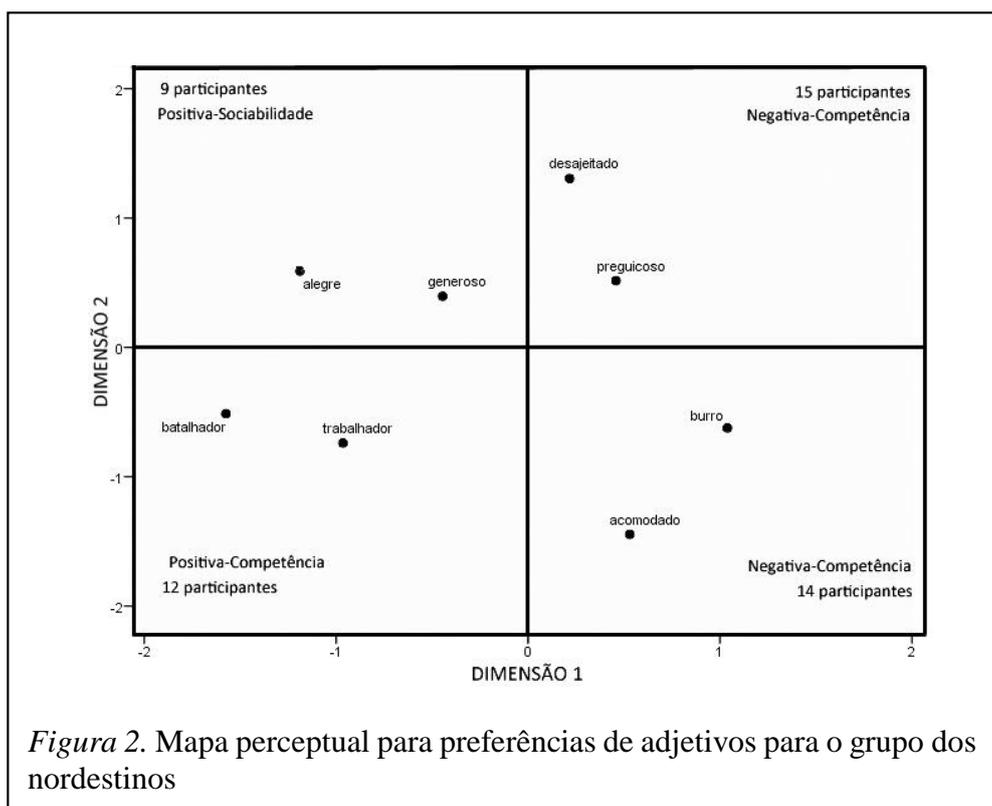
busquem melhores condições sociais para os negros, o processo de construção dos estereótipos resultante da naturalização desse grupo ainda permanece como obstáculo na tentativa de redução da discriminação.

Seguindo a classificação do modelo do conteúdo dos estereótipos (Fiske et al., 2002), a escolha dos adjetivos para o grupo dos negros apresentou igual número de características para as dimensões de competência e sociabilidade. Para a atribuição positiva dos negros encontramos dois adjetivos de sociabilidade (alegre e simpático) e dois adjetivos de competência (trabalhador e batalhador), e para a atribuição negativa, dois adjetivos de sociabilidade (desonesto e agressivo) e dois de competência (burro e preguiçoso). Já para o grupo dos nordestinos, na atribuição positiva, são encontrados dois adjetivos para a sociabilidade (generoso e alegre) e dois para a competência (batalhador e trabalhador). Entretanto, ocorre uma predominância de adjetivos ligados apenas à competência quando analisamos a atribuição negativa (burro, desajeitado, acomodado e preguiçoso). Assim, a avaliação negativa dos nordestinos recai sobre um critério baseado na competência do grupo.

Para analisar de forma mais detalhada a distribuição dos adjetivos em termos de competência e sociabilidade, foi realizado um Escalonamento Multidimensional (MDS) com as respostas emitidas pelos participantes em termos de preferência de adjetivos para cada um dos grupos alvo. Para avaliar a preferência dos respondentes, foi utilizado o grau de importância que cada participante atribuiu aos adjetivos apresentados.

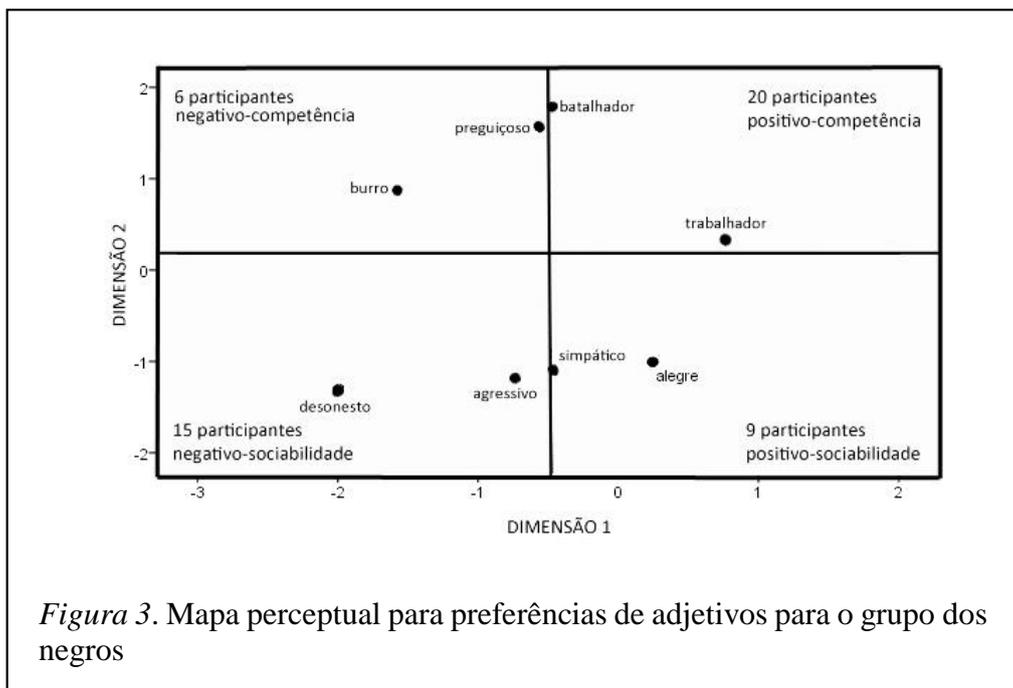
Para o grupo dos nordestinos, o eixo horizontal como mostra a Figura 2, organiza os adjetivos em relação a sua valência. Assim, do lado esquerdo da figura, aglutinam-se os adjetivos positivos, e do lado direito, estão os adjetivos negativos. O eixo vertical, por sua vez, organiza os adjetivos em termos de percepção de competência e sociabilidade. Assumindo as dimensões propostas no modelo de Fiske et al. (2002), podemos observar

que para a dimensão da competência uma ocorreu uma maior atribuição de adjetivos negativos (29 participantes) em relação aos adjetivos positivos (12 participantes). Já para a dimensão de sociabilidade, foram verificadas apenas atribuições positivas (9 participantes). Esse resultado corrobora a estrutura do modelo do conteúdo de estereótipos para os grupos considerados subdesenvolvidos aos quais é comumente atribuída uma maior sociabilidade e menor competência.



No que se refere ao grupo dos negros (conforme Figura 3), a dimensão 1 do mapa perceptual dividiu os quadrantes em termos da valência atribuída aos adjetivos (positivos: quadrantes 1 e 4; negativos: quadrantes 2 e 3), e a dimensão 2 os dividiu em termos de sociabilidade e competência (competência: quadrantes 1 e 2; sociabilidade: 3 e 4). Para a dimensão da competência houve uma maior atribuição positiva (trabalhador e batalhador;

20 participantes) do que negativa (6 participantes). Já para a dimensão de sociabilidade houve uma maior atribuição negativa (desonesto e agressivo; 15 participantes) em relação à positiva (9 participantes). Apesar do modelo de Fiske et al. (2002) apontar para uma maior atribuição de qualidades positivas de sociabilidade e negativas de competência para o grupo dos negros, os resultados apresentam um padrão oposto ao esperado pelo modelo.



### 3.4. Considerações

Os adjetivos atribuídos aos negros foram, em termos gerais, similares aos atribuídos aos nordestinos. Sabendo-se que os respondentes eram moradores da região Nordeste, cientes de suas dificuldades e das representações atribuídas ao seu próprio grupo, era esperado encontrar um sentimento de proximidade com outro grupo minoritário, o que pode ter levado a essa atribuição semelhante de características. Entretanto tal semelhança na escolha dos adjetivos não se refletiu quando os mesmos foram analisados dentro das dimensões propostas pelo modelo de conteúdo dos

estereótipos. Tendo como base o modelo de Fiske et al. (2002), constatou-se em relação aos nordestinos um número maior de adjetivos negativos relativos à dimensão de competência, e apenas adjetivos positivos em relação à dimensão de sociabilidade, o que corrobora o padrão esperado pelo modelo.

Para o grupo dos negros a atribuição se distanciou do padrão previsto pelo modelo de conteúdo dos estereótipos, sendo verificada a maior atribuição de adjetivos positivos para dimensão de competência e um maior número de adjetivos negativos para a sociabilidade. Para analisar melhor esse resultado devemos ressaltar alguns pontos. Em primeiro lugar o modelo de conteúdo dos estereótipos de Fiske et al. (2002) postula que a atribuição dos estereótipos é ambivalente e que as suas dimensões primárias (competência e sociabilidade) dificilmente serão avaliadas igualmente de forma positiva ou negativa (Techio, 2011). Assim, quando a competência é avaliada positivamente, o mais provável seria encontrar uma atribuição negativa para a sociabilidade e vice versa. Além disso, o modelo também afirma que o status social e a competitividade servem para prever a competência e sociabilidade, respectivamente. Dessa forma, caso um grupo não seja considerado competitivo os estereótipos atribuídos seriam de alta sociabilidade e de baixa competência, justificando a superioridade do grupo majoritário mediante um discurso que justificaria o sistema. Se, no entanto, fosse percebido um grupo como tendo alto *status* ou considerado competitivo, a atribuição seria de pouca sociabilidade e de elevada competência (Techio, 2011).

Em segundo lugar, os nordestinos como grupo minoritário, pertencem a uma região marginalizada e podem se perceber na mesma condição de status que o grupo dos negros. Além disso, a região nordeste é onde se encontra a segunda maior concentração de negros do país, o que pode reforçar a identificação e a percepção de igualdade de status entre esses grupos (IBGE, 2010). Entretanto, ao mesmo tempo em que poderia ocorrer

essa percepção similar de status, também pode haver uma tentativa de se distanciar desse grupo, uma vez que a amostra foi composta por estudantes universitários que, em sua maioria, são brancos. A posição dos nordestinos ficaria então dividida: reconhecem a similaridade de condições com o grupo dos negros, presente na escolha individual dos adjetivos, mas ao mesmo tempo buscam se distanciar desse grupo em prol de uma valorização do endogrupo, o que se manifesta na distribuição dos adjetivos nas dimensões do modelo de Fiske et al (2002) ao tomarem o grupo dos negros como competitivos.

Essa ameaça poderia estar levando os nordestinos a realizar uma atribuição negativa das características que valorizam a dimensão tida como positiva de seu grupo, a saber, a sociabilidade. Nessa perspectiva, o modelo de conteúdo dos estereótipos ajudaria a entender que a percepção de igualdade de status, existência de competitividade e natureza ambivalente do processo de estereotipia, poderiam estar levando a uma maior escolha de características positivas para a dimensão de competência e uma atribuição negativa para a dimensão de sociabilidade.

A evidência que corroborou essa ideia foi obtida ao se analisar a atribuição de adjetivos para o grupo dos negros feita por participantes da região sul/sudeste do país (região majoritariamente composta por brancos e tida como de alto *status*) e será apresentada com mais detalhes no estudo 4.

A seguir será apresentado o estudo 2, no qual nos propomos aprofundar o estudo do conteúdo dos estereótipos, tanto raciais quanto regionais, bem como complementar a análise das respostas obtidas com a inclusão de medidas de preconceito.

## **Estudo II: Negros e nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais**

Conforme observado no estudo 1, foram encontradas fortes similaridades nas escolhas dos adjetivos para o grupo dos negros e dos nordestinos. Essa similaridade não ocorreu apenas em termos dos padrões gerais de atribuição, mas na escolha dos adjetivos em si, o que aproxima a percepção que os respondentes possuem de ambos os grupos. Uma vez definida a lista de estereótipos atribuídos aos grupos estudados, estes elementos foram incorporados ao instrumento do estudo 2, no qual foram adicionadas novas dimensões de análise.

Para além da análise dos padrões de atribuição dos estereótipos, nos questionamos sobre quais as situações que causariam maior constrangimento para os participantes em contextos de interação com os negros e nordestinos. Estas situações de maior e menor constrangimento seriam similares para ambos os grupos? O grau de identificação com os negros e nordestinos afetaria a forma como esses grupos são estereotipados?

Os resultados dos estudos 1 e 2 serviram de base para construção dos instrumentos dos demais estudos da presente tese.

### **3.5. Objetivos**

- a) investigar os conteúdos estereotípicos que são atribuídos aos grupos dos negros e brancos na atualidade;
- b) investigar os conteúdos estereotípicos que são atribuídos às pessoas nascidas no nordeste e às pessoas nascidas no sul do país;
- c) verificar quais as situações de maior e menor constrangimento na relação dos participantes com os grupos-alvo;

d) verificar se a identificação com os grupos-alvo afetam na atribuição de adjetivos positivos e negativos em relação a estes;

e) verificar a influência da cor e do local de nascença na vida dos brasileiros.

### **3.6. Método**

O estudo 2 se constituiu de uma pesquisa descritiva, de levantamento e de cunho quantitativo.

#### **3.6.1. Participantes**

Participaram do estudo 200 estudantes de uma universidade pública do nordeste dos cursos da área de ciências humanas (psicologia, letras, administração, pedagogia e sociologia) divididos igualmente nos quatro tipos de questionários utilizados. As idades variaram entre 16 e 50 anos ( $M=22,13$ ;  $DP=6,56$ ), sendo que 77% eram do sexo feminino. Do total da amostra, 81,4 % dos participantes declararam ser da classe social média; 16,6% da classe baixa; e apenas 2% declararam ser da classe social alta.

#### **3.6.2. Instrumento**

Utilizaram-se quatro tipos de questionários, de forma que cada participante respondia a apenas uma das condições seguintes:

- 1) Questões relacionadas a pessoas de cor negra;
- 2) Questões relacionadas a pessoas de cor branca;
- 3) Questões relacionadas a nordestinos;
- 4) Questões relacionadas a pessoas do sul do país.

Em adição ao estudo 1, a inclusão das condições pessoas de cor branca e pessoas do sul foi feita tendo em conta que os estereótipos são características atribuídas aos membros de um grupo pelo fato destes fazerem parte de uma categoria social. Segundo a perspectiva das relações intergrupais (Tajfel, 1982), a simples divisão de pessoas em grupos diferentes leva a um processo de comparação grupal entre “nós” e “eles”, gerando avaliações tendenciosas em que buscam menosprezar os membros do exogrupo e valorizar os membros do endogrupo. Faz-se necessária uma análise que contemple grupos relacionados em uma dinâmica de conflito que configure o preconceito regional (nordestinos e pessoas do sul) e racial (negros e brancos).

O questionário foi formado por cinco seções descritas a seguir:

*Dados sócio-demográfico:* fazia referência a questões relativas a idade, sexo, classe social, escolaridade, cor da pele.

*Lista de adjetivos:* os adjetivos selecionados no estudo 1 foram organizados em quatro tipos de questionários, referente às condições do presente estudo. Dessa forma, os adjetivos relativos às pessoas negras, foram utilizados nas condições “pessoas negras” e “pessoas brancas”. Já os adjetivos relativos aos nordestinos foram usados nas condições “nordestinos” e “pessoas do sul”. Finalmente, é importante esclarecer que o participante respondia à lista de adjetivos de duas formas: primeiro em relação a sua própria opinião e, em seguida, sobre o que ele achava que seria a opinião da “sociedade brasileira”.

*Escala de distância social:* para investigar quais as situações de maior e menor constrangimento na relação dos participantes com os grupos-alvo, foi utilizada uma escala de distância social adaptada de Bogardus (1933), onde os participantes deveriam

responder a questões relativas a situações de convívio com pessoas de cor negra, de cor branca, nordestinos e pessoas do sul. Os itens eram compostos de uma escala com sete pontos que indicava o grau de constrangimento com cada situação dada, sendo o valor de 1 para “nada constrangido” e 7 para “muitíssimo constrangido”. Era então solicitado aos participantes que respondessem o quanto se sentem ou se sentiriam constrangidos em situações tais como: “Ter uma pessoa competente de cor negra como seu chefe de trabalho”; “Ter pessoas de cor negra como seus colegas de trabalho” e “Ter amigos(as) que sejam negros”.

Além de serem solicitados a indicarem o grau de constrangimento próprio em relação a cada uma das situações, os respondentes também eram solicitados a indicar o quanto os brasileiros em geral se sentiriam constrangidos nas mesmas situações. A escala original era direcionada apenas para o preconceito racial e, tal como ocorreu com outras escalas do questionário, seus itens foram adaptados de forma a focar o preconceito regional para utilização apropriada nas condições nordestinos e pessoas do sul. Dessa forma, todas as questões feitas para a condição de pessoas de cor negra eram realizadas para a condição de nordestinos.

*Influência da cor ou região na vida dos brasileiros:* no levantamento realizado pelo IBGE (2011) os brasileiros foram questionados sobre a influência da cor da pele em diversas situações sociais. Partindo desse mesmo questionamento, o presente estudo reproduziu a pergunta com a ressalva de que, na condição de pesquisa onde o grupo-alvo eram os nordestinos, ao invés de se perguntar sobre a influência da cor da pele, se questionou sobre a influência do local de nascimento na vida social dos brasileiros. Dessa forma, para a condição dos negros a pergunta foi: “Em quais situações ou momentos a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil?”; e para a condição dos nordestinos

a pergunta foi: “Em quais situações ou momentos o fato de ter nascido no nordeste (ou no sul) do país influencia a vida das pessoas no Brasil?”. As situações sociais apresentadas para os participantes foram: casamento, trabalho, escola, atendimento à saúde, repartições públicas, convívio social e relação com justiça/polícia. Esse item corresponde ao cumprimento do objetivo específico: verificar a influência da cor, e do local de nascença, na vida dos brasileiros, através de uma comparação dos resultados obtidos com os dados do IBGE (2011).

*Escala de identificação social:* para verificar se a identificação com os grupos-alvo afeta na atribuição de adjetivos positivos e negativos em relação a estes, foi utilizada uma escala de identificação composta de quatro itens que variavam de 1 (nenhuma identificação) a 7 (maior identificação) pontos que indicavam o grau de semelhança que os participantes acreditavam possuir em relação as pessoas de cor negra, de cor branca, morenos e nordestinos. Como a coleta de dados foi feita apenas no Nordeste, não havia um instrumento para avaliar a identificação com as pessoas do sul.

### **3.6.3. Procedimento**

Os estudantes foram abordados e solicitados a participarem da pesquisa. Foram orientados acerca da sua natureza e do procedimento de resposta ao questionário. Era esclarecido que se tratava de uma pesquisa a respeito de como a sociedade brasileira vê o papel do negro/nordestino na sociedade. Foi assegurado o anonimato, a confidencialidade das informações e o direito a desistir da pesquisa a qualquer momento.

### **3.7. Resultados**

### 3.7.1. O conteúdo dos estereótipos

Para investigar os conteúdos estereotípicos que são atribuídos aos grupos dos negros e brancos e às pessoas nascidas no nordeste e às pessoas nascidas no sul do país, foram contabilizadas as frequências dos adjetivos para a condição de pessoas negras e brancas, e para a condição de nordestinos e pessoas do sul. Como podemos observar na Tabela 3, quando os participantes são solicitados a manifestar a opinião própria, um número maior de adjetivos positivos são atribuídos à população negra em comparação com os adjetivos negativos. Mas quando questionados sobre a posição da sociedade, o padrão inverso ocorre, são atribuídos mais adjetivos negativos e menos adjetivos positivos. Quando questionados sobre as características de pessoas de cor branca, os participantes atribuem mais adjetivos positivos e menos adjetivos negativos, tanto para a condição de opinião própria, quanto nas situações onde opinam sobre a posição da sociedade.

**TABELA 4**

Frequências de resposta para os adjetivos apontados como representantes de pessoas negras (n=50) e pessoas brancas (n=50)

Adjetivos	Eu penso		A sociedade pensa	
	Pessoas de cor negra	Pessoas de cor branca	Pessoas de cor negra	Pessoas de cor branca
Negativos				
Burro	4	7	17	2
Desonesto	3	15	25	10
Agressivo	6	14	24	8
Preguiçoso	4	11	10	11
Positivos				
Alegre	21	28	6	20
Trabalhador	37	31	18	26
Batalhador	32	11	14	18
Simpático	16	31	4	31

O mesmo padrão de respostas foi encontrado com a condição de nordestinos, de forma que os participantes afirmaram que a sociedade atribui um maior número de adjetivos negativos, ao mesmo tempo em que afastam de si a responsabilidade por tais estereótipos. Por tratar-se de uma coleta realizada em uma universidade do Nordeste, os participantes eram, majoritariamente nordestinos, e essa questão deve ser levada em consideração já que a atribuição dos adjetivos, nesse caso, foi realizada pelo próprio grupo alvo do preconceito. A condição de pessoas do sul manteve um maior padrão de atribuição de adjetivos positivos do que de adjetivos negativos (Tabela 5).

**TABELA 5**

Frequências de resposta para os adjetivos apontados como representantes de nordestinos (n=50) e de pessoas do sul do país (n=50)

Adjetivos	Eu penso		A sociedade pensa	
	nordestinos	pessoas do sul	nordestinos	pessoas do sul
<b>Negativos</b>				
Burro	2	2	29	4
Desajeitado	6	6	23	7
Acomodado	6	4	23	6
Preguiçoso	2	2	23	3
<b>Positivos</b>				
Alegre	38	31	16	24
Trabalhador	22	29	14	23
Batalhador	39	9	12	13
Generoso	24	24	11	5

Tendo como referência as dimensões propostas pelo modelo do conteúdo dos estereótipos (Fiske et al., 2002), observamos que na atribuição feita ao grupo dos negros pelo posicionamento em relação à sociedade, onde ocorre menor saliência da norma antirracista, a maior frequência de respostas nos adjetivos negativos aponta para uma prevalência de critério ligado à dimensão de sociabilidade (desonesto). Já a maior

frequência de respostas para os adjetivos positivos, remete à dimensão de competência dos negros (trabalhador) (Tabela 4).

Dessa forma, observamos uma diferenciação nos critérios que determinam as valências positivas e negativas na construção dos estereótipos dos negros. No padrão de frequência de respostas para os nordestinos, encontramos a maior atribuição de adjetivos positivos ligada à dimensão de sociabilidade (alegre), e a maior atribuição negativa ligada à dimensão de competência (burro), que, aliás, foi o único critério utilizado na atribuição negativa para esse grupo (Tabela 5).

Este último resultado encontra respaldo no modelo do conteúdo dos estereótipos, que prevê que grupos de baixo desenvolvimento socioeconômico seriam estereotipados como sendo mais sociáveis e menos competentes que grupos detentores de alto *status* (Fiske et al., 2002). Um estudo realizado por Techio (2011) demonstra essa mesma relação na diferença entre grupos regionais no Brasil. O modelo também previa que o grupo dos negros obtivesse um resultado similar ao dos nordestinos, mas, como constatado, a maior frequência de respostas positivas recaiu sobre um critério de competência, enquanto a avaliação negativa foi focada na dimensão da sociabilidade. Entretanto esse padrão inverso nas respostas para o grupo dos negros repete o resultado encontrado no estudo I, onde conjecturamos sobre a possibilidade de ter ocorrido uma atribuição estereotípica ambivalente por parte dos nordestinos, que ao mesmo tempo em que se percebem como similares ao grupo dos negros em termos de *status* (o que levaria a uma maior atribuição positiva na dimensão de competência), também buscam se distanciar destes por meio de atribuições negativas na dimensão da sociabilidade. Segundo Techio (2011), esse tipo de atribuição está relacionada com desejos e sentimentos de se obter os mesmos benefícios que desfruta o grupo alvo dessa atribuição, e desencadeariam atitudes de evitação em relação ao mesmo.

Outra questão importante seria em que sentido os adjetivos “trabalhador” e “batalhador” podem estar sendo utilizados, uma vez que são recorrentes aos dois grupos e foram as principais mudanças encontradas em relação à lista de adjetivos de Camino et al. (2001).

Especificamente, o adjetivo “batalhador” apareceu para as duas listas com frequência elevada de respostas pelos participantes que manifestavam sua opinião pessoal. Esse adjetivo pode ter sido escolhido por permitir atribuir uma característica que pode ser considerada boa, mas que se distancia das qualidades atribuídas aos grupos majoritários. Segundo o dicionário Aurélio (Ferreira, 2008), batalhador é “quem ou aquele que batalha para conseguir o que quer; lutador” (p. 169). Nessa definição representaria a dedicação e o esforço para a obtenção de metas. Sabendo-se das estratégias utilizadas para a validação do discurso discriminatório frente a contextos igualitaristas (Fleury & Torres, 2007; Pereira & Vala, 2010), esse adjetivo pode estar sendo utilizado para reconhecer a posição de inferioridade do grupo alvo em relação ao grupo dominante, uma vez que é reconhecido no primeiro apenas o “esforço” para conseguir os seus objetivos. Esse grupo necessitaria lutar pelo que o grupo majoritário já tem. Assim, se justificaria o distanciamento dos grupos ao mesmo tempo em que são atribuídos aspectos positivos ao alvo. São necessários novos estudos para que se possam confirmar essas conjecturas.

Para comparar o padrão de atribuição de adjetivos feito pelos participantes, os mesmos foram categorizados de acordo com a valência geral dos adjetivos que escolheram para determinar os grupos alvo. Dessa forma, caso optassem por mais adjetivos positivos, eram classificados como “positivos”; caso escolhessem mais adjetivos de valência negativa, eram classificados com “negativos”; e se escolhiam o mesmo número de adjetivos positivos e negativos, eram classificados como “neutros”.

Foram realizados testes de aderência para as categorias gerais de valência tanto para a condição de posicionamento próprio, quanto para a condição de posicionamento em relação à sociedade, conforme (Tabelas 6 e 7).

**TABELA 6**

Relação entre tipos de opiniões (própria e da sociedade) e categorias de valência de adjetivos para as condições negros e brancos

	Negros		Brancos	
	Eu	Sociedade	Eu	Sociedade
Negativo	2	30	5	8
Neutro	6	5	12	4
Positivo	42	15	33	38
	$\chi^2 = 37,38; p < 0,001$		$\chi^2 = 5,04; p = n.s.$	

Para a categoria geral de valência atribuída às pessoas de cor negra, quando os participantes respondiam por si mesmos, a frequência da valência positiva foi maior do que a negativa e neutra. Quando os participantes respondiam pela sociedade, a atribuição de adjetivos negativos foi superior à atribuição positiva e neutra ( $\chi^2 = 37,38; p < 0,001$ ). Na categoria geral para as pessoas de cor branca, o padrão de frequência obtido foi de maior valência positiva em relação à negativa e à neutra, apresentando um índice de significância marginal em relação à opinião própria e à opinião da sociedade ( $\chi^2 = 5,04; p = n.s.$ ).

**TABELA 7**

Relação entre tipos de opiniões (própria e da sociedade) e categorias de valência de adjetivos para as condições nordestinos e pessoas do sul

	Nordestinos		Pessoas do sul	
	Eu	Sociedade	Eu	Sociedade
Negativo	1	33	7	10
Neutro	2	5	1	4
Positivo	47	12	42	36
	$\chi^2 = 52,16; p < 0,001$		$\chi^2 = 2,79; p = n.s.$	

Para a categoria geral atribuída aos nordestinos, houve uma maior valência positiva em relação à negativa e neutra para a condição de atribuição própria, e o padrão inverso para a atribuição em relação à sociedade ( $\chi^2 = 52,16$ ;  $p < 0,001$ ). Para a categoria geral atribuída às pessoas do sul do país, o padrão de frequência obtido foi de maior valência positiva em relação à negativa e à neutra, independente das respostas refletirem opinião própria ou posicionamento em relação à sociedade ( $\chi^2=2,79$ ;  $p = n.s.$ ). Dessa forma, quando os participantes respondiam nas condições de pessoas de cor branca e pessoas do sul, o fato de expressarem opinião própria ou de atribuírem a opinião da sociedade, não afetava a distribuição de adjetivos. Já quando respondiam nas condições de negros e nordestinos, tornou-se visível a tendência apresentada nas análises anteriores de uma maior atribuição de adjetivos positivos relativos a uma opinião própria, e uma maior atribuição negativa quando representavam a sociedade.

### **3.7.2. Influência da cor e do local de nascimento nas interações sociais dos brasileiros**

No que se refere ao objetivo, verificar a influência da cor, e do local de nascença, na vida dos brasileiros, através de uma comparação dos resultados obtidos com os dados do IBGE (2011), foram realizadas duas formas de aplicação onde se perguntou qual era a influência da cor e do local de nascimento na vida dos brasileiros. Para as condições de pessoas negras e pessoas brancas, foi feita a mesma pergunta realizada pelo levantamento do IBGE (2011), na qual os participantes deveriam responder em quais situações ou momentos a cor ou raça influenciava a vida das pessoas no Brasil. Já para a condição de nordestinos e de pessoas do sul, a questão era relativa a quais situações ou momentos eram influenciados pelo fato de ter nascido no nordeste e pelo fato de ter nascido no sul do país, respectivamente. Dessa forma, a primeira pergunta incorporava uma condição de

pesquisa direcionada para a questão racial (condições negro e branco) e outras duas para uma questão de local de nascimento (condições nordestinos e pessoas do sul).

Em uma análise inicial das frequências de respostas, no que diz respeito à influência que a cor tem na vida dos brasileiros, a maior frequência ocorre para as situações de “relação com a justiça/polícia” e para as situações de “trabalho” como mostra a Tabela 8. Já na influência que o fato de ter nascido no nordeste ou no sul teria na vida dos brasileiros, os respondentes indicaram uma maior frequência de respostas para as situações que envolvem “trabalho”. Esses resultados encontram-se de acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE (2011) com uma amostra de 49.511.805 brasileiros, onde a influência da cor ou raça na vida das pessoas no Brasil é maior, em primeiro lugar, para situações de “trabalho” (71% dos entrevistados). Em segundo lugar para “relação com justiça/polícia” (68,3% dos entrevistados), seguida por “convívio social” (65%), “escola” (59,3%) e “repartições públicas” (51,3%).

### **TABELA 8**

Frequência de respostas afirmativas referentes à influência que a cor ou o fato de ser nordestino teriam nas situações sociais.

	<b>Influência da cor ou raça</b>	<b>Influência por ser nordestino ou do sul do país</b>	
	Negros e Brancos (n=100)	Nordestinos e Pessoas do Sul (n=100)	
Relação com justiça/polícia	89	38	$X^2 = 51,497; p < 0,001$
Casamento	57	18	$X^2 = 31,050; p < 0,001$
Atendimento à saúde	65	32	$X^2 = 20,60; p < 0,001$
Repartições públicas	69	40	$X^2 = 14,619; p < 0,001$
Convívio social	78	58	$X^2 = 9,838; p = 0,002$
Trabalho	87	73	$X^2 = 4,451; p = 0,035$
Escola	74	59	$X^2 = 2,880; p = n.s.$
<b>Total</b>	<b>519</b>	<b>318</b>	

Dessa forma, o “trabalho” destaca-se como a situação mais influenciada pelo fator regional, ao mesmo tempo em que também apresenta uma elevada frequência de respostas para a condição de raça ou cor. Em contraposição, o “casamento” seria a situação que menos sofreria a influência tanto da cor como da região, sendo que nesta última se verificou uma frequência muito baixa para esta situação.

Em uma comparação entre as condições raciais e regionais, pode ser observado que a raça é mais importante do que o fato de ser nordestino para a percepção da discriminação em todas as situações, exceto na condição “escola”, onde as respostas para ambas as condições não afetaram significativamente a distribuição das frequências ( $X^2 = 2,880$ ;  $p = n.s.$ ). Assim, mesmo que os resultados encontrados ao longo desta pesquisa apontem para uma proximidade entre os padrões de respostas referentes aos grupos alvo, ainda se verificam uma ocorrência de atribuições da cor como fator que majoritariamente influencia as diversas situações cotidianas na vida dos brasileiros.

Quando as comparações são feitas entre o grupo dos negros e das pessoas brancas, a única situação que apresenta uma associação significativa ( $X^2 = 3,947$ ;  $p < 0,05$ ) foi “casamento”, onde se verifica uma maior frequência de respostas para o grupo das pessoas de cor branca. Para a comparação entre nordestinos e pessoas do sul do país, de igual forma, a situação de casamento foi a única que apresentou uma associação significativa ( $X^2 = 3,947$ ;  $p < 0,05$ ), onde o fato de ter nascido no sul estava associado a uma maior frequência de respostas afirmativas em relação a influência que isto teria nas situações de casamento.

### **3.7.3. A distância social**

Para atingir o objetivo específico, verificar por meio da escala de distância social quais as situações de maior e menor constrangimento na relação dos participantes com os

grupos-alvo, tal como ocorreu para a lista de adjetivos, a escala de distância social foi apresentada aos participantes de duas formas. A primeira solicitava que indicassem, segundo opinião própria, o grau de constrangimento para as situações dadas. Em seguida o mesmo grau de constrangimento para essas situações era fornecido, sendo que os participantes deveriam indicar o que achavam que os brasileiros em geral responderiam.

Uma vez que as médias das respostas apresentadas pelos participantes, relativas à opinião própria, possuíam valores muito baixos na escala (nenhuma média foi superior ao valor 2) e não apresentavam variabilidade, inicialmente optou-se por analisar apenas as respostas onde os participantes se posicionaram em relação à sociedade.

Através de um teste t para uma amostra, que compara os escores médios de cada item com o ponto médio da escala, foi possível verificar que as situações de amizade (ter um amigo negro/nordestino/de cor branca) possuíam os menores valores de constrangimento quando os participantes respondiam pela sociedade na condição negro ( $t = -8,02$  ;  $p < 0,001$ ), brancos ( $t = -21,581$ ;  $p < 0,001$ ), e nordestino ( $t = -5,515$ ;  $p < 0,001$ ), exceto na condição de pessoas do sul onde o menor grau de constrangimento foi verificado na situação de “ter parentes por casamentos com pessoas do sul” ( $t = -17,066$  ;  $p < 0,001$ ). No que se refere às estratégias que buscam a redução de atitudes negativas em relação a grupos minoritários, a literatura ressalta que um dos fatores que mais contribuem para a eficácia dessas mudanças é o estabelecimento de relações de amizade. Grande parte dessas pesquisas aponta que quando as relações entre os grupos se classificam como “amizade”, estas se demonstram mais eficazes do que outras formas menos íntimas, tais como “trabalho” e “vizinhança” (Brown & Hewstone, 2005; Pettigrew & Tropp, 2006; Ellison et al., 2011). Dessa forma, se os participantes de fato possuírem contato frequente com os grupos alvo, é esperado que o grau de constrangimento frente às relações de amizade seja baixo. Isso em parte poderia explicar

por que o mesmo padrão não se repete para a condição de pessoas do sul, uma vez que os respondentes foram, majoritariamente, nordestinos.

No que diz respeito às situações de maior constrangimento, para a condição das pessoas de cor negra, os resultados indicaram que “adotar uma criança negra” apresenta a maior média em relação às demais situações, entretanto tal valor não se diferencia do ponto médio da escala ( $t = 1,171$ ;  $p = 0,247$ ). Para a condição de pessoas brancas “ver um branco namorando uma negra” ( $t = -0,507$ ;  $p = 0,572$ ) é a situação que causa maior constrangimento. Já para a condição de nordestinos, a situação “ter uma pessoa competente e nordestina como seu chefe de trabalho” apresentou o maior constrangimento em relação ao ponto médio da escala ( $t = 2,605$ ;  $p = 0,012$ ). Por fim, para a condição de pessoas do sul ficou destacada a situação “ver um homem do sul namorando uma nordestina” ( $t = 3,646$ ;  $p = 0,001$ ) como a situação de maior constrangimento. No que diz respeito à condição dos nordestinos, a situação de trabalho destaca-se frente às relações afetivas presentes em todas as outras condições. As relações de poder existentes na dinâmica do trabalho parecem salientar a percepção do preconceito na visão dos nordestinos.

Ao se comparar as médias dos escores de constrangimento entre as situações de avaliação própria e da sociedade, conforme Tabela 9, foram obtidos os resultados que indicavam o distanciamento entre essas duas condições. Para a condição dos negros, a situação que apresentava maior diferença entre a média da opinião própria em relação ao posicionamento da sociedade foi “ter uma pessoa competente de cor negra como seu chefe de trabalho” ( $t = -13,336$ ;  $p < 0,001$ ). No que se refere à menor diferença, a situação em questão foi “ter amigos(as) de cor negra” ( $t = -7,185$ ;  $p < 0,001$ ). Para a condição de pessoas de cor branca, a situação de maior diferença foi “ver um branco namorando uma negra” ( $t = -10,807$ ;  $p < 0,001$ ), e a situação “ter amigos(as) de cor branca” ( $t = -1,865$ ;  $p$

= 0,068) não apresentou diferença estatisticamente significativa entre a opinião própria e o posicionamento da sociedade. Na condição de nordestinos, a maior diferença entre as médias foi encontrada na situação “ter uma pessoa competente e nordestina como seu chefe de trabalho” ( $t = -14,100$ ;  $p < 0,001$ ). Já a menor diferença ocorreu na situação “participar de festas de nordestinos” ( $t = -6,426$ ;  $p < 0,001$ ). Por fim, para condição de pessoas do sul a situação com maior diferença foi “ver um homem do sul namorando uma nordestina” ( $t = -7,829$ ;  $p < 0,001$ ) e com menor diferença “adotar uma criança do sul do Brasil” ( $t = -3,018$ ;  $p = 0,004$ ).

### TABELA 9

Diferença entre as médias do grau de maior e menor constrangimento para as respostas que refletem a opinião própria, e a opinião da sociedade.

	Situação	Eu	Sociedade	
Negros	Ter pessoa negra como chefe	1,12	3,92	$t = -13,336$ ; $p < 0,001$
	Ter amigos de cor negra	1,12	2,46	$t = -7,185$ ; $p < 0,001$
Branco	Branco namorando uma negra	1,17	3,81	$t = -10,807$ ; $p < 0,001$
	Ter amigos de cor branca	1,08	1,34	$t = -1,865$ ; $p = 0,068$
Nordestino	Ter nordestino como chefe	1,00	4,68	$t = -14,100$ ; $p < 0,001$
	Participar de festas de nordestinos	1,04	3,00	$t = -6,426$ ; $p < 0,001$
Pessoas do Sul	Sulista namorando nordestina	1,20	3,06	$t = -7,829$ ; $p < 0,001$
	Adotar criança do sul do país	1,34	1,88	$t = -3,018$ ; $p = 0,004$

Em suma, para a questão racial, a amizade apresenta a menor diferença entre a opinião própria e a posição social. Essa situação, aparentemente, não apresenta nenhum impedimento que pudesse levar os participantes a buscarem diferenciar sua opinião em relação à sociedade. Já no que diz respeito a situações profissionais, para a questão racial, fica clara a diferenciação entre a expressão pessoal e social concernente a ter uma pessoa negra em uma posição de poder nas relações de trabalho. Nas questões referentes ao local de nascimento, para as situações com os nordestinos, a maior diferença retoma a temática

do trabalho, reforçando a ideia de que este atua salientando a percepção do preconceito para este grupo.

### 3.7.4. Escalas de identificação

Para atingir o objetivo, verificou-se a identificação com os grupos-alvo afetam na atribuição de adjetivos positivos e negativos em relação a estes, primeiramente os participantes foram agrupados de acordo com o grau de identificação em uma de duas categorias, baixa ou alta identificação, através do critério da mediana da escala. Em seguida, foram realizados testes de aderência com as categorias de valência geral dos adjetivos (positivas e negativas), tanto para a expressão de opinião ao nível pessoal, como para o posicionamento da sociedade segundo os participantes. A categoria de valência neutra foi removida desta análise devido a uma baixa frequência de respostas observadas que levavam a uma violação das condições necessárias para realização da estatística em questão. Os resultados são apresentados na Tabela 10.

**TABELA 10**

Relação entre o grau de identificação (alto e baixo) e categorias de valência de adjetivos para as respostas que refletem a opinião da sociedade.

	Identificação com Negros		Identificação com Morenos	
	Baixa	Alta	Baixa	Alta
Negativo	18	12	18	9
Positivo	3	10	2	11
	$X^2 = 4,949; p = 0,026$		$X^2 = 9,231; p = 0,002$	

Apenas as identificações com o grupo dos negros e morenos apresentaram diferenças estatisticamente significativas para as respostas referentes à visão da sociedade para os estereótipos dos negros. Quando as respostas analisadas se referiam à opinião própria dos participantes ou quando eram relativas às identificações com o grupo dos

brancos e nordestinos, os resultados ou não apresentaram significância estatística ou violavam as condições necessárias para realização dos testes. A decisão de utilizar os adjetivos atribuídos aos negros para a relação com a escala de identificação com os morenos se baseou na ideia de determinar o grau de semelhança da imagem que os participantes possuiriam destes grupos durante o processo de identificação. Para tanto, inicialmente foi realizada uma análise de correlação de *Pearson* entre estas duas escalas de identificação, onde foi encontrada uma forte correlação significativa ( $r = 0,78$ ;  $p < 0,01$ ). Uma vez determinada a correlação, foram realizados então os testes de aderência a fim de verificar as distribuições dos padrões de resposta.

Quando os participantes possuíam baixa identificação com o grupo dos negros, eram apontados mais atributos negativos do que positivos para o grupo alvo. Quando a identificação com o grupo dos negros era alta, ocorreu um aumento na frequência de adjetivos positivos e uma ligeira redução no número de adjetivos negativos ( $X^2 = 4,949$ ;  $p = 0,026$ ). Entretanto, mesmo com a diminuição de atribuições negativas, essa frequência de respostas observadas se assemelhou ao padrão de respostas positivas. Assim, quando existia uma baixa identificação, era clara a maior frequência de adjetivos negativos em relação aos positivos, o que deixa de ser verificado quando a identificação é alta. Nesse sentido, uma maior identificação com o grupo dos negros não fazia, necessariamente, com que se deixasse de fazer atribuições negativas.

No que diz respeito à identificação com o grupo dos morenos, as respostas obtidas apresentam um padrão semelhante com o observado no grupo dos negros. De forma que, quando a identificação com os morenos é baixa, verifica-se um maior número de adjetivos negativos e um menor número de adjetivos positivos. Já quando a identificação é alta, se percebe um aumento no número de adjetivos positivos e uma considerável diminuição de adjetivações negativas ( $X^2 = 9,231$ ;  $p = 0,002$ ). Ainda semelhante à identificação com os

negros, na alta identificação com os morenos se percebe uma semelhança entre as atribuições positivas e negativas.

Os resultados apontam para uma forte aproximação entre a identificação com os negros e morenos, de maneira que seus padrões estereotípicos seguem a mesma regra de distribuição para o grupo dos negros. Aparentemente, os respondentes não distinguem entre a percepção de negros e morenos quando evocam as imagens destes grupos no processo de identificação.

### **3.8. Considerações**

Em comparação com a última aplicação da lista de adjetivos realizada por Camino et al. (2001), os resultados demonstram algumas mudanças. Os adjetivos: alegre, simpático, desonesto e agressivo permanecem apontados como os mais salientes na descrição de pessoas negras. Entretanto, os adjetivos honesto, inteligente, egoísta e antipático são substituídos por batalhador, trabalhador, preguiçoso e burro. Mas, apesar dessa mudança na escolha dos adjetivos, o efeito encontrado no estudo inicial de Camino et al. (2001) se repetiu, de forma que os participantes demonstram ter consciência da discriminação racial e regional sem aceitarem a responsabilidade por esse tipo de problema. De forma geral, a atribuição estereotípica dos negros permaneceu similar ao longo de doze anos. Assim, como apontavam os estudos clássicos da trilogia de Princeton (Katz & Braly, 1933; Gilbert, 1951; Karlins et al., 1969) e outras pesquisas mais recentes (Cuddy et al., 2009), a relativa estabilidade dos estereótipos parece conseguir deixar intacta a imagem geral de determinados grupos minoritários da sociedade. As mudanças observadas ocorrem em termos de reajustes periféricos no processo de atribuição que busca harmonizar e justificar os discursos à norma social.

Dessa forma, os estereótipos assumiriam uma função justificadora do *status quo*, validando de forma racional as ações direcionadas aos exogrupos, através de uma ideologia dominante (Jost & Hamilton, 2005; Techio, 2011).

Os resultados também apontam para um processo de essencialização, no qual os negros são classificados com adjetivos associados à essência desse grupo, o que os distanciam do grupo de comparação. Dessa forma, mesmo quando as características atribuídas aos negros foram substituídas por outras, o conteúdo valorativo que justificava o distanciamento qualitativo em relação aos brancos permaneceu o mesmo. Devido às semelhanças nos resultados obtidos entre o grupo dos negros e o grupo das pessoas nascidas no nordeste, questiona-se se este último teria sido submetido ao mesmo processo de essencialização, pela via da naturalização, como ocorreu ao grupo dos negros.

O fato dos estereótipos atribuídos às pessoas que nascem no nordeste sugerirem que estas sejam “por natureza” mais resistentes às adversidades físicas, e mais aptas ao trabalho físico, e que são dotadas de menor aptidão cognitiva, pode indicar o resultado de um processo de naturalização desse grupo. Essa mesma tendência para a naturalização dos estereótipos em nordestinos encontra respaldo na literatura nos estudos de Rezende (2001), Vasconcelos (2006) e Blake (2011). Os autores apontam que, ao longo da história, a origem regional aos poucos foi sendo transformada num critério de raça, servindo para remeter a características essencializadoras dos nordestinos. A própria relação entre o grupo dos negros e nordestinos possui uma relação.

A visão estereotipada dos nordestinos como pouco competentes e mais sociáveis pode ser verificada no estudo de Alencar (1985), que investigou os estereótipos referentes a grupos regionais. O autor constatou que os nordestinos são tidos como corajosos, honestos, pouco inteligentes, alegres, bonitos, espertos, convencidos e pão-duros. Esse

padrão de atribuições foi realizado por crianças e adolescentes com idade média de 12, alertando para a formação dessas impressões antes mesmo da fase adulta.

Esta semelhança entre os padrões de atribuição de adjetivos para os negros e nordestinos pode ser corroborada pelo resultado do estudo 1, onde os participantes, em condições diferentes, escolheram as características que melhor definiam esses grupos em uma lista com 30 adjetivos. Desta lista, os oito adjetivos que melhor descreviam os dois grupos foram selecionados e, ao final do processo, acabaram apresentando cinco atributos idênticos (burro, preguiçoso, alegre, trabalhador e batalhador). Diante dessa semelhança das escolhas dos participantes e da similaridade dos padrões de resposta obtidos no atual estudo, especula-se que exista uma forte semelhança, ao menos no que diz respeito ao processo de estereotipia, entre o preconceito racial e regional.

De forma a avaliar essa similaridade entre o preconceito racial e regional será apresentado o Capítulo II, onde serão analisados os conteúdos discursivos de participantes das regiões sul/sudeste e nordeste frente a situações de injustiça cometidas contra negros e nordestinos.

---

## **CAPÍTULO II**

### **AS NORMAS SOCIAIS E O PRECONCEITO**

---

A similaridade estereotípica entre nordestinos e negros reflete o resultado de um processo automático no qual os grupos citados são considerados como naturalmente portadores de características específicas. Diante dessa categorização, nos questionamos se as justificativas dadas pelos participantes em uma suposta situação de discriminação contra os negros e nordestinos, em um cenário elaborado, também apresentariam similaridades em seus discursos.

A penalidade para aqueles que cometem discriminação contra o grupo dos negros vem sendo foco de debate na mídia há algum tempo e a norma antipreconceito já se encontra reconhecida pela população, seja através de notícias jornalísticas ou de produções televisivas como a novela *Malhação* da emissora Globo. Para o grupo dos nordestinos, essa norma pode ainda não se encontrar tão saliente quanto a norma de discriminação contra os negros, e mesmo que a lei condene toda forma de discriminação contra grupos minoritários, alguns se destacam mais que outros quando o debate sobre o preconceito vem à tona.

Colocar esse debate em um contexto normativo pode ajudar a esclarecer as formas específicas pelas quais os respondentes aproximam esses grupos e de que forma organizam o seu julgamento frente um cenário de discriminação. A seguir serão apresentadas as principais teorias que explicam a relação entre as normas sociais e a manifestação do preconceito com destaque para o Modelo da Discriminação Justificada.

#### **4. As normas sociais e o preconceito**

Cialdini, Reno e Kallgren (1990) apontam o problema da definição como um dos principais obstáculos no estudo das normas sociais. A definição das normas, tanto no meio acadêmico como no senso comum, possui mais de um significado. E mesmo tendo

uma longa história nos estudos da psicologia social, ainda existe um debate relativo ao poder preditivo e explicativo das normas sociais (Torres & Rodrigues, 2011).

Sherif (1936) descreve normas como negociações conjuntas para o comportamento social, de forma que os critérios de conduta seriam estabelecidos como consequência de um contrato entre indivíduos. Jackson (1966) considera que as normas sejam unidades que compõem o papel social, que seria definido como “distribution of prescriptions by Others for the total range of an Actor's behavior in a defined situation” (p. 35). Segundo Brown (1988): “we can say that a norm is a scale of values which defines a range of acceptable (and unacceptable) attitudes and behaviors for members of a social unit” (p. 56). Feldman (1991) defende que as normas sociais estariam orientadas para a manutenção grupal, de forma que seriam regras estabelecidas pelos grupos com a função de regularizar o comportamento de seus integrantes. Paluck (2009) considera que as normas são “socially shared definitions of the way people do behave or should behave” (p.575). De forma simples, Göckeritz et al. (2009, p.515) definem normas sociais como “the common and accepted behaviors for a specific situation”.

O segundo volume do *Handbook of Social Psychology* considera as normas sociais como “rules and standards that are understood by members of a group, and that guide and/or constrain social behavior without the force of laws.” (Cialdini & Trost, 1998, p.152). Os autores destacam a ausência da força da lei na definição das normas por estabelecerem que estas sejam primariamente sociais por natureza, de forma que surgem da interação com os outros, podendo ou não serem estabelecidas explicitamente. Sendo que quaisquer sanções por cumprimento ou desvio das normas provêm das redes sociais, e não por imposições do sistema legal.

As normas sociais orientam os comportamentos em situações ambíguas e tornam previsíveis as reações dos outros. Sua perpetuação pode ocorrer de diferentes formas

como a aprendizagem por observação, o processo de socialização e o controle social (Brauer & Chaurand, 2009). Este último se refere às reações de desaprovação expressas em relação a quem transgride uma norma.

Apesar das distinções entre os conceitos apresentados para as normas, podemos afirmar que as mesmas são construções sociais que norteiam o comportamento e têm como função o controle da conduta considerada como adequada para uma sociedade. Tendo isto em mente, o tema é relevante para a presente tese uma vez que vai ajudar a entender a forma como os respondentes justificam condutas discriminatórias.

Os tópicos seguintes apresentam os primeiros trabalhos que demonstram as interações das normas sociais com os comportamentos preconceituosos, bem como a distinção entre as normas descritivas e prescritivas.

#### **4.1. Normas descritivas e normas prescritivas**

Cialdini e Trost (1988) ressaltam que para se considerar a influência normativa sobre o comportamento é necessário antes realizar a distinção entre as normas descritivas, que nos informam sobre “o que” é mais tipicamente feito, e as normas prescritivas, que nos informam sobre “aquilo” que é tipicamente aprovado ou condenado pelo grupo (Cialdini & Goldstain, 2004). Apesar de existirem outras formas de se conceituar as normas, sua divisão em descritivas e prescritivas é a tipologia mais referenciada na literatura sobre o tema (Torres & Rodrigues, 2011).

*Normas descritivas.* As normas descritivas referem-se ao que é típico ou normal. São determinadas pelo que a maioria das pessoas fazem e fornecem evidências sobre quais ações devem ser realizadas em situações específicas (Cialdini et al., 1990). Dito de

outra forma, elas designam o conjunto de pensamentos, atitudes e comportamentos mais frequentemente realizados pelos membros do grupo (Pereira, 2009).

Algumas definições encontradas na literatura para as normas sociais enquadram-se no conceito de normas descritivas, como é o caso da apresentada por Sherif (1936, p. 3) onde as normas são “customs, traditions, standards, rules, values, fashions, and all other criteria of conduct which are standardized as a consequence of the contact of individuals”. Esse conceito parte da ideia de que os padrões normativos são obtidos por meio do contato entre os indivíduos e, conseqüentemente, refletem o que a maioria dos membros do grupo fazem. Também se enquadra nessa categoria a definição de Pepitone (1976, p. 642, como citado em Pereira, 2009) que afirma: “by normative it means that such social behaviors more characteristic (e.g., more uniform) of some sociocultural collective unit than of individual served at random”. Para Dubois (2003, p.1), eventos normativos “are events that occur in the majority of the cases; they are statistically the most prevalent”.

*Normas prescritivas.* Estas são as regras ou crenças que se constituem em condutas moralmente aprovadas ou reprovadas pela sociedade (Cialdini, et al., 1990). Enquanto as normas descritivas refletem “o que é” feito pelos membros do grupo, as normas prescritivas dizem respeito ao que “deve ser feito” pelos membros do grupo. A norma prescritiva remete a ideia de desejabilidade, de forma que a ação é considerada como normativa quando for desejável (Gilibert & Cambon, 2003).

Essa norma motiva o comportamento por refletir valores sociais que prescrevem as recompensas e punições para o seu cumprimento ou violação (Cialdini & Trost, 1998). Segundo Pereira (2009) este tipo de norma carrega a ideia de que:

(...) um comportamento deve ser executado porque é valorizado ou desejado socialmente. As ações anti-normativas são indesejáveis porque não correspondem aos valores dominantes de uma sociedade ou de um grupo social. Esta

característica indica que as normas ‘servem’ aos valores e que a sua desejabilidade resulta precisamente dos valores que as sustentam (p.7).

Cialdini et al. (1990) afirmam que como normalmente o que se faz é justamente o que está aprovado, muitas vezes os significados das normas prescritivas e descritivas se confundem. O mesmo comportamento pode ser prescritivo normativo e descritivo não-normativo, ou vice-versa. Como no exemplo fornecido por Brauer e Chaurand (2009) onde doar sangue é prescritivo normativo, já que é uma coisa boa a se fazer, mas ao mesmo tempo é descritivo não-normativo, uma vez que poucas pessoas realmente fazem. Entretanto, as normas descritivas e prescritivas são “conceptually and motivationally distinct, and it is important for a proper understanding of normative influence to keep them separate, especially in situations where both are acting simultaneously.” (Cialdini, et al., 1990, p.1015).

Assumindo o cenário atual da internet, podemos considerar que a mesma apresenta as duas formas de normatização. A conduta dos internautas compartilhada em redes sociais cria normas descritivas que são observadas na criação de seus perfis, na forma como se expressam, na utilização de recursos visuais para comunicação, no conteúdo que devem compartilhar, dentre outros. No que se refere à norma prescritiva, devemos lembrar que a internet possui restrições quanto ao seu uso onde podemos citar como exemplo a restrição de conteúdo pornográfico mostrado em redes sociais ou em sites de livre acesso. Um marco importante para a criação de lei prescritiva na internet foi o projeto de lei sancionado pela presidente Dilma Rousseff denominado Marco Civil da Internet, no qual se buscou um cenário de respeito aos direitos humanos, em particular à privacidade e a liberdade de expressão.

Para o presente estudo, foi considerada a norma prescritiva que condena qualquer tipo de discriminação para a criação dos cenários apresentados aos participantes. Neste

sentido, a seguir, são apresentados os estudos que relacionam as normas sociais ao comportamento preconceituoso.

#### **4.2. A influência das normas sociais no comportamento preconceituoso**

Um dos primeiros trabalhos que demonstravam como as normas poderiam atuar em processos psicológicos foi realizado por Muzafer Sherif (1967) em seu experimento clássico sobre os efeitos autocinéticos. A base principal do experimento consistia na solicitação aos participantes da estimava referente à distância percorrida por um ponto de luz que aparentemente se movia em uma sala totalmente escura. Na realidade, o ponto luminoso era estacionário, a movimentação era resultante de uma ilusão conhecida como efeito autocinético, onde um ponto luminoso em um ambiente escuro (destituído de pontos de referência) parece mover-se. Diante de tal estimulação o participante encontrava-se desprovido de normas anteriormente aprendidas e acabavam assumindo a opinião dos demais participantes do experimento que na verdade consistiam em comparsas do experimentador (Garcia-Marques, 2010; Rodrigues et al., 2007).

O autor buscou demonstrar que os indivíduos necessitam de padrões que venham a servir como referências para realizarem seus julgamentos e que, na ausência de normas sociais estabelecidas *a priori*, o grupo contextual no qual o indivíduo encontra-se funcionará como fornecedor de tais referências.

Seguindo essa tendência, desenvolvem-se a partir dos anos 1950 uma série de estudos que buscam relacionar a forma como as normas sociais afetam o comportamento preconceituoso. Minard (1952) verifica em um estudo sobre o racismo que mineiros apresentavam condutas discriminatórias contra os colegas de trabalho negros em diversos

ambientes fora das minas, mas que esta discriminação desaparecia quando estavam trabalhando dentro das mesmas.

Alguns anos depois, Pettigrew (1958) verificou que as expressões de racismo na segregação das pessoas negras pelo regime de *Jim Crow* nos Estados Unidos e do *Apartheid* na África do Sul na verdade refletiam as pressões das normas culturais ao invés de estarem ligados a fatores da personalidade dos atores sociais (Lima, Machado, Ávila, Lima & Vala, 2005).

Após a década de 1970 houve um forte interesse nos estudos dos processos cognitivos do preconceito, de forma que as normas sociais passam a ficar em segundo plano. Elas só irão retornar ao foco das pesquisas em trabalhos posteriores como o realizado por Blanchard, Crandall, Brigham, e Vaughan (1994), sobre o efeito da mudança da norma na tolerância das pessoas ao preconceito. Os autores descobriram que era necessário apenas um único cúmplice que expressasse opiniões anti-racistas para que ocorresse uma redução drástica na tolerância dos atos racistas entre os participantes do experimento. De forma inversa, quando o cúmplice expressava aceitação benigna de atos racistas, os participantes também passavam a aceitá-los de forma mais tolerante.

Stangor, Sechrist, e Jost (2001) demonstraram que a simples mudança do consenso aparente de um grupo era o suficiente para mudar a expressão do preconceito. Quando os participantes do experimento eram levados a acreditar que sua visão dos afro-americanos era mais estereotipada do que a de seus pares, eles reduziam os estereótipos atribuídos aos afro-americanos. Ao contrário, quando acreditavam que sua visão era menos estereotipada do que a de seus pares, os estereótipos eram aumentados pelo participante. O alto grau de consenso servia de indício para a adequação normativa da crença do participante, e tal percepção da norma afeta diretamente a disponibilidade para aprovar estereótipos.

Os estudos relatados demonstraram que as normas sociais influenciam nos processos de discriminação, mas ainda não fica claro como essas normas atuam de forma específica em tais processos. Na tentativa de esclarecer tais questões será apresentado a seguir o Modelo da Discriminação Justificada.

### **4.3. O Modelo da Discriminação Justificada**

A manifestação da discriminação ocorre mesmo em contextos sociais que possuem normas antipreconceituosas que prescrevem punições claras aos responsáveis por suas violações. Entretanto, para que tal discriminação possa ocorrer sem sofrer as represálias da sociedade, ela precisa desenvolver-se por meio de um processo justificador que possa legitimar sua atuação.

Uma dessas formas de legitimação é encontrada no trabalho de Gaertner e Dovidio (2005), onde apresentam a teoria preconceito aversivo. Para essa teoria, as pessoas brancas vão discriminar as pessoas de cor negra apenas nas situações onde possam justificar o seu comportamento como não preconceituoso.

Um experimento realizado por Pereira et al. (2003) demonstrou que quando solicitados a avaliar um cenário de contratação onde uma suposta gerente deveria decidir entre um funcionário negro ou um branco, participantes que recebiam previamente uma justificção para a não contratação do funcionário negro (“ela considera que a sociedade brasileira, cliente em potencial de sua loja, é muito preconceituosa e que por isso deveria contratar a moça branca”) tendiam a avaliar de forma positiva a decisão da contratante. Ao contrário, quando não recebiam qualquer justificção para a não contratação de funcionários negros, os participantes avaliavam negativamente a decisão da contratante.

No que se refere à compreensão dos mecanismos dessa justificação, três teorias podem ser citadas por suas contribuições ao estudo das desigualdades sociais (Pereira, 2007). A primeira delas, a Teoria da Dominância Social, foi elaborada por Sidanius (1993) e baseia-se na ideia de que, aparentemente, as sociedades complexas apresentam uma predisposição para se organizarem em estruturas sociais hierárquicas com um ou com poucos grupos dominantes e com pelo menos um grupo subordinado. O autor acreditava que esta tendência refletia uma função adaptativa da espécie humana. Assim, as situações de conflito e de desigualdades sociais podem ser entendidas como manifestações da inclinação humana para formar hierarquias entre os grupos sociais. Tal predisposição seria universal e constante na história da humanidade, onde as pessoas buscariam legitimar suas ações através de ideologias que promovam as desigualdades intergrupais.

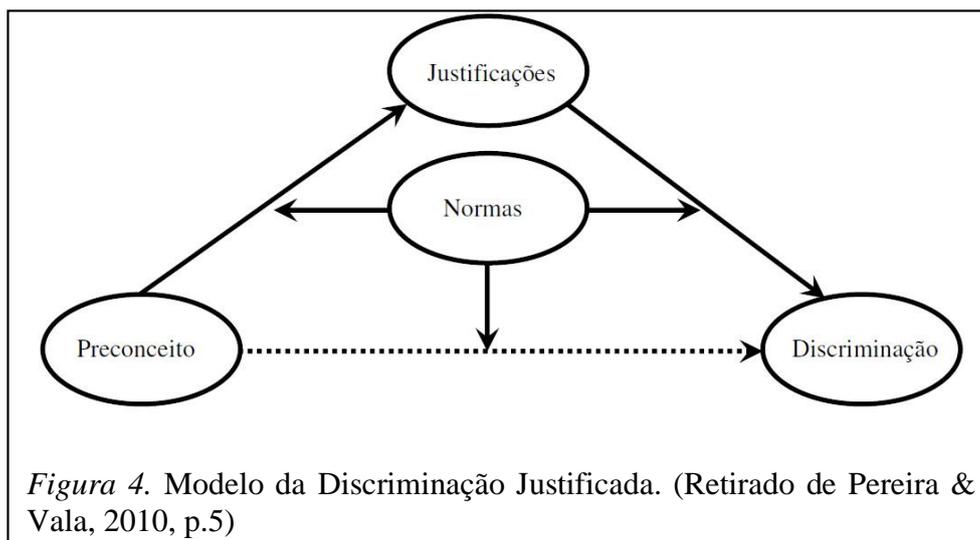
A teoria seguinte é denominada de Teoria da Justificação do Sistema desenvolvida por Jost e Banaji (1994). A ideia é de que existe uma motivação psicológica básica nas pessoas que as levam a perceber como legítima a forma como a sociedade se organiza. Essa motivação levaria a busca por justificações que confirmem a estrutura social. Assim o fracasso de alguns grupos é visto como uma desigualdade social natural.

Por fim, o Modelo da Justificação-Supressão de Crandal e Eshleman (2003) prevê que pessoas que possuem preconceito genuíno vão entrar em conflito com sua própria autoimagem, construída na integração de crenças e valores não-preconceituosos, de forma que a única maneira de solucionar o problema será através da legitimação da discriminação onde as justificações permitem expressar seu preconceito sem serem censurados por uma sociedade com norma igualitária.

Entretanto, os estudos apresentados não foram além de identificar a importância de fatores justificadores nas desigualdades sociais. Na tentativa de solucionar essa

questão, Pereira e Vala (2010) propõem o Modelo de Discriminação Justificada (MDJ) que busca explicar de forma mais precisa qual é o papel dessas funções justificadoras em relação ao preconceito e a discriminação.

Segundo o modelo, como mostra a Figura 4, quando um indivíduo com inclinações preconceituosas encontra-se em um contexto social fundamentado no valor da igualdade, onde a norma social do igualitarismo está saliente, sua discriminação precisa ser embasada em argumentos que a faça parecer justa e legítima.



*Figura 4. Modelo da Discriminação Justificada. (Retirado de Pereira & Vala, 2010, p.5)*

Como ressaltam os autores:

(...) as justificações ajudam as pessoas a dissimular os fundamentos preconceituosos do seu comportamento discriminatório, resolvendo possíveis conflitos sociais e psicológicos derivados da tensão entre a necessidade de serem coerentes com os valores igualitários que fazem parte de seu autoconceito e, simultaneamente, agirem em congruência com crenças e atitudes preconceituosas sobre os grupos-alvo de comportamentos discriminatórios (Pereira & Vala, 2010, p.5).

Dessa forma, o MDJ determina que a relação do preconceito e da discriminação é mediada pelos processos justificadores, e este por sua vez é moderado pelas normas sociais. Os processos justificadores só são necessários em contextos que possuem normas antipreconceito. Contextos de normas meritocráticas, por sua vez, facilitam a expressão explícita do preconceito, sem serem necessários processos que justifiquem as discriminações.

Tendo em mente o funcionamento do MDJ e sabendo-se das restrições impostas pela nossa lei anti-racial em relação ao comportamento preconceituoso, no estudo 3 foi proposto um cenário de uma suposta situação de discriminação, onde foram avaliadas as concordâncias e justificativas que embasavam as condutas dos personagens. Esse estudo teve como foco a percepção dos participantes frente a esta situação tanto para o grupo dos negros quanto para o grupo dos nordestinos.

## **Estudo III – Análise do discurso da percepção de uma possível situação de injustiça**

Nos estudos anteriores vimos que os estereótipos referentes aos negros e nordestinos apresentam um padrão majoritariamente negativos quando comparados aos estereótipos dos brancos e sulistas. Partindo desses dados nos perguntamos se os estereótipos enviesam a percepção dos indivíduos ao se depararem com uma suposta situação de preconceito. Este estudo além de avançar nas análises relativas aos estereótipos também servirá para aprofundar os resultados dos estudos 1 e 2.

### **5.1. Objetivo**

Visando aprofundar os resultados dos estudos anteriores, este estudo buscou analisar, por meio dos repertórios discursivos, a justificativa para os diferentes posicionamentos frente à existência de situações de discriminação racial e regional, seguindo as ideias de Camino et al. (2013).

### **5.2. Método**

Trata-se de um estudo exploratório de cunho qualitativo.

#### **5.2.1. Participantes**

Participaram desse estudo 279 estudantes universitários residentes nas regiões nordeste e sudeste do país, divididos em duas condições do estudo. A primeira condição foi composta pelos participantes que responderam a uma versão do questionário referente a uma situação de discriminação racial. Essa primeira subamostra foi composta por 140 participantes com idade média de 23,60 anos ( $DP = 6,53$ ), sendo destes 56,9% do sexo

feminino. Em relação ao nível econômico, 82% da amostra afirmaram pertencer à classe média, 15,2% à classe baixa, e apenas 2,8% à classe alta.

Para a segunda condição, os participantes responderam a uma versão do questionário referente a uma situação de discriminação regional. Essa subamostra foi composta por 139 estudantes universitários com idade média de 22 anos (DP = 5,95). Quanto ao sexo, 70% dos participantes eram do sexo feminino e 30% do sexo masculino. No que se refere à classe social, 16% eram da classe baixa, 82% da classe média e 2% da classe alta.

### **5.2.2. Instrumento**

Foi utilizado um questionário composto por duas partes:

- 1- Dados sociodemográficos: Contendo questões referentes a renda, idade, cor, escolaridade, região, dentre outras informações;
- 2- Cenário que descreve uma suposta seleção injusta:

Foi proposto um cenário no qual os participantes respondiam sobre a concordância ou discordância da existência de uma possível seleção injusta feita por uma empresa de vendas. Além de informarem se consideravam a seleção injusta, os participantes foram solicitados a explicarem suas respostas. O cenário proposto foi elaborado de forma a tentar simular uma notícia de jornal onde um homem revoltado relatava ter sido vítima de discriminação. Uma versão diferente da história foi apresentada para cada tipo de grupo-alvo, de forma que, para parte dos respondentes, o protagonista da história era negro e alegava racismo, e para a outra parte o protagonista era nordestino e alegava preconceito regional. Para cada uma das duas condições do estudo, grupo dos negros e dos nordestinos, ainda foi apresentada outra versão da história contendo um contexto que

dava um motivo para a não contratação do funcionário, em outras palavras que fornecia uma justificativa para a não-contratação do protagonista. Essa variação (com e sem justificativa) foi analisada juntamente com as demais variáveis sociodemográficas na análise de conteúdo realizada por meio do Iramuteq. As versões da história podem ser observadas nas figuras 5, 6, 7 e 8:

*Homem revoltado quebra telefone e agride policial*

*Policiais militares foram chamados no final da tarde do dia 15 para conter o estudante de administração João Soares, 25 anos, residente em Bauru - SP. Ele estaria revoltado após uma entrevista de emprego em uma empresa local e ao danificar um telefone da recepção foi cercado e contido por várias pessoas.*

*O motivo da revolta teria sido uma suposta “seleção injusta” na qual João afirma ter participado. O jovem havia acabado de sair de uma seleção de emprego onde concorria com uma vaga de vendedor com outro estudante de administração. João afirma que ambos possuíam as mesmas habilidades profissionais e currículos similares, mas que o outro participante teria sido escolhido por ser de cor branca, uma vez que João, por ser negro, poderia não ter uma boa receptividade por parte do público consumidor que tende a ser preconceituoso.*

*Quando os policiais chegaram, foram ofendidos por João, que ainda resistiu à voz de prisão por dano ao patrimônio e desacato a autoridade. Ao ser algemado, ele ainda acabou machucando o braço de um dos policiais. O preso foi encaminhado ao Plantão Policial.*

*Você acredita que houve uma seleção injusta? Justifique sua resposta.*

*Figura 5. Protagonista negro e presença de justificativa para a discriminação.*

*Homem revoltado quebra telefone e agride policial*

*Policiais militares foram chamados no final da tarde do dia 15 para conter o estudante de administração João Soares, 25 anos, residente em Bauru - SP. Ele estaria revoltado após uma entrevista de emprego em uma empresa local e ao danificar um telefone da recepção foi cercado e contido por várias pessoas.*

*O motivo da revolta teria sido uma suposta “seleção injusta” na qual João afirma ter participado. O jovem havia acabado de sair de uma seleção de emprego onde concorria com uma vaga de vendedor com outro estudante de administração. João afirma que ambos possuíam as mesmas habilidades profissionais e currículos similares, e que havia sido dispensado sem nenhuma justificativa. A única diferença entre os candidatos, segundo João, era que ele era de cor negra, enquanto que o jovem contratado era de cor branca.*

*Quando os policiais chegaram, foram ofendidos por João, que ainda resistiu à voz de prisão por dano ao patrimônio e desacato a autoridade. Ao ser algemado, ele ainda acabou machucando o braço de um dos policiais. O preso foi encaminhado ao Plantão Policial.*

*Você acredita que houve uma seleção injusta? Justifique sua resposta.*

*Figura 6. Protagonista negro e ausência de justificativa para a discriminação.*

*Homem revoltado quebra telefone e agride policial*

*Policiais militares foram chamados no final da tarde do dia 15 para conter o estudante de administração João Soares, 25 anos, residente em Bauru - SP. Ele estaria revoltado após uma entrevista de emprego em uma empresa local e ao danificar um telefone da recepção foi cercado e contido por várias pessoas.*

*O motivo da revolta teria sido uma suposta “seleção injusta” na qual João afirma ter participado. O jovem havia acabado de sair de uma seleção de emprego onde concorria com uma vaga de vendedor com outro estudante de administração. João afirma que ambos possuíam as mesmas habilidades profissionais e currículos similares, mas que o outro participante teria sido escolhido por ser de São Paulo, uma vez que João, por ter nascido no nordeste, poderia não ter uma boa receptividade por parte do público consumidor que seria atendido por ele devido ao seu sotaque.*

*Quando os policiais chegaram, foram ofendidos por João, que ainda resistiu à voz de prisão por dano ao patrimônio e desacato a autoridade. Ao ser algemado, ele ainda acabou machucando o braço de um dos policiais. O preso foi encaminhado ao Plantão Policial.*

*Você acredita que houve uma seleção injusta? Justifique sua resposta.*

*Figura 7. Protagonista nordestino e presença de justificativa para a discriminação.*

*Homem revoltado quebra telefone e agride policial*

*Policiais militares foram chamados no final da tarde do dia 15 para conter o estudante de administração João Soares, 25 anos, residente em Bauru - SP. Ele estaria revoltado após uma entrevista de emprego em uma empresa local e ao danificar um telefone da recepção foi cercado e contido por várias pessoas.*

*O motivo da revolta teria sido uma suposta “seleção injusta” na qual João afirma ter participado. O jovem havia acabado de sair de uma seleção de emprego onde concorria com uma vaga de vendedor com outro estudante de administração. João afirma que ambos possuíam as mesmas habilidades profissionais e currículos similares, e que havia sido dispensado sem nenhuma justificativa. A única diferença entre os candidatos, segundo João, era que ele havia nascido na Paraíba enquanto que o candidato contratado havia nascido em São Paulo.*

*Quando os policiais chegaram, foram ofendidos por João, que ainda resistiu à voz de prisão por dano ao patrimônio e desacato a autoridade. Ao ser algemado, ele ainda acabou machucando o braço de um dos policiais. O preso foi encaminhado ao Plantão Policial.*

*Figura 8. Protagonista nordestino e ausência de justificativa para a discriminação.*

### **5.2.3. Procedimentos**

Os estudantes foram abordados e solicitados a participarem da pesquisa. Foram orientados acerca da sua natureza e do procedimento de resposta ao questionário. Era esclarecido que se tratava de uma pesquisa a respeito de como a sociedade brasileira vê o papel do negro/nordestino na sociedade. Foi assegurado o anonimato, a confidencialidade das informações e o direito a desistir da pesquisa a qualquer momento.

### **5.2.4. Análise dos dados**

A técnica utilizada para analisar as entrevistas foi a Análise de Conteúdo derivada de técnicas propostas por Bardin (1986). Segundo Freitas et al. (1996), esta técnica pode ser utilizada para analisar todo tipo de material verbal produzido na sociedade em geral, desde livros, jornais, documentos pessoais, até entrevistas, discussões em grupo, entrevistas em profundidade, análise de opinião, dentre outros.

Para analisar as perguntas fizemos uso do *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009), que permite aos pesquisadores utilizarem diferentes recursos técnicos de análise lexical.

Conforme ressaltam Camargo e Justo (2013a), o uso de softwares para análise de textos tem recebido críticas nos últimos anos. A principal delas seria a possibilidade de negligência na interpretação dos dados por parte dos pesquisadores que utilizam softwares para analisar um grande volume de textos (Chartier & Meunier, 2011, como citado em Camargo & Justo, 2013a). Os autores frisam a importância de se ter profissionais capacitados na análise desses dados e que, uma vez que conheçam as técnicas de processamento dos dados empregadas e a metodologia adequada à pesquisa,

a utilização de programas de computador pode enriquecer e facilitar a análise desse material.

Assim, o IRAMUTEQ pode trazer contribuições aos estudos que envolvam grandes volumes de texto viabilizando o aprimoramento das análises. Como afirmam Camargo e Justo (2013a, p.517):

Pode-se utilizar das análises lexicais, sem que se perca o contexto em que a palavra aparece, tornando possível integrar níveis quantitativos e qualitativos na análise, trazendo maior objetividade e avanços às interpretações dos dados de texto. Entretanto, lembramos a ressalva apontada por Chartier e Meunier (2011) e reiterada por Lahlou (2012) de que um software não é um método, e os relatórios gerados pelo software não são, em si, a análise dos dados.

O IRAMUTEQ possibilita diferentes tipos de análise de dados textuais tais como a lexicografia básica, classificação hierárquica descendente, análises de similitude e nuvem de palavras (Camargo & Justo, 2013a; Camargo & Justo, 2013b).

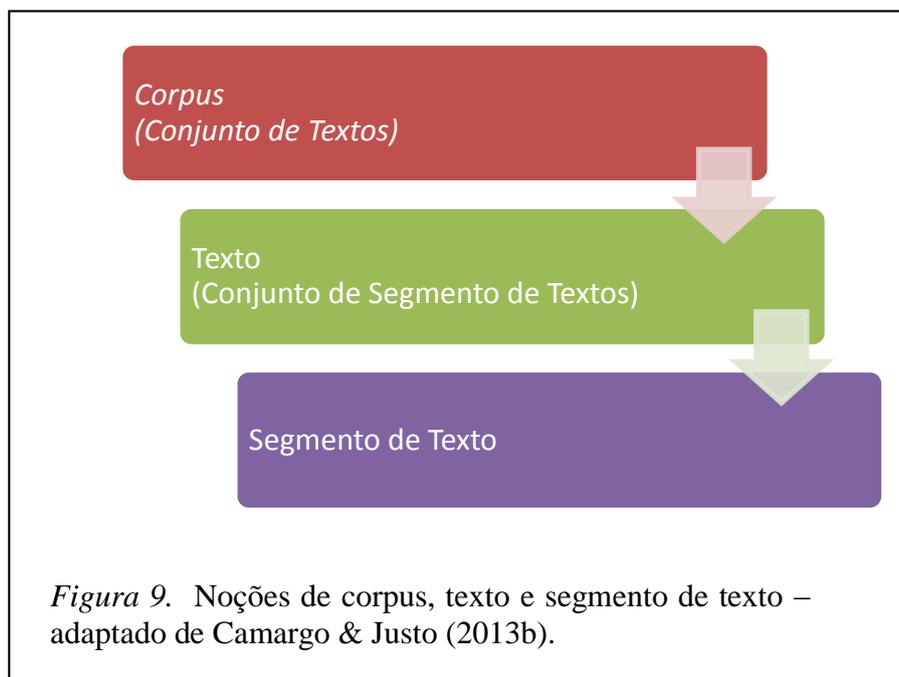
Para melhor compreender como se dá a análise neste programa primeiro é preciso definir alguns termos usados no processo de análise:

*Corpus*: o corpus é construído pelo pesquisador. Trata-se do conjunto de textos que se pretende analisar. Por exemplo, um conjunto de 100 entrevistas ou um conjunto de artigos de revistas.

*Textos*: tendo por base a noção de corpus, quando se vai realizar uma análise, por exemplo, com 200 entrevistas, cada entrevista irá constituir um texto. No caso de respostas a uma questão aberta, cada resposta constituirá um texto específico, sendo assim, um conjunto de textos constitui o corpus. Os textos são separados por linhas de comando chamadas de “linhas de asterisco”. No caso de entrevistas, uma vez que cada uma é um texto, cada uma deve começar com uma linha de asterisco. Esta linha informa

o número de identificação do entrevistado e as variáveis usadas no delineamento da pesquisa.

*Segmentos de Textos*: são partições dos textos, em sua maioria, subtítulos de 3 linhas dimensionadas pelo próprio software em função do tamanho do corpus. O tamanho do segmento de texto também pode ser configurado pelo pesquisador.



Nas análises léxicas clássicas, o software identifica os Textos (Unidades de Contextos Iniciais - UCI) transformando-as em Segmentos de Textos (Unidades de Contextos Elementares - UCE), realiza a pesquisa do vocabulário e reduz as palavras com base em suas raízes, criando formas reduzidas e complementares (Camargo & Justo, 2013b).

**TABELA 11**

Descrição das técnicas de análise do Iramuteq adaptado de Camargo e Justo (2013b).

<b>Técnicas de Análise</b>	<b>Descrição</b>
<i>Análise de Especificidade</i>	O software associa os textos do banco com variáveis descritoras. Trata-se de uma análise de contraste em que o corpus é dividido em função de uma variável escolhida. Nesse sentido, é possível analisar a produção bibliográfica, por exemplo, de escritores americanos e brasileiros.
<i>Método de Classificação Hierárquica Descendente</i>	Classifica os segmentos de texto em função de seus vocábulos, o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas. O objetivo desta análise é obter um conjunto de classes formadas de UCEs que apresentem vocábulos semelhantes entre si e diferente das outras classes de UCEs.
<i>Análise Fatorial de Correspondência</i>	Apresenta num plano fatorial as diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD.
<i>Análise de Similitude</i>	É baseada na teoria dos grafos de Ramsey e possibilita identificar as coocorrências e apresenta um resultado apresenta indicações de conexidade, distinguindo as partes comuns e a especificidade em função das variáveis.

### 5.3. Resultados

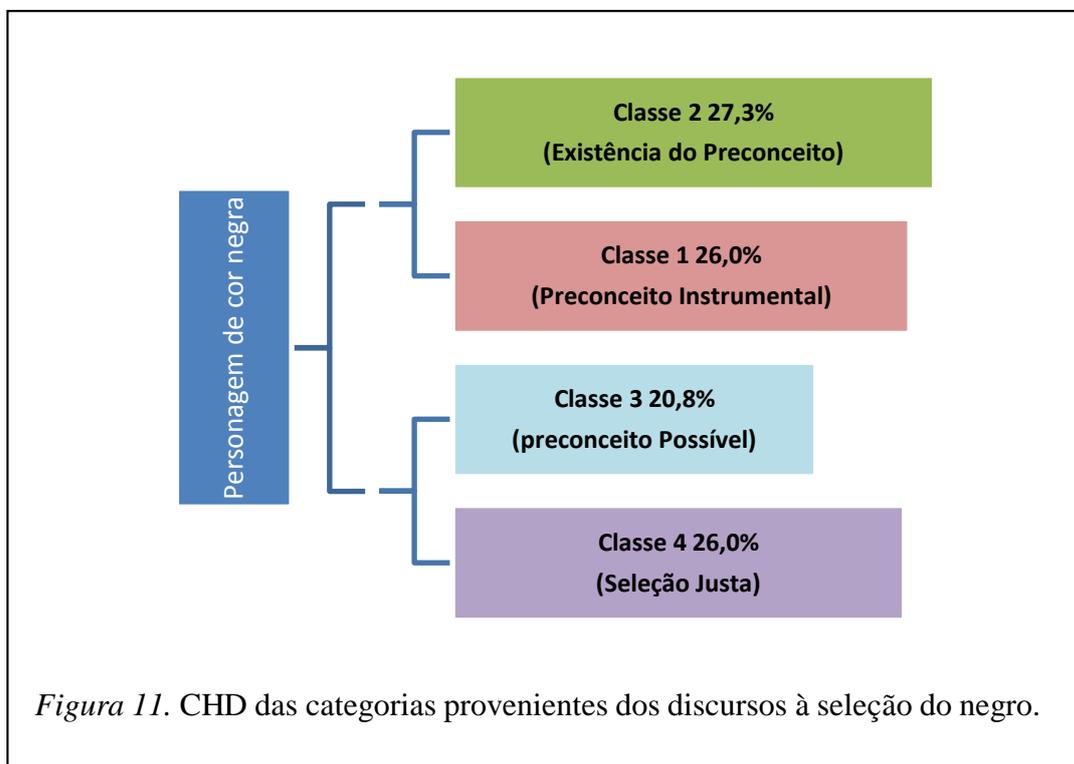
#### 5.3.1. Percepção social do preconceito em função da cor do personagem

Utilizando-se da análise léxica, após a redução dos vocábulos às suas raízes obteve-se um total de ocorrências de 3247 palavras diferentes com 819 formas distintas. Obteve-se um Número de Textos igual a 140 (UCI), repartidos em 147 Unidades de Segmento de Textos (UCE). A frequência das palavras que mais contribuíram para a análise será apresentada em seguida.

Nesta análise em *nuvem*, as palavras são justapostas na figura em função de sua frequência. Assim as palavras apresentadas de tamanho maior e com linha espessa foram as mais frequentes no corpus de análise e as que mais contribuíram para a formação das categorias.



foi composto pela classe 2, equivalendo a 27,3% das UCEs e pela classe 1, composta por 26% das UCEs. O segundo cluster foi composto pela classe 3, representada por 20,8% das UCEs e pela classe 4, 26% das UCEs. As classes foram nomeadas em função das interpretações das UCEs.



A classe 2 “**Existência do Preconceito**” (27,3%) apresentou um discurso referente à existência do preconceito, uma vez que a sociedade é preconceituosa, afirmando que o candidato não foi escolhido por causa de sua cor, já que os currículos eram iguais. Diferente das classes 1 e 3, esta classe ancora a raiz da discriminação sofrida por João na sociedade.

As palavras que mais contribuíram para a formação desta categoria foram:

**TABELA 12**  
Palavras mais representativas da classe 2

<b>Palavras</b>	$\chi^2$	<b>P</b>
Preconceito	33,35	< 0,0001
Ainda	23,7	< 0,0001
Acreditar	13,11	0,00029
Racial	8,32	0,00039
Brasil	8,32	0,00039

Os discursos emitidos pelos respondentes mais representativos desta categoria são:

*“porque os fatos levam a pensar isso, pois já que tinham a mesma competência e ele não foi escolhido isso só leva a pensar que foi preconceito e de achar que o negro não tinha uma boa aparência para um cargo assim”;*

*“pois querendo ou não a nossa cultura vem carregada com muito preconceito seja ele racial ou classe econômica”;*

*“porque não houve um método de seleção o que nos leva a acreditar que o homem de cor branca foi o escolhido por ser branco já que o brasil ainda é um país racista”.*

A classe 1, “**Preconceito Instrumental**” (26,0%), é caracterizada pela ideia de que pode ter havido preconceito no processo de seleção, mas que não há como apresentar evidências que comprovem isto. Também há a ideia de que os negros usam sua cor para conseguir vantagens sociais ou para justificar o seu fracasso. Neste sentido, o preconceito seria usado pelos negros como uma ferramenta para se obter ganhos sociais.

As palavras que mais contribuíram para a formação desta categoria foram:

**TABELA 13**  
Palavras mais representativas da classe 1

<b>Palavras</b>	$\chi^2$	<b>P</b>
Racismo	14,59	< 0,00013
Estar	12,02	< 0,00052
Achar	9,47	0,0020
Talvez	8,12	0,0043
Hoje	5,27	0,0021

Os discursos emitidos pelos respondentes mais representativos desta categoria foram:

*“não há informações suficientes para justificar a prática de racismo seria necessário o depoimento de quem era responsável pelo processo de seleção, mas na falta desta informação talvez tenha ocorrido uma seleção injusta”;*

*“na verdade pode ter sido injusta, mas deve-se considerar todas as variáveis que inclusive não estão detalhadas”;*

*“acho que ele usou racismo para resposta negativa que recebeu”;*

*“os negros muitas vezes se beneficiam de sua cor achando que só por causa que são negros acham que devem ter privilégios”.*

A classe 3, “**Preconceito Possível**” (20,8%), apresenta um discurso a favor de João, uma vez que defende a probabilidade de ter havido uma seleção injusta, o que pode ser verificado, segundo os respondentes, pela reação do candidato não qualificado. O segundo discurso presente nesta categoria faz referência aos critérios utilizados no

processo de seleção, que se os currículos eram similares, deveriam ter usado outro critério para tomar a decisão.

As palavras que mais contribuíram para a formação desta categoria foram:

**TABELA 14**  
Palavras mais representativas da classe 3.

<b>Palavras</b>	$\chi^2$	<b>P</b>
Dispensar	20,39	< 0,0001
Semelhante	16,09	< 0,0001
Cor	8,88	0,0028
Emprego	8,32	0,0039
Critério	5,96	0,01

Os discursos mais representativos emitidos pelos respondentes desta categoria foram:

*“houve provavelmente uma seleção injusta já que João afirma possuir currículo e habilidades semelhantes ao candidato de cor branca e foi dispensado sem justificativa, a reação violenta do rapaz enfatiza essa indignação”;*

*“e as qualidades profissionais dos entrevistados eram semelhantes deveriam ser feitos mais testes que pudessem identificar o candidato mais apto para o emprego”;*

*“se ambos possuem aptidões semelhantes outro critério de escolha deveria existir além da escolha pela cor da pele”.*

A classe 4, “**Seleção Justa**” (26,0%), é representada pela ideia de que a seleção foi justa, pois os currículos eram similares e apenas um deles poderia ocupar a vaga. Assim já que os candidatos possuíam as mesmas aptidões devia haver outro critério, que

não estava explícito no processo de seleção, mas que foi usado para demarcar quem iria ficar com a vaga, o que caracteriza a seleção como sendo justa.

As palavras que mais contribuíram para a formação desta categoria foram:

**TABELA 15**  
Palavras mais representativas da classe 4.

<b>Palavras</b>	$\chi^2$	<b>P</b>
Escolher	17,77	< 0,0001
Apenas	17,58	< 0,0001
Habilidade	11,16	0,00083
Nível	8,9	0,0028
Escolha	7,07	0,0079

Os discursos emitidos pelos respondentes mais representativos desta categoria foram:

*“provavelmente haveria um quesito a mais no currículo da outra pessoa mesmo se João fosse branco teriam escolhido o outro candidato pois era necessário escolher entre os dois apenas um seria escolhido”;*

*“mesmo com currículos similares ele não tem a mesma experiência”;*

*“se ambos os candidatos à vaga possuíam o mesmo nível curricular algum critério deve ter se somado para a escolha do candidato talvez apenas uma influência interna do candidato à vaga”.*

Em todas as quatro categorias um dos fatores que mais contribuiu para a percepção de injustiça dos respondentes foi a questão dos critérios usados na seleção. À exceção da classe 2 que afirma ter havido uma seleção injusta e preconceituosa baseada no fato da

sociedade ser também preconceituosa; a categoria 1 afirma a probabilidade de ter havido uma seleção injusta, mas não há evidências disso, pois os critérios estão ausentes. A categoria 3 também afirma que pode ter havido uma seleção injusta e que deveriam ter usado outros critérios para fazer uma seleção adequada. Por último, a categoria 4 defende que a seleção foi justa, pois provavelmente havia outros critérios, no entanto, estes não estavam explícitos, mas foram decisivos no momento da seleção.

A seguir é apresentado a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) referente à condição dos negros, conforme mostra a Figura 12.

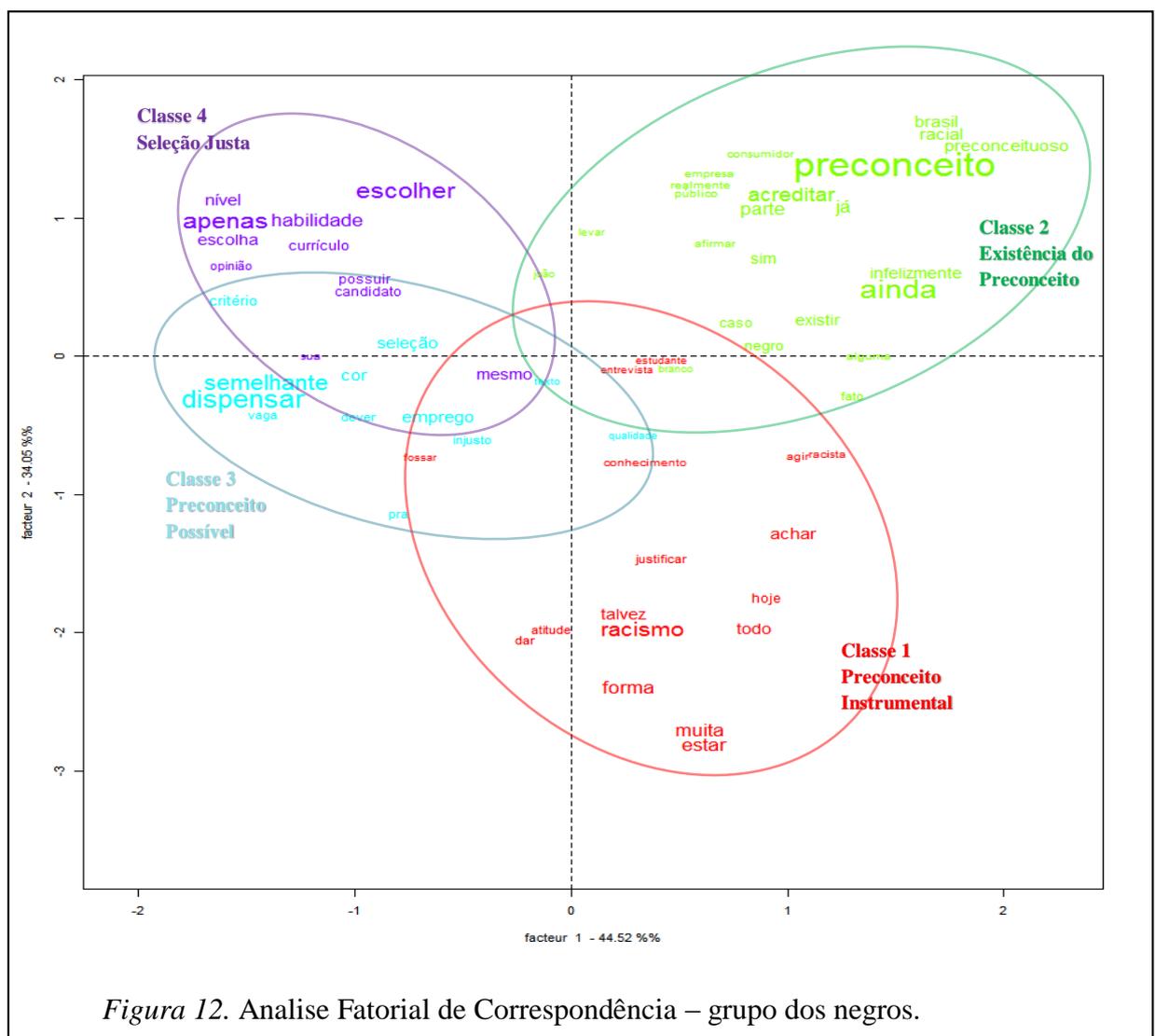


Figura 12. Análise Fatorial de Correspondência – grupo dos negros.

O plano cartesiano<sup>2</sup> apresenta a relação espacial entre as classes formadas a partir da análise do corpus. Pode-se verificar que as quatro classes encontradas se distribuem no plano cartesiano em quadrantes diferentes. No primeiro quadrante, encontra-se a classe 2 “**Existência do Preconceito**”, representada pela cor verde. No segundo quadrante encontra-se a classe 4 “**Seleção Justa**”, representada pela cor lilás. Já no terceiro quadrante, em ciano, temos a classe 3 “**Preconceito Possível**”; e por último, no quarto quadrante, temos a classe 1, “**Preconceito Instrumental**”, representada pela cor vermelha.

O eixo vertical divide os discursos, num primeiro momento, quanto à dúvida relativa à seleção ter sido justa ou não e a certeza de ter havido uma seleção justa ou injusta. Neste sentido, as classes 1 “**Preconceito Instrumental**” e a classe 3 “**Preconceito Possível**”, apresentam ideias relativas à dúvida ligada a uma possível seleção injusta, no entanto, sem poder afirmar com certeza, pois não há critérios suficientes. Na parte superior do plano cartesiano temos as classe 2 “**Existência do Preconceito**”, partilhando da ideia de que houve seleção injusta, pois os currículos eram iguais, sendo o candidato desqualificado por causa de sua cor, e a classe 4 “**Seleção Justa**”, representando a ideia de que a seleção foi justa, uma vez que só havia uma vaga e o candidato mais apto foi o escolhido. Os discursos presentes nesta classe defendem que, apesar de os critérios explícitos não justificarem a seleção, os entrevistadores deveriam ter outros critérios extras, os quais foram usados na hora da decisão.

O eixo horizontal dividiu os discursos em função da relevância dos critérios de seleção. A classe 2 “**Existência do Preconceito**”, desconsidera os critérios como fonte de justificativa para o preconceito, colocando a raiz da discriminação sofrida por João no

---

<sup>2</sup> Para numeração dos quadrantes foi utilizado o sistema cartesiano de coordenadas onde o primeiro quadrante se encontra na parte superior direita do plano, e os demais são numerados no sentido anti-horário.

fato de a sociedade ser preconceituosa. Já a classe 1 “**Preconceito Instrumental**”, defende a existência de uma possível seleção injusta, mas não há evidências que corroborem isto. Nesse sentido, os critérios são tidos como insuficientes para delimitar a existência do preconceito na situação. Já a classe 3 “**Preconceito Possível**”, assim como a classe 2, partilha da ideia de ter havido uma provável seleção injusta, uma vez que os currículos eram iguais, no entanto, ao contrário da classe 1, que simplesmente fala da ausência de critérios, a classe 3 aponta a falta, mas também defende a exigência da necessidade de haver outros critérios que justificassem a seleção, uma vez que os apresentados se mostraram insuficientes. Já a classe 4 “**Seleção Justa**”, defende que a seleção não foi injusta, pois os *critérios existiam*, no entanto, eram conhecidos apenas pelos entrevistadores. Assim, observa-se que os discursos transitam de uma lógica de desconsideração dos critérios para a justificativa da seleção, passando por uma insuficiência dos critérios apresentados, chegando numa noção de suficiência de critérios, mesmo estando estes implícitos.

É importante notar que a divisão feita pelo eixo horizontal encontra relação com o Modelo da Discriminação Justificada, onde um indivíduo que possui inclinações preconceituosas e que se encontra em um contexto social igualitarista precisa embasar sua discriminação em argumentos que a legitimem (Pereira & Vala, 2010). Assim, o cenário da discriminação precisa de contextos que justifiquem a manifestação do preconceito.

Na nossa análise, partimos de um contexto plenamente justificado pelos critérios usados na seleção dos candidatos, até um contexto insuficiente para justificar a contratação do concorrente de João. Se considerarmos o discurso dos participantes da classe 4, percebemos que o critério de seleção é considerado relevante e suficiente para explicar a escolha do candidato branco. Na medida que essa relevância diminui,

encontramos o discurso que demonstra dúvida em relação aos critérios de seleção e a possível existência do preconceito (classe 3). Em seguida, com o critério de seleção menos relevante, torna-se presente a percepção do preconceito, mas o discurso da classe 1 vai fazer uso dessa percepção para atribuir um senso de oportunismo do grupo dos negros que fariam uso do preconceito para justificar seus fracassos. Na falta de um contexto maior que justifique o preconceito é apresentado um novo argumento para validar a seleção do candidato branco. Por fim, temos a situação onde o critério de seleção não possui relevância e o preconceito é reconhecido e apontado como um problema na seleção dos candidatos independente dos critérios utilizados.

Pereira et al. (2003) realizaram um experimento que também fazia uso de um cenário de contratação onde os participantes deveriam avaliar a escolha de uma gerente entre um funcionário negro ou um branco. Quando os participantes recebiam previamente uma justificção para a não contratação do funcionário negro (“ela considera que a sociedade brasileira, cliente em potencial de sua loja, é muito preconceituosa e que por isso deveria contratar a moça branca”) tendiam a avaliar positivamente a decisão da contratante. Quando não recebiam qualquer justificção para a não contratação de funcionários negros, avaliavam negativamente a decisão da contratante.

Essas estratégias são reflexo do preconceito sutil que busca sua expressão em vias que não entrem em conflito com os contextos sociais que possuem normas anti-preconceituosas e que prescrevem punições aos responsáveis (Pettigrew & Meertens, 1995).

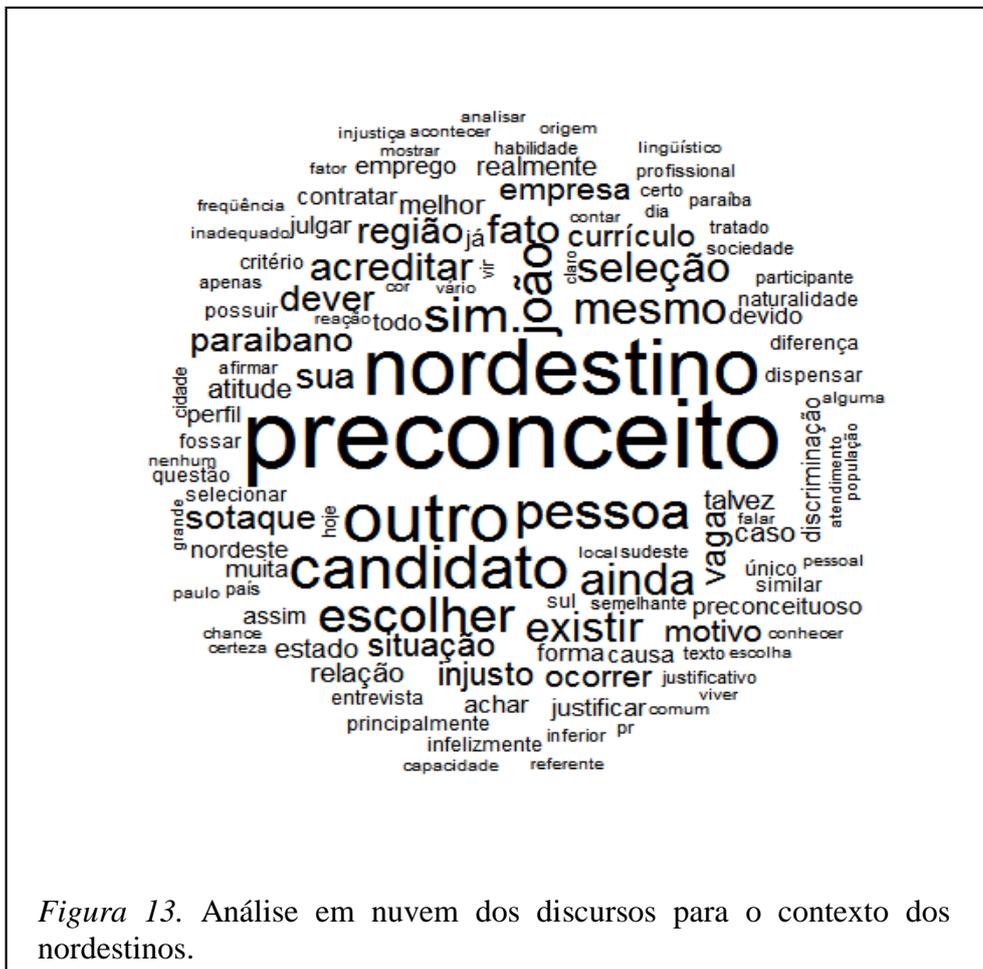
Essa mesma pratica é presente na internet como demonstrado pela pesquisa dos sites da Supremacia Branca feita por Brown (2009). Os sites apresentavam uma estratégia de camuflagem onde os discursos focavam questões políticas para justificar a

superioridade dos brancos. Outros estudos corroboram o uso de estratégias para evitar a norma contra a discriminação na internet (Atton, 2006; Smith, 2007).

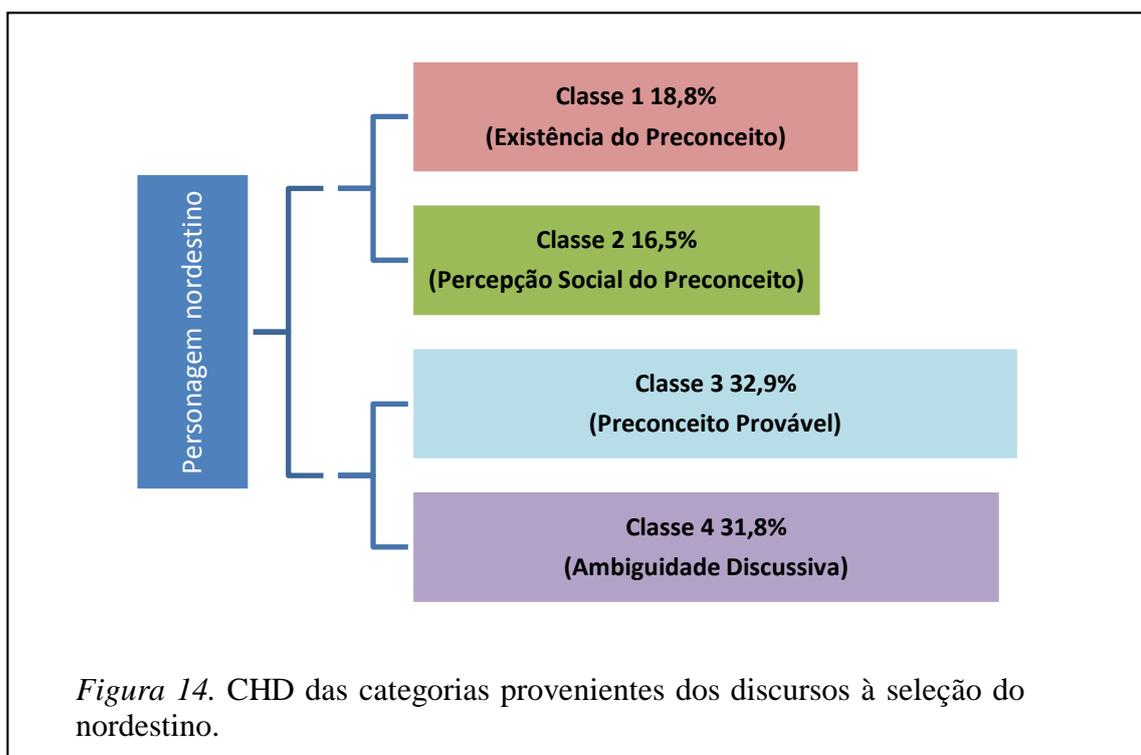
### **5.3.2. Percepção social do preconceito em função da origem geográfica do personagem**

Utilizando-se da análise léxica, após a redução dos vocábulos às suas raízes obteve-se um total de ocorrências de 2772 palavras diferentes com 712 formas distintas. Obteve-se um Número de Textos igual a 139 (UCIs), repartidos em 139 Unidades de Segmento de Textos (UCEs). A frequência das palavras que mais contribuíram para a análise será apresentada em seguida.

A Figura 13 apresenta a análise em nuvem do grupo dos nordestinos. A partir destes dados podemos verificar que as palavras que mais contribuíram para a constituição das classes foram: preconceito, nordestino, outro, candidato, escolher, pessoa, sim, João, seleção, acreditar, região, mesmo, dever, paraibano, injusto, currículo.



A partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) podemos verificar que a partição do corpus de análise resultou em dois clusters. O primeiro cluster foi composto pelas classe 1, representando 18,8% das UCEs e a classe 2, 16,5 % das UCEs. O segundo cluster foi composto pelas classes 3, representando 32,9 % das UCES e a classe 4, 31,8% das UCEs. As classes foram nomeadas em função das interpretações das UCEs.



A classe 1, “**Existência do Preconceito**” (18,8%), é representada pelos discursos que afirmam a existência do preconceito regional. Esta afirmação foi embasada não na história apresentada, mas a partir da própria experiência dos respondentes em relação a este fenômeno. As variáveis que mais contribuíram nesta análise foram “cor” (morena) e “região” (nordeste). Talvez o fato dos respondentes serem nordestinos, o próprio grupo alvo, pode estar relacionado com a visão que tiveram desta situação, expressando em alguns casos indignação.

As palavras que mais contribuíram para a formação desta categoria foram:

**TABELA 16**

Palavras mais representativas da classe 1.

<b>Palavras</b>	<b><math>\chi^2</math></b>	<b>P</b>
Nordestino	23,33	< 0,0001
Pessoa	20,21	< 0,0001
Sul	13,41	0,00025
Existe	10,66	0,0010
Sim	5,35	0,020

A seguir, são apresentados alguns exemplos dos discursos representativos desta classe:

*“nós nordestinos sofremos muito preconceito ao chegarmos em Estados e cidades como São Paulo onde o preconceito para com quem é oriundo dessa região é aflorado de tamanha forma que nos faz crer a cada dia que o preconceito existe”;*

*“penso que o fato dele ser nordestino pesou na decisão, pois por mais que a maioria de nós brasileiros insista em dizer que não há discriminação esta existe sim e fortalece ainda mais a sociedade de exclusão que nós vivemos”;*

*“eu como nordestina posso afirmar que sinto preconceito das pessoas que moram no sudeste e sul amigos de lá sempre mostraram inicialmente um conceito pré-estabelecido pela mídia e tem o pensamento de que somos inferiores”;*

*“claro que sim, pois existe um preconceito notável da população paulista em relação ao povo nordestino”;*

*“algumas pessoas ainda possuem certas atitudes preconceituosas com os nordestinos julgando-os inferiores”.*

A classe 2, **“Percepção Social do Preconceito”**, (16,5%), da mesma forma que a classe 1, apresenta um discurso ligado à existência do preconceito contra os nordestinos, no entanto, o foco do debate se dá na comparação e na percepção das regiões e não na experiência própria dos respondentes. As variáveis que mais contribuíram para esta

análise foram: “contexto” (o contexto da história era sem justificativa) e “seleção” (seleção injusta).

As palavras que mais contribuíram para a formação desta categoria foram:

**TABELA 17**  
Palavras mais representativas da classe 2.

<b>Palavras</b>	<b><math>\chi^2</math></b>	<b>P</b>
Muito	32,74	< 0,0001
Infelizmente	21,29	< 0,0001
Ainda	15,58	< 0,0001
Preconceito	15,52	< 0,0001
País	10,45	0,0012

A seguir são apresentados alguns exemplos dos discursos representativos desta categoria:

*“há muitos casos em São Paulo de preconceito contra nordestinos. Muitas oportunidades não são aproveitadas por preconceito os nordestinos são tratados ainda como inferiores”;*

*“porque muitas pessoas têm preconceito com os nordestinos”;*

*“o preconceito linguístico ainda é muito forte no sudeste não só linguístico, mas também o fato do indivíduo ser nordestino”;*

*“infelizmente ainda é comum o preconceito com os nordestinos podendo sim ser este critério de desempate para currículos semelhantes apesar da situação descrita não nos garantir isso”.*

A classe 3, “**Preconceito Provável**” (32,9%), foi composta pelos discursos referentes à existência do preconceito contra os nordestinos, sendo que talvez tenha havido uma seleção não justa, no entanto, a atitude de João em resposta à suposta seleção

injusta foi inadequada, devendo ele ter buscado amparo na lei. As maiores contribuições para esta classe vieram dos participantes que não responderam se a seleção foi justa ou injusta (variável “seleção”) e dos que omitiram a sua cor (variável “cor” - missing).

As palavras que mais contribuíram para a formação desta categoria foram:

**TABELA 18**  
Palavras mais representativas da classe 3.

<b>Palavras</b>	$\chi^2$	<b>p</b>
Seleção	21,13	< 0,0001
Injusta	19,22	< 0,0001
Sotaque	16,7	< 0,0001
Ocorrer	11,36	0,0007
Dever	8,54	0,0034

São apresentados alguns exemplos dos discursos representativos desta categoria:

*“se ele foi dispensado sem justificativa sendo os currículos dos dois similares, mas a atitude dele foi inadequada mesmo tudo ocorrido esta seleção foi injusta”;*

*“é explícito que há uma questão de preconceito de pessoas de outras regiões com relação ao nordeste se não houver justificativa para dispensarem João talvez tenha ocorrido porém isso não justifica seu comportamento”;*

*“apesar da suposta atitude dos selecionadores o candidato deveria certifica se do ocorrido e procura na lei uma forma de punir empresa por discriminação e danos morais exceder se é um instinto, mas na situação foi infeliz sua atitude por comprometer seu currículo”;*

*“mesmo ocorrendo a situação de preconceito referente a João ele deveria ter buscado outra maneira para resolver a situação”.*

A classe 4, “**Ambiguidade Discursiva**” (31,8%), é representada por dois tipos distintos de discursos. O primeiro faz referência à existência de uma seleção injusta, uma vez que o candidato era nordestino e de não haver critérios suficientes que justificassem

a classificação do candidato sulista. O segundo tipo de discurso presente remete à afirmativa de que não houve preconceito por parte dos entrevistadores, sendo a seleção justa, uma vez que não há como provar se a seleção foi injusta, a empresa tem o poder de escolher quem ela considera o melhor candidato, ou talvez houvesse algo no outro candidato que fez com que os entrevistadores optassem pelo participante sulista.

A lógica que organiza a dupla visão nesta categoria passa pela variável “região”. Quando os participantes eram sulistas, o discurso dominante era que a seleção foi justa e que não há como provar uma possível injustiça, além da empresa ter o direito de contratar quem bem quiser. Já quando os respondentes eram nordestinos, o discurso fazia referência a uma contratação injusta, o que pode ser verificado pelo fato de os currículos serem iguais e o sulista ter sido escolhido. O que mantém estes discursos unidos é a falta de dados para delimitar quem deveria ser aceito, bem como a especulação dos possíveis critérios utilizados na seleção.

As palavras que mais contribuíram para a formação desta categoria foram:

**TABELA 19**  
Palavras mais representativas da classe 4.

<b>Palavras</b>	<b><math>\chi^2</math></b>	<b>p</b>
Outra	17,0	< 0,0001
Candidato	17,0	< 0,0001
Vaga	12,05	0,00051
Diferença	11,41	0,00072
Paraibano	7,62	0,0057

Exemplos dos discursos representativos desta categoria:

#### Discurso dos nordestinos

*“acredito que sim devido ao fato de João ter um currículo semelhante ao do outro candidato à vaga de emprego e não havia motivos para que o outro candidato fosse aprovado ao invés de João”;*

*“o fato é que mesmo em pleno século vinte e um ainda existem pessoas que possuem preconceito linguístico é a causa da não contratação do João pode sim ser devido a isso, mas não acho que isso justifica toda baderna feita por ele”;*

*“ele não tem como saber a capacidade dos outros participantes, pois essa capacidade vai depender das experiências que cada um vivenciou”.*

#### Discurso dos sulistas

*“a empresa tem o poder de definir um perfil de candidato desta forma ela pode desqualificar qualquer profissional caso ele não se enquadre no perfil da vaga”;*

*“pois talvez o outro fosse mais calmo e talvez se ele não tivesse sido escolhido não teria feito todo esse alvoroço na vida é assim mesmo hora se ganha e em outra se perde”;*

*“esta foi uma situação na qual não é possível afirmar que o outro candidato foi escolhido por ser são paulino foi uma conclusão que o próprio nordestino concluiu”;*

*“acredito que alguma outra característica tenha chamado mais atenção para o outro participante”.*

A seguir será apresentada a Análise Fatorial de Correspondência referente à condição dos nordestinos, conforme mostra a Figura 15.

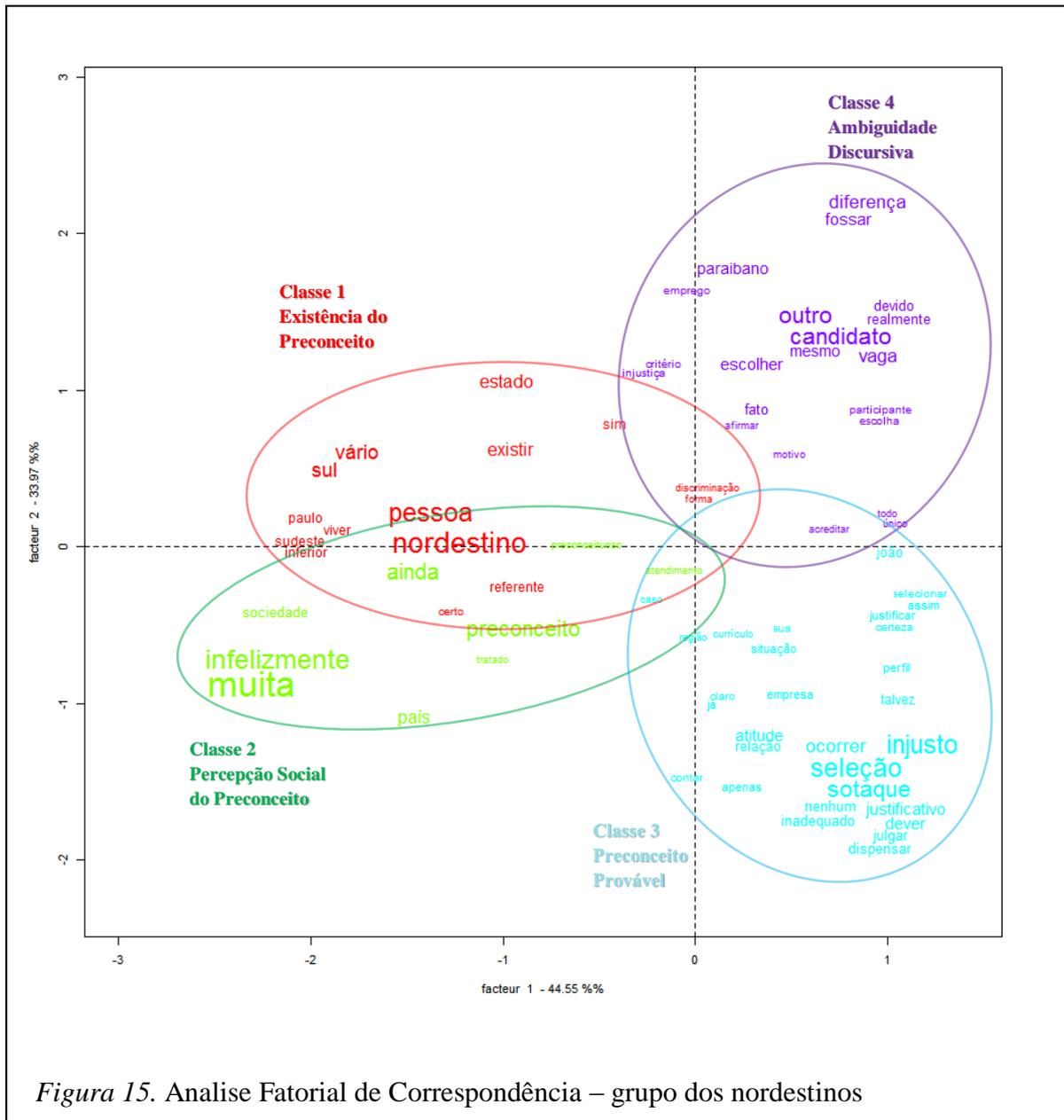


Figura 15. Análise Fatorial de Correspondência – grupo dos nordestinos

O plano cartesiano apresenta a relação espacial entre as classes formadas a partir da análise do corpus. Pode-se verificar que as quatro classes encontradas se distribuem no plano cartesiano em quadrantes diferentes. No primeiro quadrante, encontra-se a classe 4 “**Ambiguidade Discursiva**”, representada pela cor lilás. No segundo quadrante encontra-se a classe 1 “**Existência do Preconceito**”, representada pela cor vermelha. Já no terceiro quadrante, em verde, temos a classe 2 “**Percepção Social do Preconceito**”;

e por último, no quarto quadrante, temos a classe 3, “**Preconceito Provável**”, representada pela cor ciano.

O eixo horizontal divide os discursos em função de uma pura concordância com João, alegando preconceito por parte dos entrevistados porque ele é nordestino, quadrantes 2 e 3, e um discurso ambíguo, apresentando ora uma defesa em relação a João ora uma defesa à empresa, quadrantes 1 e 4. Observa-se que as classes 1 “**Existência do preconceito**” e 2 “**Percepção Social do Preconceito**”, apresentam discursos que remetem a uma percepção de preconceito na situação dada sem apresentar pontos negativos na situação. No entanto, as justificativas possuem raízes diferentes. O discurso presente na classe 1 “**Existência do Preconceito**” expressa uma defesa em relação a João baseado na experiência própria do sujeito. Isto provavelmente se deve ao fato de os participantes serem nordestinos e se identificarem com a situação, sendo eles mesmos o próprio grupo alvo. Já a classe “**Percepção Social do Preconceito**” apresenta um discurso, como na classe 1, em defesa de João, no entanto, baseada na percepção que o sujeito tem da sociedade. Neste sentido, os motivos que levaram os participantes a interpretarem a situação como sendo preconceituosa se deu através do conhecimento que tinha de que a sociedade em geral é preconceituosa contra nordestinos, tendo sido João um dos alvos do preconceito.

A classe 3 “**Preconceito Provável**”, apresenta um discurso também em defesa de João, assim como as classes 1 e 2, no entanto, há uma ressalva. Apesar de perceberem a situação como sendo injusta, ao expressar preconceito por o candidato ser nordestino, há também a concordância de que o procedimento de João foi inadequado, devendo ele, ao invés de ter agido com violência, ter buscado amparo na lei. Da mesma forma a classe 4, “**Discurso Ambíguo**”, apresenta dois tipos de discursos em relação à situação em análise. O primeiro discurso, representado pelos participantes nordestinos, é referente à defesa de

João alegando preconceito por parte dos entrevistadores. O segundo discurso desta categoria é feito em defesa da empresa, considerando a situação justa. Este discurso foi característico dos participantes que disseram ser sulistas.

Tomando estas análises em conjunto, tanto a percepção de preconceito no discurso em função da cor do personagem quanto em função da origem geográfica do mesmo, podemos verificar que há algumas comunalidades entre os conteúdos das classes, quando comparamos ambos os estudos.

Na condição referente à cor do personagem, as classes 2 “**Existência do Preconceito**” e 3 “**Preconceito Possível**”, contém os mesmos conteúdos das classes 1 “**Existência do Preconceito**” e classe 2 “**Percepção Social do Preconceito**”, na condição referente à origem geográfica. Ambas apresentam uma constatação da existência do fenômeno do preconceito em nossa sociedade, seja ele contra negro ou contra nordestinos. Tais percepções são embasadas em experiências próprias, como é o caso da classe 1 da condição referente à origem geográfica, como por uma visão social como pode ser visto nas classes 2 e 3 na condição referente à cor do personagem. Estes dados remetem aos resultados encontrados por Camino et al. (2001), em um estudo no qual os participantes são questionados se eles mesmos são preconceituosos em um item, e em seguida, são perguntados se os brasileiros em geral são preconceituosos. Os resultados demonstraram que quando os participantes falavam por si, dificilmente faziam uma auto-atribuição de preconceito, no entanto, quando falavam pela sociedade todos diziam que sim, os brasileiros são preconceituosos contra os negros.

Ainda dentro desta visão, Damergian (2009) afirma a existência de discriminação institucional contra crianças nordestinas que frequentam o ensino fundamental na área metropolitana de São Paulo, devido à origem da criança e do seu sotaque. Ela afirma que esta rejeição está embasada na associação do nordestino à migração para o sudeste, à

pobreza, à falta de oportunidade e à ignorância, retratada por um desempenho “naturalmente inferior”. Para a autora, a diferença nos desempenhos entre crianças nordestinas e sulistas é enviesada por uma visão etnocêntrica, favorecendo sempre as crianças do endogrupo, as crianças paulistas. Em um estudo analisando as piadas nacionais referentes aos baianos, Souza (2011) verificou o papel dos estereótipos e identificou um padrão de estereótipos associados ao povo nordestino, sendo este considerado atrasado e ignorante.

Outro ponto que se destaca nestas duas análises remete ao modo como à percepção de preconceito ligado ao grupo dos negros e nordestinos coincidiram. O padrão de categorias presentes na análise da condição referente à cor do personagem se assemelha bastante com o da condição referente à origem geográfica. Ambas as percepções transitam de uma visão de injustiça, por ter havido preconceito, passando por uma visão ambígua que afirma a existência de preconceito, mas com ressalvas, até chegar a uma visão referente ao não preconceito, caracterizado por uma seleção justa. Estes resultados estão de acordo com o estudo 2 anteriormente apresentado nesta tese, uma vez que o padrão de atribuições negativas aos negros se assemelhou ao padrão dos nordestinos. Quando os participantes do estudo 2 foram solicitados a escolherem numa lista de adjetivos os que mais representavam os negros na opinião própria, um número maior de adjetivos positivos foram atribuídos à população negra em comparação com os adjetivos negativos. Mas quando questionados sobre a posição da sociedade, o padrão inverso ocorreu, foram atribuídos mais adjetivos negativos e menos adjetivos positivos. Quando questionados sobre as características de pessoas de cor branca, os participantes atribuíram mais adjetivos positivos e menos adjetivos negativos, tanto para a condição de opinião própria quanto nas situações onde opinam sobre a posição da sociedade. O mesmo padrão de respostas foi encontrado com a condição dos nordestinos, de forma que os participantes

afirmaram que a sociedade atribui um maior número de adjetivos negativos aos nordestinos, ao mesmo tempo em que afastam de si a responsabilidade por tal preconceito.

Outra correspondência entre as condições referentes à cor e a origem geográfica refere-se à presença de discursos que afirmam que não houve uma seleção injusta. Tanto a classe 4 “**Seleção Justa**”, da condição dos negros quanto parte da classe 4 “**Ambiguidade Discursiva**”, da condição nordestinos partilham a ideia de que a seleção foi justa uma vez que havia uma única vaga e um deles iriam preenchê-la de qualquer forma, porque a empresa tem o direito de contratar quem quer, por dizerem que devia haver algo no candidato negro que fez com que não fosse contratado ou mesmo por afirmarem que o candidato, tanto branco quanto sulista eram melhores preparados.

A discrepância de opinião dentro da classe 4 pode ser entendida quando relacionamos os discursos aos grupos que os pronunciaram, dentro da perspectiva das relações intergrupais proposta por Tajfel (1983). Assim, quando os nordestinos analisaram a situação em questão, eles consideraram a seleção injusta atribuindo ao sulista, membro do exogrupo, preconceito por o candidato ser nordestino. Já quando o participante era sulista, a análise da situação os levava a crer que a seleção foi justa, pois o candidato sulista, endogrupo, era mais preparado que o candidato nordestino, exogrupo.

#### **5.4. Considerações**

Este estudo buscou investigar, por meio da análise dos repertórios discursivos, as justificativas para os diferentes posicionamentos frente à existência de situações de discriminação racial e regional. Verificou-se na condição referente à cor que os discursos majoritariamente afirmaram a existência de preconceito na situação dada, mas havendo divergências devido à impossibilidade de afirmar peremptoriamente se houve ou não preconceito por parte dos entrevistadores. Apesar disso, a classe 2 “**Existência do**

**Preconceito**” e a classe 4 “**Seleção Justa**” afirmaram ter havido preconceito e não ter havido preconceito respectivamente. Da mesma forma, na condição regional verificou-se a presença de discursos a favor de uma seleção injusta, a favor de uma seleção justa e também a presença de discursos ambíguos relativos à situação dada.

Também neste estudo pudemos constatar uma correspondência da percepção do preconceito ligada à situação dos negros e nordestinos, uma vez que a organização das categorias feitas através do *software* Iramuteq, apresentou saídas similares para ambas as situações. Estes resultados estão de acordo com os estudos 1 e 2 desta tese nos quais os negros e nordestinos são adjetivados de forma similar. Neste sentido, corroboramos que o preconceito racial se assemelha bastante ao preconceito sofrido pelos nordestinos. Uma vez verificada essa similaridade, e tendo assim estabelecido um parâmetro que permite a comparação entre esses grupos, partimos então para os estudos seguintes que visam verificar como os diferentes tipos de contato com esses grupos refletem nas formas de percepção do preconceito e na mediação entre o preconceito e a discriminação.

---

## **CAPÍTULO III**

# **A HIPÓTESE DO CONTATO**

---

A internet trouxe uma nova dimensão de debate no que se refere às interações interpessoais e intergrupais. Nos seus primeiros anos de surgimento, a internet causou diversos tipos de especulações que ora previam um avanço significativo na qualidade de vida dos seres humanos, e ora se catastrofizavam as consequências de seu uso, onde se temia um cenário de sedentarismo, isolamento e comportamentos considerados inaceitáveis, devido a um anonimato virtual.

Mesmo que ainda não se tenham encontrado uma resposta definitiva para as verdadeiras consequências da internet, é inquestionável que ela encontra-se atualmente tão arraigada na vida de todos que se torna difícil imaginar o mundo contemporâneo sem sua existência. Além disso, o mundo virtual possui como uma das suas principais características a constante mutabilidade, fazendo com que o mundo virtual em que vivemos hoje seja distinto do que vivenciamos há dez anos atrás e que, provavelmente, será diferente nos próximos dez anos. Palavras que hoje caracterizam a internet como: *Facebook*, *Twitter*, memes, “curtidas”, *selfie*, são distintas de outras tão populares há algum tempo como, por exemplo: *Mirc*, *lag*, *netsplit*, *ICQ*, *Napster*.

É neste cenário de dúvidas sobre as verdadeiras consequências da internet e de sua constante mudança, que nos questionamos sobre as formas de manifestação virtual do preconceito e, principalmente, sobre a possibilidade de se utilizar a internet como recurso para promover a redução da discriminação.

Inicialmente serão discutidos os estudos que analisam as formas como o preconceito se manifesta na internet e, em seguida, os modelos derivados da teoria do contato de Allport (1979), que buscam determinar as condições ideais para redução do preconceito.

## 6. O preconceito na internet

Os estudos sobre o preconceito e a internet são direcionados a questões diversificadas do tema. Algumas pesquisas tentaram estabelecer, por exemplo, as estratégias desenvolvidas por grupos virtuais, como a Supremacia Branca, em discursos preconceituosos (Brown, 2009). A Supremacia Branca caracteriza-se pela ideologia baseada na premissa de que pessoas brancas são superiores às demais raças. Os sites analisados empregavam em seu discurso uma estratégia de camuflagem que, ao invés de defender a violência, centravam sua fala principalmente em questões políticas que apresentavam uma alternativa às pressões que poderiam surgir das restrições legais contra seu conteúdo (Adams & Roscigno, 2005; Douglas et al., 2005). Outros estudos corroboram os resultados encontrados por Brown (2009), onde sites, em diferentes países, que possuíam teor racista ou xenofóbico camuflavam seu preconceito em discursos diversificados (Atton, 2006; Smith, 2007).

Já na tentativa de evidenciar os comentários estereotipados na internet, Holtz e Wagner (2009) apontam o conteúdo preconceituoso de postagens em fóruns da extrema direita que ligam grupos-alvos como africanos, muçulmanos e turcos a contextos de conspiração, criminalidade, exploração, estupro e sexo. Ainda na análise de mensagens de fóruns nos EUA, foi verificado que uma massa crítica de comentários representava ignorância sobre a cultura indígena americana e profundo desprezo para com os índios americanos (Steinfeldt et al., 2010).

Del-Teso-Craviotto (2009) analisou o discurso xenofóbico da elite espanhola direcionado aos argentinos que residiam na Espanha. Verificou-se que as mensagens reproduziam o conteúdo apresentado na mídia, o que levou o autor a apontar para uma tendência *Top-Down* da produção do racismo e xenofobia na Espanha. Dito de outra

forma, o discurso midiático forneceu os elementos para a produção dos argumentos xenofóbicos que os espanhóis utilizavam.

Melican e Dixon (2008) verificaram a credibilidade das mídias tradicionais em relação às notícias da internet e a forma como essa credibilidade estaria relacionada com o grau de racismo dos indivíduos. Em seus resultados constataram que aqueles que viram a internet com mais credibilidade que as mídias tradicionais, apresentaram maior escore na escala de racismo. Os autores ressaltam os perigos de uma rede com uma vasta quantidade de informações onde é difícil verificar sua veracidade.

No que diz respeito à identidade grupal, o experimento realizado por Amichai-Hamburger (2005) buscou descobrir quais componentes são necessários para a criação de uma identidade de grupo entre as pessoas que navegam na Internet. O experimento teve dois momentos. No primeiro, os participantes realizaram uma tarefa cognitiva onde, dependendo da estratégia intuitiva que realizaram, eram alocados posteriormente em um de dois grupos.

Em um segundo momento, esses grupos interagiam numa sala de bate-papo na internet. Os membros de cada grupo perceberam o seu desempenho como superior ao do outro grupo, independente da estratégia que haviam utilizado para resolver a tarefa cognitiva. Segundo o autor, os resultados demonstram que, para os internautas, a web é um ambiente real em que a mais simples alocação de pessoas é suficiente para criar situações de favoritismo endogrupal, reproduzindo de certa forma os resultados do grupo minoritário de Tajfel e Turner (1979).

A literatura apresentada aqui fornece diferentes dimensões de estudos para o preconceito na internet. Nenhuma das pesquisas encontradas até aqui buscou verificar de que forma a internet poderia atuar na redução do preconceito e da discriminação.

É possível verificar nos estudos discutidos até aqui uma tendência de reprodução dos fenômenos relativos ao processo de estereotipia, preconceito e discriminação na internet. A simples evidência de que a internet pode ser usada para criação de uma identidade grupal (Amichai-Hamburger, 2005), ou até mesmo como uma via que conecta à distância membros de uma mesma categoria social (Elias & Appiah, 2010) levam a crer que as estratégias de redução do preconceito também poderiam ser eficazes no meio virtual.

Se a internet pode, por um lado, facilitar a propagação de discursos discriminatórios contra grupos minoritários, em uma relação vertical da rede com os internautas (Del-Teso-Craviotto, 2009; Elias & Appiah, 2010), por outro lado, ela poderia ser utilizada como ferramenta na redução do preconceito, quando mantidas as relações horizontais entre os grupos na internet. Dito de outra forma, será que em um contexto virtual, com condições consideradas ideais, seriam observadas reduções da discriminação?

Tendo em vista as conjecturas expostas, os tópicos seguintes apresentarão a hipótese do contato proposta por Allport (1979), bem como os principais modelos derivados desta teoria, que servirão como base para análise dos estudos 4 e 5, os quais avaliam o efeito do contato mantido na internet na relação entre o preconceito e a discriminação.

### **6.1 A hipótese do contato**

Desde os seus primeiros trabalhos sobre o preconceito, Allport (1954) preocupava-se em determinar de que forma o contato entre grupos poderia afetar na

manifestação de comportamentos hostis em relação aos mesmos. Partia do pressuposto de que, talvez, o contato pudesse ajudar na redução da hostilidade.

Entretanto, seus estudos registram que, em algumas situações, ocorria uma correlação positiva entre a proximidade residencial entre brancos e negros e atitudes anti-negros. De forma que o mero contato não era suficiente para reduzir o preconceito e, em alguns casos, poderia na verdade aumentá-lo. Após investigar de forma detalhada as situações onde tais relações ocorriam, Allport (1979) estabelece condições ideais para que o contato possa efetivamente auxiliar na redução de atitudes negativas. Dentre as condições descritas pelo autor, destaca-se a necessidade dos grupos possuírem: objetivos comuns, cooperação entre os seus membros, igualdade de status e apoio institucional.

Objetivos comuns – para que ocorra o efeito positivo do contato é necessário que haja um ativo esforço orientado para um objetivo. Tal esforço pode ser observado nos jogos esportivos onde participantes de diferentes etnias precisam atuar uns com os outros para alcançarem um objetivo comum (Pettigrew, 1998).

Cooperação entre os membros – Deve existir um esforço interdependente entre os envolvidos no contato. O clássico estudo de Sherif (1966) mostra os benefícios da cooperação intergrupar para um mesmo objetivo em detrimento da busca por objetivos distintos.

Igualdade de status – atua principalmente na percepção de estereótipos negativos sobre a inferioridade ou superioridade do outro. Nas relações que buscam um objetivo em comum, a igualdade de status implica na igualdade de habilidade para realização desse objetivo (Yildizian & Ehteshami, n.d). A maior parte das pesquisas reforça a igualdade de status como uma das condições mais influentes nas relações intergrupais. O problema encontrado com essa condição é a definição do que seria um status igual, já que ele vem sendo apresentado de diferentes formas nas pesquisas sobre o tema (Pettigrew, 1998).

Apoio institucional – refere-se ao suporte do contato. É relativo ao apoio realizado pela lei, normas e costumes. Quando ocorre sanção social explícita, o contato intergrupal é mais facilmente aceito e apresenta resultados mais positivos (Pettigrew, 1998). Implica que as instituições e a sociedade devem definir exemplos claros, apoio ao contato no comportamento e na política (Yildizian & Ehteshami, n.d).

Seguindo a formulação inicial proposta por Allport, uma série de estudos foi realizada por Cook (1978) objetivando analisar o contato de pessoas com membros de grupos dos quais elas não gostavam. Em um dos seus experimentos, simulou a contratação de jovens adultos racialmente preconceituosos para trabalharem em uma tarefa de gerenciamento em uma ferrovia com dois “colegas” (um de cor branca e outro de cor negra) que na verdade eram comparsas do experimentador. Durante um mês, os comparsas do experimento trabalharam com os voluntários nas condições ideais propostas pela hipótese do contato.

Ao final do experimento, os participantes da pesquisa avaliaram os colegas negros com altos escores de atratividade, simpatia e competência. Além disso, mesmo tendo se passado vários meses depois do experimento, os participantes ainda expressavam menor preconceito racial (Cook, 1978; Paluck & Green, 2009). Como conclusão para o padrão de respostas encontrado em suas pesquisas, Cook (1978) afirma que quando indivíduos interagem com membros de um grupo para o qual já possuía atitudes negativas, o contato só resultará em atitudes menos preconceituosas se forem cumpridas cinco condições, a saber: 1) os participantes de ambos os grupos tenham o mesmo status na situação de contato; 2) as características dos membros do exogrupo neguem o estereótipo prevalente do exogrupo; 3) a situação de contato deve requerer cooperação para conseguir atingir um objetivo comum; 4) a situação de contato deve promover condições para que os participantes se reconheçam como indivíduos ao invés de membros do exogrupo; 5) as

normas sociais envolvendo a situação de contato devem favorecer a equidade entre os grupos.

As pesquisas seguintes passaram a focar quais os fatores que facilitariam o efeito positivo do contato. Uma metanálise realizada por Pettigrew e Tropp (2006), com mais de 500 estudos sobre a hipótese do contato, demonstrou que existia uma relação geral entre o contato e o preconceito, embora tal relação fosse modesta em tamanho, onde o valor de *r* de *Pearson* era cerca de -0,20. Verificaram também que este efeito era substancialmente mais forte nos contextos em que estavam presentes as condições “ideais” de Allport (*r* com cerca de -0,30). Grande parte destas pesquisas se concentrava na forma de contato com o exogrupo classificada como “amizade”, que vem se demonstrando mais eficaz do que as formas menos íntimas como “trabalho” e “vizinhança” (Brown & Hewstohne, 2005; Pettigrew & Tropp, 2006).

Em uma revisão da literatura, Pettigrew (1998) aponta obstáculos para o estudo do contato. O primeiro deles se refere ao viés de seleção nos estudos transversais, onde participantes preconceituosos provavelmente evitariam o contato com membros do exogrupo, o que tornaria as amostras selecionadas não representativas da população.

O problema seguinte se refere à especificação da variável independente. O número crescente de estudos pode levar a uma lista infinita de condições para o contato ideal que podem resultar em uma indefinição da variável estudada e, conseqüentemente, a perda de interesse no estudo do contato.

O terceiro problema apontado é a falta de qualquer informação sobre os processos que levam a uma mudança para atitudes positivas. A hipótese original de Allport (1954) prevê apenas quando o contato vai levar a uma mudança positiva, mas nada em relação ao como e ao porquê a mudança realmente ocorre. Por fim, Pettigrew (1998) aponta para

o problema da generalização dos efeitos para além das situações imediatas do contato, que seriam essenciais para consequências mais amplas e de longo prazo.

Como conclusão, Pettigrew (1998) propõe uma reformulação da hipótese do contato que possui duas principais características: determinar a distinção entre os fatores que facilitam o contato e os fatores considerados essenciais, e análise do fator temporal nos diferentes estágios do contato intergrupais. Destacam-se a importância das normas sociais e das diferenças individuais como elementos que moldam os efeitos do contato intergrupais.

Tendo em mente as considerações de Pettigrew (1998) e reconhecendo que as condições ideais do contato dificilmente ocorreriam nas diversas interações sociais e nas variações das culturas grupais, os estudos seguintes buscaram compreender de que forma o contato pode atuar nas relações casuais naturalmente configuradas (Ellison, Shin, & Leal, 2011). Um dos resultados desse corpo de estudos indica que em configurações institucionais como escolas, empresas e igrejas, quando o contato casual é mensurado em termos de exposição cumulativa a membros do exogrupo, este passa a ter mais aceitação pelos membros do endogrupo (Yancey, 1999).

As relações casuais que levam a amizade com membros de exogrupos reduzem as atitudes negativas em relação a este grupo (Ellison & Powers, 1994; Ellison et al., 2011). Além disso, o contato casual que ocorre na infância e adolescência com membros de exogrupos tende a aumentar a probabilidade de criar e relatar amizades mais íntimas com membros desse exogrupo na idade adulta (Ellison & Powers, 1994; Melican & Dixon, 2006).

O uso da hipótese do contato também foi aplicado nas relações profissionais, sendo incorporado às técnicas de intervenção da educação interprofissional. Os estudos da Universidade de Bristol foram aplicados para promover atitudes positivas entre

médicos e estudantes de enfermagem (Carpenter, 1995, como citado em Hean & Dickinson, 2005), e médicos e estudantes de serviço social (Carpenter & Hewstone, 1996).

Para além dos contatos que ocorrem nas relações presenciais cotidianas, a internet foi considerada por Hamburger e McKenna (2006) como um ambiente de relacionamentos que poderiam favorecer positivamente o contato intergrupais.

## **6.2. A hipótese do contato na internet**

Todas as pesquisas apresentadas até aqui fazem referência ao contato direto entre os grupos, ou ao contato indireto por meio do processo de generalização. Entretanto, pouco tem sido apresentado sobre o contato virtual, mediado pela internet. Uma exposição teórica do tema foi realizada por Hamburger e McKenna (2006) em um artigo onde defendem o uso da internet como uma potencial ferramenta que vai permitir a aplicação da hipótese do contato para a redução das atitudes negativas de seus usuários. Segundo os autores “the Internet has, to date, been perhaps the most successful means of facilitating and enabling contact among individuals—particularly those who otherwise would not have had the opportunity, nor perhaps the inclination, to meet” (p. 826). Inicialmente são apresentadas as condições e desafios para se pôr em prática o efeito positivo do contato. Em seguida, são propostas alternativas para o uso da internet que possam superar tais desafios. Como vantagens do uso da internet os autores citam:

*Nivelamento de campo* – como outros estudos demonstram, a necessidade de existência de igualdade de status é ponto chave na redução das avaliações negativas. Um status igual que leva à semelhança percebida contribui para a melhoria do relacionamento e redução dos estereótipos (McClendon, 1974, como citado em Hamburger & McKenna,

2006). Entretanto, essas condições nem sempre podem ser postas em prática e na relação face a face pequenas diferenças podem ser utilizadas como indicativos para se inferir um status diferenciado entre os membros dos grupos. Segundo Hamburger e McKenna (2006), as interações online eliminariam a maior parte das pistas que poderiam indicar o status dos usuários. Dessa forma:

When contact takes place in text-based environments on the Internet, regular status symbols are not part of the interaction; “on the Internet no one knows that I am wearing a diamond necklace or have teeth missing.” This point is particularly pertinent with regard to face-to-face contact, where organizers may have gone to extraordinary lengths to ensure that all participants are of equal status only to have one arrive with a Rolex watch or a similarly inappropriate status symbol (p.829).

Os autores acreditam que mesmo que as diferenças de status sejam conhecidas, a interação realizada pela internet tenderia a melhorar os efeitos de alguns diferenciais do status. Um dos exemplos dados é a falta, ou diminuição, de inibição que as pessoas teriam ao interagir com seus superiores em estruturas organizacionais quando utilizam a *web* (Sproull & Kiesler, 1991).

*Conexão realizada de longas distâncias e no conforto de casa* – o ato de reunir indivíduos ou grupos pode ser uma tarefa complexa devido a limitações de tempo, espaço, transporte, dentre outros. Mesmo quando existe uma inclinação favorável para participar da reunião, o número de contatos possíveis é gravemente reduzido quando as interações precisam ocorrer face a face. Hamburger e McKenna (2006) afirmam que, com o advento do computador, a interação mediada permitiu romper com as diferenças de tempo, distância física e custo financeiro, reunindo mais facilmente as pessoas. O único critério seria marcar uma hora determinada e um espaço virtual para o encontro. Ainda são destacadas as vantagens de se conectar de casa, uma vez que permitiria aos participantes

se sentirem mais à vontade e menos ansiosos. Também existem indícios de que a ativação de estereótipos é inibida quando a interação é feita em privacidade, mesmo que esse acesso eletrônico seja em meios virtuais “públicos” (McKenna & Bargh, 2000; McKenna, Green, & Gleason, 2002).

*Cooperação para objetivos supraordenados* – A ideia defendida por Hamburger e McKenna (2006) nesse ponto é de que é possível utilizar a internet para desenvolver equipes virtuais para execução de tarefas. Uma das características dessas equipes é que seus membros não precisam, em alguns casos, se conhecerem para que a tarefa seja realizada. Segundo os autores, até o momento, as evidências parecem indicar que as tarefas executadas por equipes virtuais são feitas tão bem como as conduzidas por equipes face a face.

*Apoio institucional e vontade de participar* – É ressaltada a dificuldade em se reunir grupos que possuem fortes atritos entre si. A ansiedade gerada pode levar a uma falta de motivação em participar da interação, sendo que esta iniciativa é considerada importante para o desenvolvimento do contato. Como alternativa:

Internet contact may provide a balm to some of these issues. Participating in an Internet contact may be seen as taking on less of a risk than a face-to-face contact (Bargh & McKenna, 2004; McKenna & Bargh, 1998), and this may make it easier for group members to volunteer to participate and for leaders to support such a meeting (Hamburger & McKenna, 2006, p. 831).

*Criar uma ponte na barreira da linguagem* – Aponta-se a comunicação como um dos principais problemas na interação de grupos com línguas distintas. Nos encontros face a face entre membros que não falam uma língua comum é necessária a intervenção de um tradutor no processo, o que pode ser bastante problemático. Hamburger e McKenna (2006) ressaltam que a atenção dos participantes pode se voltar para o tradutor, reduzindo

o foco nos participantes do outro grupo. Também preveem que em breve os *softwares* de tradução instantânea baseados em texto logo estarão suficientemente desenvolvidos para serem utilizados nesse tipo de interação.

*Melhoria da ansiedade* - A percepção de ameaça e conseqüente ansiedade levam a utilização de heurísticas na avaliação do outro, sendo mais provável a percepção de estereótipos no *exogrupo* (Bodenhausen, 1990). A internet funcionaria como uma redução dos fatores de ansiedade como a falta de necessidade em responder de imediato no contato visual com o outro participante. Também existiria um maior controle sobre o conteúdo da opinião apresentada já que seria possível editar a mensagem escrita antes de confirmar seu envio. Além do conforto e segurança ao conectar da própria residência (Hamburger & McKenna, 2006).

*Generalização do contato para o grupo* – Os resultados do contato precisam ser generalizados do membro do grupo para o grupo como um todo e, em alguns casos, do grupo para outros grupos que não estejam envolvidos no momento da interação. Com relação a esse critério Hamburger e McKenna (2006, p.834) afirmam:

The largest hurdle to overcome is the tendency for the various members of the contact situation to come to feel quite close to one another and yet to view their new comrades from the outgroup as exceptions to their group rather than as normative representatives. Unless the members of the outgroup are perceived as representative members, the contact will have failed, for no changes in the perceived stereotype of the group as a whole will have taken place. One of the advantages of online communication is that one can quite easily manipulate the degree of individual versus group saliency in a given contact situation in order to achieve a desired outcome.

A ideia seria de aumentar a percepção dos membros individuais como representante de seus grupos desiguais, ao mesmo tempo em que são desenvolvidos sentimentos de integração com o novo grupo composto por todos os membros que estão participando do exercício (Hamburger & McKenna, 2006).

Algumas considerações devem ser feitas em relação às observações de Hamburger e McKenna (2006). Primeiramente é preciso deixar claro que o artigo dos autores é de natureza teórica, não tendo sido desenvolvido experimentos específicos para cada uma das afirmações ao longo do texto. Foram apresentadas referências empíricas de trabalhos que utilizavam a internet para avaliar comportamentos específicos de grupos ou experimentos acerca do contato entre grupos para condições definidas. Pesquisas direcionadas para as hipóteses dos autores devem ser futuramente elaboradas antes de se ter certeza sobre o efeito da internet nos elementos apresentados.

Primeiramente, no que se refere ao nivelamento de campo, deve ser considerado que a igualdade de status é um conceito difícil de definir, sendo conceituado de formas diferentes na literatura da hipótese do contato (Pettigrew, 1998). Assim, antes de se ter certeza sobre a eficiência da internet como reguladora dessa diferença, é preciso operacionalizar apropriadamente o que se assume por *status* igual. Se forem usadas ao invés de comunicações baseadas em texto, por exemplo, redes sociais no processo de contato, um conjunto de imagens e referências comuns desse meio de comunicação podem ser utilizadas como pistas para se estabelecerem desigualdades entre os membros dos grupos.

No que diz respeito à conexão realizada a longas distâncias, é preciso ter em mente como os próprios autores destacaram, que é necessário que todos os membros possuam acesso à internet. Em um país como o Brasil isso por si caracteriza o grupo de participantes como pessoas de classe média alta e com idade média de 24 anos (CGIBR,

2010). Essa especificidade da amostra deve ser considerada na análise de possíveis resultados obtidos em uma intervenção. Outra possibilidade seria o de fornecer aos participantes um ambiente onde pudessem ter acesso a internet. Mas nesse caso o fato de não estar conectando em sua residência e de, se for o caso de um laboratório de informática, conectar na presença de outras pessoas pode afetar nos efeitos benéficos atribuídos ao conforto e privacidade.

No quesito da redução da ansiedade, de fato a internet pode fornecer um grau de segurança que dificilmente seria obtida nas interações face a face. Entretanto, as manifestações de ameaça não se limitam apenas às condições presenciais. Pode ocorrer ansiedade de confronto verbal ou de outra forma de intimidação à distância.

A maior parte das observações feitas por Hamburger e McKenna (2006) sobre os benefícios da *web* parecem se aplicar restritamente a comunicações baseadas em texto, o que é apenas uma das modalidades atualmente existentes na internet. É preciso verificar as demais formas de uso, sejam elas anônimas ou não, para uma melhor compreensão de como a internet de fato pode contribuir nos processos do contato. Como exemplo de uma dessas modalidades, podemos citar as comunicações feitas no *Twitter* que, apesar de serem mensagens de texto, possuem uma peculiaridade de limite de tamanho para se expressar e uma lista de “seguidores” que constituem os destinatários das mensagens. Essa lista de seguidores poderia ser um elemento de categorização para o grupo, e ao olhar os demais membros ligados à conta de um usuário, pode-se inferir diferenças entre eles e meu próprio grupo.

Caso as análises fiquem restritas às comunicações baseadas apenas em texto, com o tempo, a mudança positiva de atitude ficaria limitada apenas a esse meio. A proposta teórica do modelo gradual de aproximações de Hamburger e McKenna (2006) apresenta-se como uma forma de contornar esse problema, mas sua aplicabilidade ficaria limitada

a uma intervenção longa com grupos específicos. Na sessão seguinte são apresentados os modelos mais conhecidos da teoria do contato e a forma como eles poderiam auxiliar na compreensão do contato mediado.

### **6.3. Os modelos do contato**

As pesquisas apresentadas até aqui não conseguiam explicar as condições necessárias para a generalização das atitudes positivas obtidas nos experimentos do contato. Como afirmam Brown e Hewstone (2005, p.7):

What is less clear, both in Allport's (1954) original theorizing and in much of the subsequent research, is what conditions will promote the generalization of those changes — from particular individuals to the group as a whole, from one out-group to another, from one contact situation to another, or from one dimension of evaluation to another.

Diante das questões ainda não resolvidas, e na tentativa de se generalizar os resultados do contato com os membros dos grupos, três novos modelos do contato foram propostos na década de 1980: o modelo da descategorização de Brewer e Miller (1984); o modelo da identidade intragrupal comum de Gaertner, Mann, Murrell, e Dovidio (1989); e o modelo do contato intergrupalo de Hewstone e Brown (1986). Todos os três modelos possuem base em uma perspectiva teórica comum, a teoria da identidade social de Tajfel e Turner (1979).

Brown e Hewstone (2005) apontam para a importância de dois pressupostos fundamentais da teoria da identidade social que são pertinentes para os três modelos. Em primeiro lugar, as identidades sociais são formadas a partir das associações das pessoas em diferentes grupos. Segundo, quando qualquer membro de grupo em particular ou

dimensão de categorização torna-se saliente em uma situação, haverá tendências de diferenciação intergrupal e assimilação intragrupo que, geralmente, resultam no favorecimento do viés intragrupal como tentativa de se obter uma maior identidade positiva do grupo de pertença. Apesar dos modelos partirem da mesma base teórica, cada um deles vai apresentar suas próprias conclusões e vai focar em um aspecto diferente da relação de contato entre os grupos. Tais modelos são elementos essenciais para a presente tese por constituírem o quadro explicativo dos resultados obtidos nos estudos seguintes.

### **6.3.1. O modelo da descategorização**

Brewer e Miller (1984, 1988) acreditavam que o contato seria mais eficaz na redução de atitudes negativas quando era realizado de forma mais interpessoal. Assim, argumentaram que as situações de contato deveriam ser estruturadas de forma que se reduzissem a importância das categorias sociais presentes. O objetivo do Modelo de Descategorização era alcançar uma maior personalização e uma maior diferenciação entre os membros do grupo externo, de forma que as categorias originais perderiam sua utilidade de organizadoras da percepção levando a uma maior troca de informações idiossincráticas entre os membros dos antigos grupos. As emoções, comportamentos e estereótipos negativos mútuos vão sendo refutados à medida em que mais informação individual é adquirida. Para os autores, as novas informações resultantes da interação terão uma maior probabilidade de serem generalizadas para futuras interações com os membros do grupo externo (Brown & Hewstone, 2005).

Apesar de serem encontradas na literatura pesquisas que apoiam o Modelo da Descategorização, críticas surgem em relação a sua aplicação em soluções de longo prazo. Brown e Hewstone (2005) exemplificam esse problema ao afirmarem que, teoricamente,

de forma a se permitir a generalização do contato com um membro de um *exogrupo* para o *exogrupo* como um todo, um mínimo de saliência grupal é necessário. Mas, se o processo de descategorização for obtido com sucesso, como realizar a conexão desse membro individualizado com os membros restantes de seu grupo que agora são vistos de forma diferente? Com a perda da identidade grupal o processo de generalização fica comprometido. Os autores complementam que (p. 264):

While this is not serious in laboratory settings, where the categories are typically of little significance, where real-life groups are concerned their members may be unable or unwilling to relinquish identities so easily, especially if those groups are minorities.

Como observado no trabalho Hamburger e McKenna (2006), o processo de descategorização poderia ser considerado o primeiro passo na tentativa de realizar uma redução de atitudes negativas na internet, uma vez que a identidade grupal estaria enfraquecida pelo elemento novo e integrador do grupo virtual. Dessa forma, o membro do *exogrupo* poderia ser visto de forma mais idiossincrática em detrimento de sua imagem grupal. O segundo passo seria reconhecer esse indivíduo como pertencente ao novo grupo *online*. Mas essa etapa só poderá ser possível se considerarmos a apresentação do Modelo da Identidade Comum.

### **6.3.2. O modelo da identidade intragrupal comum (ou recategorização)**

Gaertner e Dovidio (2000) sugeriram que as situações de contato podem ser adaptadas de modo que promovam uma recategorização do *endogrupo* e *exogrupo* em uma entidade maior superordenada. A ideia é fazer com que os membros dos dois grupos compartilhem uma única identidade intragrupal, fazendo com que o viés associado com

as categorias anteriores seja eliminado. Ao contrário do Modelo de Descategorização, Gaertner e Dovidio acreditavam que seria mais eficaz “redesenhar” as categorias dos grupos, de forma a utilizar o processo de identidade a favor da redução do preconceito. Assim, ao invés de ocorrer uma redução do viés através de menos atribuições positivas ao grupo de pertença, como ocorria no Modelo da Descategorização, a redução desse viés iria ocorrer pela avaliação positiva do grupo antes considerado como externo e que agora compartilha uma identidade comum aos membros dos dois grupos (Brown & Hewstone, 2005).

Existe na literatura um grande número de trabalhos que dão suporte a eficácia de categorias superordenadas na redução do preconceito (Gaertner et al., 1989; Gaertner, Mann, Dovidio, Murrell, & Pomare, 1990; Gaertner et al., 1999).

Brown e Hewstone (2005) apontam para dois obstáculos que o modelo apresenta para sua aplicação prática. Primeiro, mesmo que o processo de recategorização superordenada seja realizado com sucesso, dificilmente as atitudes resultantes desse processo seriam generalizadas para grupos que estivessem fora dessa nova categorização. Assim, a questão da generalização permaneceria sem solução. Em segundo lugar, para que os grupos possam ser recategorizados, eles precisam abrir mão de suas identidades existentes em prol de identidades superordenadas, o que na prática pode se tornar inviável quando tais identidades estão relacionadas a questões como etnia, religião ou nacionalidade.

Park e Judd (2005) apontam que tanto o Modelo da Descategorização como o da Identidade Intragrupal buscam minimizar os processos que organizam os indivíduos em grupos distintos e que ajudam a assimilar as informações de um mundo complexo. Por ser um processo básico da organização, a categorização não pode ser separada do contexto cotidiano. Mesmo que o Modelo da Identidade Intragrupal considere a categorização

como parte do processo que reduz a hostilidade em um grupo supeordenado, Park e Judd ressaltam que, em relação a grupos minoritários, abandonar a categoria de identificação com seu grupo pode não ser desejável, já que pedir para estes abandoarem suas tradições culturais pode constituir em si uma ação preconceituosa (Martignoni, 2008).

Voltando à lógica apresentada por Hamburger e McKenna (2006), poderíamos aplicar o Modelo da Identidade Intragrupal Comum à segunda parte do processo de contato mediado pela internet. Uma vez que os membros do grupo externo perdem a identidade grupal que possuíam mediante o processo de descategorização, os novos membros poderiam agora serem reconhecidos como pertencentes a um novo grupo virtual que implicaria em uma nova identidade.

Entretanto, todas as críticas impostas aos dois modelos poderiam ser atribuídas ao seu uso na internet. O único ponto a favor desses modelos seria o de que, uma vez que se reconheça como membros de um mesmo grupo da internet, esse grupo teria sua origem em relações reais que podem ser generalizadas para outras relações similares. As limitações impostas pela criação artificial de um grupo superordenado poderiam não se repetir nesses casos. Mas apenas se este grupo virtual surgir de forma espontânea.

### **6.3.3. O modelo da diferenciação mútua**

Frente às limitações apresentadas anteriormente para os Modelos da Descategorização e da Identidade Intragrupal, Hewstohne e Brown (1986) propõem que se o contato for colocado de modo que permaneça entre os membros do grupo de pertença e do grupo externo, mantendo-se as características que podem ser consideradas como típicas ou representativas de seus grupos, possivelmente as mudanças positivas que ocorreram serão posteriormente generalizadas para esses grupos como um todo. Entretanto,

manter as características do grupo preservadas durante esse processo só terá eficácia na redução do preconceito em situações onde outras condições ideais propostas por Allport (1954) estejam presentes. Uma das principais vantagens para esse modelo é de que, uma vez que os grupos interessados não precisem abrir mão de suas identidades, possivelmente ocorre menos resistência para participar das intervenções do contato (Brown & Hewstohne, 2005).

De forma resumida, o modelo se estrutura em duas ideias principais. A primeira parte do pressuposto que, se o contato não se caracterizar em uma relação intergrupar, qualquer resultado positivo em termos de atitudes e emoções será superficial, de forma que não serão generalizadas e nem afetarão a divisão conflituosa dos grupos (Brown & Hewstone, 2005; Hewstone & Brown, 1986). Em segundo lugar, os autores propõem que o reconhecimento mútuo de superioridades e inferioridades é fator característico do contato intergrupar onde os membros reconhecem em si e no outro grupo os respectivos pontos fortes e superioridades. O modelo se baseia na premissa de que a saliência da identidade dos participantes do contato intergrupar é relevante e necessária para a posterior generalização dos afetos positivos que venham a reduzir o preconceito.

Outra meta do modelo é compreender os processos que medeiam a relação entre o contato e melhores atitudes intergrupais. Em uma revisão de estudos sobre o tema, um dos fatores que mais se destacaram como mediadores dessa relação foi a ansiedade intergrupar. No entanto outras emoções, tanto positivas como negativas, também desempenham um papel importante na determinação dos resultados do contato (Hewstone, 1996; Hewstone, 2005).

Partindo da premissa de Hamburger e McKenna (2006), os três modelos do contato citados apresentam possibilidades para aplicação da hipótese do contato em uma situação mediada pela internet. Principalmente no que diz respeito ao Modelo da

Diferenciação Mútua de Hewstohne e Brown (1986), a internet aparece como uma alternativa para o estabelecimento do contato entre diferentes grupos que, atraídos por essa mídia detentora de identidade grupal própria (“internautas”), ainda manteriam a identidade de seus respectivos grupos de pertença, o que aumentaria a possibilidade de generalizar os resultados positivos para os exogrupos a longo prazo. Dito de outra forma, entrar em contato com diferentes grupos na internet, em relações de amizade e cooperação, poderia ser uma via para a redução do preconceito.

Essa identidade única da internet pode ser reconhecida no próprio processo de inserção nas redes sociais, que segue um padrão específico de normas que precisam ser compreendidas e que vão desde o momento da adesão até o manuseio da linguagem abreviada dos internautas (Moreira & Rodrigues, 2010). A internet vai criar espaços, linguagem e dinâmica própria. Acaba se distanciando do mundo “real” em algumas características, apesar de sempre manter com ele uma ligação (Jauréguiberry, 2000). Por ser uma realidade naturalmente apropriada pela juventude atual, pode se apresentar como alternativa na criação de condições ideais para redução do preconceito. Dessa forma, avaliar as relações de contato mantido com os diferentes grupos na internet, principalmente no que se refere às relações de amizade, pode servir de indicador para se analisar a qualidade dessas interações e seu efeito no processo de redução do preconceito.

Diante desse quadro, os estudos 4 e 5 buscaram investigar o papel dos diferentes tipos de contato na percepção do preconceito contra os grupos dos negros e dos nordestinos, além de suas funções mediadoras na relação entre o preconceito e a discriminação. Para análise dos resultados foram utilizados os diferentes modelos derivados da teoria do contato.

#### **Estudo IV – Efeito dos diferentes tipos de contato na percepção social do preconceito contra nordestinos e negros.**

Os estudos 1, 2 e 3 da presente tese tiveram como foco analisar o aspecto cognitivo do preconceito ao se estudar os estereótipos, estudos 1 e 2, e as crenças que justificam uma dada situação de preconceito, estudo 3. No entanto, como se dá o fenômeno do preconceito dentro das relações interpessoais e intergrupais em um contexto mediado pela internet? Será que a distância entre membros de diferentes grupos sociais afeta a sensibilidade de percebê-los como vítimas do preconceito? Dito de outra forma, o contato estabelecido entre os membros desses grupos modificaria a forma como os indivíduos percebem o preconceito?

A seguir será apresentado o estudo 4 onde foi analisada a percepção social do preconceito contra grupos de negros e nordestinos de acordo com os diferentes tipos de contato mantido com esses grupos. Esses contatos se constituíam em relações de amizade e foram categorizados de três formas: contato mantido na internet, representado pelo número de amigos que os participantes possuíam exclusivamente no meio virtual; contato presencial, representado pelo número de amigos que os participantes possuíam nas suas relações cotidianas sem o uso da internet; e, por fim, o contato estendido, representado pelo número de amigos e parentes que os respondentes possuíam e que se relacionavam com o grupo dos negros e nordestinos.

## **7.1. Objetivos**

### **Geral:**

Investigar o papel dos diversos níveis de contato intergrupar na percepção do preconceito contra o grupo dos negros e nordestinos.

### **Específicos:**

- Investigar o papel do contato mediado pela internet na percepção do preconceito contra os negros e nordestinos;
- Investigar o papel do contato presencial na percepção do preconceito contra os negros e nordestinos;
- Investigar o papel do contato estendido na percepção do preconceito contra os negros e nordestinos.

## **7.2. Método**

O presente estudo trata-se de uma pesquisa correlacional.

### **7.2.1. Participantes**

Participaram do estudo 353 estudantes universitários distribuídos em duas subamostras: a primeira, referente a temática de preconceito regional, onde foram apresentados ao instrumento dirigido para questões relativas ao preconceito contra os nordestinos; e a segunda referente a temática do preconceito racial, onde responderam ao instrumento dirigido para questões relativas ao preconceito contra os negros.

### 7.2.1.1. Amostra para temática regional

Uma vez que a temática de preconceito regional se remetia a questões relativas aos nordestinos, a amostra foi constituída de 142 estudantes universitários residentes da região sudeste e sul do país, com idade média de 22,38 anos (DP = 5,85), sendo que destes 63,4% eram do sexo feminino. Em relação ao nível econômico, 85,2% da amostra foi constituída por participantes que se classificavam como pertencentes à classe média, 12,7% à classe baixa, e apenas 2,1% indicaram pertencer à classe alta. No geral, os participantes passam em média 5,37 horas conectados por dia (DP= 4,08) e são usuários da internet há cerca de nove anos (M= 9,56; DP=3,53).

### 7.2.1.2. Amostra para temática racial

A amostra foi composta por 211 participantes distribuídos entre as regiões nordeste e sudeste conforme apresentado na Tabela 20.

**TABELA 20**  
Distribuição dos participantes em relação às regiões do país

Condição	Região		Total
	Nordeste	Sudeste	
Participantes	128	83	211

A idade média foi de 23,60 anos (DP = 6,53), sendo que destes 56,9% eram do sexo feminino. Em relação ao nível econômico, 82% da amostra afirmaram pertencer à classe média, 15,2% à classe baixa, e apenas 2,8% à classe alta. No geral, os participantes passam em média 5,41 horas conectados por dia (DP= 4,78) e são usuários da internet há cerca de nove anos (M= 9,56; DP=3,53).

### **7.2.2. Procedimento**

Os estudantes foram abordados em sala da aula, mediante a permissão dos professores, ou em outros ambientes da universidade onde eram solicitados a participar da pesquisa. Uma vez apresentado o questionário, era esclarecido que se tratava de uma pesquisa a respeito de como a sociedade brasileira vê o papel dos nordestinos / negros na sociedade. As informações iniciais contidas no questionário asseguravam o anonimato dos participantes, bem como a confidencialidade das informações prestadas no preenchimento do mesmo.

### **7.2.3. Medidas e Instrumento**

Foi utilizado um questionário composto pelas seguintes partes:

*Dados sociodemográficos:* contendo questões referentes à idade, sexo, renda familiar, entre outros.

*Lista de adjetivos:* consistiu em uma lista com oito adjetivos que foram atribuídos aos nordestinos e negros a partir dos resultados dos estudos 1 e 2, sendo metade composta por características positivas (nordestinos: *alegre, generoso, batalhador e trabalhador*; negros: *alegre, simpático, trabalhador e batalhador*) e a outra metade de características negativas (nordestinos: *preguiçoso, burro, acomodado e desajeitado*; negros: *agressivo, burro, desonesto e preguiçoso*). Os participantes responderam duas listas idênticas de adjetivos, sendo a primeira referente à opinião própria e a segunda ao que os participantes acreditam que os brasileiros em geral atribuem ao grupo estudado. Dessa forma, foram mensurados dois níveis de seleção dos adjetivos: um que reflete a opinião própria, e outro

que representa a percepção dos participantes acerca da atribuição dos adjetivos feita pela sociedade. Essa última medida foi utilizada como um dos indicadores da percepção social do preconceito

Para realização da análise dos dados, a lista de adjetivos foi transformada em uma medida intervalar obtida através da contabilização dos adjetivos positivos e negativos escolhidos pelos participantes. Foi atribuído um peso de -1 para os adjetivos negativos e +1 para os adjetivos positivos. Dessa forma, quando os participantes escolhiam, por exemplo, 3 adjetivos positivos e 2 negativos, seu escore era situado no posto 1 ( $3 - 2 = 1$ ) que representava a predominância de uma classificação positiva em detrimento da negativa. A escala final variava de -4 (número máximo de atribuições negativas e nenhuma atribuição positiva) até 4 (atribuição positiva máxima e nenhuma atribuição negativa).

*Escala de distância social:* trata-se de uma adaptação da escala de distância social de Bogardus (1933) e conteve 9 questões relativas a situações de convívio com o grupo dos nordestinos e negros. Cada item consta de sete pontos que indicam o grau de constrangimento com cada situação dada, sendo o valor de 1 para “nada constrangido” e 7 para “muitíssimo constrangido”. Foi aplicada de duas formas: a primeira, como indicador do preconceito, onde os participantes foram solicitados a indicar o grau de constrangimento que sentiam para cada situação dada; e a segunda, como indicador da percepção social do preconceito, onde os participantes indicaram o grau de constrangimento que os brasileiros em geral atribuiriam às mesmas situações.

Com o objetivo de padronizar a leitura dos resultados da escala da distância social com o indicador da atribuição de adjetivos, o escore final foi invertido de forma que, quanto menor a pontuação da escala, maior o grau de constrangimento.

*Contato mantido na internet:* foi composto por uma escala de sete pontos (1-nenhum, 2-poucos, 3-menos da metade, 4-metade, 5-mais da metade, 6-muitos, 7-todos) que indicou a proporção de amigos nordestinos ou de cor negra que os participantes possuíam em relações mantidas exclusivamente na internet. A questão feita aos participantes para temática do preconceito regional foi: *Quantos dos seus amigos, os quais conheceu e mantém contato exclusivamente pela internet, são nordestinos?* A questão feita aos participantes para temática do preconceito racial foi: *Quantos dos seus amigos, os quais conheceu e mantém contato exclusivamente pela internet, são pessoas de cor negra?*

*Contato presencial:* composto por uma escala de sete pontos (1-nenhum, 2-poucos, 3-menos da metade, 4-metade, 5-mais da metade, 6-muitos, 7-todos) que indicou a proporção de amigos nordestinos/negros que os participantes possuíam em relações presenciais. Foi utilizada a seguinte questão para a temática regional: *Quantos dos seus amigos, com os quais interage no dia a dia, são nordestinos?* Para a temática racial: *Quantos dos seus amigos, com os quais interage no dia a dia, são pessoas de cor negra?*

*Contato estendido* – composto por escalas de sete pontos (1-nenhum, 2-poucos, 3-menos da metade, 4-metade, 5-mais da metade, 6-muitos, 7-todos) que indicaram a proporção de amigos e familiares dos participantes que conhecem e interagem com nordestinos ou negros em diferentes situações (casamento, trabalho, amizades). Para o contato estendido por amizade os participantes foram questionados sobre quantos dos seus amigos possuem: a) Amigos próximos nordestinos; b) Colegas de trabalho nordestinos; c) São casados com um nordestino. Para o contato estendido por familiares

os participantes foram questionados sobre quantos dos seus parentes imediatos (pais, filhos, tios, etc.) possuem: a) Amigos próximos nordestinos; b) Colegas de trabalho nordestinos; c) São casados com um nordestino.

Essas escalas consistem em uma adaptação do instrumento utilizado no artigo de Tausch, Hewstone, Schmid, Hughes, e Cairns (2011) sobre os efeitos do contato estendido nas mudanças de comportamento em relação ao exogrupo. Segundo a hipótese de contato estendido um indivíduo que consideramos membro do nosso grupo (vizinhos, amigos, colegas de trabalho, família, etc.), que tem contato frequente com um membro do exogrupo, acaba por criar um elo que, através do contato prolongado, pode levar a mudanças favoráveis nas nossas reações em relação ao exogrupo (Tausch et al., 2011).

Todos os itens foram agrupados em um indicador de contato estendido o qual teve sua confiabilidade mensurada através do cálculo do *alfa de Cronbach*. O índice de confiabilidade para o contato estendido foi considerado satisfatório tanto para a amostra referente a temática regional (*alfa de Cronbach* = 0,910) com para a amostra referente a temática racial (subamostra do nordeste: *alfa de Cronbach* = 0,870; subamostra do sudeste: *Cronbach* = 0,849).

### **7.3. Resultados**

Inicialmente são apresentados os resultados referentes à temática regional seguidos dos resultados para a temática racial. A análise desse último foi feita separadamente para as amostras coletadas no sudeste e nordeste do país. Como descrito na seção dos instrumentos, foram mensurados dois níveis de resposta para a medida de distância social e atribuição de adjetivos, um que refletia a opinião própria dos participantes e outro onde o mesmo se posicionava pela sociedade. Devido à falta de variabilidade nas medidas relativas à primeira dimensão, foram utilizadas apenas as

mensurações da percepção que os respondentes atribuem à sociedade. Dessa forma, as variáveis dependentes do presente estudo (valência de atribuição dos adjetivos e distância social) foram consideradas como medidas da percepção social do preconceito, uma vez que refletiam apenas a opinião do respondente a respeito do posicionamento da sociedade. Assim, serão utilizadas as nomenclaturas percepção da distância social e percepção da atribuição dos adjetivos para refletir esse posicionamento.

### **7.3.1. Temática regional**

Para realização das análises seguintes, os escores do contato mantido exclusivamente pela internet e do contato presencial mantido no cotidiano com os nordestinos foram categorizados em dois grupos (baixo e alto contato), usando como critério a mediana do escore. Foram realizadas comparações entre os grupos com baixo e alto contato com os nordestinos pela internet em relação aos indicadores da percepção social do preconceito.

Os resultados dos testes  $t$  apontam para uma diferença significativa entre o baixo e alto contato mantido pela internet no que diz respeito à percepção da distância social [ $t(131) = 2,910$ ;  $p < 0,05$ ], de forma que quanto maior o contato mantido com os nordestinos pela internet, menor o grau de constrangimento que a sociedade teria em relação aos nordestinos. De forma semelhante foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre o baixo e alto contato na internet em relação à percepção dos adjetivos atribuídos aos nordestinos [ $t(139) = 2,226$ ;  $p < 0,05$ ], indicando que quanto maior era o contato com os nordestinos na internet mais os participantes acreditavam que a sociedade atribuía adjetivos positivos aos mesmos (Tabela 21).

Dito de outra forma, os participantes que mantêm relações de amizade na internet com os nordestinos acreditam que a sociedade em geral os vê de forma mais positiva e sentem menos constrangidos com os mesmos.

**TABELA 21**

Comparação entre grupos de baixo e alto contato mantido com os nordestinos através da internet em função dos indicadores da percepção social do preconceito.

Variável dependente	Contato internet	n	Média (DP)	Estatística
Percepção da distância social	Baixo	58	34,87 (9,67)	$t(131) = -2,910;$ <b>p&lt;0,05</b>
	Alto	75	40,44 (11,81)	
Percepção da atribuição de adjetivos	Baixo	58	2,54 (1,00)	$t(139) = 2,226;$ <b>p&lt;0,05</b>
	Alto	83	3,04 (1,47)	

Não foram encontradas diferenças significativas entre as categorias alto e baixo contato presencial para os indicadores de percepção social do preconceito (percepção da distância social e percepção da atribuição de adjetivos).

Foi realizada uma regressão linear múltipla com todos os tipos de contato de forma a se avaliar suas relações com o escore da percepção da distância social e da atribuição de adjetivos. Como resultado foi encontrado uma associação significativa apenas para a percepção da atribuição de adjetivos [ $R=0,28$ ;  $F(3,134)=3,708$ ;  $p<0,05$ ] que pode ser observada na Tabela 22.

**TABELA 22**

Regressão Múltipla dos tipos de contato em função da percepção da atribuição de adjetivos aos nordestinos (n = 137).

Percepção da atribuição de adjetivos			
<i>Preditores</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	<i>p&lt;</i>
Contato pela internet	<b>0,262</b>	<b>2,367</b>	<b>0,019</b>
Contato estendido	<b>-0,266</b>	<b>-1,933</b>	<b>0,055</b>
Contato presencial	<b>0,234</b>	<b>1,906</b>	<b>0,059</b>
<b>Coefficiente de regressão múltipla</b>	r = 0,28; r <sup>2</sup> = 8%		
<b>Variância explicada</b>	r <sup>2</sup> ajustado = 6%		
<b>Teste estatístico</b>	F(3,134)=3,708; p<0,05		

A análise indica que o contato mantido pela internet é o melhor preditor para a percepção de atribuição dos adjetivos ( $\beta= 0,262$ ;  $t=2,367$ ;  $p<0,05$ ), de forma que quanto mais contato mantido com os nordestinos pela internet, menor é a percepção de adjetivos negativos atribuídos a esse grupo. O contato estendido por relações de parentesco e amizade apresentam significância marginal com um coeficiente de regressão padronizado de -0,266, de forma que quanto maior é o contato com amigos e parentes que são próximos de nordestinos, maior é a percepção de adjetivos negativos atribuídos aos nordestinos. O contato presencial também apresenta significância marginal com um coeficiente de regressão padronizado de 0,234, indicando que quanto mais amigos nordestinos os participantes possuem em relações presenciais, mais acreditam que a sociedade realiza atribuições positivas aos mesmos.

### 7.3.2. Temática racial

#### Percepção do preconceito racial entre os participantes das regiões sudeste e nordeste

Dos dois indicadores para a percepção social do preconceito, apenas a percepção da distância social apresentou diferença significativa entre as amostras do nordeste e do

sudeste [ $t_{(209)} = 2,11$ ;  $p < 0,05$ ], onde os participantes da região nordeste apresentaram uma média inferior ( $M= 43,25$ ;  $DP= 11,07$ ) em relação aos respondentes do sudeste do país ( $M= 46,48$ ;  $DP=10,57$ ). Essa diferença indica que os nordestinos percebem a sociedade como mais constrangida em suas interações com o grupo dos negros.

### **Subamostra do sudeste**

Para realização das análises seguintes os escores do contato mantido exclusivamente pela internet e do contato presencial mantido em relações face a face com os negros foram categorizados em dois grupos (baixo e alto contato) usando com critério a mediana do escore. Foram realizadas comparações entre os grupos com baixo e alto contato com os negros pela internet em relação aos escores da percepção social do preconceito (percepção da distância social e da atribuição de adjetivos ao grupo dos negros).

Destas análises, apenas os grupos comparados em termos da distância social apresentaram diferença estatisticamente significativa [ $t_{(81)} = 2,543$ ;  $p < 0,05$ ]. O grupo que mantinha maior contato com os negros pela internet ( $M=49,92$ ;  $DP= 10,78$ ) perceberam a sociedade como menos constrangida nas interações com os negros do que o grupo com baixo contato na internet ( $M=44,11$ ;  $DP= 9,86$ ). Não foram encontradas diferenças significativas entre as categorias de alto e baixo contato presencial para os escores da distância social e da atribuição de adjetivos.

Foi realizada uma regressão linear múltipla com os tipos de contato em relação às variáveis dependentes. Como resultado, foi encontrado uma associação significativa entre as variáveis e a percepção da distância social [ $R=0,32$ ;  $F(3,77)=2,949$ ;  $p < 0,05$ ] que pode ser observada na Tabela 23.

**TABELA 23**

Regressão Múltipla dos tipos de contato com os negros em função da percepção da distância social. Amostra do sudeste (n = 80).

Percepção da distância social em relação aos negros			
<i>Variáveis independentes</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	<i>p</i> <
Contato pela internet	<b>0,335</b>	<b>2,544</b>	<b>0,013</b>
Contato presencial	-0,070	-0,462	0,645
Contato estendido	0,049	0,351	0,727
<b>Coefficiente de regressão múltipla</b>	r = 0,32; r <sup>2</sup> = 10%		
<b>Variância explicada</b>	r <sup>2</sup> ajustado = 7%		
<b>Teste estatístico</b>	F(3,77)=2,949; p<0,05		

O contato direto mantido pela internet aparece como único preditor para a diminuição na percepção social do preconceito ( $\beta = 0,335$ ;  $t = 2,544$ ;  $p < 0,05$ ). Quanto maior é o contato mantido unicamente pela internet com o grupo dos negros, menor a percepção do constrangimento nas relações com esse grupo.

### **Subamostra do nordeste**

Assim como feito para a amostra do sudeste, os escores do contato mantido exclusivamente pela internet e do contato presencial mantido com o grupo dos negros foram categorizados em dois grupos (baixo e alto contato), usando como critério a mediana do escore. Foram então realizados *testes t de student* para comparações destes grupos em relação à percepção da distância social e da percepção da atribuição de adjetivos. Os resultados podem ser verificados na Tabela 24.

**TABELA 24**

Comparação entre grupos de baixo e alto contato mantido com os negros através da internet em função dos indicadores da percepção social do preconceito. Amostra do nordeste (n = 128).

Variável dependente	Contato internet	n	Média (DP)	Estatística
Percepção da distância social	Baixo	72	45,94 (9,40)	$t(126) = 3,142;$ <b>p&lt;0,05</b>
	Alto	56	39,78 (12,12)	
Percepção da atribuição de adjetivos	Baixo	72	3,69 (1,77)	$t(126) = 2,483;$ <b>p&lt;0,05</b>
	Alto	56	2,91 (1,76)	

Os resultados dos testes  $t$  apontam para uma diferença significativa entre o baixo e alto contato mantido pela internet no que diz respeito ao escore da distância social [ $t(126) = 3,142; p<0,05$ ], mas, ao contrário do que se observa para a amostra do sudeste, quanto maior foi o contato mantido com os negros pela internet, maior foi o grau de constrangimento que os participantes afirmavam que a sociedade possui em relação aos negros. Também foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre o baixo e alto contato no que se refere ao escore de atribuição de adjetivos aos negros [ $t(126) = 2,483; p<0,05$ ]. Quanto maior era o contato pela internet com os negros, maior a percepção de atribuições negativas feitas ao grupo dos negros.

Não foram encontradas diferenças significativas entre as categorias alto e baixo contato presencial para os escores da distância social e da atribuição de adjetivos ao grupo dos negros.

Foi realizada uma regressão linear múltipla com os tipos de contato em relação à percepção da distância social. Como resultado, foi encontrada uma associação significativa entre as variáveis [ $R=0,391; F(4,123)=7,605; p<0,01$ ], que pode ser observada na Tabela 25.

**TABELA 25**

Regressão Múltipla dos tipos de contato com os negros em função da percepção da distância social. Amostra do nordeste (n = 127)

Percepção da distância social em relação aos negros			
<i>Variáveis independentes</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	<i>p</i> <
Contato pela internet	<b>-0,391</b>	<b>-4,225</b>	<b>0,001</b>
Contato estendido	<b>0,228</b>	<b>2,283</b>	<b>0,024</b>
Contato presencial	-0,055	-0,524	0,601
<b>Coefficiente de regressão múltipla</b>	r = 0,39; r <sup>2</sup> = 15%		
<b>Variância explicada</b>	r <sup>2</sup> ajustado = 13%		
<b>Teste estatístico</b>	F(3,124)=7,473; p<0,01		

O contato direto mantido pela internet aparece como melhor preditor para a percepção da distância social, entretanto essa associação é negativa, de forma que quanto maior o contato com o grupo dos negros pela internet, maior é o grau de constrangimento social percebido pelos participantes ( $\beta = -0,391$ ;  $t = -4,225$ ;  $p < 0,01$ ). O preditor seguinte é o contato estendido por relações de amizade e parentesco ( $\beta = 0,228$ ;  $t = 2,283$ ;  $p < 0,05$ ), onde o maior contato com amigos e parentes que se relacionam com negros está associado com uma menor percepção social do constrangimento nas relações com esse grupo.

Também foi realizada uma regressão linear múltipla com os tipos de contato em relação ao indicador da percepção da atribuição de adjetivos. Os resultados apontam para um modelo significativo [ $R = 0,332$ ;  $F(3,124) = 5,114$ ;  $p < 0,05$ ] que pode ser verificado na Tabela 26.

**TABELA 26**

Regressão Múltipla dos tipos de contato com os negros em função da percepção social das atribuições de adjetivos. Amostra do nordeste (n = 127)

Percepção social da atribuição de adjetivos aos negros			
<i>Variáveis independentes</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	<i>p</i> <
Contato pela internet	<b>-0,347</b>	<b>-3,656</b>	<b>0,001</b>
Contato estendido	0,109	1,066	0,288
Contato presencial	-0,022	-0,151	0,880
<b>Coefficiente de regressão múltipla</b>	r = 0,33; r <sup>2</sup> = 11%		

**Variância explicada**  
**Teste estatístico**

$r^2$  ajustado = 9%  
F(3,124)=5,114;  $p < 0,05$

---

O contato direto mantido pela internet aparece como único preditor para a percepção da atribuição de adjetivos ( $\beta = 0,309$ ;  $t = 2,396$ ;  $p < 0,05$ ). Tal como ocorreu com a medida da percepção da distância social, quanto maior o contato mantido pela internet com os negros, mais se percebia uma atribuição negativa dos adjetivos.

#### **7.4. Considerações**

O presente estudo teve como objetivo verificar de que forma os diferentes tipos de contato atuavam na percepção social do preconceito. Em primeiro lugar verificamos que o contato mantido pela internet é um bom preditor na percepção social do preconceito, se destacando dos demais tipos de contato nas análises realizadas.

As análises também mostraram que a região de origem dos respondentes foi um fator importante que afetou a direção das relações encontradas para os tipos de contato. Para os participantes do sudeste do país, tanto para a temática racial como para a temática regional, o contato mantido pela internet com o grupo dos nordestinos e negros atuou positivamente na percepção social do preconceito. Quanto mais amigos negros e nordestinos os participantes conheciam através da internet, mais indicavam que a sociedade os via de forma positiva. A relação inversa foi observada quando os participantes eram da região nordeste, onde o maior contato com o grupo dos negros levou a uma percepção negativa da maneira como a sociedade vê esse grupo.

No que diz respeito aos respondentes do sudeste do país, a percepção social positiva pode ser o reflexo de uma atitude mais favorável em relação aos nordestinos e negros e consequência de um contato que, dadas as novas possibilidades de interação do meio virtual (Hamburger & McKenna, 2006), possam estar satisfazendo alguns dos

pressupostos necessários para o estabelecimento de um contato positivo (Alport, 1954). A corroboração dessa hipótese poderia vir da análise da relação entre os tipos de contato e o posicionamento próprio dos participantes em relação às medidas de distância social e atribuição de adjetivos, medidas que serviriam como indicadores do preconceito. Infelizmente, para o presente estudo essas medidas não apresentaram variabilidade suficiente para serem utilizadas nas análises, o que nos limitou ao estudo apenas da percepção social do preconceito.

Ao tentar entender o padrão de respostas obtidas com os respondentes que residem no nordeste, devemos levar em consideração que estes constituem um grupo minoritário que também é alvo do preconceito e, conseqüentemente, podem estar mais sensíveis para a percepção negativa desse fenômeno em comparação aos respondentes do sudeste do país. Desta forma, ao contrário do processo que ocorreria com os participantes do sudeste, quanto maior o contato mantido pelos nordestinos com o grupo dos negros na internet, maior seria a saliência do problema da discriminação sofrida por ambos os grupos, o que levaria a uma maior percepção das situações de discriminação sofrida pelos negros. Devemos lembrar ainda que durante o processo de coleta dos dados a mídia estava apresentando recorrentes casos de discriminação contra negros e nordestinos na internet como citado na parte introdutória da presente tese.

Quando analisamos as relações de contato estendido, o padrão oposto ao contato mantido pela internet e contato presencial é encontrado. Para os respondentes do sul do país, o maior contato estendido por relações de amizade e parentesco estão relacionados a uma percepção social do preconceito mais negativa. Ou seja, quando os participantes possuem parentes e amigos que se relacionam com o grupo alvo, acreditam que a sociedade se sente constrangida e atribui mais adjetivos negativos aos negros e

nordestinos. Já quando os respondentes são nordestinos o maior contato estendido aponta para uma percepção social positiva em relação ao grupo dos negros.

Tendo em vista os padrões positivos de redução da percepção do preconceito obtidos nos resultados apresentados, o capítulo seguinte traz o último estudo onde será analisada a função mediadora do contato mantido na internet no julgamento social da discriminação direcionada a grupos de negros e nordestinos.

## **Estudo V – Função mediadora do contato mantido na internet no julgamento social da discriminação.**

O estudo anterior apresentou evidências sobre o efeito do contato mantido pela internet na percepção do preconceito. Participantes que tinham mais contato com os grupos pela internet apresentaram uma maior sensibilidade no que se refere à percepção dos problemas enfrentados pelos grupos dos nordestinos e negros. Uma vez observada essa relação, nos perguntamos: o contato mantido com os grupos do estudo atuaria como mediador no processo entre o preconceito e a discriminação?

### **8.1. Objetivos**

#### **Geral:**

Investigar o papel mediador dos diversos níveis de contato intergrupar nas formas de expressão do preconceito contra o grupo dos negros e dos nordestinos.

#### **Específicos:**

- Investigar o papel mediador do contato mantido pela internet na manifestação do preconceito contra os negros.
- Investigar o papel mediador do contato presencial na manifestação do preconceito contra os negros.
- Investigar o papel mediador contato estendido na manifestação do preconceito contra os negros.
- Investigar o papel mediador do contato mantido pela internet na manifestação do preconceito contra os nordestinos.

- Investigar o papel mediador do contato presencial na manifestação do preconceito contra os nordestinos.
- Investigar o papel mediador contato estendido na manifestação do preconceito contra os nordestinos.

## **8.2. Hipóteses**

**Hipótese 1:** Espera-se que os diferentes níveis de contato atuem como variáveis mediadoras na relação entre o preconceito e os níveis de julgamento social da discriminação. De forma mais específica, espera-se que os diferentes tipos de contato reduzam ou anulem os efeitos das medidas de preconceito no julgamento social da discriminação.

**Hipótese 2:** Em relação aos efeitos das mediações, espera-se encontrar resultados similares entre a mediação feita pelo contato mantido na internet e o contato mantido de forma presencial, atribuindo ao contato virtual os mesmos benefícios do contato presencial na redução da relação entre o preconceito e a discriminação.

## **8.3. Método**

O estudo 5 trata-se de uma pesquisa correlacional.

### **8.3.1. Participantes**

A amostra foi constituída no total de 129 estudantes universitários divididos em duas condições: condição de preconceito racial, onde respondiam a questões referentes ao contato e a discriminação em relação ao grupo dos negros; preconceito regional, onde responderam a questões referentes ao contato e discriminação dirigido ao grupo dos nordestinos. Para a subamostra do preconceito regional foram removidos os participantes

que pertenciam as regiões nordeste, norte e centro-oeste. Para a subamostra do preconceito racial foram removidos os participantes que relataram possuir cor negra.

### 8.3.1.1. Subamostra para condição preconceito racial

Foi constituída de 71 participantes com idade média de 26,86 anos (DP = 6,70), sendo que destes 88% eram do sexo masculino. Em relação ao nível econômico, 85% da amostra foi constituída por participantes que se classificavam como pertencentes à classe média, 6% à classe baixa, e 9% indicaram pertencer à classe alta. No geral, os participantes passam em média 8,69 horas conectados por dia (DP= 5,02).

### 8.3.1.2. Subamostra para condição preconceito regional

Foi constituída de 58 participantes com idade média de 28,83 anos (DP = 6,36), sendo que destes 95% eram do sexo masculino. Em relação ao nível econômico, 86% da amostra foi constituída por participantes que se classificavam como pertencentes à classe média, 7% à classe baixa e 7% indicaram pertencer à classe alta. No geral, os participantes passam em média 8,34 horas conectados por dia (DP= 5,24).

**TABELA 27**

Dados sócio-demográficos da amostra, distribuída em função do sexo, cor e classe social (N=129).

Variáveis	Subamostras		% Total da amostra
	Temática Racial (n=71)	Temática Regional (n=58)	
<b>Sexo</b>			
Masculino	63	55	91
Feminino	8	3	9
<b>Cor</b>			
Branca	52	44	74
Morena	15	6	16
Negra	0	5	4
Não respondeu	4	3	6

<b>Classe Social</b>			
Baixa	4	4	6
Média	60	50	85
Alta	7	4	9

### **8.3.2. Procedimento**

Os estudantes foram abordados pela internet em redes sociais ou fóruns de discussão onde eram solicitados a participar da pesquisa. Era esclarecido que se tratava de uma pesquisa a respeito de como a sociedade brasileira vê as diferenças sociais no país. As informações contidas no questionário asseguravam o anonimato dos participantes, bem como a confidencialidade das informações prestadas no preenchimento do mesmo.

### **8.3.3. Medidas e Instrumento**

Foi utilizado um questionário em duas versões, uma para cada subamostra do estudo, que focavam em um grupo alvo específico (negros/nordestinos). Foi composto pelas seguintes partes:

*Dados sociodemográficos:* contendo questões referentes a idade, sexo, renda familiar, entre outros.

*Julgamento social da discriminação:* Essa parte do questionário consistiu na apresentação de uma história de discriminação onde os participantes respondiam a itens referentes ao julgamento social da discriminação. A história foi adaptada dos estudos 3 e

4 onde foi apresentado aos participantes um cenário de seleção para emprego no qual ocorreu uma cena de discriminação (Figura 16).

**1. Leia atentamente a história abaixo e responda as questões seguintes:**

O gerente de uma rede de lojas situadas em shopping centers de luxo precisa contratar novos vendedores. Para a seleção apresentaram-se alguns candidatos [de cor branca/sulistas] e outros candidatos [de cor negra/nordestinos]. Todos os candidatos preenchem igualmente os requisitos da seleção; entretanto o gerente escolheu apenas candidatos [de cor branca/sulistas]. O argumento do gerente foi de que os brasileiros são em geral preconceituosos e vendedores [de cor branca/sulistas] são mais bem aceitos pelos clientes e assim a empresa terá mais lucro.

*Figura 16.* Estímulo inicial para julgamento social da discriminação.

Uma vez que a história era apresentada, os participantes respondiam a um conjunto de itens que variavam em escalas de sete pontos:

- a) Numa escala de 1 (pouco preconceituosos) a 7 (muito preconceituosos), o quanto você concorda que os brasileiros são preconceituosos?
- b) Numa escala de 1 (nenhuma concordância) a 7 (concordância total), o quanto você concorda que os vendedores [de cor branca/sulistas] são mais bem aceitos pelos clientes?
- c) Numa escala de 1 (nenhuma concordância) a 7 (concordância total), o quanto você concorda com a escolha do gerente?
- d) Numa escala de 1 (nada justificável) a 7 (totalmente justificável), em que grau você acha que a escolha do gerente é justificável?
- e) Numa escala de 1 (nada punível) a 7 (totalmente punível), em que grau você acha que a escolha do gerente é passível de punição?
- f) Numa escala de 1 (nunca faria) a 7 (certamente faria), se estivesse no lugar do gerente você faria a mesma coisa?

Das questões citadas, os itens *b)*, *c)* e *f)* foram agrupados para criar um índice de preconceito denominado de *concordância com a discriminação*, uma análise de confiabilidade foi realizada através do cálculo do alfa de *Cronbach* a fim de se verificar a consistência desse indicador. Para a subamostra preconceito racial o valor de confiabilidade foi de 0,706; para subamostra preconceito regional o valor da confiabilidade foi de 0,803. Os itens *d)* e *e)* representam, respectivamente, duas dimensões do julgamento da situação de discriminação, a dimensão da justificativa e a dimensão da punição. Essas duas dimensões serão utilizadas como Variáveis Dependentes (VD's) no presente estudo.

*Lista de adjetivos positivos e negativos:* Consistiu em uma lista com oito adjetivos que são atribuídos aos negros ou aos nordestinos. Metade foi composta por características positivas e a outra metade de características negativas. Na tentativa de aumentar a acuracidade das medidas e de trabalhar com as variáveis em questão de forma mais quantitativa, cada adjetivo foi transformado em uma escala Likert de sete pontos onde os respondentes deveriam indicar o quanto cada um deles descrevia o grupo estudado. A escala variava de 1- Não descreve até 7- Descreve totalmente.

Realizaram-se Análises Fatoriais entre os itens das novas escalas de forma a verificar se os mesmos se agrupavam em fatores segundo a valência positiva ou negativa de sua atribuição. A Análise Fatorial foi feita pelo método dos eixos principais (*Principal Axis Factoring*), com rotação *varimax*, onde o indicador do KMO foi igual a 0,733 para a condição dos negros e de 0,684 para a condição dos nordestinos. Cargas fatoriais de 0,40 ou mais foram consideradas significantes para fins de interpretação, assumindo esse ponto de corte não foi verificado nenhuma carga cruzada. Para cada uma das análises, a solução fatorial apontou para a presença de dois fatores, que agrupam as características

que podem ser consideradas positivas e negativas, respectivamente. Os resultados da análise podem ser verificados na Tabela 28.

**TABELA 28**

Análise fatorial da lista de adjetivos atribuídos aos negros (n=71) e nordestinos (n=58).

Condição	Adjetivo	Fator 1	Fator 2	h <sup>2</sup>
Negros	Batalhador	0,96		0,90
	Simpático	0,91		0,83
	Trabalhador	0,90		0,81
	Alegre	0,90		0,85
	Burro		0,89	0,80
	Preguiçoso		0,83	0,70
	Desonesto		0,82	0,69
	Agressivo		0,75	0,57
	Variância explicada		45,37%	32,52%
Nordestinos	Trabalhador	0,93		0,88
	Batalhador	0,93		0,87
	Generoso	0,81		0,67
	Alegre	0,67		0,50
	Burro		0,83	0,69
	Preguiçoso		0,74	0,62
	Acomodado		0,73	0,56
	Desajeitado		0,67	0,50
	Variância explicada		37,23%	29,04%

Dessa forma, foi possível criar dois índices que refletiam, respectivamente, as pontuações atribuídas ao conjunto de adjetivos positivos e ao conjunto de adjetivos negativos. Para o presente estudo foi utilizado, como um dos indicadores do preconceito, o índice criado com as atribuições de adjetivos negativos.

*Escala de distância social:* Conteve nove questões relativas às situações de convívio com o grupo dos negros ou com o grupo dos nordestinos. Para cada um dos itens foram introduzidas duas medidas de sete pontos que indicavam, respectivamente, o

quanto o respondente se sentiria incomodado em cada situação e o quanto gostaria de vivenciar cada uma delas. A ideia de usar duas escalas opostas foi adotada na tentativa de evitar a falta de variabilidade registrada nos estudos 4 que utilizaram o mesmo instrumento com apenas uma escala de constrangimento. Devido à natureza polêmica do tema e da deseabilidade social, quando os participantes manifestavam opinião própria tendiam a marcar o extremo da escala que indicava nenhum constrangimento, o que eliminava a variabilidade da escala. A primeira escala variou de 1- Pouco incomodado até 7- Muito incomodado; e a segunda escala variou de 1- Gostaria pouco até 2- Gostaria muito. Podemos citar como exemplos das situações utilizadas:

- a) Ver um branco namorando uma negra;
- b) Adotar uma criança negra;
- c) Participar de festas de pessoa de cor negra;

Dessa forma, foi utilizada como medida da distância social o grau em que os participantes gostariam que as situações descritas ocorressem com eles. Para facilitar a leitura dos resultados, o escore da escala de distância social foi invertido de modo que sua pontuação ficou no mesmo sentido dos outros dois indicadores de preconceito (*Lista de adjetivos negativos e concordância com a discriminação*).

Foi realizada uma análise de confiabilidade para o indicador da distância social para cada uma das subamostras do estudo, onde foi obtido como resultado um índice de confiabilidade alfa de *Cronbach* = 0,959 para a condição de preconceito racial e um índice de confiabilidade alfa de *Cronbach* de 0,934 para a condição de preconceito regional.

*Contato presencial:* Foi composto por uma escala de sete pontos que indicou a proporção de amigos pertencentes ao grupo dos negros ou dos nordestinos que os participantes possuíam (1-nenhum; 2-Um ou dois; 3-Três ou quatro; 4-Cinco ou seis; 5-Sete ou oito; 6- Nove ou dez; 7-Mais de dez). A pergunta realizada foi: Quantos dos seus amigos, com os quais interage no dia a dia, são [nordestinos/negros]?

*Contato pela internet:* Foi composto por uma escala de sete pontos que indicou a proporção de amigos pertencentes ao grupo dos negros ou dos nordestinos que os participantes possuíam em relações mantidas exclusivamente pela internet (1-nenhum; 2-Um ou dois; 3-Três ou quatro; 4-Cinco ou seis; 5-Sete ou oito; 6- Nove ou dez; 7-Mais de dez). A pergunta realizada foi: Quantos dos seus colegas e amigos, com os quais você tem contato exclusivamente pela internet, são [nordestinos/negros]?

*Contato estendido* – Composto por escalas de sete pontos (1-nenhum; 2-Um ou dois; 3-Três ou quatro; 4-Cinco ou seis; 5-Sete ou oito; 6- Nove ou dez; 7-Mais de dez) que indicaram a proporção de amigos e familiares dos participantes que conhecem e interagem com nordestinos ou negros em diferentes situações (casamento, trabalho, amizades). Para o contato estendido por amizade os participantes foram questionados sobre quantos dos seus amigos possuem: a) Amigos próximos [nordestinos/de cor negra]; b) Colegas de trabalho [nordestinos/de cor negra]; c) São casados com [nordestinos/pessoas de cor negra]. Para o contato estendido por familiares os participantes foram questionados sobre quantos dos seus parentes imediatos (pais, filhos, tios, etc.) possuem: a) Amigos próximos [nordestinos/de cor negra]; b) Colegas de trabalho [nordestinos/de cor negra]; c) São casados com [nordestinos/pessoas de cor negra].

Para análise dos dados todos os itens referentes ao contato estendido foram agrupados em um único indicador (Contato estendido); para a amostra da condição de preconceito racial um índice satisfatório de confiabilidade foi obtido (*Cronbach*  $\alpha = 0,867$ ); de igual forma, para a amostra da condição de preconceito regional foi obtido um nível satisfatório de confiabilidade com alfa de *Cronbach* = 0,913.

#### **8.3.4. Plano de análise dos dados**

Foram realizadas análises de mediação utilizando a análise passo a passo dos caminhos proposta inicialmente por Judd e Kenny (1981) e, posteriormente, aperfeiçoada por Baron e Kenny (1986); para complementar as análises das mediações foi realizado o cálculo do intervalo de confiança para o efeito indireto ao obtido com a técnica *bootstrapped*, segundo os procedimentos propostos por Preacher e Hayes (2004; 2008).

Segundo Baron e Kenny (1986), quatro condições são necessárias para que a mediação ocorra:

1. A variável preditora afeta significativamente a variável mediadora;
2. A variável preditora afeta significativamente a variável dependente (VD) na falta da variável mediadora;
3. A variável mediadora tem efeito significativo único sobre a VD, quando a variável preditora é controlada;
4. O efeito da variável preditora sobre a VD enfraquece ou desaparece no momento da adição da variável mediadora.

Para cada uma das medidas do preconceito (atribuição de adjetivos negativos, concordância com a situação de discriminação e distância social) foram realizadas análises de mediação tendo como variáveis mediadoras os três tipos de contato mantidos com o grupo dos negros e nordestinos: o contato presencial, o contato mantido pela internet e o contato estendido. Como variáveis dependentes foram utilizadas as medidas de julgamento da discriminação social relativas às dimensões de justificativa para seleção dos candidatos brancos e atribuição de punição para o contratante. Apenas os resultados significativos são apresentados.

## 8.4. Resultados

### 8.4.1. Preconceito racial

Inicialmente foi realizada uma análise correlacional entre as variáveis do estudo por meio do teste de Pearson (bicaudal). Os resultados podem ser observados na Tabela 29.

**Tabela 29**

Coefficientes de correlação  $r$  de Pearson (bicaudal) entre as variáveis de contato, preconceito e discriminação.

	Contato			Preconceito			Discriminação	
	CI	CP	CE	AN	CD	DS	Just.	Punição
CI	-							
CP	0,50**	-						
CE	0,44**	0,67**	-					
AN	-0,41**	-0,37**	-0,31**	-				
CD	-0,45**	-0,38**	-0,44**	0,33**	-			
DS	-0,31**	-0,29*	-0,24*	0,50**	0,26*	-		
Just.	-0,38**	-0,43**	-0,40**	0,35**	0,61**	0,19	-	
Punição	0,37**	0,21	0,11	-0,27*	-0,36**	-0,30*	-0,26*	-

\*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; AN = Adjetivos Negativos; CD = Concordância com a Discriminação; DS = Distância Social; CI = Contato mantido pela Internet; CP = Contato Presencial; CE = Contato estendido.

A análise das correlações mostra que as medidas de preconceito (NA, CD e DS) estão significativamente correlacionadas entre si, sendo o maior coeficiente encontrado entre as variáveis Adjetivos Negativos e Distância Social ( $r = 0,50$ ;  $p < 0,01$ ). Da mesma forma observamos relações significativas entre todas as medidas de contato (CI, CP e CE), sendo que destas se destaca a correlação entre as variáveis Contato estendido e Contato presencial ( $r = 0,67$ ;  $p < 0,01$ ), que pode ser considerada moderada (Dancey & Reidy, 2005) ou até mesmo forte (Cohen, 1988, como citado em Field, 2009). Todas as variáveis de preconceito se relacionam negativamente com as variáveis de contato, de forma que quanto maior o nível de preconceito, menor a quantidade de pessoas negras com as quais os participantes mantêm contato.

A medida de aceitação da justificativa para a seleção discriminatória se relaciona negativamente com todas as medidas de contato; de forma inversa, a aceitação da justificativa possui uma relação positiva com as medidas de preconceito (AN e CD); de forma que maiores escores nos indicadores do preconceito estão relacionados com uma maior concordância com a justificativa dada pelo contratante na preferência pelos funcionários brancos. Esse efeito ocorre principalmente na correlação entre a justificativa e a medida de Concordância com a Discriminação ( $r = 0,61$ ;  $p < 0,01$ ).

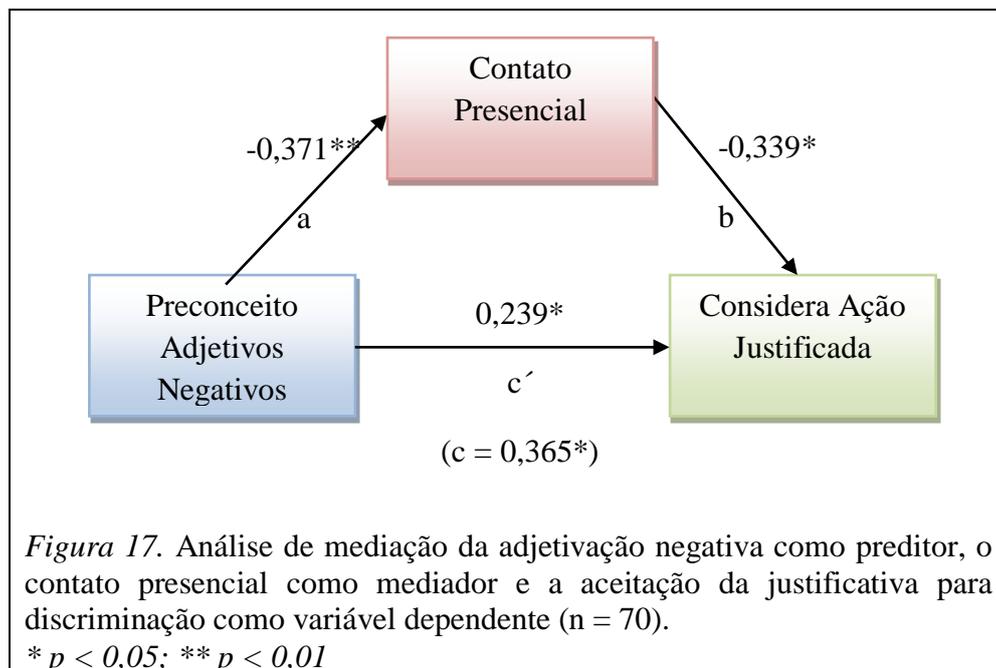
A variável de atribuição de punição possui relação positiva apenas com a medida de contato mantido pela internet. Já no que se refere ao preconceito, a variável punição se relaciona de forma negativa e significativa com todas as medidas do mesmo.

## 8.4.2. Análises de Mediações para Preconceito Racial

### 8.4.2.1. Dimensão da Justificativa

A variável preditora utilizada foi o indicador de preconceito mensurado através do grau de adjetivos negativos atribuídos ao grupo dos negros; a variável dependente foi o grau de discriminação representado pelo grau de aceitação que o participante atribuía à justificativa dada para seleção dos candidatos brancos; e a variável mediadora proposta foi o grau de contato que os participantes mantinham com negros de forma presencial.

A Figura 17 apresenta o modelo da mediação com os escores padronizados para cada caminho do diagrama.

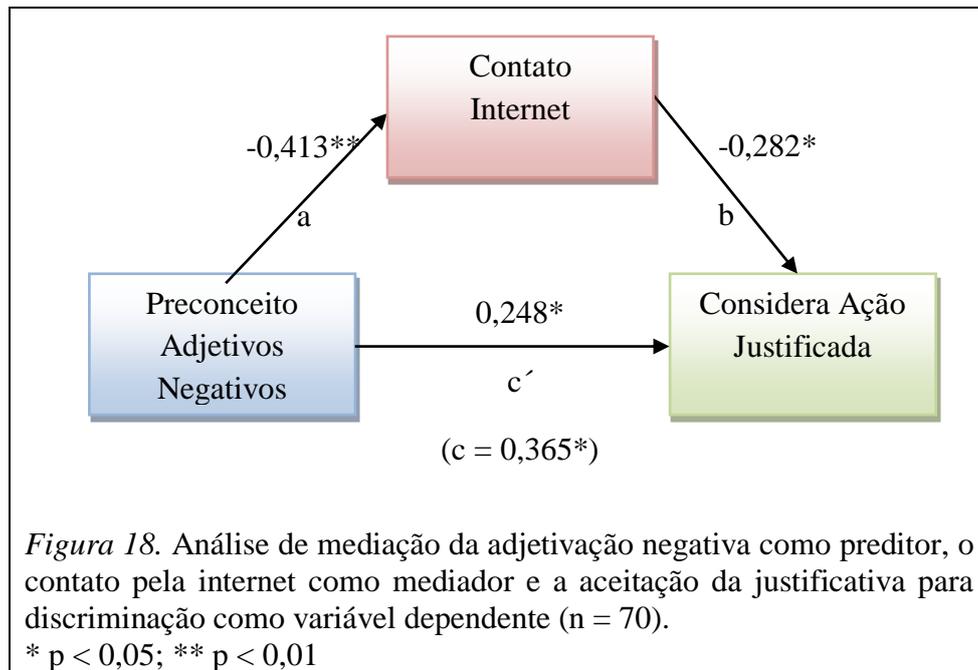


O efeito total do preconceito na atribuição de justificativa foi significativo,  $c = 0,365$ ,  $t(68) = 3,25$ ,  $p < 0,05$ , de forma que quanto maior o preconceito mais era considerada justa a explicação do contratante para a seleção apenas de candidatos

brancos. O preconceito também previu significativamente a variável mediadora, contato presencial;  $a = -0,371$ ,  $t(68) = -3,32$ ,  $p < 0,01$ ; onde o aumento do preconceito estava relacionado com um menor número de pessoas de cor negra que os participantes conheciam em seu dia a dia. Quando controlada pelo preconceito, a variável contato presencial previu significativamente a atribuição da justificativa,  $b = -0,339$ ,  $t(68) = -2,97$ ,  $p < 0,05$ . O efeito direto estimado do preconceito na atribuição de justificativa, controlando o contato presencial, foi  $c' = 0,239$ ,  $t(68) = 2,09$ ,  $p < 0,05$ . A atribuição de justificativa foi predita de forma significativa pelo preconceito e pelo contato presencial com  $R = 0,482$ ,  $R^2$  ajustado =  $0,210$ ,  $F(2,68) = 10,285$ ,  $p < 0,01$ .

O efeito indireto  $ab$  foi calculado obtendo-se o valor de  $0,126$ . O procedimento *bootstrap* foi realizado onde foram solicitadas 5000 reposições de amostragem com os ajustes *bias-corrected* e *accelerated confidence*. O intervalo de confiança (IC) resultante para  $ab$ , com nível de confiança em 95%, indicou um limite inferior de  $0,0451$  e um limite superior de  $0,4035$ . Uma vez que o intervalo não inclui o valor  $0$ , o caminho indireto pode ser considerado significativo. Como o caminho direto do preconceito para a atribuição de justificativa ( $c'$ ) também foi significativo, podemos afirmar que o efeito do preconceito na atribuição de justificativa é parcialmente mediado pelo contato presencial com o grupo dos negros. Assim, uma vez que os participantes mantinham maior contato com o grupo dos negros, menor era o efeito do preconceito no aumento da aceitação da justificativa.

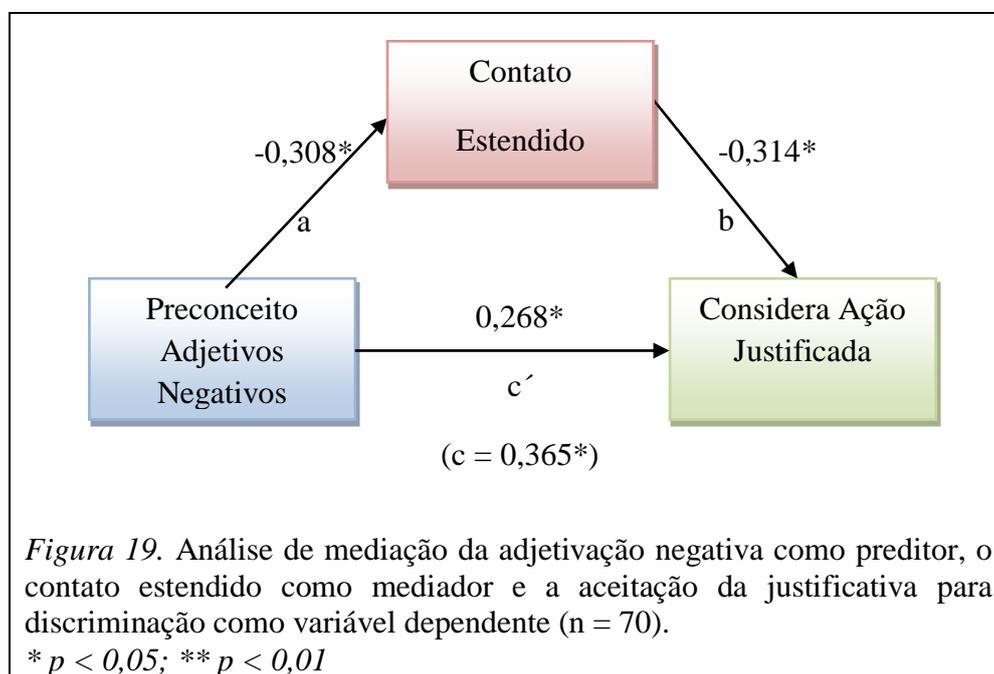
Uma segunda mediação foi calculada mantendo-se como variável preditora o grau de adjetivos negativos atribuídos ao grupo dos negros e a atribuição de justificativa como variável dependente, mas agora utilizando o grau de contato mantido com os negros exclusivamente pela internet como variável mediadora. O modelo de mediação resultante pode ser observado na Figura 18.



O efeito total do preconceito na atribuição de justificativa foi significativo,  $c = 0,365$ ,  $t(68) = 3,25$ ,  $p < 0,05$ ; bem como previu significativamente a variável mediadora  $a = -0,413$ ,  $t(68) = -3,76$ ,  $p < 0,01$ . A variável contato pela internet previu significativamente a atribuição de justificativa,  $b = -0,282$ ,  $t(68) = -2,37$ ,  $p < 0,05$ . O efeito direto do preconceito na atribuição de justificativa, controlando o contato pela internet, foi  $c' = 0,248$ ,  $t(68) = 2,08$ ,  $p < 0,05$ .

O procedimento *bootstrap* foi realizado para determinar a significância do efeito indireto  $ab$ , no valor de 0,116, onde foram solicitadas 5000 reposições de amostragem com os ajustes *bias-corrected* e *accelerated confidence*. Ao nível de significância de 95%, foi obtido um IC com intervalo entre 0,0594 e 0,3167. Assim como ocorreu com o contato presencial, o contato mantido exclusivamente pela internet mediou parcialmente o efeito entre a atribuição de adjetivos negativos e a aceitação da justificativa dada para a seleção dos candidatos.

A análise seguinte utilizou como variável mediadora o grau de contato mantido com os negros de forma estendida, ou seja, através de amigos e parentes dos participantes que possuem relação com o grupo dos negros (Figura 19).

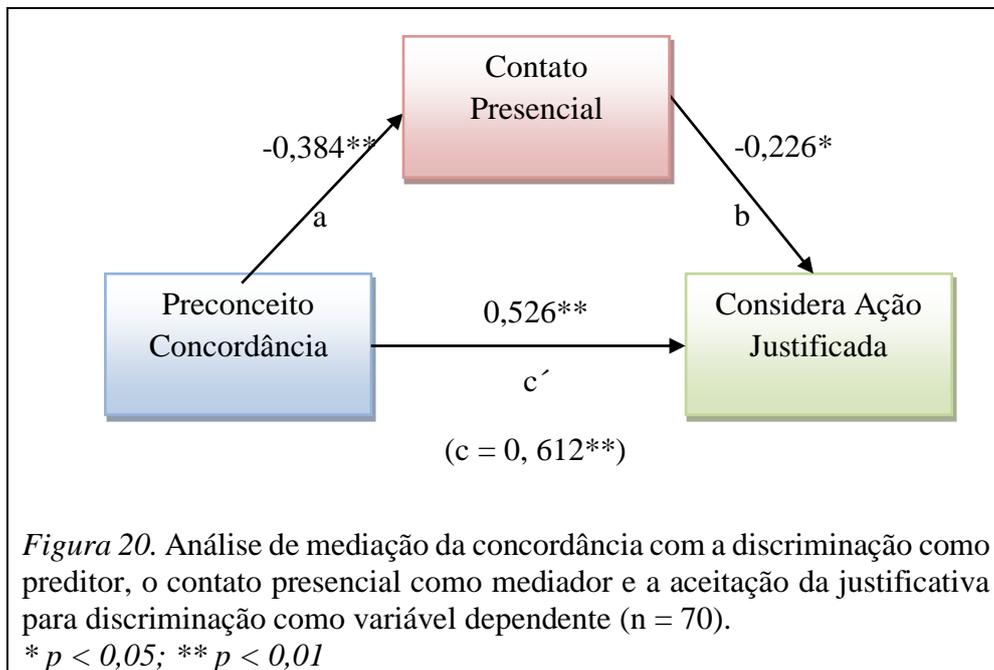


O efeito total do preconceito na atribuição de justificativa foi significativo,  $c = 0,365$ ,  $t(68) = 3,25$ ,  $p < 0,05$ . O preconceito previu significativamente a variável mediadora  $a = -0,308$ ,  $t(68) = -2,69$ ,  $p < 0,01$ ; bem como a variável contato pela internet previu significativamente a atribuição de justificativa,  $b = -0,314$ ,  $t(68) = -2,80$ ,  $p < 0,05$ . O efeito direto do preconceito na atribuição de justificativa foi  $c' = 0,268$ ,  $t(68) = 2,38$ ,  $p < 0,05$ .

O procedimento *bootstrap* foi realizado para o efeito indireto  $ab = 0,097$ , com os parâmetros (5000 reposições de amostragem; *bias-corrected e accelerated confidence*). Como resultado foi obtido um  $IC_{95\%} = 0,0292 - 0,3237$ , o que indica que o caminho indireto ( $ab$ ) pode ser considerado significativo. Uma vez que o caminho direto do preconceito para a atribuição de frequência ( $c'$ ) também foi significativo, o efeito do

preconceito na atribuição de justificativa é parcialmente mediado pelo contato estendido com o grupo dos negros.

Para a análise seguinte, a variável preditora utilizada foi o indicador de preconceito do grau de concordância em relação à atitude do contratante; a variável dependente foi o grau de discriminação representado pela aceitação que o participante atribuía à justificativa dada para seleção dos candidatos brancos; já a variável mediadora foi o grau de contato que os participantes mantinham com negros de forma presencial. A Figura 20 apresenta o modelo da mediação com os escores padronizados.

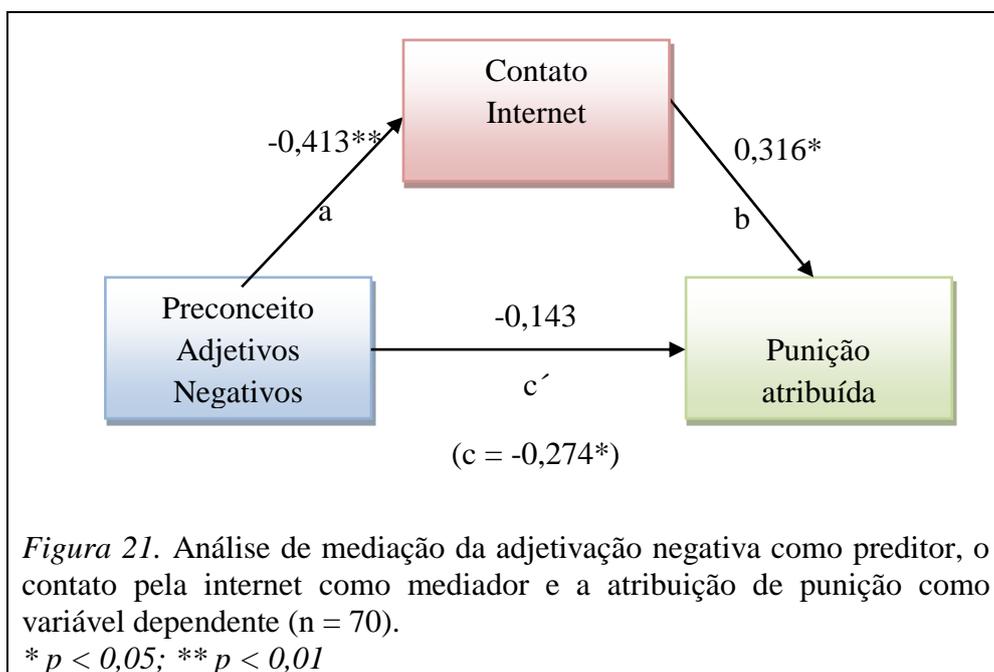


O efeito total do preconceito na atribuição de justificativa foi  $c = 0,612$ ,  $t(68) = 6,43$ ,  $p < 0,01$ . O preconceito previu significativamente a variável mediadora  $a = -0,384$ ,  $t(68) = -4,08$ ,  $p < 0,01$ ; a variável contato presencial previu significativamente a atribuição de justificativa,  $b = -0,226$ ,  $t(68) = -2,26$ ,  $p < 0,05$ ; e o efeito direto do preconceito na atribuição de justificativa foi  $c' = 0,526$ ,  $t(68) = 5,25$ ,  $p < 0,01$ .

O procedimento *bootstrap* (5000 reposições de amostragem, *bias-corrected* e *accelerated confidence*) foi realizado para determinar a significância do efeito indireto *ab*, no valor de 0,087. Como resultado foi obtido um  $IC_{95\%} = 0,0279 - 0,2669$ , o que indica que o caminho indireto (*ab*) pode ser considerado significativo. Uma vez que o caminho direto do preconceito para a atribuição de frequência (*c'*) também foi significativo, o efeito do preconceito na atribuição de justificativa é parcialmente mediado pelo contato presencial com o grupo dos negros.

#### 8.4.2.2. Dimensão da Punição

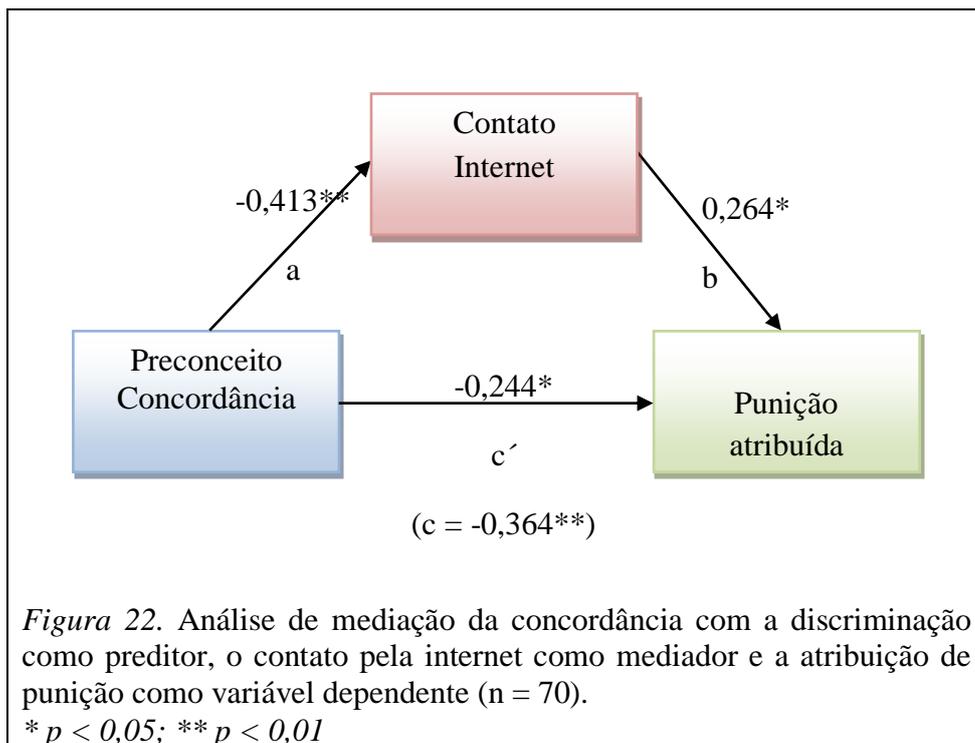
O grau de adjetivos negativos atribuídos ao grupo dos negros foi utilizado como variável preditora; como variável dependente foi usada o grau de punição que o participante atribuía a atitude do contratante; e a variável mediadora proposta foi o grau de contato que os participantes mantinham com negros pela internet.



Como pode ser observado, o efeito total do preconceito na atribuição de punição foi significativo,  $c = -0,247$ ,  $t(68) = -2,36$ ,  $p < 0,05$ . O preconceito previu significativamente o contato pela internet;  $a = -0,413$ ,  $t(68) = -3,76$ ,  $p < 0,01$ . Quando controlada pelo preconceito, a variável mediadora previu significativamente a punição atribuída,  $b = 0,316$ ,  $t(68) = 2,59$ ,  $p < 0,05$ . O efeito direto estimado do preconceito na atribuição de punição foi  $c' = -0,143$ ,  $t(68) = -1,17$ ,  $p = n.s$ . O modelo de regressão para a predição da atribuição de punição pelo preconceito e pelo contato na internet foi significativo com  $R = 0,397$ ,  $R^2$  ajustado =  $0,133$ ,  $F(2,68) = 6,366$ ,  $p < 0,01$ .

O efeito indireto  $ab$  foi de  $-0,131$ , onde o resultado do procedimento *bootstrap* (5000 reposições de amostragem; *bias-corrected* e *accelerated confidence*) obteve um intervalo de confiança  $IC_{95\%}$  com intervalo inferior de  $-0,4647$  e intervalo superior de  $-0,0665$ . Uma vez que o intervalo não inclui o valor 0, o caminho indireto foi considerado significativo. O caminho direto do preconceito para a atribuição de justificativa ( $c'$ ) não foi significativo, o que indica que o efeito do preconceito na atribuição de justificativa é totalmente mediado pelo contato mantido na internet com o grupo dos negros.

Para a análise seguinte a variável causal utilizada foi o indicador de preconceito mensurado através do grau de concordância em relação à atitude do contratante; a variável critério foi o grau de discriminação representado pelo nível de punição que os participantes atribuíam a atitude do contratante; já a variável mediadora foi o grau de contato que os participantes mantinham com negros unicamente pela internet (Figura 22).

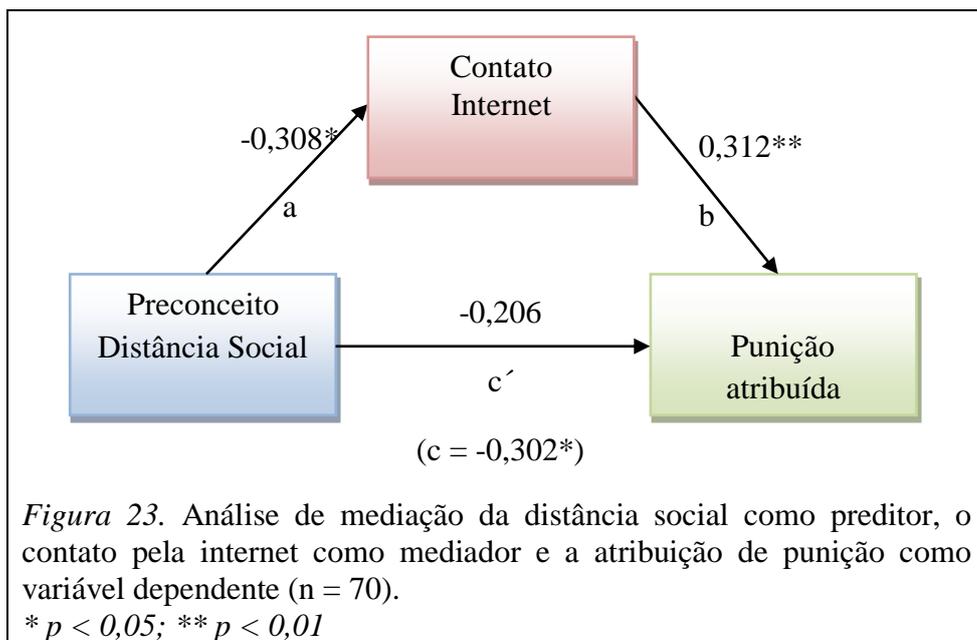


O efeito total do preconceito na atribuição de punição foi  $c = -0,364$ ,  $t(68) = -3,24$ ,  $p < 0,01$ . O preconceito previu significativamente a variável mediadora  $a = -0,413$ ,  $t(68) = -4,22$ ,  $p < 0,01$ ; bem como a variável contato pela internet previu significativamente a atribuição de punição,  $b = 0,264$ ,  $t(68) = 2,16$ ,  $p < 0,05$ . O efeito direto do preconceito na atribuição de punição foi  $c' = -0,244$ ,  $t(68) = -1,99$ ,  $p < 0,05$ . O modelo de regressão para a predição da atribuição de punição pelo preconceito e pelo contato na internet foi significativo com  $R = 0,434$ ,  $R^2$  ajustado =  $0,164$ ,  $F(2,68) = 7,870$ ,  $p < 0,01$ .

O procedimento *bootstrap* (5000 reposições de amostragem; *bias-corrected e accelerated confidence*) foi realizado para determinar a significância do efeito indireto  $ab$ , no valor de  $-0,109$ , onde foi obtido um  $IC_{95\%}$  com limite inferior de  $-0,4217$  e limite superior de  $-0,0400$ , indicando que o caminho indireto ( $ab$ ) pode ser considerado significativo. Uma vez que o caminho direto do preconceito para a atribuição de

frequência ( $c'$ ) também foi significativo, o efeito de mediação da variável contato na internet foi parcial.

A variável causal utilizada foi o indicador de preconceito mensurado através do grau de distância social em relação ao grupo dos negros; a variável critério foi o grau de discriminação representado pelo nível de punição atribuído a atitude do contratante; A variável mediadora foi o grau de contato que os participantes mantinham com negros na internet (Figura 23).



O efeito total do preconceito na atribuição de punição foi  $c = -0,302$ ,  $t(68) = -2,63$ ,  $p < 0,05$ . O preconceito previu significativamente a variável mediadora  $a = -0,308$ ,  $t(68) = -2,69$ ,  $p < 0,05$ ; bem como a variável contato pela internet previu significativamente a atribuição de punição,  $b = 0,312$ ,  $t(68) = 2,70$ ,  $p < 0,01$ . O efeito direto do preconceito na atribuição de punição foi  $c' = -0,206$ ,  $t(68) = -1,78$ ,  $p = n.s$ . O modelo de regressão para a predição da atribuição de punição pelo preconceito e pelo contato na internet foi significativo com  $R = 0,423$ ,  $R^2$  ajustado = 0,155,  $F(2,68) = 7,416$ ,  $p < 0,01$ .

O procedimento *bootstrap* foi realizado para determinar a significância do efeito indireto ab, no valor de -0,096, onde foram solicitadas 5000 reposições de amostragem com os ajustes *bias-corrected* e *accelerated confidence*. Como resultado foi obtido um IC<sub>95%</sub> com limite inferior de -0,3419 e limite superior de -0,0375, indicando que o caminho indireto (ab) pode ser considerado significativo. Uma vez que o caminho direto do preconceito para a atribuição de frequência (c') não foi significativo, o efeito de mediação da variável contato na internet foi total.

### 8.4.3. Preconceito Regional

Foi realizada uma análise correlacional entre as variáveis do estudo por meio do teste de Pearson (bicaudal) onde os resultados podem ser observados na Tabela 30.

**TABELA 30**

Coefficientes de correlação r de Pearson (bicaudal) entre as variáveis de contato, preconceito e discriminação para a condição de preconceito regional.

	Contato			Preconceito			Discriminação	
	CI	CP	CE	AN	CD	DS	Just.	Punição
CI	-							
CP	0,45**	-						
CE	0,54**	0,70**	-					
AN	-0,33*	-0,26*	-0,39**	-				
CD	-0,36**	-0,36**	-0,33*	0,44**	-			
DS	-0,33*	-0,29*	-0,33*	0,44*	0,51**	-		
Just.	-0,27*	-0,36**	-0,19	0,31*	0,82**	0,48**	-	
Punição	0,43**	0,16	0,17	-0,14	-0,64**	-0,34**	-0,67**	-

\* p < 0,05; \*\* p < 0,01; AN = Adjetivos Negativos; CD = Concordância com a Discriminação; DS = Distância Social; CI = Contato mantido pela Internet; CP = Contato Presencial; CE = Contato estendido.

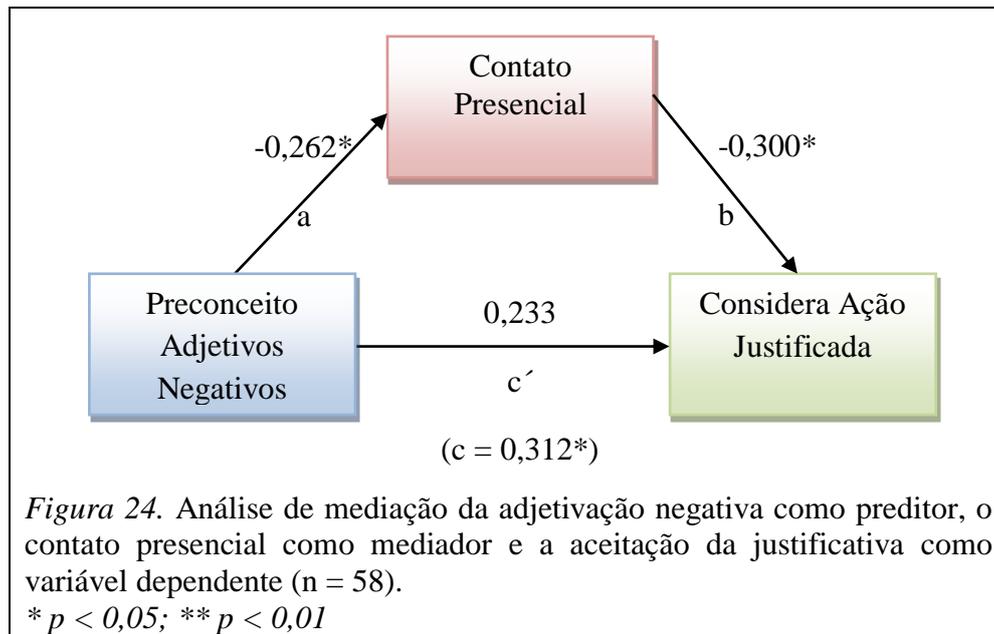
De acordo com o padrão de correlações obtidos para a condição de preconceito racial, a análise das correlações indicou que as medidas de preconceito (NA, CD e DS) estão significativamente correlaciona entre si. A maior correlação entre estes indicadores

encontrasse entre as variáveis Concordância com a Discriminação e Distância Social ( $r = 0,51$ ;  $p < 0,01$ ). As variáveis de contato (CI, CP e CE) também apresentam relações significativas, sendo que, destas se destaca a correlação entre as variáveis Contato Estendido e Contato presencial ( $r = 0,70$ ;  $p < 0,01$ ). Todas as variáveis de preconceito se relacionam negativamente com as variáveis de contato, quanto maior o valor dos indicadores de preconceito, menor a quantidade de nordestinos com as quais os participantes mantêm relações de amizade. A medida de aceitação da justificativa para a seleção discriminatória se relaciona negativamente com as medidas de contato CI e CP, e de forma positiva com as medidas de preconceito NA, CD e DS. Assim como ocorreu com os resultados das correlações para o preconceito racial, a variável de atribuição de punição possui relação positiva apenas com a medida de contato mantido pela internet. A variável punição se relaciona de forma negativa e significativa com os indicadores do preconceito CD e DS.

#### **8.4.4. Análises de Mediações para o Preconceito Regional**

##### **8.4.4.1. Dimensão da Justificativa**

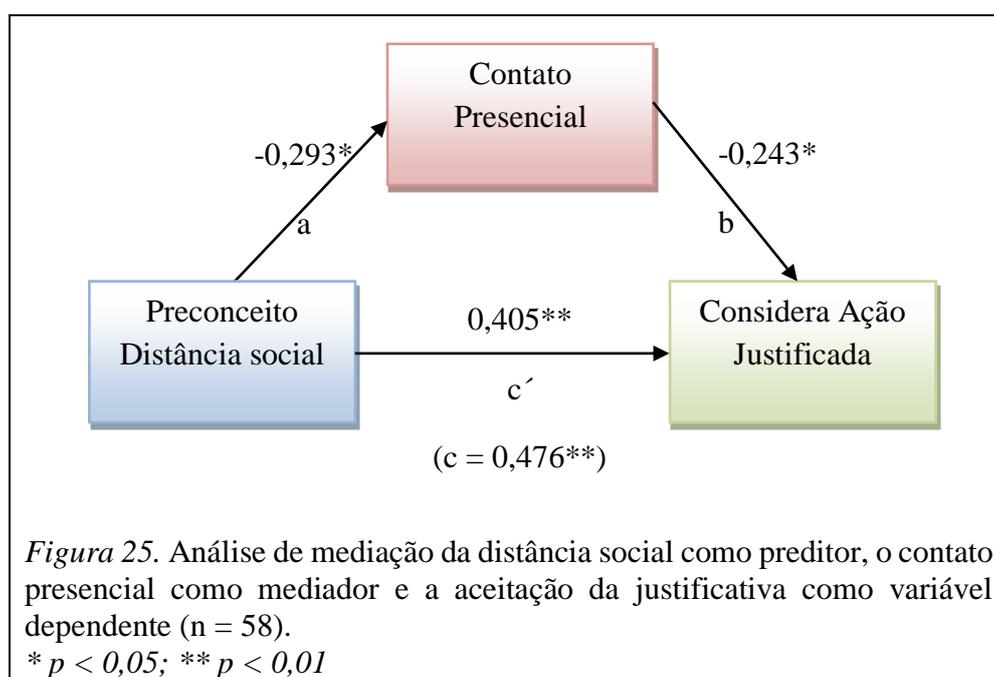
A variável causal utilizada foi o indicador de preconceito mensurado através do grau de adjetivos negativos atribuídos ao grupo dos nordestinos; a variável dependente foi o grau de aceitação que o participante atribuía à justificativa dada para seleção dos candidatos sulistas; e a variável mediadora foi o grau de contato que os participantes mantinham com os nordestinos presencialmente (Figura 24).



O efeito total do preconceito na atribuição de justificativa foi significativo,  $c = 0,312$ ,  $t(56) = 2,45$ ,  $p < 0,05$ . O preconceito previu significativamente a variável mediadora, contato presencial,  $a = -0,262$ ,  $t(56) = -2,03$ ,  $p < 0,05$ . Quando controlada pelo preconceito, a variável contato presencial previu significativamente a atribuição de justificativa,  $b = -0,262$ ,  $t(56) = -2,375$ ,  $p < 0,05$ . O efeito direto estimado do preconceito na atribuição de justificativa, controlando o contato presencial, foi  $c' = 0,233$ ,  $t(56) = 1,84$ ,  $p = n.s.$

O efeito indireto  $ab$  foi calculado obtendo-se o valor de  $0,079$ . O procedimento *bootstrap* foi realizado onde foram solicitadas 5000 amostras com os ajustes *bias-corrected* e *accelerated confidence*. O intervalo de confiança (IC) resultante para  $ab$ , com nível de confiança em 95%, indicou um limite inferior de  $0,0309$  e um limite superior de  $0,2979$ , onde o caminho indireto pode ser considerado significativo. Uma vez que o caminho direto do preconceito para a atribuição de justificativa ( $c'$ ) não foi significativo, podemos considerar que a mediação do contato presencial bloqueou o efeito da variável preditora. Neste sentido, houve uma mediação total.

Para a análise seguinte, a variável causal utilizada foi o indicador de preconceito medido através do grau de distância social atribuídos ao grupo dos nordestinos; a variável dependente foi o grau de discriminação representado pelo grau de aceitação que o participante atribuía a justificativa dada para seleção dos candidatos brancos; e a variável mediadora proposta foi o grau de contato presencial que os participantes mantinham com nordestinos em seu cotidiano.

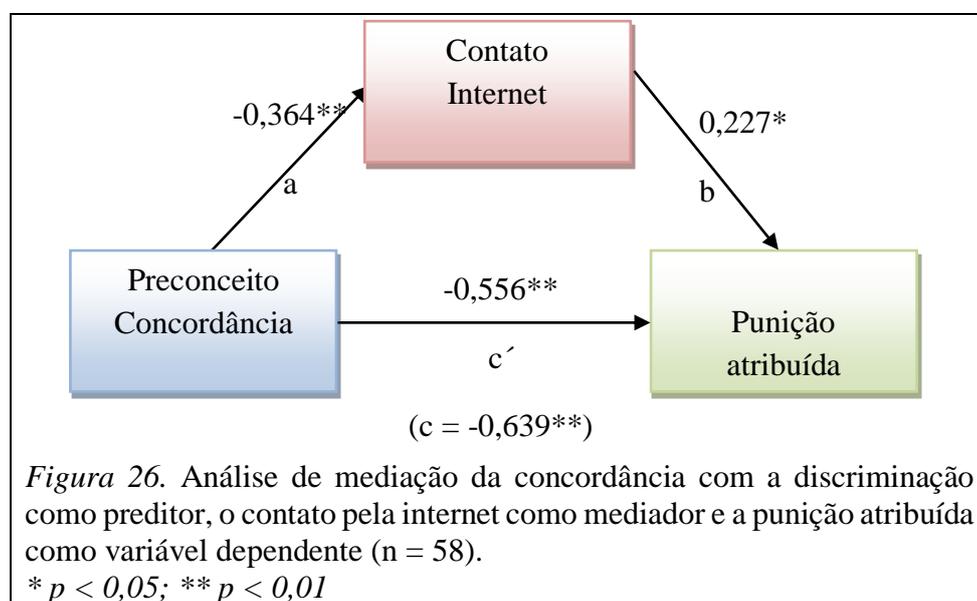


Como pode ser observado na Figura 25, o efeito total do preconceito na atribuição de justificativa foi significativo,  $c = 0,476$ ,  $t(56) = 4,05$ ,  $p < 0,001$ . O preconceito previu significativamente a variável mediadora, contato presencial;  $a = -0,293$ ,  $t(56) = 2,29$ ,  $p < 0,05$ . Quando controlada pelo preconceito, a variável contato presencial previu significativamente a atribuição de justificativa,  $b = -0,243$ ,  $t(56) = -2,03$ ,  $p < 0,05$ . O efeito direto estimado do preconceito na atribuição de justificativa, controlando o contato presencial, foi  $c' = 0,405$ ,  $t(56) = -3,38$ ,  $p < 0,01$ .

O efeito indireto  $ab$  foi calculado obtendo-se o valor de 0,072. O procedimento *bootstrap* foi realizado onde foram solicitadas 5000 amostras com os ajustes *bias-corrected* e *accelerated confidence*. O intervalo de confiança (IC) resultante para  $ab$ , com nível de confiança em 95%, indicou um limite inferior de -0,1934 e um limite superior de -0,0247. Uma vez que o intervalo não inclui o valor 0, o caminho indireto pode ser considerado significativo. Uma vez que o caminho direto do preconceito para a atribuição de justificativa ( $c'$ ) foi significativo, podemos considerar que o contato presencial mediou parcialmente a variável preditora.

#### 8.4.4.2. Dimensão da Punição

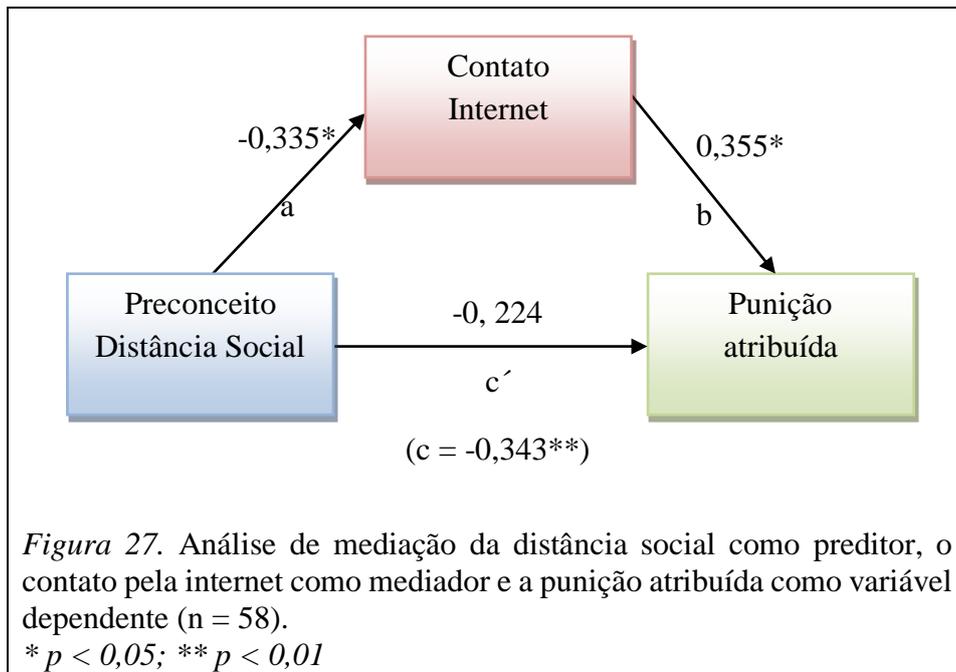
A variável causal utilizada foi o indicador de preconceito medido através do grau de concordância à atitude do contratante, a variável dependente foi o grau de discriminação representado pelo grau de punição que o participante atribuía ao contratante; e a variável mediadora proposta foi o grau de contato pela internet que os participantes mantinham com nordestinos no dia a dia (Figura 26).



O efeito total do preconceito na atribuição de punição foi significativo  $c = -0,639$ ,  $t(56) = -6,12$ ,  $p < 0,001$ . O preconceito previu significativamente a variável mediadora, contato pela internet;  $a = -0,364$ ,  $t(56) = -2,925$ ,  $p < 0,01$ . Quando controlada pelo preconceito, a variável contato presencial previu significativamente a atribuição de justificativa,  $b = 0,227$ ,  $t(56) = 2,124$ ,  $p < 0,05$ . O efeito direto estimado do preconceito na atribuição de justificativa, controlando o contato presencial, foi  $c' = -0,556$ ,  $t(56) = -5,191$ ,  $p < 0,01$ .

O efeito indireto  $ab$  foi calculado obtendo-se o valor de  $-0,083$ . O procedimento *bootstrap* foi realizado onde foram solicitadas 5000 amostras com os ajustes *bias-corrected* e *accelerated confidence*. O intervalo de confiança (IC) resultante para  $ab$ , com nível de confiança em 95%, indicou um limite inferior de  $-0,2843$  e um limite superior de  $-0,0281$ . Uma vez que o intervalo não inclui o valor 0, o caminho indireto pode ser considerado significativo. O caminho direto do preconceito para a atribuição de justificativa ( $c'$ ) foi significativo, neste sentido podemos considerar que o contato pela internet mediou parcialmente a variável preditora.

A variável causal utilizada foi o indicador de preconceito medido através do grau de concordância à atitude do contratante, a variável dependente foi à discriminação representada pelo grau de punição que o participante atribuía ao contratante; e a variável mediadora proposta foi o grau de contato pela internet que os participantes mantinham com nordestinos no dia a dia (Figura 27).



O efeito total do preconceito na atribuição de punição foi significativo,  $c = -0,343$ ,  $t(56) = -2,732$ ,  $p < 0,001$ . O preconceito previu significativamente a variável mediadora, contato pela internet;  $a = -0,335$ ,  $t(56) = -2,659$ ,  $p < 0,05$ . Quando controlada pelo preconceito, a variável contato presencial previu significativamente a atribuição de justificativa,  $b = 0,355$ ,  $t(56) = 2,824$ ,  $p < 0,05$ . O efeito direto estimado do preconceito na atribuição de justificativa, controlando o contato presencial, foi  $c' = -0,224$ ,  $t(56) = -1,784$ ,  $p = n.s.$

O efeito indireto  $ab$  foi calculado obtendo-se o valor de  $-0,119$ . O procedimento *bootstrap* foi realizado onde foram solicitadas 5000 amostras com os ajustes *bias-corrected* e *accelerated confidence*. O intervalo de confiança (IC) resultante para  $ab$ , com nível de confiança em 95%, indicou um limite inferior de  $0,0418$  e um limite superior de  $0,3467$ . Uma vez que o intervalo não inclui o valor  $0$ , o caminho indireto pode ser considerado significativo. O caminho direto do preconceito para a atribuição de justificativa ( $c'$ ) não foi significativo, assim podemos considerar que a mediação do

contato presencial, bloqueou o efeito da variável preditora. Neste sentido, houve uma mediação total.

#### 8.4.5. Análise das mediações entre as condições de preconceito racial e regional

De forma a compreender melhor os resultados das mediações analisadas, os valores do efeito total e do efeito direto de cada preditor em relação às variáveis dependentes foram organizados na Tabela 30. Também foi calculada a proporção do efeito em cada uma das mediações através da fórmula  $ab/c \times 100$ , bem como o tipo de mediação: total, quando todo o efeito da variável preditor é anulado pela presença da variável mediadora, e parcial, quando o efeito da variável preditor é reduzido pela presença da variável mediadora.

**TABELA 31**  
Análises de mediação para as condições de preconceito regional e racial.

Preditores	Mediadores	VD's	Efeito indireto e total	% efeito de mediação	Tipo de mediação
<b>Temática Racial</b>					
Adjetivos negativos	Contato Presencial	Justificativa	ab = 0,126 c = 0,365	35%	parcial
Adjetivos negativos	Contato Internet	Justificativa	ab = 0,116 c = 0,365	32%	parcial
Adjetivos negativos	Contato Estendido	Justificativa	ab = 0,097 c = 0,365	27%	parcial
Concordância	Contato Presencial	Justificativa	ab = 0,087 c = 0,612	14%	parcial
Adjetivos negativos	Contato Internet	Punição	ab = -0,131 c = -0,274	48%	total
Concordância	Contato Internet	Punição	ab = -0,109 c = -0,364	30%	parcial
Distância social	Contato Internet	Punição	ab = -0,096 c = -0,302	32%	total

<b>Temática Regional</b>					
Adjetivos negativos	Contato Presencial	Justificativa	ab = 0,079 c = 0,312	25%	total
Distância social	Contato Presencial	Justificativa	ab = 0,072 c = 0,476	15%	parcial
Concordância	Contato Internet	Punição	ab = -0,083 c = -0,639	13%	parcial
Distância social	Contato Internet	Punição	ab = -0,119 c = -0,343	35%	total

No que diz respeito ao preconceito racial, os três tipos de contato aparecem como mediadores nas relações entre os adjetivos negativos e a aceitação da justificativa para a discriminação. A concordância com a situação de discriminação foi mediada pelo contato presencial, mas este, por sua vez, apresenta o menor efeito em relação às demais mediações. Na condição do preconceito regional, o contato presencial aparece como mediador para as medidas de adjetivos negativos e distância social na predição da aceitação da justificativa para discriminação.

A variável de contato pela internet apresentou o maior efeito de mediação entre os modelos analisados para o preconceito racial. Além disso, seu efeito foi total, de forma que a introdução da variável mediadora no modelo anulou o efeito da atribuição de adjetivos negativos na medida de punição. Ainda no que diz respeito às análises das mediações para a punição, o contato mantido pela internet foi o único tipo de contato que atuou como mediador para todas as três medidas de preconceito. Mesmo quando foram analisados através de regressões simples, os efeitos totais das medidas de contato presencial e contato estendido não foram significativos na predição para a medida de punição atribuída ao contratante. Esse mesmo padrão de respostas se repete para a condição de preconceito regional, de forma que o contato mantido pela internet aparece como única variável mediadora entre as medidas de preconceito (concordância com a discriminação e distância social) e a atribuição de punição.

Analisando os dados em conjunto, podemos considerar que os diferentes tipos de contato atuam como mediadores nas relações onde a variável dependente é a aceitação da justificativa para a discriminação, mas quando analisamos as situações de atribuição de punição, apenas o contato mantido pela internet parece como mediador nas relações.

### **8.5. Considerações**

O presente estudo teve como objetivo verificar o papel do contato mantido pela internet, em comparação com outras formas de contato, na mediação entre o preconceito e o julgamento de uma situação de discriminação social. Em conformidade com nossa primeira hipótese, os diferentes níveis de contato apresentaram funções mediadoras entre os indicadores de preconceito e discriminação. Confirmando parcialmente a segunda hipótese, o contato mantido pela internet apresenta um efeito de redução na relação entre o preconceito e a discriminação tal como ocorre com o contato presencial. Entretanto, o contato pela internet não apenas apresenta um efeito na redução da discriminação, como também se destaca em um nível diferenciado de julgamento social, a saber, a atribuição de punição para o contratante. A punição é um nível de julgamento que requer um maior grau de comprometimento por parte do respondente. Ao definir um nível de punição o respondente afirma seu desejo de que o contratante pague pela injustiça que cometeu, independente da concordância ou não com a justificativa do mesmo.

Uma questão importante que deve ser levada em consideração nessa análise é o fato de que grande parte dos respondentes (58% para preconceito racial e 42% para preconceito regional) relatou ter estabelecido contato virtual com os grupos estudados em ambientes de redes sociais, mais especificamente, no *Facebook*. É justamente

considerando a estrutura desse ambiente que faremos a leitura sobre a forma como esse contato se firma e se perpetua na internet.

Inicialmente tomaremos por base as quatro condições ideais propostas por Alport (1979) para o estabelecimento de um contato que levaria a redução do preconceito: objetivos comuns, cooperação entre os seus membros, igualdade de status e apoio institucional. As duas primeiras condições apontam a necessidade de haver um ativo esforço orientado para um objetivo comum entre os grupos e a necessidade de cooperação entre seus membros. Hamburger e McKenna (2006) defenderam a ideia de que a internet poderia ser utilizada para um contato positivo e que seria possível o desenvolvimento de equipes virtuais para execução de tarefas com objetivos comuns. A proposta dos autores envolve a construção planejada desse ambiente de envolvimento direcionado para a cooperação, o que não se aplica ao caso das redes sociais (ao menos não ao seu propósito de criação). Entretanto, talvez as atividades exercidas atualmente no *Facebook* estejam funcionando de certa forma como objetivos superordenados. A própria existência dessas redes depende da interação entre seus membros e das constantes trocas de informações. A prática de compartilhar notícias, imagens, pensamentos e sentimentos podem estar contribuindo para a cooperação entre esses grupos, além de permitir um espaço onde membros de diferentes categorias sociais mostrem suas características individuais, não se limitando assim aos estereótipos atribuídos ao seu grupo.

Em relação ao apoio institucional, o suporte é feito por meio de leis, normas e costumes que apoiam o contato positivo entre os grupos. Efetivamente não existe uma política integradora no Facebook que promova esse tipo de contato. O que de fato existe é um controle para o impedimento da divulgação de material considerado inadequado. Até mesmo os usuários podem fazer uso de ferramentas para denunciar ou bloquear publicações com conteúdo pornográfico, xenofóbico, ilegal, etc. Neste sentido, as normas

de funcionamento das redes sociais não funcionariam baseadas no incentivo de condutas adequadas, mas na punição daquelas consideradas inadequadas.

Por fim, chegamos a questão referente à igualdade de status, condição apontada como uma das mais influentes nas relações intergrupais (Pettigrew & Tropp, 2006). Hamburger e McKenna (2006) acreditam que as interações realizadas pela internet reduziriam os indícios que poderiam levar os usuários a identificar o status social uns dos outros, o que por vez é feito com facilidade nos contatos realizados face a face. Quando os autores desenvolveram essa ideia, estavam considerando as interações virtuais que eram feitas através de aplicativos baseados em texto (*chats*) onde a comunicação era feita em anonimato, sem nenhuma referência dos usuários. Por essa razão, a premissa de falta de indícios sobre o status só pode ser considerada válida para as interações mantidas exclusivamente através de comunicações textuais, mas quando consideramos o atual formato das redes sociais, onde o perfil dos usuários aparece de forma explícita e constantes atualizações são feitas em termos de informações multimídias (vídeos, fotos, textos, músicas), as pistas relativas às diferenças de status tornam-se acessíveis para os usuários. Além disso, a rede de amizades construída entre as pessoas na comunidade virtual faz com que elas indiretamente se gerenciem, tornando mais fácil a detecção de informações enganosas passadas por seus usuários. Atualmente não é fácil, por exemplo, mentir sobre uma profissão ou estado civil quando se tem diversas pessoas interligadas ao seu perfil que podem desmentir o fato na própria rede. Entretanto, existe a possibilidade de que os indícios do status social não sejam tão salientes quanto os evidenciados no contato presencial, já que na internet o conteúdo que desejamos mostrar é selecionado em detrimento de outras informações que pretendemos esconder. Dessa forma, para apresentação do perfil virtual selecionamos o que temos de melhor e

omitimos o que temos de pior. Essa prática é bem mais vantajosa para os usuários de redes sociais do que “forjar” uma informação falsa sobre si mesmo.

A falta dessas referências para categorização do usuário em grupos específicos se aproximaria do objetivo do modelo de descategorização de Brewer e Miller (1984, 1988) onde o contato seria mais eficaz na redução de atitudes negativas quando ocorre em relações interpessoais, atingindo uma maior idiosincrasia e uma maior diferenciação entre os membros do exogrupo. As novas informações resultantes desse contato seriam então, aos poucos, generalizadas para os demais membros do exogrupo. Como mencionamos no início do capítulo, a crítica a esse modelo estaria no fato de que para poder ver o membro do exogrupo como um indivíduo com características únicas devemos desvinculá-lo de seu grupo de pertença, o que, por sua vez, dificultaria posteriormente o processo inverso de generalização para o mesmo exogrupo.

Uma solução alternativa para esse problema é apresentada no modelo de Gaertner e Dovidio (2000) que sugere que as situações de contato podem promover a redução do preconceito caso possa ser realizado uma recategorização do endogrupo e exogrupo em uma entidade maior, superordenada, que compartilhe uma única identidade grupal. Os dois principais obstáculos desse modelo seriam, segundo Brown e Hewstone (2005), os seguintes: em primeiro lugar, dificilmente as atitudes resultantes do processo de recategorização seriam generalizadas para grupos que estivessem fora dessa nova categorização; segundo, a recategorização requer dos participantes abrir mão de suas identidades existentes em prol de identidades superordenadas, o que na prática pode se tornar inviável quando estão relacionadas a questões como etnia, religião ou nacionalidade.

As redes sociais poderiam se apresentar como uma alternativa para contornar esses problemas. Seus usuários compartilham informações em uma rede como um grupo,

mas sem precisar abrir mão de sua identidade. Hamburger e McKenna (2006) já apontavam para o benefício do conforto e segurança de se conectar da própria residência, o que eliminaria a necessidade de responder de imediato ao contato visual com os outros usuários e permitiria uma melhor administração do conteúdo apresentado para o mesmo. Esse conforto e relativa distância dos demais usuários poderia salvaguardar características relativas à identidade dos usuários fora da rede.

Uma vez que se reconheçam como membros de um mesmo grupo dentro da internet, esse grupo teria sua origem em relações reais que podem ser generalizadas para outras relações similares. As limitações impostas pela criação artificial de um grupo superordenado poderiam não se repetir nesses casos, uma vez que o grupo virtual formado pelas redes sociais surge de forma espontânea e não obrigam os participantes a abandonarem suas associações com o endogrupo. É a esse tipo de contato que se refere Hewstohne e Brown (2005) em seu modelo do contato intergrupual onde afirmam que a generalização só ocorrerá se mantivermos as características que podem ser consideradas típicas dos grupos.

## 9. Conclusão Geral

Quase quatro anos se passaram desde o início da presente tese. Movido por um interesse que surgiu das manifestações de preconceito contra os nordestinos, que na época estavam enervadas pelo debate pós-eleitoral, chegamos à conclusão do trabalho novamente permeados por um clima de disputa, agressões e desentendimentos entre as regiões do sudeste do país e do nordeste. E novamente essa exaltação é resultado de um cenário político que desencadeia a manifestação explícita de discriminação feita através da internet, ferramenta de amplo poder midiático.

Outra vez eleita presidente do país, Dilma Rousseff se torna mais uma vez alvo de críticas que a acusam de ser desproporcionalmente favorável à população mais pobre do Nordeste. Como consequência, novos ataques foram feitos aos nordestinos na internet. Algumas das frases que aparecerem recentemente nas redes sociais foram: *“Se eu encontrar algum nordestino aqui em MG eu jogo fogo”*; *“70% de votos para Dilma no Nordeste! Médicos do Nordeste causem um holocausto por aí! Temos que mudar essa realidade!”*; *“Como ganhar voto de um nordestino? É só dá um prato de comida e uma garrafa d’água. Vão trabalhar!”*; *“Dilma só ganha voto por povo burro do nordeste”*. Todas essas frases foram postadas em perfis que mostravam a imagem e o nome dos usuários, o que caracteriza uma forma explícita (flagrante) de discriminação.

A repetição desses fatos cria um cenário alarmante, pois aparentemente nada foi aprendido nos últimos quatro anos sobre as consequências que esse tipo de conduta possam levar. Mesmo com todo o debate na época e de todas as intervenções da justiça, diversos usuários da internet continuam a agir de forma contrária aos direitos garantidos pela Constituição, dentre eles o sufrágio universal, e aparentemente se percebendo como impunes às penalidades.

Estas manifestações podem não ser fruto das relações estabelecidas na internet, mas inquestionavelmente são potencializadas pelo meio virtual. A internet favorece a transmissão dessas informações que são realizadas do conforto do lar e encontram respaldo em um grande número de “seguidores” que apoiam e repassam essas opiniões. Nesse sentido, as únicas informações que os internautas possuem do grupo dos nordestinos são aquelas estereotipadas e, nesse caso, difundidas na rede social. O que reduz a probabilidade de se fazerem avaliações fidedignas deste grupo. Além disso, em situações de ameaça ou de frustração aparentemente as manifestações se tornam mais salientes e mais flagrantes na internet, como no caso recente sobre a suspeita de ebola em um homem vindo do Guiné e que foi internado no interior do Paraná. A notícia levou a ocorrência de diversos comentários racistas na internet como os conteúdos expostos no *Twitter*: “Alguém me diz pq que esses preto da áfrica tem que vir p Brasil com essa desgraça de bactéria de ebola”; “Preto parado é suspeito, correndo é ladrão, tossindo é ebola”; “ebola é coisa de preto”, “o cara trouxe o ebola pro brasil e depois não querem que falem mal de preto”.

Diante do exposto, se reforça o caráter urgente de se explorar essa temática e de se buscarem soluções que caminhem na direção de reduzir as manifestações de preconceito na internet. Foi justamente dessa necessidade que a presente tese teve por objetivo investigar o papel do contato mantido na internet com os negros e nordestinos na relação entre o preconceito e a discriminação contra esses grupos.

Os resultados elucidaram, em um primeiro momento, a proximidade entre as formas de se tratarem os grupos dos nordestinos e negros em termos de categorização. Esse primeiro resultado foi de grande importância, pois permitiu que se estabelecessem os padrões comparativos entre esses grupos e nos ajudou a compreender a maneira pela qual os estereótipos dos nordestinos foram construídos. Tanto os negros como os

nordestinos foram percebidos como grupos de baixa competência e de alta sociabilidade conforme previsto pelo Modelo de Conteúdo do Estereótipo (Cuddy, Fiske & Glick, 2008). Esse padrão, tipicamente associados aos grupos subdesenvolvidos, reflete os aspectos negativos que são atribuídos aos nordestinos e negros na internet, como é o caso de alguns adjetivos encontradas nas mensagens divulgadas nas redes sociais direcionadas a esses grupos como: ignorantes, burros, preguiçosos, vagabundos, etc. Nos casos em que se evidenciam as características positivas, estas são direcionadas para a dimensão de sociabilidade, onde os nordestinos são vistos como alegres, simpáticos, festeiros, calorosos, etc.

Essas similaridades fazem referência a traços personalísticos que remetem a um discurso essencializador dos grupos dos negros e nordestinos. É de conhecimento da literatura sobre este tema que ao grupo dos negros são conferidos estereótipos que se referem a características genéticas, onde o fato de ter nascido negro já o predispõe ou o “condena” a ser tratado como sendo inferior aos demais grupos sociais. O processo de naturalização pode ser assumido como um fator relevante na diferenciação do racismo do processo de preconceito, onde é apenas no primeiro que ocorre uma categorização estruturada na crença de que existe uma distinção natural entre os grupos, enquanto que o preconceito não implica na naturalização das diferenças (Lima & Vala, 2004).

Os resultados encontrados na presente tese levam a crer que o grupo dos nordestinos são tratados através dos mesmos princípios essencializadores, pela via da naturalização, o que nos leva a crer que o preconceito contra os nordestinos tem se configurado como uma forma de racismo, e deveria ser tratado sob esta ótica em estudos posteriores.

O discurso naturalista para a categorização dos nordestinos ajuda a entender porque mesmo quando estão morando a muito tempo em outras regiões, das quais passam

a assimilar diversos aspectos culturais, incluindo em alguns casos a mudança de sotaque, continuam a serem vistos como diferentes, condenados por características com as quais já nasceram e das quais não podem ser destituídos.

Na tentativa de se responder ao problema da presente tese, a hipótese do contato foi analisada nas diferentes formas de contato estabelecidas em relações de amizade, com destaque para o contato mantido na internet. Inicialmente os resultados indicaram que, no processo de percepção social do preconceito, ou seja, no que se refere à capacidade dos participantes em reconhecer a existência do fenômeno do preconceito na sociedade contra o grupo dos negros e nordestinos, aqueles que mantinham maior contato na internet com os grupos-alvo, eram justamente os que se mostraram mais sensíveis na percepção do fenômeno. Também foi observado o efeito positivo do contato mantido na internet na redução da discriminação social dos participantes.

Diante de tais resultados, propusemos que as redes sociais poderiam surgir como alternativa para criar condições próximas às sugeridas por Allport (1979) nas quais ocorreriam o processo de redução de preconceito. Quando analisados pelo modelo do contato intergrupar de Hewstohne e Brown (2005), as redes sociais poderiam resolver o dilema apresentado pelos autores sobre a necessidade de se criarem grupos de contato onde se possam estabelecer uma relação entre os membros de grupos distintos sem que esses percam sua identidade grupal inicial, sendo essa necessária para generalizar as novas percepções feitas ao membro do exogrupo para o exogrupo como um todo. Dito de outra forma, a saliência da identidade dos participantes do contato intergrupar é relevante e necessária para a posterior generalização dos afetos positivos que venham a reduzir o preconceito.

A internet pode fornecer o espaço para o desenvolvimento de uma nova identidade sem que as relações com os grupos de cada membro sejam desvinculadas. Assim, todos são vistos como internautas, mas ao mesmo tempo não deixam de serem brancos, negros, nordestinos, etc. Uma vez que se reconheçam como membros de um grupo dentro da internet, os internautas, esse grupo teria uma origem natural, evitando os problemas previstos pela criação de grupos artificiais. Neste sentido, todos os afetos positivos desenvolvidos nessa relação poderiam ser generalizados para os grupos aos quais os membros originalmente pertencem. O recurso das redes sociais poderia, dessa forma, ser visto como uma alternativa para promover a redução do preconceito.

No que se refere às limitações da presente tese, podemos citar, em primeiro lugar, a dificuldade em se trabalhar, na atualidade, com medidas que buscam refletir o grau de preconceito. Por se tratar de uma temática que compromete os participantes, há uma forte tendência para a desajabilidade social que se reflete em respostas com pouca variabilidade nas medidas de preconceito. Como observamos no estudo 5, foi necessário usar de estratégias e reformular as medidas dos instrumentos a fim de burlar esse problema. Em segundo lugar vem a dificuldade da acessibilidade da amostra. Como as amostras dos últimos estudos precisaram ser compostas por residentes da região sul e sudeste, foi necessário utilizar a parceria entre pesquisadores de diferentes universidades que pudessem realizar a aplicação dos questionários, o que devido a limitações de tempo e de recursos, reduziu significativamente a taxa de respostas. Para que os resultados obtidos tivessem um maior poder de generalização, o ideal seria que houvesse uma ampla coleta com dados randomizados em cada região do país.

Existe um ponto que não se configura exatamente como uma limitação, mas que ainda assim precisa ser ressaltado devido à dificuldade que gera nos estudos relativos à internet. Trata-se de sua característica mutável. A internet evolui rapidamente não apenas

em termos tecnológicos, o que se reflete principalmente na melhora em suas taxas de transmissão e na capacidade de alocação de dados nos servidores online, mas também em termos de suas ferramentas e formas de comunicação no meio virtual. Conforme ressaltado no terceiro capítulo, a maneira como a internet se caracteriza hoje possivelmente será diferente em alguns anos. Talvez o tão popular *Facebook*, maior referência atual sobre redes sociais, possa ser substituído por outro conceito que venha a virar moda entre os internautas. Essa mudança pôde ser observada há poucos anos atrás no Brasil, quando o *Orkut* era então a rede social mais utilizada pelos brasileiros. Ou em alguns nos antes disso, quando todas as interações em chats eram feitas em conversas de texto em anonimato, sem nenhuma referencial social dos participantes.

Essa constante reinvenção da internet traz como consequência a necessidade de se estar constantemente em contato com o tema e de manter as pesquisas nessa área atualizadas. O contato mantido pela internet é um fenômeno novo se considerarmos o pouco tempo de vida do mundo virtual, mas como nossos resultados levam a crer, ele já possui uma forma própria de influência nas relações sociais. Mas certamente as formas como esse contato influenciam hoje nas relações de amizade mantidas na internet só foram possíveis com a atual configuração das redes sociais e certamente estará sujeita a mudanças em um futuro não tão distante. Entretanto, os estudos do contato mantido na internet, assim como outras temáticas envolvidas com o mundo virtual, não devem ser enfrentados como aspectos negativos que limitam as pesquisas. Muito pelo contrário, devem ser tidas como desafios e como estímulo para o desenvolvimento de estudos em uma área tão rica e diversificada como a internet. Em menos de 30 anos a internet revolucionou a forma como nos relacionamos no mundo e certamente ainda irá causar muitas outras mudanças.

A teoria do contato aplicada ao contexto mediado pela internet foi apenas um dos primeiros passos na tentativa de se explorar o modo como se configuram as relações no espaço virtual. Podemos entender a internet hoje como uma ferramenta com potencial para facilitar a propagação de condutas inadequadas, tais como os comportamentos discriminatórios, ou para ser utilizada de forma benéfica, disseminando valores, conhecimento, quebrando barreiras entre diversas fronteiras e, conforme defendemos nessa tese, como recurso para redução da discriminação. A ideia principal é que, ao contrário das previsões catastróficas feitas nos primeiros anos de vida da internet, não é a sua existência em si, mas a forma como se utilizam seus recursos que irão definir os fins a que ela servirá.

---

## **REFERÊNCIAS**

---

## Bibliografia

- Adams, J., & Roscigno, V. J. (2005). White supremacists, oppositional culture and the world wide web. *Social Forces*, 84, 759-778. doi: 10.1353/sof.2006.0001
- Alencar, E. M. L. (1985). Atribuição de estereótipos a grupos regionais por parte de alunos do primeiro grau. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 1(1), 65-74.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice* (3 ed.). Wokingham: Addison-Westey.
- Almeida, J. B. L. (2007). *Crenças sociais acerca das diferenças entre homens e mulheres e suas relações com a percepção da violência do homem contra a mulher*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Amâncio, L. (2006). Identidade social e relações intergrupais. In Jorge Vala, Maria Benedicta Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social* (pp.383-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amichai-Hamburger, Y. (2005). Internet minimal group paradigm. *CyberpsycholBehav*, 8, 140-142. doi: 10.1089/cpb.2005.8.140
- Ashmore, R. D. (1970). The problem of intergroup prejudice. Em B. Collins (Ed.), *Social psychology* (pp. 247-297). Reading: Addison-Wesley.
- Atton, C. (2006). Far-right media on the internet: Culture, discourse and power. *New Media & Society*, 8, 573-587. doi: 10.1177/1461444806065653.
- Bardin, L. (1986) *L'Analyse de contenu*. Paris : Presses Universitaires de France.
- Bargh, J.A. & McKenna, K.Y. (2004). The Internet and Social Life. *Annual Review of Psychology*, 55, 573-590. DOI:10.1146/annurev.psych.55.090902.141922. Recuperado de: <http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.psych.55.090902.141922>.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1173-1182.
- Bergsieker, H. B., Leslie, L. M., Constantine, V. S., & Fiske, S. T. (2012). Stereotyping by omission: Eliminate the negative, accentuate the positive. *J Pers Soc Psychol*, 102, 6. doi: 10.1037/a0027717.
- Blake, S. E. (2011). *The vigorous core of our nationality: Race and regional identity in Northeastern Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Blanchard, F. A., Crandall, C. S., Brigham, J. C., & Vaughn, L. A. (1994). Condemning and condoning racism: A social context approach to interracial settings. *Journal of*

- Applied Psychology*, 79, 993-997. Recuperado de: <http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=buy.optionToBuy&id=1995-13151-001>
- Blumer, H. (1958). Race prejudice as a sense of group position. *Pacific Sociological Review*, 1(1), 3-8.
- Bodenhausen, G. V. (1990). Stereotypes as judgmental heuristics: Evidence of circadian variations in discrimination. *Psychological Science*, 1, 319-322.
- Bogardus, Emory S. (1933). A social distance scale. *Sociology and Social Research*, 17, 265- 271.
- Borgeson, K., & Valeri, R. (2005). Examining differences in skinhead ideology and culture through an analysis of skinhead websites. *Michigan Sociological Review*. 19, 46-62.
- Brauer, M., & Chaurand, N. (2009). Descriptive norms, prescriptive norms, and social control: An intercultural comparison of people's reactions to uncivil behaviors. *Eur. J. Soc. Psychol.* 40, 490-499.
- Brewer, M. B. & Miller, N. (1984). Beyond the contact hypothesis: Theoretical perspectives on desegregation. Em N. Miller & M. B. Brewer (Eds), *Groups in contact: The psychology of desegregation* (pp. 281-302). Orlando, FL: Academic Press.
- Brewer, M. B. & Miller, N. (1988). Contact and co-operation: When do they work? Em P. Katz & D. Taylor (Eds), *Eliminating racism: Proles in controversy* (pp. 315-326). New York: Plenum Press.
- Brewer, M. B., & Gardner, W. (1996). Who is the "we"? Levels of collective
- Brown, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Brown, R. (2000). *Prejudice. Its social Psychology*. Oxford: Blackwell.
- Brown, C. (2009). *Www.hate.com: White supremacist discourse on the Internet and the construction of whiteness ideology*. *Howard Journal of Communications*, 20, 189-208. doi:10.1080/10646170902869544.
- Brown, R., & Hewstone, H. (2005). An integrative theory of intergroup contact. Em M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 37, pp. 255-343). San Diego CA: Academic Press.
- Browser, B. P. (1995). Introduction: The global community, racism and anti-racism. Em B. P. Browser (Org.), *Racism and anti-racism in world perspective* (pp. 1-10). London: Sage.
- Camargo, B.V., & Justo, A. N. (2013a). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*. 21(2), 513-518. Doi: 10.9788/TP2013.2-16. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.
- Camargo, B.V., & Justo, A. N. (2013b). Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Recuperado de: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>.

- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-42. ISSN 0102-7182.
- Camino, L., Da Silva, P., Machado, A., Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 13-36.
- Carpenter, J., & Hewstone, M. (1996). Shared learning for doctors and social workers: evaluation of a programme. *British Journal of Social Work*, 26, 239-57.
- CGI.BR. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. Disponível em: <<http://op.ceptro.br/cgi-bin/indicadores-cgibr-2010?pais=brasil&estado=rs&academia=academia&age=de-16-a-24-anos&education=superior&purpose=pesquisa-academica>>
- Chartier, J-F. & Meunier, J.G. (2011). Text mining methods for social representation studies. *Papers on Social Representations*, 20, 37.1-37.46.
- Cialdini, R. B., & Goldstein, N. (2004). Social Influence: Compliance and Conformity. *Annual Review of Psychology*, 55, 591-621. doi:10.1146/annurev.psych.55.090902.142015.
- Cialdini, R., & Trost, M. R. (1998). Social influence: social norms, conformity and compliance. Em D. T. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4ª ed., Vol. 2, pp. 151-192). Nova York: McGraw-Hill.
- Cialdini, R. B., Reno, R. R., & Kallgren, C. A. (1990). A focus theory of normative conduct: recycling the concept of norms to reduce littering in public places. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 1015-1026
- Cohen, J. (1988), *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ, Erlbaum
- Cook, S.W. (1978). Interpersonal and attitudinal outcomes in cooperating interracial groups. *Journal of Research and Development in Education*, 12, 97-113.
- Correio Braziliense (2010, 03 de novembro). Estudante de direito acusada de racismo no Twitter é demitida. Recuperado em 15 de agosto, 2011. De [http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes2010/2010/11/03/interna\\_eleicoes2010,221520/estudante-de-direito-acusada-de-racismo-no-twitter-e-demitida.shtml](http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes2010/2010/11/03/interna_eleicoes2010,221520/estudante-de-direito-acusada-de-racismo-no-twitter-e-demitida.shtml).
- Costa-Lopes, Rui; Pereira, C. R. 2011. O impacto da norma anti-racista nas respostas a inquéritos sobre preconceito. In *Os imigrantes e a imigração aos olhos dos Portugueses: Manifestações de preconceito e perspectivas sobre a inserção de imigrantes*, ed. J. H. C. António & V. Policarpo, 169 - 187. ISBN: 978-972-31-1440-9. Lisboa: Editora da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Crandall, C. S., & Eshleman, A. (2003). A justification-suppression model of the expression and experience of prejudice. *Psychological Bulletin*, 129, 414-446. doi: [10.1037/0033-2909.129.3.414](https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.3.414).
- Crandall, C. S., Eshleman, A., & O'Brien, L. (2002). Social norms and the expression and suppression of prejudice: The struggle of internalisation. *Journal of Personality and*

*Social Psychology*, 82, 359-378. Recuperado de:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000156&pid=S0102-7972200600020001800008&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000156&pid=S0102-7972200600020001800008&lng=en).

- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., Kwan, V. S. Y., Glick, P., Demoulin, S., Leyens, J.-P., Bond, M. H., Croizet, J.-C., Ellemers, N., Sleebos, E., Htun, T. T., Kim, H.-J., Maio, G., Perry, J., Petkova, K., Todorov, V., Rodríguez-Bailón, R., Morales, E., Moya, M., Palacios, M., Smith, V., Perez, R., Vala, J. and Ziegler, R. (2009), Stereotype content model across cultures: Towards universal similarities and some differences. *British Journal of Social Psychology*, 48: 1–33. doi: 10.1348/014466608X314935.
- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., Kwan, V. S. Y., Glick, P., Demoulin, S., Leyens, J-Ph., Bond, M. H., Croizet, J-C., Ellemers, N., Sleebos, E., Htun, T. T., Yamamoto, M., Kim, H-J., Maio, G., Perry, J., Petkova, K., Todorov, V., Rodríguez-Bailón, R., Morales, E., Moya, M., Palacios, M., Smith, V., Perez, R., Vala, J., & Ziegler, R. (2009). Is the stereotype content model culture-bound? A cross-cultural comparison reveals systematic similarities and differences. *British Journal of Social Psychology*, 48, 1-33.
- Cuddy, A. J.C., Fiske, S. T., & Glick, P. (2008). [Warmth and Competence as Universal Dimensions of Social Perception: The Stereotype Content Model and the BIAS Map](#)". *Advances in Experimental Social Psychology*, 40 (1), 61-149. [Doi:10.1016/S0065-2601\(07\)00002-0](#).
- D´Amorim, M. A. M. (1985). Estereótipos regionais em universitários. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 1 (1), 89-98.
- Damergian, S. (2009). Migração e referenciais identificatórios: linguagem e preconceito. *Psicologia USP[online]*, 20(2), 251-268. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51772009000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772009000200007&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1678-5177.
- Dancey, C. & Reidy, J. (2006), Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows. Porto Alegre: Artmed.
- Deaux, K. (2000). Models, Meanings and Motivations In Dora Capozza & Rupert Brown. Social Identity Processes (pp.1-14). Thousands Oaks: Sage.
- Del-Teso-Craviotto, M. (2009). Racism and xenophobia in immigrants' discourse: The case of argentinés in spain. *Discourse & Society*, 20, 571-592. Recuperado de: <http://mediva-project.eu/db/content/racism-and-xenophobia-immigrants%E2%80%99-discourse-case-argentinés-spain>
- Doise, W. (1982). *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: P.U.F.
- Douglas, K., M., McCarty, C., Bliuc, A., & Lala, G. (2005). Understanding cyberhate: Social competition and social creativity in online white supremacist groups. *Science Computer Review*, 23, 68-76.
- Dovidio, J. F., Brigham, J. C., Johnson, B. T., & Gaertner, S. L. (1996). Stereotyping, prejudice, and discrimination: Another look. Em C. N. Macrae, C. Stangor & M.

- Hewstone (Eds.), *Foundations of stereotypes and stereotyping* (pp. 276-319). New York: Guilford Press.
- Dubois, N. (2003). Introduction: The concept of norm. Em N. Dubois (Ed.), *Asociocognitive approach to social norms*. (pp.1-16). London: Routledge.
- Duckitt, J. (1992). Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, 47, 1182-1193. Recuperado de: [http://www.radford.edu/~jaspelme/\\_private/gradsoc\\_articles/stereotypes%20and%20prejudice/History\\_of\\_prejudice.pdf](http://www.radford.edu/~jaspelme/_private/gradsoc_articles/stereotypes%20and%20prejudice/History_of_prejudice.pdf).
- Eleição presidencial. (2010, 15 de agosto). Recuperado de: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-2-turno/>
- Elias ,T., & Appiah, O. (2010). A tale of two social contexts: Race-specific testimonials on commercial web sites. *Journal of Advertising Research*, 50, 250-264. Recuperado de: <http://www.comm.ohio-state.edu/people/staff/userprofile/65.html>.
- Ellison, C. G., & Powers, D. A. (1994). The Contact Hypothesis and Racial Attitudes Among Black Americans. *Social Science Quarterly*, 75, 385–400.
- Ellison, C. G., Shin, H., & Leal, D. L. (2011). The Contact Hypothesis and Attitudes Toward Latinos in the United States. *Social Science Quarterly*, 92 (4), 938-958. Doi: 10.1111/j.1540-6237.2011.00798.x.
- Feldman, J. M. Social cognition, reality and job perception. In: HONG, L. W. (org.) *Perspectives on judgement and decision making*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, 1991.
- Fernandes, S., Da Costa, J., Camino, L., & Mendoza, R. (2007). Valores psicossociais e orientação à dominância social: um estudo acerca do preconceito. *Psicologia Reflexão Crítica*, 20(3): 490-8.
- Fernandes, S., Da Costa, J., Camino, L., & Mendoza, R. (2011). Orientação à dominância social: necessidade, motivação e tendência ao preconceito. In: Fernandes et al (Eds). *Psicologia Social: perspectivas atuais e evidências empíricas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferreira, A. B. H. (2008). *Miniaurélio: O dicionário da língua portuguesa*. (7 Ed.), Curitiba: Editora Positivo.
- Field, A. (2009). *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed.
- Fiske, S T., Cuddy, A. J. C., Glick, P., Xu, J. (2002). A Model of (Often Mixed) Stereotype Content: Competence and Warmth Respectively Follow From Perceived Status and Competition. *Journal of Personality and Social*, 82(6), 878–902.
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. Em D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (Vol. 2, pp. 357-411). New York: McGraw-Hill.

- Fiske, S. T., Cuddy, A. J., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 878-902.
- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A., & Glick, P. (1999). (Dis)respecting versus (dis)liking: Status and interdependence predict ambivalent stereotypes of competence and warmth. *Journal of Social Issues*, 55, 473-491.
- Fleury, A. R., & Torres, A. R. (2007). Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Estudos de Psicologia*, 24, 475-486. Recuperado de: [www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a07.pdf).
- França, D. X., & Monteiro, M. B. (2004). A expressão das formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica* (2004), 4 (XXII): 705-720.
- Freitas, H., Cunha Jr., M. V. M. & Moscarola, J. (1996). Pelo resgate de alguns princípios da análise de conteúdo: aplicação prática qualitativa em marketing. *Angra dos Reis – RJ. Anais do 20º ANPAD. Marketing 23-25 de Setembro*; p. 467 – 487.
- Freyre, G. (1933). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em J. F. Dovidio, & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). Orlando, Florida: Academic. Recuperado de: <http://psycnet.apa.org/psycinfo/1986-98698-001>.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (2000). *Reducing Intergroup Bias: The Common Ingroup Identity Model*. Philadelphia, PA: The Psychology Press.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (2005). Understanding and addressing contemporary racism: From aversive racism to the common ingroup identity model. *Journal of Social Issues*, 61, 615-239.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Rust, M. C., Nier, J., Mottola, G. R. Banker, B., Ward, C. M., & Houlette, M. (1999). Reducing intergroup bias: Elements of intergroup cooperation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 388-402. Recuperado de: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10101876>.
- Gaertner, S. L., Mann, J., Murrell, A., & Dovidio, J. F. (1989). Reducing intergroup bias: The benefits of recategorization. *Journal of Personality and Social Psychology* 57, 239-249.
- Gaertner, S.L., Mann, J.A., Dovidio, J.F., Murrell, A.J. & Pomare, M. (1990). How does cooperation reduce intergroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*.59,4, 692-704.
- Garcia-Marques, L. (2010). O inferno são os outros: O estudo da influência social. Em: J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social*. (8ª Ed.), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gilbert, G. M. (1951). Stereotype persistence and change among college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46, 245-254.

- Gilibert, D., & Cambon, L. (2003). Paradigms of the sociocognitive approach. Em: N. Dubois (Ed.), *Asociocognitive approach to social norms*. (pp. 38-69). London: Routledge.
- Göckeritz, S., Schultz, P., Rendón, T., Cialdini, R., Goldstein, N., & Griskevicius, V. (2009). Descriptive normative beliefs and conservation behavior: The moderating roles of personal involvement and injunctive normative beliefs. *European Journal of Social Psychology*, 40, 514-523. doi:10.1002/ejsp.643.
- González-Castro, J. L., Ubillos, S. (2011). Estereotipos de la inmigración en España: influencia de los agentes de socialización de masas. In Elza Maria Techio, Marcus Eugênio Oliveira Lima (Orgs.). *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp.173-214). Brasília: TechoPolitik.
- Hamburger, Y. A., & McKenna, K. Y. A. (2006). The Contact Hypothesis Reconsidered: Interacting via the Internet. *Journal of Computer-Mediated Communication*. 825–843. Doi:10.1111/j.1083-6101.2006.00037.x.
- Hamilton, D. L., & Sherman, J. W. (1994). Stereotypes. Em R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.). *Handbook of social cognition*. (vol 2, pp.1-68). Hillsdale, LG: Eulbaum.
- Hean, S., & Dickinson, C. (2005). The Contact Hypothesis: An exploration of its further
- Hewstone, M., & Brown, R. (1986). Contact is not enough: An intergroup perspective on the contact hypothesis. Em M. Hewstone & R. Brown (Eds.). *Contact and conflict in intergroup encounters* (pp.3–44). Oxford: Blackwell.
- Holtz, P., & Wagner, W. (2009). Essentialism and attribution of monstrosity in racist discourse: Right-wing Internet postings about africans and jews. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 19, 411-425. doi: 10.1002/casp.414.
- Huici, C., Ros, M. (1993). Identidad comparativa y diferenciación intergrupala. *Psicothema*, 5, 225-236.
- identity and self representations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 83-93.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Coordenação de Trabalho e Rendimentos. (2011). *Características étnico-raciais da produção: Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça: 2008*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Jackson, J. (1966). A conceptual and measurement model for norms and roles. *Pacific Sociological Review*, 9, 35-47.
- Jackson, J. S., Brown, K. T., & Kirby, D. C. (1998). International perspectives on prejudice and racism. Em J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Eds.), *Confronting racism: The problem and the response* (pp. 101-135). Thousand Oaks: Sage.
- Jauréguiberry, F. (2000). Le moi, le soiet internet. *Sociologie et Sociétés*. 32, 135-151.
- Jones, J. M. (1972). Racismo e preconceito. São Paulo: Edgard Blücher.

- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Jost, J.T., & Hamilton, D.L. (2005). [Stereotypes in our culture](#). Em J. Dovidio, P. Glick, & L. Rudman (Eds.), *On the Nature of Prejudice: Fifty years after Allport* (pp. 208-224). Oxford: Blackwell.
- Judd, C. M. & Kenny, D. A (1981) Estimating the Effects of Social Interventions.
- Judd, C. M. & Kenny, D. A (1981) Estimating the Effects of Social Interventions.
- Karlins, M., Coffman, T. L., & Walters, G. (1969). On the fading of social stereotypes: Studies in three generations of college students. *Journal of Personality and Social Psychology*, 13, 1-16.
- Katz, D. y Braly, K. W. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 30, 175-193.
- Katz, D., & Braly, K. N. (1933). Verbal stereotypes and racial prejudice. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 133 (2), 0-290.
- Katz, I., Hass, R.G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.
- Katz, I., Wackenhut, J., & Hass, R. G. (1986). Racial ambivalence, value duality, and behavior. In J. Dovidio and S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism*, pp. 35-59. New York: Academic Press.
- Katz, I., Wackenhut, J., & Hass, R.G. (1986). Racial ambivalence, value duality, and behavior. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, Discrimination, and Racism* (pp. 35-59). Nova York: Academic Press.
- Katz, I.; Hass, R. G. (1988.) Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 55, p. 893-905.
- Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431. Doi: [10.1037/0022-3514.40.3.414](https://doi.org/10.1037/0022-3514.40.3.414). Recuperado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000152&pid=S1413-294X200400030000200033&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000152&pid=S1413-294X200400030000200033&lng=en).
- Kioshi (2010, 01 de novembro). Preconceito no Twitter contra nordestinos após Dilma ter ganho. Recuperado em 16 de agosto, 2011. De <http://kioshi.blogspot.com/2010/11/xenofobia-no-twitter-contra-nordestinos.html>.
- Krüger, H. (2004). Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In Marcus Eugênio Oliveira Lima, Marcos Emanuel Pereira (Orgs.). *Estereótipos, Preconceito e Discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas* (pp. 23-40). Salvador: EDUFBA.

- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a18v15n1.pdf>.
- Lahlou, S. (2012). Text mining methods: An answer to Chartier and Meunier. *Papers on Social Representations*, 20(38),1-7.
- Lesser, Jeffrey. 2001. A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil, São Paulo, UNESP.
- Lima, M. E. O. (2011). Preconceito. Em Leocio Camino, Ana Raquel Rosas Torres, Marcus Eugênio Oliveira Lima, Marcos Emanuel Pereira. (Orgs.). *Psicologia Social: temas e teorias* (pp. 451-500). Brasília: TechnoPolitik.
- Lima, M. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*. 9, 401-411. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a18v15n1.pdf>.
- Lima, M., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2005). Normas sociais e preconceito: O impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 309-319. [www.scielo.br/pdf/prc/v19n2/a18v19n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n2/a18v19n2.pdf).
- Lippmann, W. (1922). *Public Opinion*. Nova Iorque: Free Press.
- Mackie, M. (1973). Arriving at "truth" by definition: The case of stereotype inaccuracy.
- Macrae, C. N., Stangor, C., & Hewstone, M. (Eds.). (1996). *Stereotypes and stereotyping*. New York: Guilford Press.
- Marques, J., Paéz, D. (2006). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In Jorge Vala, Maria Benedicta Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social* (pp. 334-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martignoni, T. V. L. (2008). *Contato, Sentimentos Intergrupais e Dívidas Históricas: O Caso dos Indígenas em Goiás*. (Mestrado em Psicologia). Programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- McConahay, J. B. (1983). Modern racism and modern discrimination: The effects of race, racial attitudes, and context simulated hiring decisions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.
- McConahay, J. B. (1983). Modern racism and modern discrimination: The effects of race, racial attitudes, and context on simulated hiring decisions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-126). San Diego, CA: Academic.

- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the Modern Racism Scale. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner. (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). Orlando, FL: Academic Press.
- McConahay, J. B., Hardee, B. B., & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends on who is asking and what is being asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25, 563-579.
- McKenna, K. Y. A., & Bargh, J. A. (1998). Coming out in the age of the Internet: identity 'demarginalization' through virtual group participation. *J. Personal. Soc. Psychol.* 75:681-94.
- McKenna, K. Y. A., & Bargh, J. A. (2000). Plan 9 from cyberspace: The implications of the Internet for person-ality and social psychology. *Personality and Social Psychology Review*, 4(1), 57-75.
- McKenna, K. Y.A., Green, A. S., & Gleason, M. J. (2002). Relationship formation on the Internet: What's the big attraction? *J. Soc. Issues*, 58 (1): 9-31.
- Melican, D. B., & Dixon, T. (2008). News on the net: Credibility, selective exposure, and racial prejudice. *Communication Research*, 35, 151-168. doi: 10.1177/0093650207313157.
- Minard, R. D. (1952). Race relations in the Pocahontas coal field. *Journal of Social Issues*, 8, 29-44.
- Moreira, W., & Rodrigues, V. V. (2010). Espaços virtuais de relacionamento e identidade: Uma análise do orkut. *ECCOM*, 1(1), 67-74. Recuperado de: <http://publicacoes.fatea.br/index.php/eccom/article/viewFile/241/198>.
- Mummendey, A., & Otten, S. (2001). Aversive discrimination. Em R. Brown & S. L. Gaertner (Eds.), *Blackweel handbook of social psychology: Intergroup process*. Oxford: Blackwell.
- New York: Cambridge Univ. Press.
- New York: Cambridge Univ. Press.
- Oakes, P. J., Haslam, S. A. y Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. Oxford: Blackwell.
- Oliveira, L. A. (2011). Mate um nordestino afogado: Análise crítica de um artigo da revista Época. *Linguagem em (Dis)curso*, 11(2), 361-376.
- Onorato, R. S., Turner, J.C. (2004). Fluidity in the self-concept: the shift from personal to social identity. *European Journal of Social Psychology*, 34, 257-278
- Paluck, E. L. (2009). Reducing intergroup prejudice and conflict using the media: A field experiment in Rwanda. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96, 574-587. doi: 10.1037/a0011989.

- Paluck, E. L., & Green, D. P. (2009). Prejudice Reduction: What Works? A Review and Assessment of Research and Practice. *Annu. Rev. Psychol.*, 60:339–367. Doi: 10.1146/annurev.psych.60.110707.163607.
- Park, B., & Judd, C. (2005). Retinking the link between categorization and prejudice within the social cognition perspective. *Personal. Soc. Psychol. Ver.*, 9 (2), 108-130.
- Pereira, A. S. (2009). *Normas sociais, crenças sobre a natureza da homossexualidade e preconceito contra os homossexuais* (Tese de doutorado não publicada). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Pereira, C. R. (2007). *Preconceito, normas sociais e justificações da discriminação: O modelo da discriminação justificada*. (Tese de doutorado não publicada). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Pereira, C. R., & Vala, J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. In *Mind\_Português, 1*, 1-13. Recuperado de: [http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/CiceroPereira\\_JorgeVala\\_2010\\_n1.pdf](http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/CiceroPereira_JorgeVala_2010_n1.pdf).
- Pereira, C. R., & Vala, J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. In *Mind\_Português, 1*, 1-13.
- Pereira, C., Torres, A. S., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 95-107. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/pdf/188/18816110.pdf>.
- Pereira, M. E. (2011). Cognição social. In Leocio Camino, Ana Raquel Rosas Torres, Marcus Eugênio Oliveira Lima, Marcos Emanuel Pereira. (Orgs.). *Psicologia Social: temas e teorias* (pp. 101-169). Brasília: TechnoPolitik.
- Pereira, M. E. *Psicologia Social dos Estereótipos*. São Paulo: E.P.U, 2002
- Pereira, M. E., Álvaro, J. L., Oliveira, A. C., Dantas, G. S. (2011). Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 144-153.
- Pereira, M. E., Ferreira, F. O., Martins, A. H., & Cupertino, C. M. (2002). Imagens e significado e o processamento dos estereótipos. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 389-397.
- Pérez, J. A., Mugny, G., Llavata, E., & Fierres, R. (1993). Paradoxe de la discrimination et conflit culturel: études sur le racisme. Em J. A. Pérez & G. Mugny (Eds.), *Influences sociales: la théorie de l'élaboration du conflit* (pp. 145-168). Paris: Delachaux & Niestlé.
- Pettigrew, T. F. (1958). Personality and social-cultural factors in intergroup attitudes: A cross-national comparison. *Journal of Conflict Resolution*, 2, 29-42.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.

- Pettigrew, T. F., & Tropp, L. R. (2006). A Meta-Analytic Test of Intergroup Contact Theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90 (5), 751-783. Doi: 10.1037/0022-3514.90.5.751.
- Pettigrew, T. F. (1998). Prejudice and discrimination on the college campus. Em J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Eds.), *Confronting Racism: The problem and the response* (pp. 263-279). Califórnia: SAGE.
- potential in interprofessional education. *Journal of Interprofessional Care*. 19(5): 480-491. Doi: 10.1080/13561820500215202.
- Prado Júnior, C. (2008). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- Preacher, K. J., & Hayes, A. F. (2004). SPSS and SAS procedures for estimating indirect effects in simple mediation models. *Behavior Research Methods, Instruments, and Computers*, 36, 717-731.
- Preacher, K. J., & Hayes, A. F. (2008). Asymptotic and resampling strategies for assessing and comparing indirect effects in multiple mediator models. *Behavior Research Methods*, 40, 879-891.
- Ratinaud, P. (2009). IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Computer software]. Retrieved from <http://www.iramuteq.org>.
- Reynolds, K.J., Turner, J.C, Haslam, S.A., Ryan, M. K., Bizumic, B. & Subasic, E. (2007). Does personality explain in-group identification and discrimination? Evidence from the minimal group paradigm. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 8, 430-441.
- Rezende, C. B. (2001). Os limites da sociabilidade: “cariocas” e “nordestinos” na Feira de São Cristóvão. *Estudos Históricos*, 28, 167-181.
- Richards, G. (1997). ‘Race’, racism and psychology: towards a reflexive history. Nova Iorque: Routledge.
- Rodrigues, A; Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2007). *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Sampaio, J. Com o apagão preconceito contra os nordestinos voltam a surgir na Web. Fortaleza: 26 de Outubro de 2012. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/1.855023>.
- Sears, D. O., & Kinder, D. R. (1971). Racial tensions and voting in Los Angeles. Em W. Z. Hirsch (Ed.), *Los Angeles: Viability and prospects for metropolitan leadership* (pp. 51- 88). NY: Praeger.
- Sears, D. O., & Kinder, D. R. (1971). Racial tensions and voting in Los Angeles. Em W. Z. Hirsch (Org.), *Los Angeles: viability and prospects for metropolitan leadership*. Nova York: Praeger.
- Sedikides, C., & Brewer, M. B. (Eds.) (2001). Individual self, relational self, collective self. Philadelphia: Psychology Press.

- Sherif, M. (1936). *The psychology of social norms*. New York Harper.
- Sherif, M. (1966). *Group conflict and cooperation: Their social psychology*. Londres: Routledge.
- Sherif, M. (1967). *Group conflict and cooperation: Their social psychology*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Sidanius, J. (1993). The psychology of group conflict and the dynamics of oppression: A social dominance perspective. Em W. McGuire & S. Iyengar (Eds.), *Current approaches to political psychology* (pp. 183-219). Durham: Duke University Press.
- Sidanius, J., Haley, H., Molina, L., Pratto, F. (2007). Vladimir's Choice and the Distribution of Social Resources: A Group Dominance Perspective. *Group Processes & Intergroup Relations*, 10(2), 257-265.
- Smith, E. R. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptualizations of prejudice. Em D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Eds.), *Affect, cognition, and stereotyping: Interactive processes of group perceptions* (pp. 297-315). San Diego, CA: Academic Press.
- Smith, M. W. (2007). The minutemen versus the 'united army of illegal aliens': A critical discourse analysis of www representations. *Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences*, 24-34.
- Sobrinho, V., & Polato, A. (2010, 02 de novembro). Ataques ao nordeste surgem na web após vitória de Dilma, que venceria sem região. Recuperado em 15 de agosto, 2011. De <http://noticias.r7.com/eleicoes-2010/noticias/ataques-contr-nordeste-surge-na-web-apos-vitoria-de-dilma-que-venceria-sem-regiao-20101102.html>.
- Social Problems*, 20 (4), 431-447. Doi: [10.1525/sp.1973.20.4.03a00040](https://doi.org/10.1525/sp.1973.20.4.03a00040). Recuperado de: <http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=search.displayRecord&UID=1974-00994-001>.
- Souza, A. L. (2011). Os estereótipos nas piadas sobre baiano: Humor e preconceito *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, 2(1), 1-8. Recuperado de: <http://www.entremeios.inf.br>
- Sproull, L., & Kiesler, S. (1991). Making connections: Computer-based communication as a human resource tool. *Employment Relations Today*, 53-70.
- Stangor, C., Sechrist, G. B., & Jost, J. T. (2001). Changing racial beliefs by providing consensus information. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, 486-496.
- Steinfeldt, A., Foltz, D., Kaladow, K., Carlson, N., Pagano, Jr., Benton, E., & Steinfeldt, C. (2010). Racism in the electronic age: Role of online forums in expressing racial attitudes about American Indians. *Cultur Divers Ethnic Minor Psychol*, 16, 362-71.
- Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, 223, 96-102.
- Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Tajfel, H. (1982). *Social Identity and intergroup relations*. Londres/Paris: Cambridge University Press/Maison des Sciences de L'Homme.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social*. (tradução: Lígia Amâncio). Segundo Volume. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In: W.G. Austin, S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 33-47). Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Tausch, N., Hewstone, M., Schmid, K., Hughes, J., & Cairns, E. (2011). Extended contact effects as a function of closeness of relationship with ingroup contacts. *Group Processes & Intergroup Relations*, 14(2), 239–254.
- Techio, E. M. (2011). Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. Em E. M. Thechio & M. E. O. Lima (Eds) *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal*. (pp. 174 – 179) Brasília: Technopolitik.
- Torres, A. R. R., & Camino, L. (2011). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. Em L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Eds) *Psicologia social: Temas e teorias*. (pp. 215-239). Brasília: Technopolitik.
- Torres, A. R. R., & Faria, M. R. G. V. (2008). Creencia en el mundo justo y prejuicio: Homosexuales portadores de VIH/SID. *Interamerican Journal of Psychology*, 42, 570-579.
- Torres, C.V., & Rodrigues, H. (2011). Normas Sociais: Conceito e mensuração e implicações para o Brasil. Em C. V. Torres, & E. R. Neiva (Orgs.) *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. (pp. 100-133). Porto Alegre: Artmed.
- Turner, J. C. (1980). Fairness or discrimination in intergroup behaviour? A reply to Branthwaite, Doyle and Lightbown. *European Journal of Social Psychology*, 10, 131 - 147.
- Turner, J. C. (1988). Comments on Doise's Individual and social identities in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 113-116.
- Turner, J. C. (2005). Explaining the nature of power: A three-process theory. *European Journal of Social Psychology*, 35, 1-22.
- Turner, J.C., Brown, R., Tajfel, H. (1979). Social comparison and group interest in ingroup favouritism. *European Journal of Social Psychology*, 9, 187-204.
- Turner, J.C., Oakes, P.J. (1986). The significance of the social identity concept for social psychology with reference to individualism, interactionism and social influence. *British Journal of Social Psychology*, 25, 231-252.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: Perspectivas psicossociológicas*. Lisboa, Portugal: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

- Vala, J.; Brito, R.; Lopes, D. (1998) Expressões dos racismos em Portugal. Lisboa: ICS da UL.
- Vasconcelos, C. P. (2006). *A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional*. Trabalho apresentado no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, em Salvador, Bahia.
- Willis, G. B., Rodriguez-Bailón, R., Moya, M. (2011). Los estereotipos y su contenido en España. In Elza Maria Techio, Marcus Eugênio Oliveira Lima (Orgs.). *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp. 107-130). Brasília: TechoPolitik.
- Wittenbrink, B., Judd, C. M., & Park, B. (1997). Evidence for racial prejudice at the implicit level and its relationship with questionnaire measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 262-274
- Wittenbrink, B., Judd, C.M., & Park, B. (2001). Evaluative versus conceptual judgments in automatic stereotyping and prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology*, 37, 244-252.
- Yancey, George. (1999). An Examination of the Effects of Residential and Church Integration on the Racial Attitudes of Whites. *Sociological Perspectives*, 42, 279–304.
- Yildizian, A. and Ehteshami, A. (2004) Ethnic Conflict in Cyprus and the Contact Hypothesis: An Empirical Investigation. Paper Presented at 1st Global Conference: Evil, Law and the State: Issues in State Power and Violence. Wednesday 14 July – Saturday 17 July 2004. Mansfield College, Oxford

---

## **ANEXOS**

---

## Anexo I. Parecer do comitê de ética em pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

### CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 7ª Reunião realizada no dia 22/07/2013, o projeto de pesquisa intitulado: “PRECONCEITO CONTRA OS NORDESTINOS NA INTERNET” do Pesquisador José Roniere Moraes Batista. Prot. nº 0438/13. CAAE: 19651413.0.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.

Dr<sup>a</sup> Eliane Marques D. Sousa  
Coordenadora CEP/CCS/UFPB  
Mat. SIAPE: 0332618

## Anexo II. Instrumento estudo I

---

É apresentada abaixo uma lista de adjetivos dos quais gostaríamos que escolhesse apenas **cinco** que, em sua opinião, representem o que normalmente **os brasileiros** usam para descrever uma **pessoa negra**.

<input type="checkbox"/> Alegre	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Pessimista	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Antipático	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Preguiçoso	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Generoso	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Compreensível	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Sensato	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Simpático	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Honesto	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Apático	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Interesseiro	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Agressivo	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Cínico	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Inteligente	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Tolerante	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Amigável	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Espirituoso	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Esperto	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Arrogante	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Desonesto	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Egoísta	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Desajeitado	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Otimista	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Dependente	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Burro	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Pacífico	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Acomodado	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Trabalhador	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Intolerante	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Batalhador	<input type="text"/>

Em seguida, utilizando o campo em branco ao lado das palavras, gostaríamos que **ordenasse** os adjetivos que escolheu de 1<sup>a</sup> a 5<sup>a</sup>, indicando a ordem em que você acredita que estes adjetivos surgem na mente da população brasileira quando esta pensa em uma pessoa negra.

### Anexo III. Instrumento estudo II

---

1. Primeiramente, gostaríamos que preenchesse os seguintes dados:

Qual a sua Idade? \_\_ \_\_ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Sua família pertence a qual classe social? ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta

2. Gostaríamos que escolhesse, dentre os adjetivos da lista abaixo, os que em **SUA OPINIÃO** melhor descrevem as **peças de cor negra**.

( ) Trabalhador	( ) Burro	( ) Desonesto	( ) Agressivo
( ) Alegre	( ) Preguiçoso	( ) Simpático	( ) Batalhador

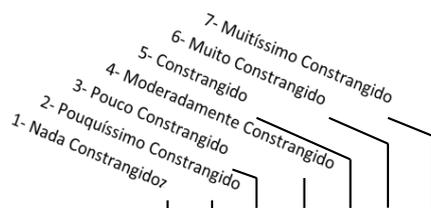
3. Agora gostaríamos que indicasse, dentre os adjetivos da lista abaixo, aqueles que os **BRASILEIROS EM GERAL** escolheriam para descrever as **peças de cor negra**.

( ) Trabalhador	( ) Burro	( ) Desonesto	( ) Agressivo
( ) Alegre	( ) Preguiçoso	( ) Simpático	( ) Batalhador

4. Em quais situações ou momentos a cor ou raça influencia a vida das peças no Brasil?

Casamento :	( ) Sim ( ) Não
Trabalho:	( ) Sim ( ) Não
Escola:	( ) Sim ( ) Não
Atendimento à saúde:	( ) Sim ( ) Não
Repartições públicas:	( ) Sim ( ) Não
Convívio social:	( ) Sim ( ) Não
Relação com justiça/polícia:	( ) Sim ( ) Não
Outro:	

5. Responda o quanto **VOCÊ** se sente ou se sentiria constrangida nas seguintes situações. Selecione o número correspondente ao seu constrangimento. Quanto maior for o número, mais **você se sentiria constrangido** com a situação.



Ter uma pessoa competente de cor negra como seu chefe de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter pessoas de cor negra como seus colegas de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter amigos(as) que sejam negros.	1	2	3	4	5	6	7
Ver um branco namorando uma negra.	1	2	3	4	5	6	7
Adotar uma criança negra.	1	2	3	4	5	6	7
Ter parentes por casamento de cor negra.	1	2	3	4	5	6	7
Participar de festas de pessoas de cor negra.	1	2	3	4	5	6	7
Ter um neto(a) mulato(a).	1	2	3	4	5	6	7
Ver um negro namorando uma branca.	1	2	3	4	5	6	7

6. O que você acha **QUANTO AOS BRASILEIROS EM GERAL**? Responda o quanto eles se sentiriam constrangidos nas seguintes situações. Selecione o número correspondente ao seu constrangimento. Quanto maior for o número, mais você acredita que **os brasileiros se sentiriam constrangidos** com a situação.



Ter uma pessoa competente de cor negra como seu chefe de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter pessoas de cor negra como seus colegas de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter amigos(as) que sejam negros.	1	2	3	4	5	6	7
Ver um branco namorando uma negra.	1	2	3	4	5	6	7
Adotar uma criança negra.	1	2	3	4	5	6	7
Ter parentes por casamento de cor negra.	1	2	3	4	5	6	7
Participar de festas de pessoas de cor negra.	1	2	3	4	5	6	7
Ter um neto(a) mulato(a).	1	2	3	4	5	6	7
Ver um negro namorando uma branca.	1	2	3	4	5	6	7

7. Agora, por favor, responda as questões abaixo, numa escala de 1 a 7, sendo 1 nenhuma identificação e 7 maior identificação, a maneira que melhor descreva a sua identificação (concordância, proximidade, semelhança) com o conteúdo das perguntas abaixo.

O quanto você se acha parecido com brasileiros de **cor morena**?

Nada (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) Muito

O quanto você se acha parecido com brasileiros de **cor branca**?

Nada (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) Muito

O quanto você se acha parecido com brasileiros de **cor negra**?

Nada (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) Muito

## ANEXO IV. Instrumento estudo III.

1- Leia a matéria abaixo e responda as questões seguintes. Não existe resposta certa ou errada, expresse livremente sua opinião sobre o ocorrido.

15/01/2012 12:02

Homem revoltado quebra telefone e agride policial

Policiais militares foram chamados no final da tarde do dia 15 para conter o estudante de administração João Soares, 25 anos, residente em Bauru - SP. Ele estaria revoltado após uma entrevista de emprego em uma empresa local e ao danificar um telefone da recepção foi cercado e contido por várias pessoas.

O motivo da revolta teria sido uma suposta “seleção injusta” na qual João afirma ter participado. O jovem havia acabado de sair de uma seleção de emprego onde concorria com uma vaga de vendedor com outro estudante de administração. João afirma que ambos possuíam as mesmas habilidades profissionais e currículos similares, mas que o outro participante teria sido escolhido por ser de São Paulo, uma vez que João, por ter nascido no nordeste, poderia não ter uma boa receptividade por parte do público consumidor que seria atendido por ele devido ao seu sotaque.

Quando os policiais chegaram, foram ofendidos por João, que ainda resistiu à voz de prisão por dano ao patrimônio e desacato a autoridade. Ao ser algemado, ele ainda acabou machucando o braço de um dos policiais. O preso foi encaminhado ao Plantão Policial.

Você acredita que realmente houve uma seleção injusta?

( ) Sim ( ) Não

Justifique sua resposta

---

---

---

---

---

---

2. Agora gostaríamos que respondesse as perguntas abaixo:

Qual a sua idade? \_\_\_\_ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Sua família pertence a qual classe social? ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Qual a sua escolaridade? \_\_\_\_\_ Qual o seu curso? \_\_\_\_\_

Qual é sua cor ou raça? \_\_\_\_\_ Há quanto tempo usa internet? \_\_\_\_\_ anos

Passa em média quantas horas por dia conectado? \_\_\_\_\_ horas

Qual atividade mais realiza quando está conectado? \_\_\_\_\_

## ANEXO V. Instrumento estudo IV

1. Primeiramente, gostaríamos que respondesse as perguntas abaixo:

Qual a sua idade? ____	Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
Sua família pertence a qual classe social? ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
Qual a sua escolaridade? _____	Qual o seu curso? _____
Qual é sua cor ou raça? _____	Há quanto tempo usa internet? ____ anos
Passa em média quantas horas por dia conectado? ____ horas	
Qual atividade mais realiza quando está conectado? _____	

2. Gostaríamos que escolhesse, dentre os adjetivos da lista abaixo, os que em **SUA OPINIÃO** melhor descrevem os **nordestinos**.

( ) Preguiçoso	( ) Burro	( ) Alegre	( ) Acomodado
( ) Generoso	( ) Desajeitado	( ) Batalhador	( ) Trabalhador

3. Agora gostaríamos que indicasse, dentre os adjetivos da lista abaixo, aqueles que os **BRASILEIROS EM GERAL** escolheriam para descrever os **nordestinos**.

( ) Preguiçoso	( ) Burro	( ) Alegre	( ) Acomodado
( ) Generoso	( ) Desajeitado	( ) Batalhador	( ) Trabalhador

4. Responda o quanto **VOCÊ** se sente ou se sentiria constrangido nas seguintes situações. Selecione o número correspondente ao seu constrangimento. Quanto maior for o número, mais **você se sentiria constrangido** com a situação.

7- Muiíssimo Constrangido  
 6- Muito Constrangido  
 5- Constrangido  
 4- Moderadamente Constrangido  
 3- Pouco Constrangido  
 2- Pouquíssimo Constrangido  
 1- Nada Constrangido

Ter um nordestino como seu chefe de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter nordestinos como seus colegas de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter amigos(as) que sejam nordestinos.	1	2	3	4	5	6	7
Ver um homem do sul namorando uma nordestina.	1	2	3	4	5	6	7
Adotar uma criança nordestina.	1	2	3	4	5	6	7
Ter parentes por casamento com nordestinos.	1	2	3	4	5	6	7
Participar de festas de nordestinos.	1	2	3	4	5	6	7
Ter um neto(a) nordestino(a).	1	2	3	4	5	6	7
Ver um nordestino namorando uma mulher do sul.	1	2	3	4	5	6	7

5. O que você acha **QUANTO AOS BRASILEIROS EM GERAL**? Responda o quanto eles se sentiriam constrangidos nas seguintes situações. Selecione o número correspondente ao constrangimento dos brasileiros em geral. Quanto maior for o número, mais você acredita que **os brasileiros se sentiriam constrangidos** com a situação.

7- MUITÍSSIMO Constrangido  
 6- Muito Constrangido  
 5- Constrangido  
 4- Moderadamente Constrangido  
 3- Pouco Constrangido  
 2- Pouquíssimo Constrangido  
 1- Nada Constrangido

Ter um nordestino como seu chefe de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter nordestinos como seus colegas de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter amigos(as) que sejam nordestinos.	1	2	3	4	5	6	7
Ver um homem do sul namorando uma nordestina.	1	2	3	4	5	6	7
Adotar uma criança nordestina.	1	2	3	4	5	6	7
Ter parentes por casamento com nordestinos.	1	2	3	4	5	6	7
Participar de festas de nordestinos.	1	2	3	4	5	6	7
Ter um neto(a) nordestino(a).	1	2	3	4	5	6	7
Ver um nordestino namorando uma mulher do sul.	1	2	3	4	5	6	7

6- Quantos dos seus amigos, os quais conheceu e mantém contato **exclusivamente pela internet**, são nordestinos? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Poucos	Menos da metade	Metade	Mais da metade	Muitos	Todos
1	2	3	4	5	6	7

7- Quantos dos seus amigos, com os quais **interage no dia a dia** (sem o uso da internet), são nordestinos? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Poucos	Menos da metade	Metade	Mais da metade	Muitos	Todos
1	2	3	4	5	6	7

8- Quantos dos seus amigos possuem **outros amigos** próximos que sejam nordestinos? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Poucos	Menos da metade	Metade	Mais da metade	Muitos	Todos
1	2	3	4	5	6	7

9- Quantos dos seus amigos possuem **colegas de trabalho** nordestinos? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Poucos	Menos da metade	Metade	Mais da metade	Muitos	Todos
1	2	3	4	5	6	7

**10-** Quantos dos seus amigos **são casados** com alguém nordestino? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Poucos	Menos da metade	Metade	Mais da metade	Muitos	Todos
1	2	3	4	5	6	7

**11-** Quantos dos seus parentes imediatos (pais, filhos, tios, etc.) possuem **amigos próximos** nordestinos? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Poucos	Menos da metade	Metade	Mais da metade	Muitos	Todos
1	2	3	4	5	6	7

**12-** Quantos dos seus parentes imediatos (pais, filhos, tios, etc.) possuem **colegas de trabalho** nordestinos? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Poucos	Menos da metade	Metade	Mais da metade	Muitos	Todos
1	2	3	4	5	6	7

**13-** Quantos dos seus parentes imediatos (pais, filhos, tios, etc.) **são casados** com alguém nordestino? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Poucos	Menos da metade	Metade	Mais da metade	Muitos	Todos
1	2	3	4	5	6	7

## ANEXO VI. Instrumento estudo V

### 1. Leia atentamente a história abaixo e responda as questões seguintes:

O gerente de uma rede de lojas situadas em shopping centers de luxo precisa contratar novos vendedores. Para a seleção apresentaram-se alguns candidatos de cor branca e outros candidatos de cor negra. Todos os candidatos preenchiam igualmente os requisitos da seleção; entretanto o gerente escolheu apenas candidatos de cor branca. O argumento do gerente foi de que os brasileiros são em geral preconceituosos e vendedores de cor branca são mais bem aceitos pelos clientes e assim a empresa terá mais lucro.

1.1 - Numa escala de 1 (pouco preconceituosos) a 7 (muito preconceituosos), o quanto você concorda que os brasileiros são preconceituosos?

pouco preconceituosos ----->			-----> muito preconceituosos			
1	2	3	4	5	6	7

1.2 - Numa escala de 1 (nenhuma concordância) a 7 (concordância total), o quanto você concorda que os vendedores de cor branca são mais bem aceitos pelos clientes?

nenhuma concordância ----->			-----> concordância total			
1	2	3	4	5	6	7

1.3 - Numa escala de 1 (nenhuma concordância) a 7 (concordância total), o quanto você concorda com a escolha do gerente?

nenhuma concordância ----->			-----> concordância total			
1	2	3	4	5	6	7

1.4 - Numa escala de 1 (nada justificável) a 7 (totalmente justificável), em que grau você acha que a escolha do gerente é justificável?

nada justificável ----->			-----> totalmente justificável			
1	2	3	4	5	6	7

1.5 - Numa escala de 1 (nada punível) a 7 (totalmente punível), em que grau você acha que a escolha do gerente é passível de punição?

nada punível ----->			-----> totalmente punível			
1	2	3	4	5	6	7

1.6 - Numa escala de 1 (nunca faria) a 7 (certamente faria), se estivesse no lugar do gerente você faria a mesma coisa?

nunca faria ----->			-----> certamente faria			
1	2	3	4	5	6	7

2. Para cada um dos adjetivos abaixo indique em que grau eles podem ser usados para descrever o grupo dos negros. Os valores variam de 1 (não descreve) e 7 (descreve totalmente). \*

	Não descreve		Descreve parcialmente			Descreve totalmente	
	1	2	3	4	5	6	7
Trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Burro	1	2	3	4	5	6	7
Desonesto	1	2	3	4	5	6	7
Agressivo	1	2	3	4	5	6	7
Alegre	1	2	3	4	5	6	7
Preguiçoso	1	2	3	4	5	6	7
Simpático	1	2	3	4	5	6	7
Batalhador	1	2	3	4	5	6	7

3. Em relação às situações apresentadas a seguir, marque em cada uma das escalas correspondentes o quanto você se sentiria incomodado em cada situação e o quanto você gostaria de vivenciar cada uma delas.

	Pouco incomodado		Medianamente incomodado			Muito Incomodado	
	1	2	3	4	5	6	7
Ter uma pessoa de cor negra como seu chefe de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter pessoas de cor negra como seus colegas de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter amigos(as) que sejam negros.	1	2	3	4	5	6	7
Ver um branco namorando uma negra.	1	2	3	4	5	6	7
Adotar uma criança negra.	1	2	3	4	5	6	7
Ter parentes por casamento de cor negra.	1	2	3	4	5	6	7
Participar de festas com pessoas de cor negra.	1	2	3	4	5	6	7
Ter um neto(a) mulato(a).	1	2	3	4	5	6	7
Ver um negro namorando uma branca.	1	2	3	4	5	6	7

	Gostaria pouco		Gostaria medianamente			Gostaria muito	
	1	2	3	4	5	6	7
Ter uma pessoa de cor negra como seu chefe de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter pessoas de cor negra como seus colegas de trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Ter amigos(as) que sejam negros.	1	2	3	4	5	6	7
Ver um branco namorando uma negra.	1	2	3	4	5	6	7
Adotar uma criança negra.	1	2	3	4	5	6	7
Ter parentes por casamento de cor negra.	1	2	3	4	5	6	7
Participar de festas com pessoas de cor negra.	1	2	3	4	5	6	7
Ter um neto(a) mulato(a).	1	2	3	4	5	6	7
Ver um negro namorando uma branca.	1	2	3	4	5	6	7

4- Quantos dos seus amigos, os quais conheceu e mantém contato **exclusivamente pela internet**, são pessoas de cor negra? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Um ou dois	Três ou quatro	Cinco ou seis	Sete ou oito	Nove ou dez	Mais de dez
1	2	3	4	5	6	7

5- Quantos dos seus amigos, com os quais **interage no dia a dia** (sem o uso da internet), são pessoas de cor negra? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Um ou dois	Três ou quatro	Cinco ou seis	Sete ou oito	Nove ou dez	Mais de dez
1	2	3	4	5	6	7

6- Quantos dos seus amigos possuem **outros amigos** próximos de cor negra? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Um ou dois	Três ou quatro	Cinco ou seis	Sete ou oito	Nove ou dez	Mais de dez
1	2	3	4	5	6	7

7- Quantos dos seus amigos possuem **colegas de trabalho** de cor negra? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Um ou dois	Três ou quatro	Cinco ou seis	Sete ou oito	Nove ou dez	Mais de dez
1	2	3	4	5	6	7

8- Quantos dos seus amigos **são casados** com pessoas de cor negra? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Um ou dois	Três ou quatro	Cinco ou seis	Sete ou oito	Nove ou dez	Mais de dez
1	2	3	4	5	6	7

9- Quantos dos seus parentes imediatos (pais, filhos, tios, etc.) possuem **amigos próximos** de cor negra? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Um ou dois	Três ou quatro	Cinco ou seis	Sete ou oito	Nove ou dez	Mais de dez
1	2	3	4	5	6	7

10- Quantos dos seus parentes imediatos (pais, filhos, tios, etc.) possuem **colegas de trabalho** cor negra? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Um ou dois	Três ou quatro	Cinco ou seis	Sete ou oito	Nove ou dez	Mais de dez
1	2	3	4	5	6	7

11- Quantos dos seus parentes imediatos (pais, filhos, tios, etc.) **são casados** com pessoas de cor negra? Use a escala abaixo como referência.

Nenhum	Um ou dois	Três ou quatro	Cinco ou seis	Sete ou oito	Nove ou dez	Mais de dez
1	2	3	4	5	6	7

12. Agora por favor, gostaríamos que respondesse as perguntas abaixo:

Qual a sua idade? \_\_\_\_ \_\_\_\_ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Sua família pertence a qual classe social? ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta

Qual a sua escolaridade? \_\_\_\_\_ Qual o seu curso? \_\_\_\_\_

Qual é sua cor ou raça? \_\_\_\_\_ Há quanto tempo usa internet? \_\_\_\_\_ anos

Passa em média quantas horas por dia conectado? \_\_\_\_\_ horas